Investimentos
Justiça dos EUA anula regra de transparência para fundos hedge e de private equity da SEC, de Gensler C1

Meio ambiente
Marina Silva prevê ‘seca terrível’ no Pantanal e na Amazônia por pouca chuva A5

Entretenimento
Contratos para músicos deveriam ser mais justos e transparentes, diz Coldrick, do Music Managers Forum B8

Quinta-feira, 6 de junho de 2024
Ano 25 | Número 6016 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Aumenta parcela de trabalhadores que recebem mais de um salário mínimo

Conjuntura Aquecimento do mercado de trabalho, com avanço do setor formal e da composição educacional do emprego, melhora distribuição por faixa de renda

Lucianne Carneiro
De Rio

A parcela dos trabalhadores com renda entre um e dois salários mínimos aumentou de 32,4% no primeiro trimestre de 2022 para 35,1% no primeiro trimestre deste ano, enquanto quem tem rendimento mensal até um mínimo recuou de 35,5% para 31,7% nesse período. O levantamento é do economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores, feito a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua. O trabalho mostra ainda que cresceu a participação dos trabalhadores com rendimento acima dos dois mínimos, de 29,9% no primeiro trimestre de 2022 para 31,6% no mesmo intervalo de 2024.

Especialistas apontam uma série de fatores para explicar a mudança, começando pelo mercado de trabalho aquecido, especialmente o setor formal, com aumento da renda, melhoria da composição educacional do pessoal ocupado e reajuste do salário mínimo acima da inflação. Acordos coletivos têm registrado reajustes superiores à variação dos índices de preços, e a inflação tem perdido força. Há ainda a saída de trabalhadores de menor renda do mercado e a redução de postos de trabalho de pior qualidade.

“Na saída da pandemia, o que vimos foi um mercado de trabalho mais aquecido, com recomposição do setor formal e ganho da renda. Isso ajuda a explicar essa nova distribuição da população ocupada por faixa de rendimento. Além disso, são dois anos seguidos de alta do salário mínimo acima da inflação e os acordos coletivos mostram também esse ganho da inflação”, afirma Imaizumi. O salário mínimo, que começou 2023 em R$ 1.302, foi reajustado a R$ 1.320 em maio de 2023. Em 2024, houve reajuste de quase 7%, para R$ 1.412.

Fernando de Holanda Barbosa Filho, do FGV Ibre, destaca a contribuição do emprego formal no pós-pandemia. Para ele, o setor formal foi a grande novidade da saída dessa crise, o que está relacionado com os frutos da reforma trabalhista. Barbosa Filho cita ainda uma alta da escolaridade da mão de obra e uma melhora na composição educacional do emprego. **Página A3**

Senado aprova taxar compra de até US$ 50

Julia Lindner e Caetano Tonet
De Brasília

O Senado aprovou ontem o fim da isenção tributária para compras internacionais de até US$ 50, ao taxá-las com 20% de Imposto de Importação. O tema tinha sido excluído pelo relator, Rodrigo Cunha (Podemos-AL), do projeto de lei que cria a nova política automotiva brasileira, o Mover. Mas acabou sendo resgatado em uma deliberação separada que ocorreu de forma simbólica, sem registro individual de voto. O formato de deliberação foi negociado nos bastidores pelo líder do governo na Casa, Jaques Wagner (PT-BA), para evitar que parlamentares tivessem que “colocar a digital” na votação do tema, considerado impopular. **Página A6**

Desmatamento e crime organizado

GABRIEL REIS/VALOR

Lideranças de países amazônicos têm que entrar em acordo sobre a região para combater, além do desmatamento, o crime organizado. “Se isso não acontecer, o combate ao desmatamento será um fracasso”, disse o ex-presidente da Colômbia Juan Manuel Santos para a repórter Daniela Chiaretti. Página A18

Cresce o uso de usinas termelétricas

Robson Rodrigues
De São Paulo

O uso de usinas termelétricas para resguardar o Sistema Interligado Nacional (SIN) em 2024 está maior que nos últimos dois anos, apurou o **Valor**. E essa tendência deve se manter durante o segundo semestre. Chuvas abaixo da média nos reservatórios das hidrelétricas, ventos fracos para geração no sistema eólico e elevada demanda por energia são os responsáveis pelo cenário atual. Até mesmo usinas movidas a carvão têm entrado no sistema. Isso deve pressionar as tarifas por causa dos encargos, já que algumas térmicas têm custo mais elevado do que outras fontes renováveis, além de haver um maior nível de emissões de gases. **Página B1**

Pouca coerência ideológica nos pleitos de capitais

Cesar Felício
De São Paulo

As nove maiores capitais construíram uma tradição eleitoral que pesa na disputa atual, apesar da pouca coerência ideológica e partidária dos eleitos. Em São Paulo, a oposição costuma ganhar as disputas, embora prefeitos de centro-direita tenham conseguido se reeleger. No Rio, há um fio condutor entre todos os eleitos, com exceção de Marcelo Crivella (Republicanos) em 2016. O **Valor** analisou os 90 processos eleitorais dessas capitais desde 1985, que serão temas da coluna digital “Pergunte aos Dados”, que estreia hoje. A coluna trará cenários políticos e econômicos e foco nos indicadores com tendências de comportamento dos eleitores e eleitos. **Página A10**

Destaques

UE define novo Parlamento
Países da União Europeia (UE) definem, de hoje até domingo, os ocupantes das 720 cadeiras do Parlamento Europeu, ao fim de uma campanha marcada por protestos de agricultores e trabalhadores, descontentes com as atuais políticas do bloco sobre questões climáticas e imigração. A votação, espalhada pelos 27 países do bloco, torna imprecisos os prognósticos eleitorais. **A15**

STJ e penhora de salários
A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu pelo impedimento da penhora de salários, aposentadorias e pensões ou saldos de caderneta de poupança de até 40 salários mínimos (R$ 56,5 mil) para o pagamento de honorários advocatícios de sucumbência — destinados ao advogado da parte vencedora de um processo. A decisão foi por sete votos a cinco. **E1**

Indicadores

Ibovespa	5/jun/24	-0,32 %	R$ 19,7 bi
Selic (meta)	5/jun/24		10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	5/jun/24		10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	5/jun/24		5,2835/5,2841
Dólar comercial (mercado)	5/jun/24		5,2965/5,2971
Dólar turismo (mercado)	5/jun/24		5,3258/5,5058
Euro comercial (BC)	5/jun/24		5,7395/5,7406
Euro comercial (mercado)	5/jun/24		5,7591/5,7597
Euro turismo (mercado)	5/jun/24		5,8209/6,0009

Estado e setor privado no replanejamento do RS

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

A devastação no Rio Grande do Sul vai obrigar o Estado e o setor privado a replanejarem cidades e locais de produção, segundo Antônio da Luz, economista-chefe da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul). Ele participou do 3º Fórum Futuro do Agro, realizado pela “Globo Rural”, em São Paulo, em parceria com o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora). Para Márcio Madalena, secretário-adjunto de Agricultura do Estado, na pecuária leiteira há migração de produtores para outras regiões e até mudança de atividade. De acordo com executivos, o maior impacto se dá entre pequenos e médios produtores. Grandes conglomerados sofreram menos. **Página B9**

Eleição para o Parlamento Europeu pode reforçar o protecionismo
Assis Moreira **A2**

Relação de confiança

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Melhorar a relação de confiança com funcionário ficou mais relevante. “Empresas com alto índice de confiança irão usar IA de forma mais fácil”, disse Tatiane Tiemi, do GPTW, à repórter Fernanda Gonçalves. Página B2

Toyota aposta em híbridos e nacionalização

Marli Olmos
De São Paulo

Todos os carros produzidos pela Toyota no Brasil passarão a ter uma versão híbrida. Essa iniciativa permitirá elevar o índice de nacionalização das baterias, hoje importadas. A empresa iniciará esse processo — parte do plano de investimentos de R$ 11 bilhões até 2030 — com uma linha de montagem de componentes de baterias. Sobre o recente escândalo envolvendo a Toyota e outras montadoras japonesas, que admitiram a falsificação de dados de testes, inclusive de colisão, Evandro Maggio, presidente da empresa no país, disse que nenhum deles envolve veículos produzidos no Brasil. **Página B4**

Brasil

Eleição na Europa e mais protecionismo

Assis Moreira

A eleição para o Parlamento Europeu nos 27 países do bloco comunitário ocorre desta quinta-feira (6) até domingo (9). Pesquisas de opinião apontam que partidos de direita mais dura poderiam conseguir até um quarto dos 720 assentos do Parlamento, portanto mais numerosos e mais potentes.

Isso significaria pressões maiores por endurecimento de regulações de imigração, por preferência comercial nacional reforçada e também hostilidade a reformas na área ambiental, por exemplo.

A prudência recomenda esperar o resultado das urnas. Mas, pelo tom das campanhas na Europa, parece claro que, com mais ou menos direita, o agronegócio brasileiro não terá a vida facilitada nesse que é um de seus principais mercados compradores. O risco é de aumento do protecionismo, e não de menos barreiras, na Europa.

De um lado, o Acordo Verde (Green Deal) pode até mudar um pouco, também pela pressão esperada da direita em geral, mas vai ser difícil a Europa desmontar toda sua agenda ambiental, que é amplamente defendida por partidos de centro-esquerda, da sociedade civil, da mídia. Além disso, a direita não atuou junta até agora no Parlamento Europeu.

De outro, o "protecionismo verde", para proteger os agricultores europeus, tem espaço aberto e é reivindicado com ênfase, na esteira das contestações de rua de produtores. Também prosperam argumentos de que a Europa precisa ser "menos ingênua" em meio a guerras de subsídios e conflitos comerciais que minam cada vez mais as regras comerciais globais.

Em vários países é difícil dizer qual partido, de esquerda ou direita, é o campeão na demanda de aplicação de "cláusulas espelho" pela UE. As "cláusulas espelho" visam impor a obrigação para produtos importados de fora da UE, para ter acesso ao mercado comunitário, cumprirem com as mesmas exigências feitas aos produtores europeus em termos de processo produtivo, independentemente das suas diferentes realidades produtivas e capacidades. Esse mecanismo é mencionado por alguns produtores europeus para frear concorrência de importações vindas do Mercosul.

Uma questão é se o novo Parlamento Europeu vai agir rapidamente na área ambiental. Por exemplo, numa revisão da lei antidesmatamento, que visa interditar acesso ao mercado comunitário de sete commodities — soja, carne bovina, café, madeira, óleo de palma, borracha e cacau, além de alguns de seus produtos derivados como couro, chocolate, pneus ou móveis — produzidas em zonas desmatadas após o final de 2020.

Essa legislação é uma das preocupações brasileiras, porque afeta 34% das exportações brasileiras para os 27 países do bloco europeu, representando embarques de US$ 17,5 bilhões em 2022, pelos dados do Ministério da Indústria e Comércio (Mdic).

Oficialmente, essa lei deve começar a ser implementada em 30 de dezembro deste ano. Mas as pressões continuam de todos os lados para a UE flexibilizá-la, até porque o bloco não está pronto tecnicamente. A própria UE reconheceria que seu sistema de satélite Copérnico, apresentado como o programa de observação da Terra mais ambicioso da história e desenhado para proporcionar informação precisa, ainda assim apontaria em certos casos desmatamento onde isso não existe.

Nos meios europeus, uma especulação é de que a Comissão Europeia levaria uma flexibilização na lei antidesmatamento ao novo Parlamento Europeu em regime de urgência já em julho. Como já publicamos nesta coluna, isso incluiria retardar o controle mais estrito das importações dessas commodities, mudando o plano sobre classificação de países ou regiões em função do risco de desmatamento. Mas o plano de alguns europeus e outros parceiros desenvolvidos é de eles, sobretudo, se beneficiarem.

No momento da montagem do novo Parlamento, com formação de comissões e outras escolhas, será difícil esperar os parlamentares com espaço para lidar rapidamente com revisão de uma lei antidesmatamento que nem sequer foi implementada ainda. O foco inicialmente pode ser em tema como imigração, preponderante no interesse de votar de bom número de europeus.

Indagado sobre o impacto de nova configuração no Parlamento Europeu e na Comissão Europeia sobre a relação bilateral, o embaixador brasileiro junto à Comissão Europeia, Pedro Miguel da Costa e Silva, respondeu: "Há muita especulação sobre a composição e a agenda do novo Parlamento Europeu. É preciso ver os resultados das eleições, ver como as grandes famílias políticas se organizam e ver o que realmente vai mudar nas relações com países como o Brasil. Num primeiro momento, o foco será interno e de organização da casa. Só depois é que os parlamentares terão tempo de pensar no resto do mundo. Vamos trabalhar com os novos parlamentares pelo aumento do diálogo bilateral, pelo aprofundamento da parceria estratégica, pelo acordo de associação e por uma melhor compreensão da realidade brasileira".

Sobre os desafios que a negociação final do acordo Mercosul-UE terá, numa nova paisagem política em Bruxelas, o embaixador respondeu: "O principal desafio é fazer com que as pessoas entendam o acordo e o que ele realmente significa para as relações entre os dois blocos. Muitos dos que criticam as negociações não têm a menor ideia do seu conteúdo. Opinam a partir de chavões e de preconceitos".

Assis Moreira é correspondente em Genebra e escreve quinzenalmente
E-mail assis.moreira@valor.com.br

Tragédia ambiental Parte dos desabrigados improvisa tendas com lonas, barracas e até carros para ficar perto de suas moradias e obter doações de produtos e comida

À espera de voltar para casa, moradores 'acampam' à beira da rodovia BR-290

Fernanda Canofre
De Porto Alegre e Eldorado do Sul

Sentado em uma cadeira, de costas para a BR-290, Eli da Silva, 92 anos, olhava em silêncio para o horizonte de pontes, varais de roupas, tendas improvisadas e crianças revezando um skate, sob o sol da manhã fria de junho, na altura da Ilha Grande dos Marinheiros, em Porto Alegre, na terça-feira (4).

Nascido na Ilha das Flores, ele cresceu no bairro Arquipélago, que tem hoje cerca de 8.300 habitantes. Ainda criança, foi testemunha da histórica enchente de 1941. "Esta agora foi a maior, estragou muito mais", avalia.

Há mais de um mês, é na beira da rodovia que seu Eli vive com a família, desde que a água subiu na região e cobriu as casas. O filho dele, Jorge da Silva, 68, motorista, encostou o caminhão em uma parada de ônibus, encapou tudo com plástico preto e lona e improvisou assim uma espécie de casa, onde eles têm vivido desde então.

"Abrigo, tá louco. Cem pessoas dentro de um lugar, um neto meu estava em um e saiu. Aqui na volta todo mundo se conhece. Se o cara sai e vem um estranho mexer, os outros falam: o que tu queres aí?", diz Jorge.

"Eu não me queixo, perdi tudo, mas pior é aqui do outro lado, que uma família tinha quatro casas, no mesmo terreno, e a água arrastou três para o banhado. Eles estão arrasados. Agora que baixar a água, onde vão morar?"

Desde a ponte do Guaíba até Eldorado do Sul, um dos municípios mais atingidos nas enchentes de abril e maio no Rio Grande do Sul, ainda é possível ver centenas de pessoas vivendo em barracas e lonas improvisadas ou dentro de automóveis. Algumas no acostamento da rodovia, outras debaixo de pontes, em recuos que servem de entrada para comunidades ou ainda em frente às casas, logo abaixo do nível da estrada. Entre as razões para seguirem ali, muitas relatam cansaço com abrigos, receio que as águas voltem a subir, dificuldade para fazer limpeza das casas e montes de areia que atrapalham a circulação pelas ruas.

O DMLU (Departamento Municipal de Limpeza Urbana) diz que ainda há alagamentos na região e só entrará com equipes quando as águas recuarem, pela segurança dos garis.

Em Eldorado, próximo ao trecho das ilhas, as casas que sobraram no bairro Picada estão se desmanchando, vazias ou com poucas pessoas tentando a limpeza, como Aline Ferreira da Silva, 38. A água cobriu o primeiro piso da casa dela, que nos fundos dá para um banhado. No banheiro, a marca da inundação ficou a dois centímetros de tocar o teto. A lâmpada ainda guarda água marrom e terra.

"Aqui ao lado era a casa da minha mãe, os pedaços estão ali", diz, apontando para um monte de escombros do outro lado da rua. "Tinha três casas aqui, ali era um bar, do lado tinha outra casa. Caiu tudo", conta apontando para o vazio.

Ela, o marido e o filho de 11 anos alugaram uma quitinete em Porto Alegre para seguir a vida, enquanto não for possível retornar.

Durante a semana, houve uma recomendação da Polícia Rodoviária Federal e Forças Armadas para que as pessoas saíssem das margens da rodovia por segurança. Segundo a PRF, o número de pessoas à beira da estrada tem diminuído.

FERNANDA CANOFRE/VALOR

Eli Silva e o filho Jorge: moradia improvisada com lona à beira da BR-290

Moradora da Ilha das Flores, Patrícia Oliveira da Silva, 45, cuidadora de idosos, está vivendo acampada em uma barraca com nove pessoas, incluindo a nora grávida de oito meses, em frente à própria casa, logo abaixo do nível do acostamento. Eles tiveram de sair de um abrigo e voltaram no último fim de semana. Chegaram a dormir no imóvel, mesmo com as paredes cheias de lama, mas, na segunda, a água voltou a subir.

"Vem o vento sul, minha casa já fica com água", diz ela, que vive em um terreno com outras sete casas e um banhado nos fundos. "Nas casas [em volta] só está mesmo quem não tem onde ficar. Está faltando tudo, não tem água, vem a luz e já vai também."

> "Chega carreta de doação e não vem quase nada para o pessoal que precisa"
> *Wellington Rocha*

Ela espera o andamento de cadastros para receber auxílios, mas diz que nenhum dos CPFs da família aparece como registrado até o momento, mesmo tendo sido encaminhados ainda no abrigo.

Sem poder trabalhar, com o galpão de reciclagem e a casa debaixo d'água, Kátia do Couto, 48, que vive na Ilha do Pavão, voltou para a região há cerca de duas semanas e está acampada com vizinhos em uma área próxima à ponte móvel sobre o Guaíba. A lona que agora serve de abrigo para eles foi cedida por um padre, e a alimentação depende majoritariamente de marmitas doadas durante o dia.

"O Bolsa Família, que é o único que a gente tem, já estava devendo. A gente está dependendo de quem pode vir ajudar, trazer coisas", diz Kátia. "Domingo foi um dia que não veio marmita, a gente fez comida no fogareiro e comeu bolacha", comenta Aline Teixeira Rodrigues, 25, também recicladora.

Equipes da prefeitura de Porto Alegre estavam na região nesta terça para fazer cadastros de moradores no Registro Unificado, criado pela capital para centralizar os pedidos de benefícios dos governos federal e estadual, como o Auxílio Reconstrução e o Volta por Cima. A prefeitura diz que atua ainda com orientação e donativos na região.

Sobre possíveis datas em que as pessoas poderiam retornar às suas casas, o poder público municipal diz que não há previsão e que as situações entre os acampados são diversas.

Wellington Santos da Rocha, 21, que mora na Ilha Grande dos Marinheiros, está com a mulher e o filho de três anos em um abrigo na capital, mas costuma passar o dia na rodovia para conseguir doações. Segundo ele, que também aguarda auxílios, o acesso a roupas e alimentos está difícil para quem está nos abrigos.

"Chega carreta de doação e não vem quase nada para o pessoal que realmente precisa. Eles falam que tem que fazer divisão, a gente não pode pegar muita coisa e estou vindo para a BR fazer um estoquezinho, para quando voltar para casa ter alguma coisa", conta ele.

Há alguns anos, contraiu leptospirose em uma enchente na região. Um conhecido morreu com a doença na mesma época. Depois da inundação do fim do ano passado, construiu sua casa mais alta para evitar o que achava que seriam as grandes enchentes. Não foi suficiente. Desta vez a água chegou ao teto.

"Todo dia, a primeira coisa que olho é a previsão do tempo e o nível do rio. Não vejo a hora de voltar para casa, mas qualquer oportunidade de sair daqui, vou sair", diz.

CMN autoriza BNDES a abrir linha de crédito especial ao RS

Guilherme Pimenta
De Brasília

Uma reunião extraordinária do Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou nesta quarta-feira, 5, linhas de crédito do BNDES para a calamidade pública no Rio Grande do Sul, tanto para pessoas físicas quanto jurídicas.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, havia antecipado que o governo convocaria reunião extraordinária do CMN para liberar linhas de R$ 15 bilhões de crédito a empresas gaúchas.

Segundo informado agora pelo Tesouro, as linhas utilizarão recursos do superávit financeiro do Fundo Social para atender pessoas físicas e jurídicas localizadas nas áreas atingidas pelas enchentes no Estado.

As linhas serão destinadas à aquisição de máquinas e equipamentos para o setor produtivo, material de construção e serviços relacionados, além de projetos de investimento e capital de giro, segundo o órgão.

Haverá "taxas de juros facilitadas e prazos de reembolso estendidos, visando suportar a recuperação rápida e eficiente das áreas afetadas", apontou o Tesouro em comunicado.

Os financiamentos serão concedidos pelo BNDES ou por meio de instituições financeiras por ele habilitadas. Em ambos os casos, as instituições assumirão o risco de crédito das operações.

Os recursos do Fundo Social serão disponibilizados com juros de 1% ao ano para as linhas de projetos de investimento, aquisição de máquinas e equipamentos, materiais de construção ou serviços relacionados. Já para a linha de capital de giro, as taxas serão de 4% ao ano para micro, pequenas e médias empresas (MPME), que faturam até R$ 300 milhões, e de 6% ao ano para empresas com faturamento superior a esse valor.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Conjuntura Mercado de trabalho aquecido e empregados mais qualificados influenciam melhora da renda

Cresce parcela de salários acima do mínimo

Lucianne Carneiro
Do Rio

Os dados do mercado de trabalho mostram uma mudança na distribuição do pessoal ocupado por faixa de rendimentos nos últimos dois anos. A parcela dos trabalhadores com renda mensal entre zero e um salário mínimo caiu de 35,5% no primeiro trimestre de 2022 para 31,7% em igual período de 2024, mostra levantamento do economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores, a partir de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Já a fatia do grupo com rendimento entre um e dois salários, que estava em 32,4% no início de 2022, agora está em 35,1%. Entre os trabalhadores com rendimento acima dos dois salários mínimos, a participação também subiu e passou de 29,9% no primeiro trimestre de 2022 para 31,6% no primeiro trimestre deste ano.

Em números absolutos, a comparação do primeiro trimestre de 2024 com igual período de 2022 mostra um aumento de 10,6% dos trabalhadores ocupados com rendimento superior a dois salários mínimos por mês (3,1 milhões a mais), acompanhado por alta ainda mais expressiva, de 13,6%, daqueles no grupo intermediário, entre um e dois salários — 4,2 milhões a mais. Por outro lado, o número de pessoas ocupadas com rendimento abaixo de um salário-mínimo caiu 6,5%, com 2,3 milhões de trabalhadores a menos.

Mercado de trabalho aquecido, especialmente o setor formal, aumento da renda, melhoria da composição educacional do pessoal ocupado, reajuste do salário mínimo acima da inflação, maioria de acordos coletivos com reajustes acima da inflação, desaceleração da inflação, saída de trabalhadores de menor rendimento do mercado e redução de postos de trabalho de pior qualidade são algumas das razões que explicam essa nova estrutura do pessoal ocupado por faixa de rendimentos, de acordo com especialistas. O movimento observado é resultado da combinação desses fatores, defendem.

"Na saída da pandemia, o que vimos foi um mercado de trabalho mais aquecido, com recomposição do setor formal e ganho da renda. Isso ajuda a explicar essa nova distribuição da população ocupada por faixa de rendimento. Além disso, são dois anos seguidos de alta do salário mínimo acima da inflação e os acordos coletivos mostram também esse ganho da inflação, após um longo período em que o trabalhador ficou sem poder de barganha", afirma o autor do levantamento, Bruno Imaizumi.

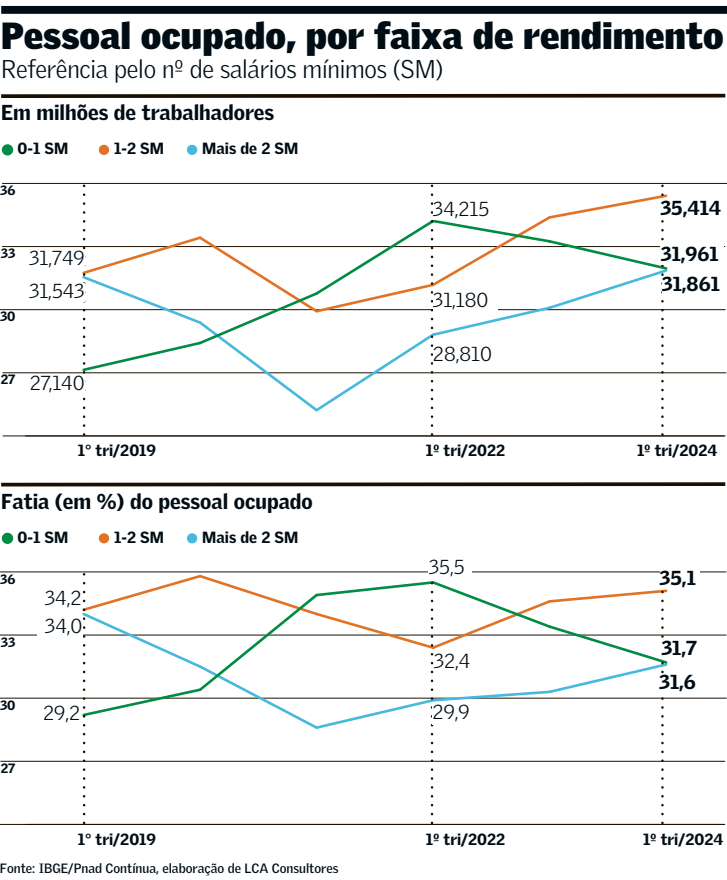
Os dados mais recentes do Salariômetro da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), referentes a março, mostram que 89% de reajustes em 2024 foram acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede inflação percebida por famílias com renda entre um e cinco salários mínimos mensais. Foi o 16º mês seguido de reajustes reais positivos, um novo recorde. O reajuste mediano de março foi 5%, acima dos 3,9% do INPC no período.

Já o salário mínimo, que começou 2023 em R$ 1.302, foi reajustado para R$ 1.320 em maio, após medida provisória do governo Lula, mantida pelo Congresso Nacional. Em 2024, houve reajuste de quase 7%, para R$ 1.412.

Com o reajuste do salário mínimo, parte dos trabalhadores que estavam em determinada faixa de rendimentos pode cair para a anterior. Uma pessoa que ganha R$ 2.700, por exemplo, recua da faixa de mais de dois salários mínimos para aquela entre um e dois salários. Ao mesmo tempo, no entanto, o salário mínimo funciona como uma referência também para o setor informal, puxando a remuneração para cima quando há reajuste acima da inflação.

LEONARDO RODRIGUES/VALOR

"Vimos mercado de trabalho mais aquecido, com recomposição do setor formal e ganho da renda"
Bruno Imaizumi

O pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) Fernando de Holanda Barbosa Filho também acredita na contribuição do setor formal no pós-pandemia como um dos fatores que explicam esse novo retrato da distribuição dos rendimentos no mercado de trabalho. Esta é inclusive uma das características que diferenciam esta recuperação daquela na saída da crise de 2015/2016, nota ele.

"O setor formal foi a grande novidade da saída dessa crise, e isto está relacionado com os frutos da reforma trabalhista. Ao mesmo tempo, tem havido um aumento da escolaridade da mão de obra e uma melhoria na composição educacional do emprego, que ajuda nesse avanço da parcela dos que ganham acima de dois salários mínimos", explica.

Nessa combinação de efeitos simultâneos, no entanto, Barbosa Filho vê como fator preponderante para a redução da parcela da menor faixa de renda a saída do mercado de trabalhadores desse grupo por causa dos valores mais elevados dos benefícios sociais.

A partir de janeiro de 2022, o governo passou a pagar o Auxílio Brasil de R$ 400 — como substituto do Bolsa Família, com valores menores. Antes da eleição, houve aumento para R$ 600. O novo governo manteve o valor em R$ 600 e recriou o Bolsa Família, com valores adicionais para crianças.

"A redução de participação, em percentual, de quem ganha até um salário mínimo entre os ocupados está relacionada a um benefício social em nível muito mais elevado. O grupo perdeu mais de 2 milhões de pessoas", acredita o pesquisador do FGV Ibre.

Para Imaizumi, no entanto, essa parcela menor de trabalhadores com ganhos de até um salário mínimo no total do pessoal ocupado tem a ver com o aquecimento do mercado de trabalho, que permite a incorporação até mesmo de quem não tem tanta qualificação.

"A longo prazo, é natural que o aumento da parcela desses trabalhadores esbarre na questão da qualificação, já que o salário reflete a produtividade por trabalhador", afirma o economista.

O pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Marcos Hecksher atribui o movimento observado na composição do pessoal ocupado, por grupos de rendimentos, à redução do desemprego, ao aumento da renda e à desaceleração da inflação.

"As pessoas estão ganhando mais salários mínimos e, além disso, o próprio salário mínimo aumentou seu poder de compra. O desemprego caiu ao menor nível dos últimos dez anos e tanto a proporção de pessoas com trabalho como a remuneração real do trabalho cresceram no último ano, enquanto a inflação recuou", diz o economista.

Na avaliação de Heckser, os trabalhadores que estavam na faixa de pior remuneração, abaixo do mínimo legal, avançaram para o grupo de renda acima — entre um e dois salários mínimos —, e não para fora do mercado de trabalho.

"A proporção de pessoas que trabalham aumentou entre aquelas com menos de um ano de estudo, as declaradas pretas e pardas e as residentes no Nordeste. O que diminuiu foi a quantidade de postos de pior qualidade", afirma.

Pessoal ocupado, por faixa de rendimento
Referência pelo nº de salários mínimos (SM)

Fonte: IBGE/Pnad Contínua, elaboração de LCA Consultores

Conjuntura Segmento de transformação dá sinais animadores, com queda dos juros e mercado de trabalho aquecido, e sobe pelo quinto mês seguido

Indústria recua em abril, mas cenário segue positivo

Marsílea Gombata, Ívina Garcia e Lucianne Carneiro
De São Paulo e do Rio

A produção industrial caiu mais que o esperado em abril, na comparação com março, mas o cenário é positivo para a indústria de transformação, afirmam economistas. Isso porque setores como os de bens de capital e bens de consumo duráveis vêm se recuperando pelo efeito da queda dos juros, do mercado de trabalho aquecido e do aumento real da renda, o que deve se manter no curto prazo.

Em abril, a produção da indústria brasileira caiu 0,5%, ante março, após duas altas consecutivas, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O desempenho ficou abaixo da mediana das estimativas compiladas pelo Valor Data, de queda de 0,4%, livre dos efeitos sazonais.

Na comparação com abril de 2023, a produção industrial subiu 8,4%. Por essa base de comparação, a expectativa mediana do mercado era de alta de 8,5%.

A queda de abril foi puxada pela indústria extrativa. Depois de um 2023 bom, o setor vem recuando desde o início do ano, e em abril teve queda mensal de 3,4%. Em contraposição, a indústria de transformação teve a quinta alta mensal consecutiva em abril, quando cresceu 0,3%.

"Entre os segmentos em queda, há alguns com pesos importantes, como o setor extrativo, que recuou devido à queda na produção tanto do minério de ferro como do petróleo, além do setor de alimentos. Esses dois setores representam cerca de 30% da estrutura industrial", afirmou o gerente da pesquisa, André Macedo.

Apesar da queda da produção em abril, os quatro primeiros meses do ano foram positivos para o setor, cuja recuperação ainda não terminou, afirma Aloísio Campelo Júnior, superintendente de estatísticas públicas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

No acumulado de janeiro a abril de 2024, afirma, a indústria brasileira cresceu 3,5%. No período, a categoria de bens de capital cresceu 4,7%, a de bens intermediários, 3,2%, a de bens de consumo, 4,5%. Destes, a categoria de duráveis avançou 6,7%, a de semiduráveis e não duráveis, 4,1%.

Na variação abril contra março, a categoria de bens intermediários caiu 1,2%, sendo a única a registrar queda da produção em abril, ante março. A categoria responde por quase 60% do total.

Evolução da produção
Indústria volta ao campo negativo

	Variação frente a mar/24 (%)	Variação frente a abr/23 (%)
Indústria geral	-0,5	8,4
Bens de capital	3,5	25,5
Bens intermediários	-1,2	4,6
Bens de consumo duráveis	5,6	25,8
Bens de consumo semi e não duráveis	0,1	11,5
Indústrias de transformação	0,3	10,3
Indústrias extrativas	-3,4	-1,6

Alta em três das quatro categorias econômicas frente a mar/24

Avanço em **18 dos 25** ramos industriais ante mar/24

70,3% dos 789 produtos investigados em alta ante abr/23

Fonte: IBGE

> "Setor extrativo recuou devido à queda na produção de minério de ferro e petróleo"
> *André Macedo*

SILVIA ZAMBONI/VALOR

Rafael Cagnin, economista do Iedi: "75% da indústria de transformação conseguiu ampliar a produção"

Os bens de capital avançaram 3,5% em abril, ante o mês anterior, enquanto os bens semi e não duráveis avançaram 0,1%, e os duráveis subiram 5,6%.

Destaque para a produção de veículos automotores, reboques e carrocerias, que disparou 13,2% em abril, após ter tido queda mensal de 4,6% em março.

"Há uma melhora na produção recente de automóveis, caminhões, autopeças e ônibus. E este movimento está relacionado ao mercado doméstico, influenciado pelo comportamento positivo do mercado de trabalho, com o aumento de pessoas ocupadas e da massa de rendimentos, flexibilização da política monetária, com redução da taxa de juros, e queda da inadimplência. São fatores importantes e que devem ser considerados", disse Macedo, ao destacar que a produção de veículos está 2% abaixo do patamar do pré-pandemia, de fevereiro de 2020.

Segundo Rafael Cagnin, economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), a principal explicação para a alta da indústria de transformação é a queda de juros.

"Se olharmos as aberturas, 75% da indústria de transformação conseguiu ampliar a produção. Há uma mudança de perfil. São produções cujos mercados dependem de financiamento. E essa performance vem sendo viabilizada pela redução da taxa de juros, cujos efeitos na ponta demoram a ocorrer, e por condições de demanda doméstica melhores, como crescimento da renda real, recuperação do emprego, além de outros programas de transferência de renda que ajudam a melhorar demanda interna", afirma, ao ressaltar, contudo, que o principal facilitador para a retomada da produção é a melhora das condições de crédito.

"Isso é importante para essa atividade de bens de capital e bens duráveis, que precisam de financiamento, de empresas e famílias."

As chuvas no Rio Grande do Sul não tiveram efeito sobre as cifras da indústria em abril, mas devem levar a uma queda acumulada de 15% na produção industrial do Estado nos meses de maio e junho, afirma Maurício Nakahodo, economista sênior do banco MUFG Brasil.

Ele lembra que o peso do Rio Grande do Sul no PIB da indústria brasileira é de 6,1%, o peso industrial no PIB geral é de 25% e que o peso da indústria gaúcha no PIB total é de 1,6%.

"Devido ao peso baixo, o impacto do PIB geral será de menos 0,2 ponto percentual", afirma sobre a projeção de alta de 2% do PIB nacional em 2024.

O economista argumenta, contudo, que o Rio Grande do Sul responde por parcelas relevantes da indústria nacional, como calçados (30%), móveis (25%), máquinas e equipamentos (20%) e utensílios metálicos (16,5%).

A XP prevê alta de 2,2% do PIB neste ano, mesmo levando em conta o impacto do desastre natural no Rio Grande do Sul. "Projetamos que a indústria total crescerá 2,5% em 2024. Com PIB no segundo trimestre crescendo 0,3% ante o primeiro trimestre", escreveu Rodolfo Margato, economista da XP, em relatório enviado a clientes.

Intenção de contratação tem maior queda em 7 meses

Alessandra Saraiva
Do Rio

Após cinco meses de altas consecutivas, a intenção futura de contratar por parte do empresariado registrou em maio a maior queda em sete meses, segundo o Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp), da . Fundação Getulio Vargas (FGV).

O indicador caiu 1,3 ponto em maio, para 78,9 pontos, a mais intensa retração desde outubro de 2023 (-1,4 ponto). Uma série de fatores, entre eles a crise climática no Rio Grande do Sul, levou ao resultado, diz Rodolpho Tobler, economista da FGV responsável pelo indicador.

Segundo o especialista, empresários de indústria e de serviços se mostraram mais cautelosos, em maio, na abertura de vagas para os próximos meses.

Em maio, quatro de sete componentes do IAEmp mostraram desempenhos negativos, detalhou a FGV. No caso dos dois setores citados por Tobler, a fundação apurou quedas no indicador de Emprego Previsto da Indústria, de -0,8 ponto; e nos indicadores Emprego Previsto e Tendência de Negócios de Serviços, respectivamente de -0,6 ponto e de -0,5 ponto.

Um conjunto de fatores desfavoráveis conduziu ao menor ímpeto de contratação, reiterou o economista.

Um deles é a convergência para neutralidade, após muitas elevações seguidas. "Isso mostra o quanto o mercado de trabalho está aquecido", disse. No entanto, observou que, como ritmo de abertura de vagas foi forte no primeiro semestre, a tendência é que os empresários estabilizem intenção de contratação, no segundo semestre, notou ele.

Além disso, o mês contou com algumas incertezas na economia. É o caso de dúvidas na área fiscal e na trajetória dos juros e da inflação, lembrou. Esse contexto afeta processo de decisão de contratação, observou.

Outro aspecto que não pode ser desconsiderado, no entendimento dele, é o desastre do Rio Grande do Sul. Para o especialista da FGV, não é possível mensurar em pontos percentuais, no momento, impacto da maior cautela do empresariado gaúcho na queda do IAEmp. "Mas certamente contribuiu [para a queda]. Afetou consumo, afetou hotelaria, afetou setores de serviços, de comércio [do Estado]", disse Tobler.

Entretanto, o economista comentou que, por enquanto, a queda do IAEmp não preocupa. Mesmo com intensidade expressiva, ele comentou que o recuo pode ser entendido mais como ajuste após aumentos sucessivos.

"Em junho [o IAEmp] ainda pode ter resultado negativo" disse, a frisar que, neste mês, a tragédia no Rio Grande do Sul vai continuar a influenciar o indicador. "Mas não podemos dizer que [a queda] é tendência", disse. Para ele, é preciso esperar próximos meses para mensurar tendência do indicador.

Estudo sugere que tecnologia afeta saúde mental de jovens

Luiz Fernando Figliagi
De São Paulo

A saúde mental dos jovens ao redor do mundo vem se deteriorando há mais de uma década. O uso excessivo de smartphones e redes sociais é considerado uma possível razão, de acordo com dados de um estudo do National Bureau of Economic Research (NBER), coletados por três pesquisadores do Reino Unido. Os resultados indicam que alguns problemas de saúde mental, como angústia, estão ligados a um maior tempo de tela.

No Brasil, o estudo indica que 61,8% dos jovens entre 18 e 24 anos admitem sentir-se angustiados e com dificuldades. Por outro lado, o segmento da população que menos sofre com problemas de saúde mental está entre as idades de 75 e 84 anos. Segundo a pesquisa, apenas 10,5% dos idosos afirmam sentir-se angustiados e com dificuldades. De acordo com os autores do estudo, essa diferença entre os dois grupos etários mostra que o padrão de bem-estar mudou.

"Os jovens estão enfrentando a angústia ou lutando contra doenças mentais em todo o mundo. O padrão é o mesmo em todos os lugares", diz Alex Bryson, professor de ciências sociais quantitativas da University College London (UCL) e coautor do estudo com os pesquisadores David Blanchflower e Xiaowei Xu.

Bryson relata que os jovens de 34 países vêm sofrendo mais com problemas de ansiedade, depressão, angústia e medo há uma década e meia, período que coincide com a disseminação de smartphones e redes sociais.

Em toda a população, 30% dos brasileiros apresentam problemas como angústia e luta contra doenças mentais, enquanto na Argentina, que enfrenta um longo período de crise econômica, esse percentual está em 19%. Para o pesquisador, dadas as circunstâncias econômicas no país vizinho, é algo "realmente interessante".

"Mas você também tem outros países na América com pontuações maiores do que o Brasil. Olhe para a Colômbia, por exemplo, 32,4%, no México está em 32,3% e há ainda outros países com percentuais elevados", destaca.

A Venezuela, que passa por uma crise econômica e social ainda mais aprofundada que a Argentina, é o país com o menor índice de angustiados e lutando contra problemas de saúde mental: 17,5%, seguida por Chile, com 18% e a Argentina, com 19%.

"Alguns países estão em posição pior do que outros e queremos tentar entender. Isso não era visto há 10 ou 15 anos. Antes eram os mais velhos que enfrentavam problemas com depressão, agora, são os jovens. As redes sociais têm impacto nisso", revela Bryson.

Há um conjunto crescente de evidências que sugerem que o aumento do mal-estar dos jovens está associado ao aumento do uso da internet e dos smartphones. Segundo Bryson, isso é observado principalmente nos Estados Unidos e no Reino Unido.

Ele afirma que é difícil cravar que a relação entre redes sociais e a piora da saúde mental de jovens seja a causa, mas afirma que certamente é algo que precisa ser examinado mais a fundo.

Há ainda, segundo o professor da UCL, uma relação do uso dos celulares com a pandemia, pois as pessoas começaram a ficar mais tempo em casa. "Para o jovem que ficou fora da escola, o impacto não foi só na educação, mas também socioemocional", aponta.

Para Rodrigo Bressan, presidente do Instituto Ame Sua Mente, a função da escola é de civilizar e preparar os jovens para a vida na sociedade. "Para o garoto de 14 anos muda tudo e na hora que ele não é educado pela instituição escola nessa fase da vida, alguns não terão problemas, mas muito passam a ter", diz.

Segundo ele, 25% a 30% da população mundial desenvolverá um transtorno mental, sendo 75% antes dos 24 anos e 50% antes dos 14. Para os mais novos, isso tem ligação clara com o uso sem moderação de redes sociais e pode afetar a forma em como eles lidam com críticas, frustrações e problemas.

"Todas as mídias sociais são máquinas de viciar, porque tem que fazer você ficar mais tempo ali dentro. A tecnologia para viciar é sofisticadíssima, igual à indústria do tabaco. Tem um monte de cientista e neurocientista, fazendo você entender que você precisa daquilo. Ninguém mais espera, todo mundo só vê celular e isso muda o funcionamento, é um impacto cerebral", descreve.

A pesquisa entrevistou 48.249 pessoas no Brasil, de acordo com os responsáveis pelo estudo.

Operação encontra arma pesada em terra indígena

Renan Truffi e Fabio Murakawa
De Brasília

Um balanço do governo federal das operações realizadas na Terra Indígena Yanomami mostra que 11 armas foram apreendidas pelas forças de segurança em maio. Dentre essas armas em poder de garimpeiros estava uma submetralhadora .40, armamento de uso restrito. Além disso, 11 pessoas foram presas no mesmo período.

A submetralhadora foi apreendida durante uma ação das Forças Armadas, quando os militares também encontraram uma pistola .40, uma espingarda calibre 12mm, um revólver calibre 38, munições para as armas, um colete à prova de balas, dois coldres, além de três rádios para comunicação.

As outras seis armas foram localizadas em operações a cargo da Polícia Federal, da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), da Força Nacional e da Polícia Rodoviária Federal.

O levantamento mostra também que, em maio, foram realizadas 173 operações, que resultaram na destruição de 134 motores e de 43 geradores, 9.335 litros de óleo diesel inutilizados e a apreensão de 7,8 quilos de ouro.

No mesmo período, também foram apreendidas ou destruídas 11 aeronaves. A apreensão de aeronaves é um dado importante porque visa inviabilizar a logística de acesso à Terra Indígena Yanomami, onde só se pode chegar por via aérea ou fluvial. Todos os itens estavam em poder de garimpeiros ilegais que estavam dentro ou no entorno da terra indígena.

O cerco começou a ser feito depois que o Executivo decidiu instalar a chamada Casa de Governo, em Boa Vista. O órgão está vinculado à Casa Civil da Presidência. A casa foi criada com o objetivo de estancar as atividades relacionadas ao garimpo ilegal na região.

Desde o início das operações de proteção da terra indígena, já foram realizadas 686 operações de combate ao garimpo ilegal, com a destruição de 411 motores, 107 geradores, a apreensão de 8,338 kg de ouro e a inutilização de 63.279 litros de diesel.

Ambiente Fenômeno também deve atingir Pantanal, com mais incêndios e queimadas, alerta ministra

Marina prevê ‘seca terrível’ na Amazônia

Fabio Murakawa e Mariana Assis
De Brasília

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, fez ontem um alerta para a probabilidade de uma estiagem severa no Pantanal e na Amazônia neste ano, com um “fenômeno terrível” de incêndios e queimadas como consequência. E, após divulgar queda de 12,9% no desmatamento do Cerrado nos primeiros cinco meses do ano, afirmou que ainda não se pode dizer que essa é uma tendência “duradoura”.

Marina externou a preocupação com os biomas brasileiros em entrevista coletiva após ato em celebração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, no Palácio do Planalto.

“O que estamos trabalhando no Pantanal são os desdobramentos desses eventos climáticos relacionados a fenômenos naturais. Nós não conseguimos a cota de cheia do Pantanal. A Agência Nacional de Águas (ANA), no dia 13, estabeleceu situação crítica hídrica em toda a bacia do rio Paraguai. Isso é a primeira vez que está acontecendo”, afirmou. “O que nós estamos vendo em chuvas no Rio Grande do Sul e os efeitos dessa chuva, nós vamos ver em estiagem, provavelmente, na Amazônia e no Pantanal. E como consequência a associada às chuvas, em relação a deslizamentos e enchentes, nós vamos ter um fenômeno terrível que são os incêndios e queimadas.”

CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO

“Nós vamos ter no Rio Grande do Sul uma estiagem severa”
Marina Silva

Segundo ela, o ministério está tentando obter “recursos e meios extraordinários” para mitigar os efeitos dessa futura seca.

“Também em relação ao Nordeste e à caatinga, que já têm momentos de estiagem severa, nós vamos ter no Rio Grande do Sul uma estiagem severa”, afirmou.

Ontem, durante o ato, o governo federal e os governos de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e os Estados da Amazônia Legal firmaram um pacto para o combate a incêndios florestais na Amazônia e no Pantanal. Ele estabelece ações como definição de áreas prioritárias para preservação e combate a incêndios, compartilhamento de recursos e equipamentos e ações de monitoramento. Haverá ainda a ampliação do período de proibição do uso do fogo nas lavouras, habitualmente de 1º de julho a 31 de outubro. O veto será estendido até 30 de novembro na Amazônia e 31 de dezembro no Pantanal.

Marina divulgou ontem uma queda de 12,9% do desmatamento no Cerrado entre janeiro e maio deste ano em comparação ao mesmo período de 2023. Mas disse não ver motivo para comemoração.

“Ainda é muito cedo para a gente poder falar alguma coisa. A gente não pode ficar na inércia do resultado alcançado nem deve ter postura apologética em relação a sinalizações iniciais. Quando não se é negacionista a gente não pode ser também ‘enganacionista’. O pior engano é o que a gente faz para a gente mesmo”, afirmou Marina. “Ainda é cedo para dizer que isso é uma inflexão duradoura na curva.”

Marina ressaltou o fato de que boa parte do desmatamento no Cerrado é feita de forma legal, devido ao Código Florestal, que exige um percentual de apenas 20% de reserva legal nas propriedades. A cifra é o inverso do que ocorre em relação à Amazônia, onde os proprietários precisam preservar 80% das áreas.

“No caso do Cerrado, uma boa parte desse desmatamento conta com licença. Uma parte, de cerca de 50%, é ilegal, e o Ibama pode agir”, afirmou Marina. "Estamos fazendo um trabalho de convencimento porque a remoção dessa cobertura florestal já está levando a danos ambientais severos, com a redução da vazão dos rios e dos lençóis freáticos."

Como parte desse "trabalho de convencimento", o ministro Rui Costa chamou os governadores de Estados inseridos no bioma para um "pacto" em favor do Cerrado. Esse pacto está sendo construído diante da constatação dentro do governo de que será difícil alterar o Código Florestal, devido à força do agro no Congresso. O Cerrado concentra a maior parte da produção de grãos do país.

Apesar da queda nos primeiros meses neste ano, o desmatamento no bioma aumentou 43,6% em 2023. Sem mencionar diretamente o Código Florestal, Marina realçou o tema ao discursar em evento no do Planalto. “Temos aumento do desmatamento no Cerrado, e esse é um grande desafio. O grande desafio é que, no Cerrado, você tem direito a desmatar 80%. O problema é que a legislação permite, mas a natureza não assimila.”

Curta

Simples amplia prazo no RS

O Comitê Gestor do Simples Nacional prorrogou, por um mês, as datas de vencimento dos tributos apurados no Simples Nacional para contribuintes com matriz seis em municípios do Rio Grande do Sul (RS), que está em situação de calamidade pública. Segundo portaria publicada no “Diário Oficial da União”, a medida atende os contribuintes das cidades de Arambaré, São Lourenço do Sul, Doutor Ricardo, São Valentim do Sul, Rio Grande e Triunfo. Os tributos com vencimento original em 20 de maio serão prorrogados para 20 de junho; e com vencimento em 20 de junho de 2024 terão vencimento em 22 de julho.

A sombra de Dilma III invade a política

Maria Cristina Fernandes

O governo escapou de uma derrota, mas o enrosco da taxação das compras internacionais até US$ 50 trouxe à tona a antecipação de um cenário marcado para acontecer depois das eleições municipais. A alcunha de "Dilma III", que persegue a trajetória fiscal do governo, agora invade a política.

Na comparação, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sempre deixou a sucessora coberta de poeira. Não se deixaria dominar pelo Centrão porque é do ramo. Mas eis que o "imposto das blusinhas" revelou que nem mesmo o mais experiente dos presidentes está a salvo. O senador Davi Alcolumbre (União-AP) e o deputado Arthur Lira (PP-AL) não querem apenas renovar o poder no Legislativo. A empreitada tem um nome pomposo, repactuação da agenda do próximo biênio, mas se trata de tomar conta do Executivo.

O único capaz de barrar este assalto, diz o PT, é Lula. Mas o presidente não apenas ganhou por margens estreitas como também é por elas contido. Lula I peitou a taxação dos inativos porque não havia quem disputasse a base da sociedade com sua liderança.

Agora a desvinculação da Previdência do salário mínimo está fora de cogitação, a despeito de déficit potencialmente explosivo, porque Lula tem a direita no encalço de sua base como nunca antes na história.

A disputa se estende da base ao topo. A despeito de o PIB ser crescido no primeiro trimestre acima das expectativas, do mix emprego em alta e inflação em queda, o azedume no topo da pirâmide cresce à medida que a ênfase na receita não é acompanhada de corte de gastos.

Quando se anunciou que o governo pretendia propor a taxação da previdência privada, grupos de WhatsApp de executivos do mercado financeiro explodiram. Queixavam-se de que, além da taxação dos fundos offshore e exclusivos, tributariam herança para "dar dinheiro pro Judiciário e pro Congresso". Foi o risco de o azedume chegar à classe média, porém, que levou ao recuo.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), disse a "O Globo" que não se pode exigir protagonismo na articulação de quem voltou ao poder depois de prisão em que foi impedido de ir ao enterro do irmão, esteve no do neto como se fosse um traficante e assistiu a comemorações da morte da ex-primeira-dama, Marisa Letícia.

Ao reconhecer as dificuldades que enfrenta para cumprir suas tarefas, Wagner sugere que a do presidente se esgotou com a derrota do bolsonarismo, mas são as margens estreitas pelas quais Lula se move que fazem com que os chefes do Legislativo se apresentem para o serviço.

Virou moeda corrente hoje no Senado a constatação de que um governo não pode lidar com um Congresso de centro-direita com todos os cargos de liderança e, principalmente, cargos-chave no Palácio do Planalto, nas mãos do PT. Alcolumbre tem uma solução para este problema: Já instalar o atual presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), de preferência na Casa Civil.

Passou a se posicionar de forma mais decidida depois de concluir que Lira segue determinado a fazer um combo da disputa da mesa com a ocupação da Saúde. Sua titular, Nísia Trindade, é "acusada" de se dedicar ao SUS, deixando a saúde privada e, principalmente, os interesses privados na Pasta de lado. É este o pano de fundo da disputa de Lira com o ministro Alexandre Padilha.

O PT é useiro e vezeiro em entregar a Saúde para o MDB quando a água ultrapassa a linha do pescoço. Lula I manteve a Pasta com o PT (Humberto Costa) até o mensalão, quando a entregou ao MDB (Saraiva Felipe). Lula II partiu para o abraço com o partido sanitarista de ponta a ponta (Agenor Alvares e José Gomes Temporão). Dilma I fechou com o PT (Padilha), e Dilma II também começou com o partido (Arthur Chioro), mas entregou a Pasta para o MDB (Marcelo Castro) na vã tentativa de se salvar do impeachment.

Quando Michel Temer assumiu, achou por bem retribuir os préstimos do PP à sua posse e lhe entregou a Saúde (Ricardo Barros). Jair Bolsonaro manteve os cargos de segundo escalão do PP, que agora quer retomá-los e pegar o comando da Pasta de volta.

A vitória de Lira na sucessão da mesa diretora é uma pré-condição. Daí o jogo de Alcolumbre ao prestigiar como relator de matéria tão crucial um senador, como Rodrigo Cunha (Podemos-AL), capaz de embaralhar o jogo de Lira, que busca, nessas eleições municipais, montar as bases de sua vaga no Senado em 2026.

Turbinado pelo acordo com a Braskem, que entregou R$ 2,7 bilhões à Prefeitura de Maceió pelo dano ambiental causado à cidade, o atual prefeito de Maceió, João Henrique Caldas, não apenas deve se reeleger como tem tudo para disputar cargo majoritário em 2026.

Por isso, Lira pretendia colocar um aliado na sua vice e inibir sua desincompatibilização do cargo. Ao escapar dessa armadilha convidando Cunha para vice, JHC sugere que a competição pelo Senado será mais acirrada do que Lira esperava, visto que o senador Renan Calheiros (MDB) também pretende renovar sua cadeira.

A dificuldade possibilitou a Alcolumbre e Pacheco oferecer a solução, com a derrota da manobra de Cunha. O episódio, porém, deixa claro que os enroscos não se limitam às pautas de segurança ou de costumes. Invadem as votações que podem garantir fôlego fiscal ao país. O Congresso estica a corda para forçar os portões da cidadela lulista. O problema de o presidente escancará-los agora é o que entregar depois da dificílima eleição municipal que tem pela frente.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às quintas-feiras
E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

Congresso Isenção de imposto sobre transações de até US$ 50 caiu do PL do Mover por unanimidade em votação simbólica

Senado reinsere taxação de compras internacionais

Julia Lindner e Caetano Tonet
De Brasília

O Senado aprovou, nesta quarta-feira (5), o fim da isenção tributária para compras internacionais de até US$ 50, ao taxá-las em 20%. A cobrança do Imposto de Importação foi inicialmente excluída pelo relator, Rodrigo Cunha (Podemos-AL), da matéria que cria a nova política automotiva brasileira, o Mover, por ser classificada como um "jabuti". O trecho acabou resgatado em uma deliberação separada que ocorreu de forma simbólica, ou seja, sem contagem de votos.

Os defensores do texto afirmam que o objetivo do "PL da blusinha" é proteger a indústria e varejo nacionais da concorrência com os marketplaces estrangeiros, em especial os chineses, como Shein, Alibaba e AliExpress.

A partir do texto, a tributação efetiva sobre os produtos de até US$ 50 deve alcançar cerca de 44,5%, já que também pagam 17% de ICMS para os Estados. A cobrança começará imediatamente após a sanção presidencial, depois de passar por uma nova avaliação da Câmara.

No Senado, a votação simbólica do destaque da taxação foi costurada pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), para evitar que os parlamentares precisassem "colocar a digital" no tema, considerado impopular. O governo temia que uma análise no formato nominal poderia constranger os senadores e aumentar o risco de derrota.

"Tem um dinossauro passando por cima de nós. O Senado tem que colocar a digital", reclamou o líder do Republicano no Senado, Mecias de Jesus (RR).

Em paralelo, a oposição tentou aprovar um outro destaque para reduzir para 20% os tributos federais dos produtos nacionais, mas o pedido foi rejeitado.

MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

Relator reincluiu cobrança

Oposicionista ferrenho, o senador Jorge Seif (PL-SC) defendeu a taxação dos importados como forma de proteger a indústria nacional. Ele afirmou que a empresa da sua família, do ramo da pesca, foi prejudicada pela falta de regulação de produtos importados.

"Não vou fazer discurso populista hipócrita de que 'eu estou a favor de consumidor'. E sou contra a indústria nacional, contra o consumidor nacional e a favor do desemprego no meu Brasil para defender três plataformas chinesas. Que brincadeira é essa? Vai brincar de populismo porque é ano eleitoral?", questionou Seif.

Correligionário de Seif e líder da oposição, Rogério Marinho (PL-RN) reconheceu que o tema é meritório, mas argumentou que o Ministério da Fazenda poderia resolver a questão por meio de portaria e não encaminhar a contra política ao Congresso.

"A cereja do bolo é utilizar-se uma matéria para pegar-se uma carona no assunto, que certamente é importante para o conjunto da indústria brasileira, dos trabalhadores brasileiros, dos consumidores brasileiros, mas que deveria ser tratado de uma forma altiva, transparente e aberta pelo governo federal, que tem os instrumentos para isso. O Decreto-Lei 1.804, de 3 de setembro de 1980, outorga a discricionariedade ao Ministério da Fazenda, para que ele, por portaria, estipule a taxa que deverá ser imputada a essas importações", argumentou Marinho.

Governista, o senador Rogério Carvalho (PT-SE) disse que a falta de taxação pode parecer uma vantagem para quem compra, mas ponderou que "é preciso entender que essa vantagem pode significar o desemprego na sua família, essa vantagem pode significar o emprego sendo gerado fora do Brasil e a exportação de vagas de emprego".

Outros trechos considerados controversos foram excluídos da matéria por serem jabutis (temas estranhos ao escopo do projeto), como o que estabelece uma política de conteúdo local para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural. Neste caso, entretanto, houve apoio do governo e atuação direta do vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin.

Em nota, entidades ligadas à indústria têxtil e outros setores comemoraram a aprovação do PL, mas ressaltaram que ainda será preciso mudar "questões regulatórias e de conformidade, já que produtos importados por essas plataformas não passam por fiscalização de órgãos como Inmetro, Anvisa e Anatel".

Disputa entre Casas motiva mudanças

De Brasília

As mudanças feitas pelo senador Rodrigo Cunha (Podemos-AL) no projeto de lei (PL) que estabelece o programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover) têm como pano de fundo uma disputa que se arrasta desde o início do ano passado entre Câmara e o Senado: a tramitação das medidas provisórias (MPs).

Na terça-feira, Cunha anunciou a retirada de "jabutis", trechos considerados estranhos ao escopo da matéria, inseridos pelos deputados, como o trecho que trata da taxação de 20% de compras internacionais de até US$ 50. Na votação de ontem, senadores acabaram reinserindo esse trecho no texto. Mas o movimento de Cunha irritou especialmente o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que havia fechado um acordo com o governo sobre o tema.

Inicialmente, a criação do programa Mover foi encaminhada pelo governo por meio de MP, que tinha validade por três meses, mas, por não ter sido apreciada, perdeu validade no último dia 31. A medida não pode tramitar por resistência da Câmara, que questiona a composição das comissões mistas — formada igualmente por deputados e senadores — destinadas a analisar esse tipo de matéria.

Sem viabilidade para a medida provisória, a alternativa para o governo foi editar um projeto de lei, em regime de urgência, para tratar do mesmo tema. A solução tem sido adotada diversas vezes para driblar o impasse sobre as MPs.

De acordo com aliados do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e do presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), os parlamentares da Casa estão extremamente incomodados com o prazo apertado para avaliar os textos que vêm da Câmara. Eles defendem que a Constituição seja cumprida na tramitação das medidas provisórias, o que, na visão deles, evitaria atritos como o que está ocorrendo agora.

Nessa quarta-feira, Pacheco lamentou que o Congresso não tenha instalado comissão mista que analisaria a MP do Mover. Disse, ainda, que seria "absolutamente legítimo, absolutamente compreensível e muito honesto" pedir mais tempo para o debate. "Há um caminho a ser seguido que o Regimento nos impõe de ser observado para poder chegar às conclusões da maioria do Senado Federal", disse o presidente do Senado, após a votação.

Na semana passada, Alcolumbre já havia criticado esse ponto: "A gente recai novamente na questão do prazo de tramitação de uma matéria: a Câmara usa o tempo todo para fazer, e a gente volta para o Senado ouvindo o apelo do líder do governo por conta do prazo."

No mesmo discurso, o senador reforçou que a insatisfação no Senado é unânime sobre a questão. "Se procurar os 81 senadores, têm uma insatisfação em relação a esse prazo entre todos eles, e está demais já", declarou. Em outro momento, ele também reclamou de matérias aprovadas pelo Senado que ficam paradas na Câmara.

Apesar de Rodrigo Pacheco dizer que é favorável à taxação das compras internacionais, foi dele a escolha de Rodrigo Cunha, que se apresenta como independente, para a relatoria.

De acordo com aliados, Alcolumbre também participou da decisão. A interlocutores, o senador tem reclamado da tese de que Cunha está agindo individualmente para atingir Arthur Lira, que já foi seu aliado, mas de quem hoje está afastado. Cunha nega que sua decisão tenha relação com uma suposta disputa política em Alagoas. *(JL e CT)*

Varejo e indústria preferem não cantar vitória

Análise

Adriana Mattos
São Paulo

As varejistas e indústrias nacionais acreditam que não devem ocorrer novas reviravoltas na taxação dos produtos importados de até US$ 50, mas ainda não querem cantar vitória antes do tempo. Houve, na noite dessa quarta-feira (5), aprovação no Senado Federal do imposto de importação de 20% para envio de produtos de até US$ 50, mas a questão ainda deve passar pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que pode vetar ou sancionar o texto.

Há sinalização, entre líderes do governo, que Lula se sensibilizou com os apelos das empresas nacionais, e não deve vetar o tema, só que, considerando os revezes que varejistas e indústrias já tiveram que lidar em relação a esse tema, a postura é de cautela, dizem diferentes fontes de alto escalão do setor.

"Eu aprendi na minha vida que tem que deixar encerrar todo o processo antes de qualquer coisa, porque a gente é 'gato escaldado'. Mas foi um passo grande. Como foi um acordo já alinhado com o governo, não há expectativa de veto, mas vamos esperar", disse um representante do setor têxtil. "Em Brasília, cada dia uma agonia", disse ele.

"Só na hora de assinar se sabe que está resolvido, porque no meio do percurso, já achamos que estava tudo ok ontem [terça-feira] e deu no que deu", diz o presidente de uma grande rede nacional associada ao IDV, maior entidade do varejo.

Há cerca de 15 dias, Lula afirmou que a isenção do imposto era uma forma de manter o acesso dos brasileiros mais pobres às "bugigangas", e que ele vetaria a volta de um imposto. Isso fez acender um sinal de alerta no comércio e na indústria, porque, pela primeira vez, Lula havia se posicionado publicamente a favor do imposto zero para envios de até US$ 50.

Desde então, houve intensas negociações para o tema da taxação ser aprovado na Câmara dos Deputados dias atrás, e no Senado, nessa quarta-feira, assim como as plataformas se articularam para defender sua posição de manutenção da atual isenção do imposto.

Até início da manhã dessa quarta-feira, não havia clareza como seria o andamento da votação do tema em Brasília. O senador e relator do caso no Senado, Rodrigo Cunha (Podemos-AL) disse que poderia retirar o trecho da taxação (dentro de um projeto de lei que trazia a questão) por ser um "jabuti", ou seja, assunto estranho ao debate central do projeto.

Isso pegou de surpresa as empresas nacionais, que até aquele momento tinham recebido sinais de apoio do relator.

"Eu sempre digo que essa questão do 'ah agora está resolvido', não é bem assim. Nós minimizamos as diferenças tributárias, mas a taxação ainda está aquém da igualdade, porque a diferença nos impostos [entre empresas nacionais e estrangeiras] ainda existe", disse um segundo empresário do setor. Varejistas nacionais de moda, pagam, em média 90% de impostos para venda de produtos no país.

Como o **Valor** noticiou na semana passada, as plataformas estrangeiras, Shein e AliExpress, não esperavam que a volta do imposto tivesse apoio dos parlamentares. Isso porque haviam mapeado a posição, entre ministros de confiança de Lula, de rejeição à volta da taxação.

Em nota publicada nessa quarta, o IDV acredita que a proposta será sancionada pelo presidente, "afinal, não estamos discutindo uma nova taxação, mas, sim, a recuperação de alguma tributação para produtos antes taxados em 60%", disse no texto.

"Temos certeza de que o restabelecimento do imposto contribuirá muito para a manutenção de milhares de empresas e empregos, gerando riqueza dentro do país", afirmou o instituto.

"O Congresso Nacional teve enorme sensibilidade e compreendeu que não faz nenhum sentido ter uma política de favorecimento de produtos vindos do exterior em detrimento dos produzidos e vendidos no Brasil. Raramente vimos uma causa na qual a concordância com o restabelecimento do imposto teve tanto apoio do Congresso Nacional, e contamos que a proposta será sancionada", completou.

Segundo empresários do setor que estiveram em Brasília hoje, a busca é de "igualdade regulatória", ou seja, que a entrada de mercadorias estrangeiras no país sofra a fiscalização necessária, para impedir entrada de mercadorias em situação irregular e fora das normas sanitárias e de controle de qualidade.

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL

O deputado Janones é contido durante discussão na turbulenta sessão de ontem do Conselho de Ética da Câmara

Congresso Conselho de Ética da Câmara decide desconsiderar acusação da prática de rachadinha, em sessão marcada por agressões e insultos

Denúncia contra Janones é arquivada em meio a tumulto

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira, por 12 votos a 5, o parecer do deputado Guilherme Boulos (Psol-SP) para arquivar o pedido de cassação contra o deputado André Janones (Avante-MG) por supostamente receber parte dos salários de ex-assessores — esquema popularmente conhecido como "rachadinha".

A sessão acabou numa grande confusão entre os políticos, com empurrões, xingamentos, acusações mútuas sobre casos de corrupção e assassinatos, brigas e perseguição pelos corredores da Câmara. Imagens foram amplamente divulgadas nas redes sociais dos próprios deputados de direita, num movimento para aumentar o engajamento dos eleitores.

Os parlamentares de oposição ao governo Lula (PT) tentaram utilizar a sessão para aumentar o desgaste de Janones, um dos principais políticos de esquerda nas redes sociais, e de Boulos, que é pré-candidato à Prefeitura de São Paulo e defendeu o arquivamento da representação. Potencial adversário dele na eleição, o "coach" e influenciador digital Pablo Marçal (PRTB) acompanhou presencialmente a sessão, fez transmissões na internet e foi saudado pelos bolsonaristas.

O PL pediu a cassação do mandato de Janones por suposta cobrança de que os servidores de seu gabinete devolvessem parte dos salários para ajudarem-no a recompor o patrimônio que foi "dilapidado" na eleição e para fazer "caixa" para futuras campanhas eleitorais. A gravação da reunião foi divulgada pelo portal "Metrópoles" em novembro.

Janones rebateu que o áudio foi adulterado e que não cobrou a devolução dos salários dos assessores, mas que fez uma reunião com seu grupo político para discutir estratégias de como se fortalecerem nas eleições e que a ideia do caixa com parte dos salários não foi posta em prática. "Não tenho casa de R$ 14 milhões, não tenho loja de chocolate. Meu patrimônio reduziu desde 2022 em mais de 80%", disse o deputado, citando investimentos da família Bolsonaro (PL).

O argumento utilizado por Boulos para absolver o aliado foi de que a suposta rachadinha, se existiu, teria ocorrido na legislatura anterior e que já era conhecida do eleitor antes da eleição de 2022. O precedente nesses casos, disse o deputado do Psol, é que o Conselho de Ética da Câmara só analise infrações cometidas no curso do atual mandato. "Se a Justiça concluir que no caso do deputado André Janones houve crime, que ele seja punido. Agora, não é este o debate que está posto aqui", afirmou Boulos.

O voto vencedor foi contestado pelos bolsonaristas. O deputado cabo Gilberto Silva (PL-PB) apresentou voto em separado para defender que o áudio que comprovaria o esquema foi divulgado apenas no atual mandato. "Para ficar claro, quem está denunciando o deputado André Janones é o próprio assessor dele, uma pessoa de confiança dele."

> "Não tenho casa de R$ 14 milhões, não tenho loja de chocolate"
> *André Janones*

O argumento utilizado para livrar Janones da investigação na Câmara sobre o suposto crime teve amplo apoio do governo e dos deputados de esquerda e do Centrão. Mas até um deputado do PL, Junior Lourenço (MA), votou pelo arquivamento — ele é da ala governista do partido. Os votos para rejeitar o parecer e levar adiante o processo foram de quatro deputados do PL e de Bruno Ganem (Pode-SP). O engavetamento ocorreu ainda na fase de avaliação preliminar, sobre a admissibilidade da representação, antes de ouvidas testemunhas.

Após a votação, o conselho não analisou os outros dois processos em pauta e a tumultuada sessão foi encerrada. Mas novos bate-bocas ocorreram e precisaram ser contidos por integrantes da polícia legislativa. O deputado Éder Mauro (PSD-PA), ex-delegado de polícia que se vangloria de já ter matado pessoas, foi para cima de Janones e ficou, dedo em riste, trocando acusações com ele. Mauro chegou a dar tapas na própria cara para sugerir que Janones o acertasse, ao que o deputado respondeu que não cairia nas provocações.

Os deputados Zé Trovão (PL-SC) e Nikolas Ferreira (PL-MG) chamaram Janones para "brigar lá fora" e o deputado respondeu com provocações para que se enfrentassem fora do prédio da Câmara — o que, segundo outros parlamentares ouvidos, não evitaria novos processos no conselho de ética caso ocorresse uma briga de verdade. Janones deixou a comissão com o paletó agarrado pelo deputado Gustavo Gayer (PL-GO). O goiano o chamava de "corrupto", enquanto ele rebatia com gritos de "assassino".

Câmara ressuscita projeto que muda regras de delação premiada

De Brasília

O projeto de lei que torna crime a divulgação do conteúdo de delação premiada e proíbe a homologação desses acordos enquanto a pessoa estiver presa voltou a entrar no radar da Câmara. Um requerimento de urgência chegou a ser pautado nessa quarta-feira (5) pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), mas a sessão foi encerrada sem que a ferramenta para acelerar a tramitação do texto fosse apreciada pelos parlamentares.

Apresentada em 2016 pelo então deputado Wadih Damous (PT-RJ), atual secretário Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a proposta foi uma reação à Operação Lava-Jato.

A delação premiada continua a ser usada atualmente, como no caso do ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o tenente-coronel Mauro Cid, que firmou um acordo desses na prisão.

Se o requerimento de urgência for aprovado, o projeto pode ser analisado diretamente no plenário da Câmara, sem precisar passar pelas comissões, onde enfrentou dificuldades.

No ano de apresentação do projeto, a Comissão de Segurança Pública deu parecer pela rejeição dessa proposta. O texto está parado desde então na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A sessão dessa quarta foi encerrada por Lucio Mosquini (MDB-RO), após parlamentares pedirem o fim dos trabalhos em respeito à deputada Luiza Erundina (Psol-SP), que passou mal durante sessão da Comissão de Direitos Humanos e foi internada na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) do Hospital Sírio-Libanês, em Brasília.

Além disso, integrantes da bancada feminina pressionaram pelo encerramento para evitar que os deputados iniciassem a análise da urgência da proposta que equipara a pena de quem realiza aborto após a 22ª semana de gestação com viabilidade fetal à punição aplicada a quem comete homicídio. *(RDC e MR)*

COMÉRCIO EM PAUTA

Trabalho que valoriza o Brasil

RETENÇÃO DE AUTOMÓVEIS IMPORTADOS POR GREVE DO IBAMA PODE IMPACTAR PIB EM 5%

A economia brasileira enfrenta paralisia das aduanas por causa da greve dos servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa). Conhecida como Operação Tartaruga, a paralisação está atrasando a liberação de milhares de contêineres nos portos do País, afetando o comércio e a indústria automotiva. Um estudo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) aponta que o resultado disso pode chegar a uma redução de aproximadamente 5% na atividade econômica brasileira.

O estudo demonstra que, em termos econômicos, para cada 1% de redução nos carros efetivamente importados, a atividade econômica cai 0,034%, considerando efeitos diretos, indiretos e induzidos. Os 17 mil automóveis parados nos portos representam 132% da importação mensal, o que pode resultar em uma redução de até 5% na atividade econômica por conta da Operação Tartaruga nos portos brasileiros.

Para o vice-presidente Financeiro do Sistema CNC-Sesc-Senac, Leandro Domingos Teixeira Pinto, é preciso equilíbrio para evitar prejuízos tanto na economia quanto na proteção ambiental brasileira. "A continuação desta greve e a Operação Tartaruga nos portos têm o potencial de causar um impacto ainda mais profundo na economia brasileira, nos próximos meses", afirma. Ele reitera que o governo federal precisa avaliar, o mais rapidamente possível, as reivindicações dos grevistas para garantir que todos saiam ganhando após este momento crítico.

SESC PROMOVE AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL EM SUAS UNIDADES

O Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado em 5 de junho, é uma data estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) para promover a conscientização global sobre a proteção do meio ambiente. No Sesc, a sustentabilidade é transversal e presente em todas as áreas.

As iniciativas da instituição refletem o compromisso contínuo com a conservação dos ecossistemas e a promoção da educação ambiental no País. Por meio de reservas ambientais, a instituição atua na preservação dos ecossistemas naturais, garantindo a proteção da flora e fauna nativas.

São 44 áreas naturais protegidas, incluindo a maior Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) do Brasil, o Sesc Pantanal e o Parque Sesc Serra Azul, em Mato Grosso, a RPPN Sesc Tepequém, em Roraima, a Reserva Natural Sesc Bertioga, em São Paulo, e a Reserva Ecológica Sesc Iparana, no Ceará.

Em todos esses locais, o trabalho de conservação é integrado ao turismo social, que recebe visitantes de todo o País, e à educação ambiental, que envolve os turistas e as comunidades na preservação da natureza.

O Sesc é signatário do Pacto Global da ONU, uma chamada para que empresas de todo o mundo alinhem suas operações e estratégias a dez princípios universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção, desenvolvendo ações que ajudem a enfrentar os desafios da sociedade.

Divulgação/Sesc

Iniciativas refletem o compromisso ambiental e educativo do Sesc

SENAC SE JUNTA À CVC EM PROGRAMA DE EMPREGABILIDADE VOLTADO PARA O TURISMO

O Departamento Nacional do Senac e a CVC, maior operadora de turismo do Brasil, iniciaram uma parceria que vai conectar os alunos da instituição ao mercado de trabalho. Essa união faz parte do programa Passaporte Franquia CVC, que oferece um banco de vagas gratuito com oportunidades de emprego aos talentos com mais de 18 anos que buscam atuar no turismo, uma área em plena expansão.

Com esse banco de talentos qualificado, alunos do Senac de todo o Brasil vão poder se candidatar a vagas nas mais de 1.200 lojas da CVC, por meio de um processo de candidatura simplificado, o que também facilita a busca dos franqueados da operadora por novos colaboradores. As oportunidades oferecem salário fixo e comissões, além de benefícios adicionais para o desenvolvimento profissional no segmento.

Em 2023, o Senac capacitou mais de 5 mil alunos em 76 títulos diferentes no segmento de turismo. A taxa de inserção dos egressos em cursos do Senac no segmento de turismo é de 74,7%. Isso significa dizer que, de cada dez alunos que não estavam trabalhando ao iniciar o curso, mais de sete foram inseridos no setor produtivo.

Para mais informações, acesse: www.senac.br/parceriacvc

www.portaldocomercio.org.br

@sistema.cnc @sistemacnc @sistemacnc @tvcnconline

César Felício

O que os números de 90 eleições nos contam

As principais capitais brasileiras constroem sua tradição eleitoral desde 1985, apesar da pouca coerência ideológica dos eleitos e de seus partidos. Em São Paulo, em 7 das 10 eleições disputadas no período venceu um oposicionista ao governo municipal, mas essa tendência esmaece se o prefeito está numa aliança de direita. No Rio há um fio condutor entre todos os eleitos no período, com exceção de Marcelo Crivella (Republicanos) em 2016.

O **Valor** analisou o resultado de 90 processos eleitorais em 35 anos nas 9 maiores capitais brasileiras e cada uma dessas 9 sequências terá a sua história contada na coluna digital "Pergunte aos Dados", que começa a ser publicada nesta quinta-feira no site do jornal. A coluna buscará trazer sempre cenários políticos, econômicos e eleitorais ancorados na análise de informações de diferentes bancos de dados. Também haverá foco nos indicadores que indiquem tendências de comportamento dos eleitores ou de seus eleitos. O resgate da história das disputas eleitorais nos maiores municípios é apenas o começo.

As votações majoritárias permitem observar a paleta ideológica do país. Os partidos foram divididos entre esquerda, centro e direita, segundo o critério de Helcimara Telles e Carlos Freitas, no artigo "As forças de esquerda e direita nas prefeituras", na coletânea "Eleições municipais na pandemia" (FGV), de 2021, organizada pela autora e por Antonio Lavareda. Na esquerda estão PT, PSB, PDT, PCdoB, Psol, PV e os extintos PMN e PPL. No centro, PSDB, MDB, Cidadania e Rede. À época da publicação, o Rede não havia se federado ao Psol. Na direita estão os demais. A divisão segue o comportamento nacional das siglas.

> A coluna vai traçar cenários políticos, eleitorais e econômicos ancorados em dados

As alianças foram examinadas caso a caso. O fator determinante é o partido do cabeça de chapa. Caso a coligação tenha mais de um campo ideológico, foi classificada como de centro-esquerda ou centro-direita, a depender do parceiro. Eduardo Paes (PSD), do Rio de Janeiro, entra em 2020 como centro-direita por ter atraído PSDB e Cidadania. Na eleição de 2012, quando venceu pelo MDB, estava na centro-esquerda, pela aliança com o PT. Nos casos em que a coligação junta centro, direita e esquerda é levado em conta o cabeça de chapa e o porte dos aliados. João Doria (PSDB), eleito em São Paulo em 2016, é centro-direita porque seus principais aliados foram do campo conservador.

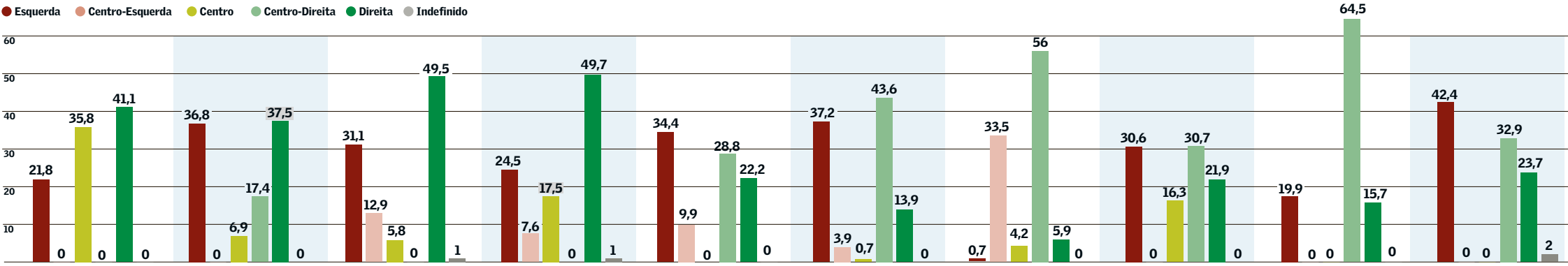
Nem sempre o campo ideológico das alianças mais votadas em uma eleição terminou o processo como vencedor. Em São Paulo, por exemplo, os candidatos do Psol, PSB, PT, PCdoB e PDT somaram 42% no primeiro turno. O campo da centro-direita, representado pelo falecido prefeito Bruno Covas (PSDB), teve 32%. No segundo turno, entretanto, Guilherme Boulos (Psol) não conseguiu agregar apoios fora de seu campo .

Lavareda ressalta que as idiossincrasias locais quebram a homogeneidade dos partidos, sobretudo entre siglas menores. Outro limitador do alcance da análise é o fato de as regras do jogo terem mudado desde 1985. O financiamento por pessoas jurídicas, por exemplo, tornou-se ilegal em 2016. As coligações proporcionais passaram a ser vedadas em 2020. Um partido com recursos ilimitados tende a pensar duas vezes antes de lançar um candidato sem chances de vitória. A segunda regra leva ao oposto: uma candidatura própria tem potencial para impulsionar a votação dos candidatos a vereador.

> "A história eleitoral às vezes fala mais alto que números de pesquisas"
> Antonio Lavareda

Embora sem relação óbvia, as eleições nacionais e municipais mandam sinalização uma para a outra. Durante o primeiro governo Lula e o de Dilma, houve mais candidaturas competitivas de esquerda e centro-esquerda do que de direita e centro-direita. Nas disputas de 2016 e 2020 ocorreu o oposto. Para Lavareda, "a história eleitoral às vezes fala mais que as pesquisas do momento". "A afirmação de que cada eleição é uma eleição é só uma meia verdade", disse.

Espectro ideológico das eleições municipais - São Paulo

Por Coalizão Vencedora Prefeito E Vice - percentual em votos válidos do campo mais votado

Nunes e Boulos são pontos fora da curva

A tradição de São Paulo traz más notícias tanto para o prefeito Ricardo Nunes (MDB) quanto para o deputado Guilherme Boulos (Psol). Caso qualquer um dos dois ganhe, representará um ponto fora da curva. O peso da máquina municipal contou pouco nas dez disputas de 1985 até agora. Mas ideologicamente o eleitorado paulistano tem se posicionado bem distante da esquerda.

Apenas em 1996, 2008 e 2020 o candidato da máquina venceu, sendo que a reeleição de Bruno Covas (1980-2021) destoou das outras. Covas administrou durante a pandemia de covid-19, com protagonismo em relação aos adversários. Paciente de câncer em estágio avançado, chegou a dormir na prefeitura na fase mais aguda da emergência sanitária e teve a gestão na saúde bem avaliada.

Ao longo de 35 anos, São Paulo registrou, contudo, um padrão ideológico claro: foram sete vitórias à direita e centro-direita e apenas três à esquerda. Com exceção de 2000 e 2020, direita e centro-direita também foram o campo mais votado. Nas sete disputas de segundo turno, o campo conservador ganhou cinco.

O caráter nacionalizado da eleição paulistana e a complexidade administrativa da cidade reforça o viés oposicionista local, observa Carlos Melo, professor do Insper. Esses dois fatores tiveram peso já em 1985. O então prefeito Mário Covas (PMDB) era bem avaliado. O candidato da sigla, Fernando Henrique Cardoso, foi contaminado pela impopularidade do então governador Franco Montoro (PMDB), alvo do ex-presidente Jânio Quadros (PTB), da direita. Mas fatal para Fernando Henrique foi o crescimento de Eduardo Suplicy (PT). Em turno único, Jânio teve 39%, ante 35% de Fernando Henrique e 19% do petista.

Esses fatores tornaram-se mais agudos em 1988. Doente e impopular, Jânio pouco se envolveu em sua sucessão. A direita se dividiu. O nome mais forte era Paulo Maluf (PDS), que concorria ainda com dois ex-secretários do prefeito. O então governador de São Paulo Orestes Quércia (PMDB) jogou o peso da máquina a favor de João Leiva (PMDB), que perdeu votos para José Serra (PSDB). A crise política e econômica nacional corroía o governo Sarney e favoreceu Luiza Erundina (PT), que ganhou com 37%, ante 30% de Maluf, 17% de Leiva, 7% de José Serra (PSDB) e 6,5% de João Mellão (PL). A esquerda venceu as máquinas federal, estadual e municipal, embora a votação agregada dos candidatos de direita, aí incluídos Maluf, Mellão e nanicos, tenha sido superior.

Em 1992 ganhou Paulo Maluf (PPB), um candidato de direita e de oposição municipal, com 49% no primeiro turno e 60% no segundo. Em 1996, Maluf foi o primeiro a eleger seu sucessor, Celso Pitta (PPB), com votação quase idêntica.

A gestão de Pitta foi abalada por escândalos, ruptura com o padrinho e colapso administrativo. Maluf tentou voltar ao cargo, mas o eleitor tinha fresca na memória uma frase sua de quatro anos antes: "Se Pitta for mau prefeito, nunca mais votem em mim." Marta Suplicy (PT) superou a fragmentação dentro da esquerda e foi ao segundo turno com 34,4% dos votos, o dobro da votação de Maluf. No segundo turno a petista recebeu 58% da votação, melhor resultado da esquerda na cidade.

A decadência do malufismo levou a direita a apoiar o PSDB do ex-ministro da Saúde José Serra em 2004. O tucano conseguiu 43% no primeiro turno, ante 36% da petista, diferença que subiu para 54% a 46% no segundo turno. Marta perdeu popularidade no centro expandido depois de propor criação de taxas e impostos.

Serra renunciou em 2006 para disputar o governo, decisão que lhe acarretou uma rejeição que se comprovou fatal mais adiante. Seu sucessor, Gilberto Kassab, do DEM, beneficiou-se de uma onda favorável aos que tentavam um segundo mandato. Kassab superou Marta no primeiro turno por apenas 33,6% a 32,8%, mas no segundo turno obteve resultado semelhante ao de Maluf, Pitta e Serra: 61% a 39%.

Em 2012, bancado por Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Haddad (PT) tornou-se o único caso de virada em eleições paulistanas. Terminou o primeiro turno com 29%, ante 31% de Serra. No segundo turno ganhou por 56% a 44%. "Haddad só ganhou aquela eleição em razão da alta rejeição de Serra. Fosse qualquer outro adversário, perderia", comentou Maurício Moura, da Ideia Inteligência.

Haddad tentou uma reeleição que ele mesmo considerava impossível, em meio ao desgaste do PT pela crise do governo Dilma. A onda "outsider" beneficiou João Doria (PSDB), único a ganhar no primeiro turno desde a redemocratização. Repetindo Serra, Doria renunciou para disputar o governo em 2018, deixando o cargo para Bruno Covas (PSDB). O novo prefeito custou a construir uma marca e até o começo da pandemia não se destacava nas pesquisas. O tucano optou por uma aliança com o grupo que controlava a Câmara dos Vereadores e escolheu para vice Ricardo Nunes (MDB).

No Rio, rupturas dentro do continuísmo

Há um longo fio condutor na política municipal do Rio de Janeiro desde 1992, em que prefeitos da mesma origem se revezaram no cargo, em meio a rupturas, trocas de partido e instabilidade nas eleições.

Durante seis eleições, sucederam-se na cadeira de prefeito Cesar Maia e seus apadrinhados e futuros rivais Luiz Paulo Conde e Eduardo Paes. A sequência foi quebrada por Marcelo Crivella (Republicanos) e retomada por Paes quatro anos mais tarde. Maia e Conde fizeram alianças com predomínio da direita. Paes na década passada teve um vice do PT, em seu atual mandato conta com um do PL. O que não acontece desde a década de 80 é a esquerda ganhar a eleição.

O avanço das milícias e o crescimento evangélico direcionaram o Rio para um voto conservador e Paes, bem avaliado, demonstrou não ter interesse em replicar a polarização que contrapõe o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-presidente Jair Bolsonaro.

O prefeito pode ter ganhos caso mantenha aliados de esquerda a certa distância, na opinião do pesquisador Felipe Nunes, da Quaest. Em cenário de eleição de dois turnos, o mais provável com a candidatura do deputado federal Tarcísio Motta (Psol), pela esquerda, e com a divisão da direita em diversas coligações.

"A posição ideal para um candidato à reeleição com avaliação positiva é centrar a campanha na gestão. Quem ocupa os polos tende a ter rejeição maior", afirma. Seria a repetição do que foi 2020. Há quatro anos, Paes massacrou o então prefeito Marcelo Crivella (Republicanos) sem o apoio do PT e nem do Psol no primeiro turno. Ganhou em todas as zonas eleitorais da cidade. Crivella, que tinha o apoio de Bolsonaro, era mal avaliado e teve apenas 22% no primeiro turno.

A eleição de 2016, vencida por Crivella, foi um raro episódio na cidade em que um prefeito bem avaliado não elegeu um sucessor. Apoiado por Paes, o deputado Pedro Paulo, então no MDB, recebeu 16% e não foi para o segundo turno. Crivella teve uma votação baixa, 28%, mas chegou ao segundo turno com favoritismo. O segundo colocado foi Marcelo Freixo, à época no Psol, com 18%, o que deixou a rodada decisiva polarizada entre direita e esquerda. O contingente do quarto colocado, Flávio Bolsonaro (PSC), 14%, desaguou em Crivella. O quinto colocado era Índio da Costa (PSD), também de direita, com 9%.

As disputas municipais do Rio depois da redemocratização já começaram com a marca da continuidade. O primeiro eleito, Saturnino Braga (PDT), em 1985, tinha o apoio do então governador Leonel Brizola e do prefeito Marcello Alencar, que viria a ser também seu sucessor, em 1988.

A derrota para a esquerda veio na eleição de 1992. O brizolismo em crise não conseguiu emplacar no segundo turno Cidinha Campos, com 18%. A primeira colocada foi Benedita, do PT, com 32% e em segundo, com 21%, ficou Cesar Maia (PMDB), antes principal assessor de Economia de Brizola. A lógica teria sido Benedita vencer com os votos de Cidinha, mas a rivalidade entre PT e PDT era tão intensa que isso não aconteceu e Maia venceu Benedita no segundo turno por 52% a 48%. Nunca mais o PT conseguiu ser competitivo. A partir da eleição de Maia a esquerda ficou confinada a nichos da Zona Sul e do Centro.

Em 1996 o segundo turno já confrontou o indicado de Maia, Luiz Paulo Conde (PFL), contra Sérgio Cabral, então no PSDB. Conde venceu com facilidade no primeiro e segundo turnos. Em 2000 houve uma ruptura entre Conde e Maia, mas a centro-direita era tão forte que ambos foram para o segundo turno. Novamente Maia virou. Depois de receber 23% e ser suplantado por Conde, com 34%, Maia venceu a rodada decisiva por 51% a 49%. O mau desempenho de Conde no último debate na televisão foi decisivo. Em 2004, Maia reelegeu-se no primeiro turno, com 50,1%, em uma disputa em que Crivella foi o segundo, já sinalizando a força evangélica.

Maia estava desgastado na eleição de 2008, distante tanto do governador Sérgio Cabral (MDB) quanto de Lula. Cabral lançou Paes, um ex-assessor de Maia que tinha se afastado do prefeito ainda em seu primeiro mandato. A primeira eleição de Paes não foi fácil. Uma aliança de centro-esquerda liderada por Fernando Gabeira (PV), ex-PT, conquistou o eleitorado da Zona Sul e foi ao segundo turno. Paes ficou com 32%, ante 26% de Gabeira. No segundo turno foi 51% a 49%. A dificuldade de Gabeira em obter apoios nas zonas Oeste e Norte decidiu a eleição. Paes recebeu em 2012 a maior votação obtida por um candidato a prefeito na história do Rio de Janeiro: 64% dos votos. Seu vice era do PT, mas ele teve o apoio também de outros 18 partidos.

Espectro ideológico das eleições municipais - Rio

Por Coalizão Vencedora Prefeito E Vice - percentual em votos válidos do campo mais votado

Eleições Cheia histórica ameaça favoritismo de prefeito, e órgão que colapsou vira símbolo de debate sobre modelo de gestão

Sistema de proteção entra na disputa em Porto Alegre

Lucas Ferraz
De São Paulo

As causas e as consequências da histórica enchente em Porto Alegre serão pontos centrais na disputa pela prefeitura da cidade em outubro, com o debate sobre as falhas no sistema de proteção das águas da capital já dominando a pré-campanha eleitoral.

Responsável por paralisar a cidade, a enchente fragiliza a campanha à reeleição do atual prefeito, Sebastião Melo (MDB), que antes das chuvas vislumbrava uma situação eleitoral muito mais tranquila — candidato do bolsonarismo, ele liderava as últimas pesquisas.

Para o PT, que tem a deputada federal Maria do Rosário como pré-candidata e principal adversária de Melo (ela aparecia em segundo lugar nas pesquisas pré-enchente), uma das estratégias é questionar exatamente o modelo de gestão e a redução da máquina pública, bandeira defendida pela atual gestão municipal.

O foco recai em especial para o Departamento Municipal de Água e Esgoto (Dmae), que cuida dos serviços de água, esgoto e drenagem, cujo colapso ficou evidente e virou alvo de investigação do Ministério Público gaúcho. No auge da enchente, em meados de maio, funcionaram apenas quatro bombas. Ontem, segundo a prefeitura, quatro das 23 bombas da cidade ainda estavam desligadas.

Para o prefeito, o desgaste piorou ainda mais na medida em que as águas, quando estavam abaixando, retornaram para as ruas diante de novas chuvas e, novamente, diante da inação das bombas do sistema de proteção.

O departamento vai ser símbolo de um debate relacionado ao "Estado forte versus Estado mínimo", já que era alvo de especulações para uma eventual privatização e que vem sendo esvaziado há pelo menos uma década. O órgão conta atualmente com 1.048 servidores efetivos, 50% a menos que em 2014. Apesar do enxugamento, o Dmae absorveu os serviços que eram feitos antes pelo Departamento de Esgotos Pluviais (DEP), que antes cuidava da proteção das águas e que foi extinto em 2017 na administração do antecessor de Melo, Nelson Marchezan Jr. (PSDB).

"Queremos debater a gestão da cidade, que se mostrou incompetente. Porto Alegre não foi protegida", disse Cícero Balestro, da coordenação do grupo de trabalho eleitoral do PT gaúcho.

Um dos principais consultores de Maria do Rosário no tema é o vereador Carlos Comassetto (PT), que é parlamentar há 20 anos e trabalhou no extinto DEP. "Trata-se de uma visão da gestão pública apoiada no Estado mínimo. Porto Alegre tem 63 km de diques, o poder público não pode abrir mão do controle e da fiscalização", afirmou o vereador.

O prefeito Sebastião Melo é criticado por, segundo os adversários, manter a política de "desmonte" da empresa pública. Melo tinha um projeto de concessão parcial à iniciativa privada dos serviços do Dmae, com o valor da outorga destinado a investimentos na drenagem, mas com a captação e o tratamento da água permanecendo sob responsabilidade do Dmae. Ele recuou da proposta, segundo disse, por causa do ano eleitoral.

"Mesmo sendo pré-candidato, não vou antecipar debate eleitoral, quando o que a população precisa é de atitudes concretas para retomar sua vida", afirmou o prefeito em nota.

A pré-candidata do PDT à prefeitura, Juliana Brizola, espera ser formalizada como um nome para enfrentar a polarização entre os candidatos de Lula e de Bolsonaro. Ela almeja o apoio do governador Eduardo Leite (PSDB), que não vai endossar nenhum dos dois nomes mais bem colocados, apesar de ter um vice do MDB. A neta de Leonel Brizola, nesse ponto, converge com o PT. "Qual a função do Estado? Está claro que, depois de tudo, esse será um tema central", disse.

O instituto Methodus realizou um levantamento sobre os impactos das enchentes em Porto Alegre. Dos 400 entrevistados entre 15 e 24 maio, 73% deles afirmaram que a atuação das instituições — municipal, estadual e federal — afetará a decisão de voto para prefeito. Os executivos municipal e estadual, este a cargo de Eduardo Leite, receberam juntos o pior índice de confiança — 20%, menos que os entrevistaram disseram confiar no governo federal (23%).

"O que aconteceu desgastou muito o prefeito, que sai fragilizado. Se ele vai se recuperar até outubro, é outra história. Assim como temos que averiguar se a adversária do PT será uma candidata forte o suficiente para enfrentá-lo", afirmou ao **Valor** o pesquisador em comportamento político José Carlos Sauer, responsável pelo levantamento.

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL — 25/5/2024

Mais de um mês depois, 4 das 23 bombas da capital ainda não funcionam

Pela vice de Paes, secretários deixam cargos

Camila Zarur
Do Rio

Três secretários municipais do Rio de Janeiro deixaram os cargos nessa quarta-feira (5) para terem a chance de integrar a chapa à reeleição do prefeito Eduardo Paes (PSD) em outubro. As exonerações de Eduardo Cavalieri, da Casa Civil, Guilherme Schleder, do Esporte, e Adilson Pires, da Assistência Social, foram publicadas no "Diário Oficial" da cidade.

Eles se desincompatibilizaram, seguindo o calendário eleitoral, para serem opção na formação da chapa de Paes. Conforme prevê o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), possíveis candidatos ao Executivo, precisam deixar cargos públicos até quatro meses antes do primeiro turno.

Cavalieri e Schleder são do núcleo duro de Paes, enquanto Pires é uma das apostas do PT para emplacar uma composição com o prefeito. A sigla tenta ocupar o posto na chapa do pré-candidato à reeleição mirando o pleito de 2026, quando estarão em disputa os Executivos estaduais e o federal.

Há a expectativa de que Paes deixe a prefeitura, se reeleito, para concorrer ao governo do Estado. Nesse cenário, quem assume em seu lugar é o vice. É por isso que alas do PT no Rio pressionam o aliado; assim teriam o controle do Palácio da Cidade garantiriam um apoio forte na capital fluminense em uma provável campanha à reeleição do presidente Lula (PT).

Internamente, porém, a sigla já reconhece que pode não conseguir a vice de Paes neste ano. Dentro dos cálculos do Palácio, também não é interesse para Lula forçar uma composição agora e colocar em risco um cabo eleitoral como o prefeito carioca daqui a dois anos. Ao **Valor**, o presidente do PT estadual, João Maurício de Freitas, afirmou que o partido não vai deixar de apoiar Paes este ano mesmo que não consiga ocupar a chapa do pré-candidato à reeleição:

"Vamos estar com o Paes. Nós estarmos na vice não é uma condicionante à aliança, mas faz parte de uma estratégia eleitoral".

O PT trabalha com um prazo entre o fim de junho e o início de julho para que Paes defina a questão. O dirigente, contudo, admite que a decisão do prefeito pode ser dada só em agosto: "A palavra final é dele. Ele pode entender que, com as propostas [de vice] feitas, precisa de mais tempo para decidir".

Além de Adilson Pires, outro possível de vice oferecido a Paes foi o do ex-presidente da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) André Ceciliano, hoje secretário de Assuntos Federativos do Ministério das Relações Institucionais. O ex-deputado ainda não deixou o cargo e tem hoje para isso.

O pleito de 2026 também é um dos motivos de Paes relutar em ceder a vice a qualquer um que não seja de seu grupo mais próximo. Caso seja reeleito e decida se candidatar nas próximas eleições, o prefeito terá que deixar o Executivo carioca. Contudo, não vai querer perder sua influência sobre a capital, o maior colégio eleitoral do Estado. Desta forma, quer garantir que quem estiver na prefeitura seja de sua total confiança.

O entorno de Paes já dá como certo de que ele fará chapa pura à reeleição, mas a decisão só será oficializada ao fim das convenções partidárias, que terminam em agosto. Apesar de Cavalieri e Schleder estarem à disposição para serem escolhidos, o nome mais forte para o posto é o do deputado federal Pedro Paulo (PSD-RJ), braço direito do prefeito.

Atividade econômica
Indicadores agregados

	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23	jul/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-0,34	0,34	0,51	0,67	0,04	-0,01	-0,01	-0,58	0,30
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-0,5	0,9	0,1	-1,2	1,2	0,7	0,1	0,2	0,4	-0,4
Indústria de transformação	0,3	0,8	0,5	0,1	0,5	0,0	0,3	-0,4	1,1	-0,3
Indústrias extrativas	-3,4	0,4	-1,3	-7,1	3,7	3,2	-0,5	6,2	-4,9	-1,3
Bens de capital	3,5	-0,4	2,2	11,2	-1,7	-0,5	-0,4	-2,4	5,3	-5,5
Bens intermediários	-1,2	1,1	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6	-0,4	-0,5
Bens de consumo	0,2	0,5	1,5	-0,8	1,2	0,0	-0,8	-1,6	2,5	1,0
Faturamento real (CNI - %)	-	-0,6	2,1	0,3	1,8	0,8	-0,3	-1,0	1,3	-2,3
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-1,6	2,3	0,1	1,6	0,6	-0,3	-0,6	0,0	-0,8
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,7	1,3	1,0	0,3	1,0	0,0	0,9	0,6	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,0	1,0	2,7	-1,5	0,2	-0,3	0,8	-0,2	0,9
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,8	-1,8	2,3	0,1	1,0	-0,1	1,0	-0,4	0,3
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,4	-0,9	0,5	0,5	0,5	-0,3	-0,1	-1,4	0,9
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8	7,9
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,5	0,3	0,6	0,1	0,3	0,4	0,0	-0,3	0,1
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1	1,2
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.920	27.980	23.494	26.798	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101	28.300
Importações	21.879	20.498	18.186	20.510	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468	20.121
Saldo	9.041	7.483	5.308	6.287	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633	8.179

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	-	24,38	1.412,00
2024	**0,35**	**3,40**	**3,40**	**4,73**	**5,22**	**3,28**	**2,76**	**1,85**	**1,47**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,10**	**7,33**	**7,33**	**10,64**	**11,68**	**6,80**	**5,46**	**4,13**	**2,31**	**1,33**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para junho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência mai/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-abril 2024	Janeiro-abril 2023	Var. %	abril 2024	abril 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**295,1**	**271,0**	**8,90**	**73,7**	**68,8**	**7,19**
Imposto de renda pessoa física	10,8	9,9	9,31	3,2	3,0	6,66
Imposto de renda pessoa jurídica	135,8	134,2	1,20	35,7	33,7	5,80
Imposto de renda retido na fonte	148,5	126,9	17,01	34,9	32,1	8,70
Imposto sobre produtos industrializados	24,2	19,7	22,99	6,5	4,9	31,08
Imposto sobre operações financeiras	21,1	20,1	5,01	5,4	5,4	0,45
Imposto de importação	21,3	17,9	19,11	5,8	4,4	33,47
Cide-combustíveis	1,0	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	131,6	105,3	24,99	34,9	27,2	28,37
CSLL	72,1	67,7	6,47	18,2	16,9	7,73
PIS/Pasep	36,7	29,8	23,30	9,4	7,4	26,31
Outras receitas	283,5	254,2	11,52	74,7	68,9	8,41
Total	**886,6**	**785,7**	**12,85**	**228,9**	**203,9**	**12,25**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor**	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**49,6**	**-18,53**	**60,9**	**-6,49**	**50,7**	**-9,74**

	fev/24 Valor	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

	mai/24	abr/24	Acumulado em 2024	Acumulado em 2023	Acumulado em 12 meses	Número índice mai/24	Número índice abr/24	Número índice dez/23	Número índice mai/23
IBGE									
IPCA	-	0,38	1,80	4,62	3,69	-	6.895,24	6.773,27	6.665,28
INPC	-	0,37	1,95	3,71	3,23	-	7.090,57	6.954,74	6.893,26
IPCA-15	0,44	0,21	2,12	4,72	3,70	6.786,61	6.756,88	6.645,93	6.544,53
IPCA-E	-	-	1,46	4,72	4,14	-	-	6.645,93	6.544,53
FGV									
IGP-DI	-	0,72	-0,26	-3,30	-2,32	-	1.102,66	1.105,54	1.102,51
Núcleo do IPC-DI	-	0,26	1,33	3,48	3,54	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,84	-1,02	-5,92	-4,51	-	1.281,15	1.294,35	1.296,49
IPA-Agro	-	1,15	-0,46	-11,34	-7,77	-	1.777,13	1.785,32	1.838,80
IPA-Ind.	-	0,73	-1,23	-3,77	-3,25	-	1.081,12	1.094,53	1.084,98
IPC-DI	-	0,42	1,70	3,55	2,84	-	746,11	733,67	726,07
INCC-DI	-	0,52	1,20	3,49	3,74	-	1.101,39	1.088,31	1.067,92
IGP-M	0,89	0,31	0,28	-3,18	-0,34	1.127,23	1.117,28	1.124,07	1.131,06
IPA-M	1,06	0,29	-0,42	-5,60	-1,73	1.328,63	1.314,72	1.334,20	1.352,04
IPC-M	0,44	0,32	2,17	3,40	2,96	732,02	728,84	716,46	711,01
INCC-M	0,59	0,41	1,69	3,32	3,68	1.104,46	1.097,99	1.086,15	1.065,29
IGP-10	1,08	-0,33	0,34	-3,56	-1,27	1.147,26	1.135,05	1.143,35	1.162,00
IPA-10	1,34	-0,56	-0,31	-6,02	-2,96	1.362,56	1.344,60	1.366,78	1.404,13
IPC-10	0,39	0,21	2,17	3,43	2,91	736,54	733,68	720,87	715,71
INCC-10	0,53	0,33	1,63	3,04	3,77	1.087,61	1.081,84	1.070,21	1.048,06
FIPE									
IPC	0,09	0,33	1,61	3,15	2,66	686,12	685,48	675,27	668,34

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 2ª prévia mai/24 0,73% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana mai/24 0,04%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
		No prazo legal		
1ª ou única	31/05/24		-	Campo 7
2ª	28/06/24		1,00%	
3ª	31/07/24			+
4ª	30/08/24	Valor da declaração		Campo 8
5ª	30/09/24			
6ª	31/10/24			+
7ª	29/11/24			Campo 9
8ª	30/12/24			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	abr/24 Valor	abr/24 % do PIB	mar/24 Valor	mar/24 % do PIB	abr/23 Valor	abr/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.787,2**	**61,24**	**6.741,7**	**61,13**	**5.826,1**	**55,94**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-27,2	-0,25	-29,1	-0,26	13,0	0,13
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-783,2	-7,07	-757,2	-6,87	-741,7	-7,12
Dívida fiscal líquida	**7.597,6**	**68,55**	**7.528,0**	**68,26**	**6.554,8**	**62,94**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.474,6	67,44	7.382,3	66,94	6.542,3	62,82
Dívida externa líquida	-687,4	-6,20	-640,7	-5,81	-716,2	-6,88
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.826,0	52,57	5.792,6	52,53	4.915,0	47,19
Governos Estaduais	851,8	7,69	843,0	7,64	812,0	7,80
Governos Municipais	59,1	0,53	55,9	0,51	38,1	0,37
Empresas Estatais	50,2	0,45	50,1	0,45	60,9	0,58
Necessidades de financiamento do setor público	**abr/24**		**mar/24**		**abr/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.042,8**	**9,41**	**998,6**	**9,06**	**603,3**	**5,79**
Governo Federal**	843,3	7,61	828,5	7,51	469,6	4,51
Banco Central	110,7	1,00	86,7	0,79	76,0	0,73
Governo regional	80,6	0,73	75,4	0,68	51,0	0,49
Total primário	**266,5**	**2,40**	**252,9**	**2,29**	**-56,2**	**-0,54**
Governo Federal	-39,0	-0,35	-37,6	-0,34	-283,7	-2,72
Banco Central	0,7	0,01	0,7	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-17,8	-0,16	-23,3	-0,21	-35,6	-0,34

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de abril*

Discriminação	Janeiro-abril 2024	Janeiro-abril 2023	Var. %	abril 2024	abril 2023	Var. %
Receita total	**672,8**	**829,5**	**-18,89**	**228,0**	**211,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	444,8	537,6	-17,25	150,5	136,0	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	151,8	190,2	-20,20	50,5	47,5	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,2	101,8	-25,08	27,0	28,0	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**133,9**	**159,3**	**-15,92**	**36,7**	**35,0**	**4,89**
Receita líquida total	**538,9**	**670,3**	**-19,59**	**191,3**	**176,5**	**8,35**
Despesa Total	**518,6**	**620,5**	**-16,42**	**180,2**	**160,3**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	214,2	272,5	-21,38	80,7	69,0	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,2	112,7	-21,71	28,6	27,2	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	102,7	91,6	12,05	27,8	24,5	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	113,5	143,7	-21,01	43,0	39,6	8,42
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,3**	**49,8**	**-59,21**	**11,1**	**16,2**	**-31,66**

Discriminação	abr/24 Valor	abr/24 Var. %	mar/24 Valor	mar/24 Var. %	abr/23 Valor	abr/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,1	-15,50	-0,2	1,55	-0,2	85,94
Discrepância estatística	-2,2	641,58	-0,3	-	1,5	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**8,8**	**-**	**-1,9**	**-96,72**	**17,5**	**-**
Juros Noninimais	**-69,0**	**24,42**	**-55,4**	**-3,14**	**-39,6**	**-33,08**
Result. Nominal do Gov. Central	**-60,2**	**5,01**	**-57,3**	**-50,29**	**-22,1**	**-68,10**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

A PROPAGANDA BRASILEIRA DE VOLTA AO TOPO DO MUNDO. MAIS UMA VEZ COM A ALMAPBBDO.

ALMAP, A AGÊNCIA QUE MAIS ENTREGA RESULTADOS PARA SEUS CLIENTES NO MUNDO. LÍDER NO EFFIE INDEX.

Pela primeira vez, uma agência brasileira conquista o título de Agência Mais Eficaz do Mundo pelo Effie Index, ranking que lista centenas de ótimas agências de mais de 120 países. Pela primeira vez, uma agência brasileira ocupa a liderança global em prêmios de eficácia. Pela primeira vez, uma agência brasileira emplaca no Effie um total de 80 trabalhos finalistas, 18 troféus de ouro, 18 de prata e 8 de bronze, para 14 clientes. Pela primeira vez, uma mesma agência conquista os prêmios de Agência da Década em Cannes e Agência Mais Eficaz do Mundo no Effie. Já deu para notar. Aqui, na AlmapBBDO, nós adoramos fazer tudo pela primeira vez. É que temos uma crença inegociável: a de que a comunicação original é mais eficaz, porque é a que mais gera resultados a quem mais importa, o cliente. É a primeira vez que a Almap comemora a liderança global de eficácia no Effie. Vamos seguir trabalhando para não ser a última.

INÊS 249

Cenário Atos de agricultores e caminhoneiros seguiam ontem, na véspera do início da votação para o Parlamento Europeu, de hoje a domingo

Protestos nacionalistas favorecem radicais de direita em eleição na UE

Agências internacionais

Países da União Europeia (UE) definem de hoje até domingo os ocupantes das 720 cadeiras do Parlamento Europeu, ao fim de uma campanha marcada por protestos de agricultores e trabalhadores. Esses grupos estão descontentes com as atuais políticas do bloco sobre questões climáticas, imigração e com os gastos para ajudar a financiar em parte a defesa da Ucrânia que resiste à invasão da Rússia.

Às vésperas da eleição, em uma demonstração de como grupos radicais têm instrumentalizado os agricultores europeus para ganhar terreno político no bloco, o partido de extrema direita Interesse Flamengo organizou uma manifestação com tratores e caminhões ao sul de Bruxelas. Reunidos desde a semana passada, o objetivo do grupo é condenar "a perda de terras férteis" pelos agricultores pela ação de "ambientalistas autoritários" que tentam transformar áreas agrícolas em uma cadeia de florestas, "matando o modo de vida tradicional do campo".

Estes partidos e grupos acusam a esquerda e "verdes" de subordinar a segurança alimentar e a prosperidade econômica dos países às questões climáticas — com regras que vão da restrição ao uso de agrotóxicos à imposição de taxas de recuperação de florestas.

Movimentos de traços ideológicos parecidos estão unidos em vários países do bloco pela retórica contrária às restrições ao uso de combustíveis fósseis, por leis mais duras contra a imigração e pelo questionamento aos gastos com defesa e com a ajuda a Ucrânia.

"Os agricultores procuram outro partido que leve a eles mais confiança. E esse partido somos nós", disse Klaas Slootmans, parlamentar do Interesse Flamengo que participava ontem do ato na Bélgica. "É senso comum que é necessário proteger os agricultores e a produção de alimentos", afirmou.

A votação, espalhada pelos 27 países do bloco, torna imprecisos os prognósticos eleitorais, mas os analistas consideram provável que a atual presidente da Comissão Europeia, a centro-direitista Ursula von der Leyen, mantenha o cargo.

Porém, o premiê alemão, Olaf Scholz, disse ontem que só manterá seu apoio à reeleição de Leyen se ela se comprometer a abrir mão da adesão de movimentos extremistas à sua base parlamentar.

"Um presidente da Comissão Europeia deve sempre confiar nos partidos democráticos da Europa, numa plataforma que inclui sociais-democratas, conservadores e liberais", disse o centro-esquerdista Scholz, num evento de seu Partido Social-Democrata (SPD, em alemão) em Berlim.

Os temas debatidos no âmbito do bloco europeu têm profundas implicações na política doméstica dos países-membros. Na França, a pressão de agricultores — que havia meses fechavam estradas — levou o presidente Emmanuel Macron a recuar de regras climáticas e em negociações de pactos comerciais, como o do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul).

"As eleições podem ser europeias, mas o que está em jogo é interno", disse Yohann Duval, conselheiro municipal em Dunquerque do Reagrupamento Nacional — sucessor do partido Frente Nacional, liderado pela ultradireitista Marine Le Pen. "Seja aqui ou em qualquer outro lugar da França, espero continuar ampliando nossa base, abordando lutas da vida real", afirmou, ressaltando os planos nacionalistas da campanha para a UE.

Avanço da extrema direita na Europa deve dificultar acordo com Mercosul

Análise

Humberto Saccomandi
De Veneza, para o **Valor**

A União Europeia começa hoje a votação para a eleição do Parlamento Europeu. A expectativa é que haja um avanço da extrema direita, mas as estimativas desse ganho vêm sendo reduzidas pelas pesquisas mais recentes. Ainda assim, uma fragmentação maior do cenário político deve dificultar a tomada de decisões no bloco europeu, que já é complexa, e influenciar as políticas da UE.

O Parlamento Europeu, criado em 1952 como um órgão apenas consultivo, foi ganhando poder nas últimas décadas. Hoje, a maior boa parte das políticas comunitárias precisa da sua aprovação.

Os partidos de cada país se reúnem em grupos no órgão de acordo com a posição ideológica. O maior grupo é o Partido Popular Europeu (PPE), que reúne partidos de centro-direita, como a União Democrata Cristã alemã e o Partido Popular espanhol. O segundo maior grupo é a Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas (S&D), com os partidos de centro-esquerda, como os social-democratas escandinavos e os socialistas franceses. Há ainda os grupos liberal, verde, de extrema esquerda e dois de extrema direita.

A expectativa é que esses dois grupos de extrema direita obtenham ganhos na votação que começa hoje e vai até domingo. O maior deles é o Reformistas e Conservadores Europeus (ECR), que reúne, por exemplo, o Irmãos de Itália (partido da premiê italiana, Giorgia Meloni) e o Vox espanhol. O segundo é o Identidade e Democracia (ID), onde está a Frente Nacional francesa. O Alternativa para a Alemanha (AfD) recentemente deixou o ID e não está hoje filiado a nenhum grupo parlamentar, assim como o Fidesz, partido do premiê húngaro, Viktor Orbán.

Mas as pesquisas mais recentes sugerem que esse avanço da extrema direita pode ser menor do que se esperava. Até algumas semanas atrás, projeções indicavam que o ECR poderia ter mais de 100 dos 720 eurodeputados. Hoje, estão entre 80 e 85. Para o ID, as projeções chegaram a indicar uma bancada de cerca de 85 eurodeputados. Agora, estão abaixo de 70. O AfD também está em baixa na Alemanha, abalada por uma série de escândalos, como o uso de um slogan nazista por um de seus líderes. Ainda assim, grupos e partidos isolados de extrema direita deverão ter, juntos, cerca de 160 cadeiras, ou seja, pouco mais de 20% do Parlamento. Não está claro, porém, se essa bancada, com fortes divergências pessoais e políticas, conseguirá atuar de modo coordenado.

Pelas estimativas mais recentes, o PPE deve continuar sendo o maior grupo e pode até ganhar algumas cadeiras, ficando acima de 180; o S&D deve seguir como segunda maior bancada, mas pode perder algumas de suas 139 cadeiras atuais; e os liberais e verdes devem ter as maiores perdas.

As votações são realizadas em nível nacional e cada país tem seu próprio sistema eleitoral, o que torna complexo fazer estimativas baseadas em pesquisas nos 27 países. Assim, as projeções precisam ser vistas com cautela.

Se esse cenário se confirmar, a alemã Ursula von der Leyen tem boas chances de ser confirmada para mais um mandato como presidente da Comissão Europeia, o órgão executivo e mais poderoso da UE. Ela é muito criticada pela extrema direita, que a acusa de ampliar os poderes da UE e da Comissão em detrimento dos países-membros, de não conter a imigração e de se alinhar demais com pautas tidas como de esquerda, como o combate ao aquecimento global. Tirar Leyen da Presidência é uma das principais bandeiras da extrema direita nas eleições.

Mas o avanço da extrema direita, ainda que menor do que o inicialmente previsto, terá consequências na política europeia. Ele tornará o Parlamento mais dividido, o que pode dificultar a formação de maiorias e a tomada de decisões, que hoje já não é fácil.

> Tirar Leyen da Presidência da UE é uma das principais bandeiras da extrema direita

Além disso, deverá influenciar à direita as políticas da UE. Isso, aliás, já está acontecendo, numa tentativa pré-eleitoral de minar o apoio aos partidos extremistas. Recentemente o Parlamento Europeu aprovou uma lei de imigração, proposta pela Comissão, que dificulta a entrada de imigrantes e a solicitação de asilo no bloco.

Para o Brasil, o mais importante é que essa extrema direita em geral se opõe ao livre comércio, especialmente nos produtos agrícolas, o que pode tornar ainda mais difícil ratificar o acordo UE-Mercosul. A maioria dos partidos da extrema direita europeia é nacionalista em termos econômicos e comerciais e/ou tem forte apoio de produtores agrícolas que rejeitam aumentar a importação de alimentos.

O apoio europeu à Ucrânia também pode ser afetado. Muitos partidos de extrema direita europeus têm uma relação amigável com a Rússia e se opõem à política atual de ajuda militar e financeira à Ucrânia. Em política externa e segurança, o Parlamento Europeu tem pouco poder. As decisões são tomadas pela Comissão e pelo Conselho Europeu (formado pelos líderes do países-membros da UE). Ainda assim, uma bancada maior da extrema direita pode dificultar a aprovação de mais verba europeia para a Ucrânia e atrasar o processo de adesão do país ao bloco.

O avanço da extrema direita, dependendo da sua escala, poderá ainda influenciar a ambiciosa meta climática da UE de reduzir suas emissões de gases-estufa em 55% até o final desta década, ou seja, no mandato do Parlamento e da Comissão que sairão destas eleições.

Por fim, as eleições europeias são sempre um termômetro da política local nos países-membros. Uma derrota na votação desta semana pode fragilizar governos nacionais que dependem de coalizões amplas, como os da Alemanha e Espanha. Isso também acaba tendo um impacto na política europeia, pois governos enfraquecidos têm mais dificuldade de avançar temas polêmicos na UE.

Putin adverte que pode armar rivais de EUA e Alemanha

VLADIMIR ASTAPKOVICH, KREMLIN POOL VIA AP

O presidente russo, Vladimir Putin (foto), advertiu ontem que poderia "fornecer armas para algumas regiões do mundo" que poderiam ser usadas contra países ocidentais. A declaração foi uma reação a EUA e Alemanha, que disseram autorizar a Ucrânia a atingir "alguns alvos em território russo" com armas cedidas pelos dois países. "É um passo perigoso", disse Putin. "Se eles consideram possível entregar tais armas para a zona de combate para lançar ataques em nosso território e criar problemas para nós, por que não temos o direito de fornecer armas do mesmo tipo para algumas regiões do mundo que possam ser usadas em ataques a instalações sensíveis dos países que fazem isso com a Rússia?", disse Putin a jornalistas.

Israel ameaça reagir a Hezbollah com ofensiva em larga escala

Pedro Borg
De Jerusalém

Israel e o Hezbollah aproximam-se de uma guerra em grande escala, com ambos os lados elevando do escalando as hostilidades nas últimas semanas. O premiê israelense, Benjamin Netanyahu, disse ontem que o país está pronto para uma resposta "extremamente forte" contra o Hezbollah, milícia libanesa pró-Irã, que vem realizando do disparos diários de foguetes contra Israel há meses.

"Estamos preparados para uma ação muito intensa no norte. De uma forma ou de outra, vamos restaurar a segurança no norte", afirmou Netanyahu.

Desde os ataques do grupo terrorista Hamas contra Israel no dia 7 de outubro, o Hezbollah tem feito em média 200 ataques por mês contra o país, segundo o exército israelense. Nos últimos dias, o grupo aumentou a intensidade dos ataques e foguetes lançados na última segunda-feira provocaram incêndios no norte do país, próximo da cidade de Haifa.

Numa visita à cidade de Kiryat Shmona, no norte de Israel, em grande parte esvaziada ontem, Netanyahu referiu-se aos incêndios, atribuindo-os a foguetes e ataques de drones do Hezbollah.

O Hezbollah, uma organização designada como terrorista pelos EUA e financiada pelo Irã, abriu uma frente de batalha com Israel em 8 de outubro, um dia depois do ataque mortal liderado pelo Hamas dentro de Israel ter desencadeado a atual guerra na Faixa de Gaza. O Hezbollah afirma que os seus ataques apoiam os palestinos e que não irão parar até que Israel cesse a sua guerra em Gaza.

Esses agressões provocaram o deslocamento forçado de cerca de 60 mil pessoas, além de outras 20 mil pessoas que deixaram suas casas antes dos últimos ataques do Hezbollah no norte de Israel, segundo o Alma Center, um centro de observação civil da fronteira de Israel com o Líbano.

O chefe da forças armadas, general Herzi Halevi, também alertou que se aproximava rapidamente um "ponto de decisão" sobre a necessidade de se lançar uma ofensiva no Líbano. "O Hezbollah aumentou os seus ataques nos últimos dias e estamos preparados para avançar para uma ofensiva", disse Halevi na terça-feira.

> "De uma forma ou de outra, vamos restaurar a segurança no norte" *B. Netanyahu*

Com a intensificação das hostilidades desde outubro, mais de 300 combatentes e comandantes do Hezbollah foram mortos, bem como 80 civis, na reação israelense.

"Não podemos perder mais um ano no norte. Isso [a pacificação] acontecerá por meio de um acordo [diplomático] ou através de uma escalada militar", disse Benny Gantz, membro do Gabinete de Guerra de Israel, na terça-feira.

Os EUA, juntamente com a França e a ONU, têm tentado mediar uma resolução diplomática para a crise Israel-Líbano que incluiria a retirada das forças do Hezbollah da fronteira e negociações sobre pontos fronteiriços disputados. No entanto, várias fontes envolvidas nas conversações admitem que uma acordo com os libaneses depende primeiro de garantir um cessar-fogo na Faixa de Gaza.

Netanyahu enfrenta pressão de ministros de partidos da extrema direita — que sustentam a continuidade de seu governo no parlamento — para resistir aos recentes esforços dos EUA para pôr fim à guerra com o Hamas. ***(Com agências internacionais)***

O jornalista viajou a Jerusalém a convite da Confederação Israelita do Brasil, Federação Israelita do Estado de São Paulo (Fisesp) e da StandWithUs Brazil.

Inundação de exportações baratas da China vai além de bens de alta tecnologia

Bloomberg

O boom das exportações da China vai muito além das indústrias de alta tecnologia que estão na mira do Ocidente, o que poderá desencadear reações adversas de países que até agora preferiram ficar à margem da guerra comercial.

A União Europeia (UE) está prestes a impor tarifas sobre os veículos elétricos chineses esta semana, somando-se as crescentes barreiras ao comércio global. Os EUA já tomaram uma medida semelhante, e o Canadá pode seguir o mesmo caminho. Poucos países levantaram essa preocupação específica, uma vez que a maioria não possui suas próprias indústrias de veículos elétricos para proteger.

Mas o superávit da China no comércio de manufaturados, que está próximo de níveis recordes, aponta para um aumento muito mais amplo nas exportações. Isso abrange não apenas produtos de energia verde, mas todos os tipos de produtos — de aço a ração animal — que estão se tornando mais difíceis de vender no mercado interno, onde uma crise imobiliária pesa sobre a economia.

Em muitos casos, o aumento das exportações tem sido acompanhado pela queda dos preços. Se essa combinação persistir, ameaça desencadear reações de mais países além dos EUA e da Europa

Os parceiros comerciais da China temem que a capacidade excessiva em áreas ligadas à habitação "leve ao despejo de alguns desses materiais nos mercados externos", disse Ong Kian Ming, ex-vice-ministro do Comércio da Malásia.

Já há os primeiros sinais de reação adversa, com um número recorde de medidas anti-subsídios e antidumping contra produtos chineses no ano passado. A maioria das ações anti-subsídios vieram de países ricos do G7. Mas os esforços antidumping vieram de vários países, como Índia e Coreia do Sul, e visaram uma gama de bens manufaturados, incluindo produtos de aço, carregadeiras de rodas e torres eólicas, segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC).

As exportações de ferro e aço da China atingiram um recorde de 13 milhões de toneladas em março e permaneceram perto desse nível em abril, segundo análise da Bloomberg dos dados oficiais, refletindo a fraca demanda interna devido ao colapso do setor de construção. As empresas chinesas vão produzir novamente um bilhão de toneladas de aço este ano e, sem sinais de recuperação no setor imobiliário, provavelmente tentarão exportar mais metal excedente.

Os preços estão caindo há quase três anos, levando alguns países latino-americanos a impor tarifas para proteger seus produtores locais. Essas barreiras, juntamente com o aumento das tarifas dos EUA previstas para entrar em vigor em agosto, podem direcionar mais metal chinês para a Ásia.

Empresas no Vietnã e na Índia já estão reclamando sobre a enxurrada de metal barato, que afetou os lucros de empresas como a Tata Steel, uma das principais produtoras da Índia. Tailândia e Arábia Saudita consideram sobretaxas.

As indústrias químicas na Ásia veem com preocupação uma onda de novas refinarias na China, que estão produzindo insumos para produtos plásticos, de garrafas de água até capacetes de futebol americano — e o boom ainda não acabou. A China deve inaugurar este ano refinarias de desidrogenação de propano que aumentarão sua capacidade total em 40%, segundo a pesquisadora Mysteel OilChem.

Valor ECONÔMICO

Governo perde apoio no Congresso e coleciona reveses

O governo Lula assiste a derrotas em série no Congresso, exceto em sua agenda econômica — por enquanto. A mais recente sessão conjunta de Câmara dos Deputados e Senado abateu os vetos do presidente à "saidinha" de presos, à proibição do uso de verbas públicas que "incentivem aborto e transição de gênero" e à manutenção de punição a fake news, vetada pelo então presidente Jair Bolsonaro. Os governistas se viram isolados e em pequeno número. Os partidos tidos como da base debandaram e mais de 300 deputados votaram contra o governo.

Mais do que um episódio isolado, as votações estão se configurando como um padrão, independentemente do mérito das questões sob exame. Mal delimitada e com margem para arbítrio por parte do Executivo, a criminalização das fake news durante as eleições, na forma proposta, levantou objeções generalizadas, à direita e à esquerda.

A fatia fielmente governista, com os partidos que tradicionalmente se alinham com o PT, é francamente minoritária e não conta com mais de 140 deputados. No entanto, para trazer para si apoio no Congresso, foram concedidas pastas aos maiores partidos, como PP, MDB, PSD e União Brasil, que, somados com a representação da centro-esquerda, garantiriam em tese maioria no Congresso. Não está funcionando assim.

MDB, União Brasil, PSD, Republicanos e PP ocupam o comando de 11 ministérios e somam 181 deputados. Acrescidos aos 80 do bloco de PT, PCdoB e PV, mais 18 do PDT e 14 do PSB, que costumam caminhar ao lado do PT, há potenciais 293 parlamentares aliados do governo entre os 513 da Câmara. Na votação dos vetos presidenciais, no fim de maio, porém, os partidos que têm representantes nos ministérios não seguiram o governo. O PP também participa do governo (pasta de Esportes), e seu principal líder, o presidente da Câmara, Arthur Lira, se comporta mais como oposição, ainda que tenha concorrido decisivamente para apoiar os principais projetos econômicos oficiais.

A proliferação de partidos mudou o jogo da sustentação parlamentar dos governos. Fernando Henrique Cardoso apoiou-se basicamente no MDB e no PFL para mover-se com alguma tranquilidade no Congresso. A coligação que amparou Lula já arregimentava 11 legendas. Em seu segundo mandato, a presidente Dilma Rousseff ostentava uma união de 9 partidos e 306 deputados — metade dessa pretensa base votou a favor de seu impeachment em agosto de 2016.

A debilidade do governo Dilma marcou o início da ascensão do poder do Legislativo diante do Executivo. O centrão, massa de interesses amorfa de mais de 13 partidos, encontrou em Eduardo Cunha (PMDB-RJ), então presidente da Câmara, um aglutinador não só para emparedar a presidente, como para tornar as emendas parlamentares impositivas. Essas emendas ganharam extensão e mais recursos, a ponto de hoje possibilitarem a independência dos deputados diante da agenda do Planalto. A inapetência do presidente Jair Bolsonaro pela negociação política deu a Lira comando parlamentar e controle sobre movimentação de verbas, a começar pelo orçamento secreto, depois proibido pelo STF.

Em seu terceiro mandato, Lula é até certo ponto refém de um Congresso conservador, coordenado e dirigido por Lira, com apoio de caciques partidários. Aliás, Lula reuniu seus líderes parlamentares na segunda-feira e constatou que não conseguirá aprovar nada de seu interesse na "pauta de costumes", na qual coleciona derrotas — o que não deveria ser surpresa para o governo, que já deveria trabalhar com esse cenário de um Congresso que reflete o que pensa a maioria dos brasileiros.

As legendas do centrão têm maioria na Câmara e as principais dotações do fundo eleitoral. Expandiram-se em todas as eleições após o afastamento de Dilma. A divisão de poder, antes consagrada também na participação ministerial, já não resolve os problemas de apoio político. Os ministros de Lula de outras legendas entregam poucos votos nas deliberações do Congresso.

O problema deixou de ser de coordenação política do governo, embora ela tenha seu peso. Seus limites são dados por outra coordenação, eficaz e cimentada por interesses materiais, exercida por Lira. Nada que não seja combinado detalhadamente com Lira passa na Câmara e nem mesmo isso é garantia de sucesso. O presidente da Câmara sabe muito das opiniões dos parlamentares sobre as questões em jogo e sua própria liderança consiste também em não contrariar as preferências da maioria. Até agora os principais pontos da agenda econômica contaram com o beneplácito do comando da Câmara e adjacências.

Não se sabe até quando dura essa convergência. A reforma tributária é um teste importante. Ela mexe em muitos interesses particulares, setoriais e regionais, situação em que o fisiologismo da maioria do Congresso tende a agir com mais força. Lira instruiu os deputados a não permitirem que a alíquota padrão seja aumentada, o que é o princípio correto.

Com a pauta de costumes já dada, se Lula perder o controle sobre a pauta econômica no Congresso, porém, seu poder político será gravemente enfraquecido. As dificuldades que um governo costuma enfrentar em fim de mandato Lula já as vê antes da primeira metade de sua gestão. E nada indica, por enquanto, que a situação vá melhorar.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

Veículos híbridos e movidos a biometano despontam como boas alternativas. Por **Zillio, Marx, Mello e Pelegrina**

Descarbonizar transporte público vai além do ônibus elétrico

Governos, empresas e instituições ao redor do mundo buscam reduzir a dependência econômica do uso de combustíveis fósseis para fazer frente aos danos cada vez mais intensos associados à emergência climática. No setor de transportes, globalmente a segunda maior fonte de emissões de CO_2, a transição tem como principais protagonistas os veículos elétricos, que, em um país como o Brasil, com geração de eletricidade majoritariamente limpa, contribuiriam muito para a meta de neutralidade em carbono até 2050.

A cidade de São Paulo possui a maior frota de ônibus urbanos do país, em sua quase totalidade movidos a diesel. Essa frota é uma das maiores contribuintes para a baixa qualidade do ar na cidade. Nesse cenário, os ônibus elétricos passaram a ser entendidos como uma possível solução pois, além de emitirem menos gases de efeito estufa, também contribuem com a melhoria da qualidade do ar e para a redução da poluição sonora.

A adoção de ônibus elétricos no município está sendo incentivada no contexto da Lei nº 16.802/2018, a "Lei do Clima", que determina redução nas emissões de CO_2 de 50% até 2028 e de 100% até 2038 durante o uso de veículos, em relação aos níveis de 2018. A prefeitura obteve um financiamento de R$ 2,5 bilhões (via BNDES) para adquirir 1.600 veículos, parte da meta municipal de ter 2.600 veículos elétricos (ou 20% da frota total) até o final de 2024.

No entanto, atrasos na implementação da infraestrutura de carregamento de baterias devido a dificuldades nas negociações entre prefeitura, operadoras de ônibus e a Enel X, empresa responsável pela infraestrutura, já devem comprometer o cumprimento das metas propostas, evidenciando a complexidade envolvida na substituição da frota a diesel por uma 100% elétrica.

Uma vez que a Lei 16.802/2018 não determina qual a tecnologia "mais limpa e sustentável" deve substituir os ônibus a diesel, aliado ao fato de o Brasil ser protagonista na produção e uso de biocombustíveis, outras soluções tecnológicas deveriam ser consideradas como opções viáveis para um transporte público coletivo de baixo carbono.

Para contribuir com o debate, o Laboratório de Estratégias Integradas da Indústria da Mobilidade da Universidade de São Paulo, o Mobilab/USP (sites.usp.br/mobilab), realizou um estudo que aponta caminhos nesta direção. Comparou-se as emissões de CO_2 de ônibus com diferentes tecnologias de motorização e combustível para a cidade de São Paulo. Para um ônibus de referência do tipo Padron, foram avaliados motores a combustão interna, híbridos e 100% elétricos. Para os primeiros, os combustíveis selecionados foram diesel, biodiesel, etanol, gás natural fóssil ou biometano. A operação dos motores híbridos foi considerada a partir do diesel ou do biodiesel, sendo que os elétricos abastecidos com eletricidade nacional.

Utilizando a metodologia Avaliação de Ciclo de Vida (ACV), foi possível analisar as emissões considerando toda a cadeia de valor, incluindo as fases de extração de matérias-primas, manufatura de componentes, produção dos veículos, combustíveis e eletricidade, queima dos combustíveis, manutenção e descarte dos veículos. Esta abrangência da ACV torna a quantificação de emissões mais realista do que o adotado pela prefeitura por meio da Lei do Clima, que inclui somente as emissões relativas à circulação dos ônibus.

DIVULGAÇÃO

Os veículos e combustíveis também foram avaliados do ponto de vista econômico a partir da análise de seus Custos Totais de Propriedade (CTP), que englobam todos os custos ao longo do ciclo de vida dos veículos (aquisição, operação, financiamento e descarte). Esta dimensão é necessária à análise pois a Lei do Clima exige que qualquer custo adicional associado à transição da frota de ônibus mantenha o equilíbrio dos contratos de concessão.

Os resultados indicam que, nas condições operacionais de São Paulo, ônibus 100% elétricos são os menos emissores, seguidos dos movidos a biometano. Para um mesmo combustível, os motores híbridos apresentam maior eficiência energética do que os convencionais, com redução de 20% nas emissões. A fase de produção e consumo das fontes energéticas possui a maior participação nas emissões para todas as alternativas, com exceção da 100% elétrica, cujas emissões na fase de produção e manutenção do veículo representam 60% do total.

No que diz respeito à análise econômica, o estudo aponta que a maioria das tecnologias alternativas de ônibus apresentam um menor CTP do que os convencionais a diesel. No caso dos elétricos, apesar de possuírem um custo de capital três vezes superior aos a diesel, suas economias operacionais o tornam menos de 1% mais caros do que os a diesel. Para os ônibus a etanol, a baixa eficiência energética acarreta um elevado custo de abastecimento, sendo que seu CTP destes foi o maior entre as alternativas avaliadas. Já para os ônibus híbridos, a maior eficiência energética justifica um CTP pelo menos 15% menor do que os convencionais.

Embora as alternativas elétricas sejam menos emissoras nas condições analisadas, o biometano desponta como boa alternativa para a descarbonização do setor de transporte público coletivo. As matérias-primas para sua produção provêm de resíduos agroindustriais, estrume animal e resíduos urbanos, ou seja, 100% nacionais, constituindo sinergias com estes setores econômicos.

Além disso, ônibus a biometano não possui custo de capital não muito diferente dos modelos a diesel, pois, além da produção localizada, aproveita a infraestrutura de distribuição do gás natural. No momento, a principal barreira para a adoção é sua baixa oferta, sendo que atualmente apenas seis plantas comercializam este biocombustível. A expectativa da Associação Brasileira de Biogás são de que este número suba para 87 até 2029.

A opção de ônibus híbridos deve também ser considerada, uma vez que esta não necessita de uma rede de postos de recarga o que, na situação atual da cidade de São Paulo, configura uma opção para acelerar o processo de descarbonização.

Em resumo, os resultados do estudo corroboram o potencial verde da eletrificação da frota de ônibus, sendo a tecnologia menos emissora. Por outro lado, estes veículos apresentam maior complexidade para a sua produção, elevado custo de capital e desafios na implementação e gestão da infraestrutura de carregamento.

Além da consideração das várias alternativas tecnológicas, o planejamento visando uma mobilidade urbana sustentável precisa considerar tarifas acessíveis, conforto durante as viagens e um redesenho de rotas e frequência dos ônibus que leve em conta a real demanda de viagens pela população. Descarbonização, qualidade dos serviços e tarifas acessíveis devem ser consideradas de forma conjunta e integrada pela autoridade municipal.

Tiago Zillio é engenheiro de produção da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP)
Roberto Marx é professor do Departamento de Engenharia de Produção da USP, coordenador do Mobilab USP e diretor de operações da Fundação Vanzolini.
Adriana Marotti de Mello é professora do Departamento de Administração da FEA-USP e coordenadora do Mobilab USP.
Juliano Pelegrina é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Administração da FEA-USP.

Os Poderes da República são disfuncionais

Maria Clara R. M. do Prado

"Está tudo disfuncional. O Executivo é disfuncional, o Legislativo é disfuncional e o Judiciário é disfuncional". Deste modo, simples e direto, o ex-ministro da Justiça (governo FHC) e da Defesa (governo Lula), e ex-ministro do STF, Nelson Jobim, definiu, em conversa com a coluna, a situação dos Poderes da República brasileira. A desorganização atravessa não apenas a Esplanada de Brasília, mas outras esferas administrativas e acaba por atingir o cidadão, que se vê à mercê de decisões muitas vezes sem qualquer sentido prático.

Por detrás da disfuncionalidade está a supremacia do individualismo que torna o parlamentar mais importante do que o partido e o ministro do STF mais relevante do que o Supremo. O resultado é um imbróglio de decisões que compromete as atribuições precípuas de cada poder. Isso se agrava com os desarranjos circunstanciais, como é o caso do Executivo.

A inexistência de um plano de governo, o conflito entre a cúpula do PT e os ministros, em especial com o ministro da Fazenda, e a falta de uma liderança que amarre as pontas no Executivo e que faça a ponte com o Legislativo são sinais de distúrbio que contribuem para a incerteza e a insegurança.

"O governo, do meu ponto de vista, é disfuncional. Tem problemas de toda a ordem. Um deles é o fato de não haver um grupo de políticos com ascendência sobre o presidente Lula. No primeiro mandato, havia uma espécie de Estado-Maior que dizia não. No segundo governo, também um grupo próximo a ele dizia não. Isso não existe no terceiro mandato. Não há gente próxima que diga não a ele, por um lado, e, por outro, parece que ele não quer ouvir".

Um complicador de fundo é a configuração do ministério. Vencedor com um resultado eleitoral apertado, de 1,8% no segundo turno, Lula retornou ao Planalto não no colo do PT, mas dos eleitores que não queriam a reeleição de Bolsonaro. Na prática, optou por formar o governo com um arranjo partidário complexo, tendo em vista os votos do Congresso Nacional. Mas o que se vê é uma crescente dissonância nas relações entre o Executivo e o Legislativo.

"O resultado das eleições de 2022 deu uma base para o governo na Câmara formada por 14 siglas partidárias com 287 deputados, mas o máximo de apoio garantido não passa de 206 votos. Entre esses, há os votos dos partidos com ministério no governo e os votos daqueles sem ministério. Partidos com ministério são nove com 262 cadeiras, mas aqui o governo só consegue 181 votos. Já os partidos que não têm ministério somam 25 assentos e é curioso porque estes têm dado a totalidade de 25 votos para o governo", explica Jobim.

No Senado, a base do governo é formada por oito partidos, que têm 47 votos, mas "o máximo que o governo conseguiu nas votações não passa de 31 votos". Esta é, diz ele, a base real, apesar de sete daqueles oito partidos terem participação no governo com ministérios (entre os 31 está o senador Randolfe Rodrigues, sem partido).

"É complicado administrar essa confusão no plano macro e, no micro, há as emendas ao orçamento: as individuais, que passaram a ser impositivas, e se estenderam para as emendas de bancada por Estados, emendas de relator (anuladas pelo STF) e as das comissões da Câmara e do Senado, além das chamadas 'emendas pix', pelas quais o parlamentar manda a verba direto, sem exigência de programa nem nada mais".

Supremacia do individualismo torna político mais importante que partido e ministro mais relevante que o STF

A prática das emendas tem consequências não apenas fiscais, mas políticas. "Qual foi o efeito desse assédio do parlamento ao orçamento da União via emendas? Criou-se um fenômeno novo, que é a independência individual de cada parlamentar". A autoridade dos partidos sobre os parlamentares hoje, diz ele, limita-se ao presidente da sigla por causa do fundo partidário. "No que diz respeito ao resto, está atomizado. Antes, os líderes tinham autoridade política junto à suas bancadas e faziam a ponte com o presidente da Câmara e com o governo", comentou. Agora, cada parlamentar age por si em uma estrutura legislativa disfuncional que magnifica o poder do presidente da Câmara.

Em paralelo, as emendas constitucionais tornaram-se corriqueiras para fugir dos vetos presidenciais. Há PECs de todos os tipos: das drogas, do quinquênio e até uma dedicada às praias. Qualquer iniciativa de maior interesse dos parlamentares vira uma PEC. A Constituição, banalizada, vira um saco de gatos!

Não é de surpreender, portanto, a relevância do Poder Judiciário. Entre a judicialização da política e o ativismo judicial, Jobim faz uma diferença. O primeiro resulta da atuação do Supremo por provocação de terceiros. "Já o ativismo judicial decorre da judicialização da política e foi intensificado porque perdeu-se a capacidade de gerir conflitos no Congresso", observa.

"Como se faz para promover o entendimento nesse quadro de atomização na Câmara, agravado pela variável do ódio? Como ninguém fala com ninguém, os conflitos políticos vão parar no STF e com isso surgiu um fenômeno novo porque o Supremo passou não apenas a dizer que a lei é inconstitucional, mas a dar as diretrizes de como fazer para cumprir a Constituição". O ativismo judicial ajuda na resolução dos conflitos políticos, mas transforma o Supremo naquilo que Jobim chama de "legislador supletivo". O STF passou a atuar como se fosse um apêndice do Poder Legislativo.

Além disso, incorporou a figura do "Estado de Coisas Inconstitucional" (ECI), criada pela Suprema Corte da Colômbia para enfrentar casos de violação massiva de direitos fundamentais com danos para amplo número de pessoas. Aqui, o Supremo faz as vezes do Poder Executivo. A "modulação da decisão", como a liminar que suspendeu os efeitos da Lei das Estatais e abriu brecha para o governo colocar políticos em empresas públicas, também é uma novidade que causa estranheza. Todos esses são exemplos de disfuncionalidade do Poder Judiciário. Nesta esfera, a supremacia do individualismo se firmou com a visibilidade via TV Justiça.

Tem conserto? Jobim acha que tem, mas precisaria mudar o sistema político. No Brasil, o voto para a Câmara é uninominal. Não se vota no partido, mas no indivíduo, em lista aberta. Os partidos saem em busca de candidatos que garantam o maior número de votos para a sigla, mas ficam enfraquecidos. Ele defende o sistema português, em que os candidatos são definidos nas convenções, em lista ordenada, fechada. Acha que viabilizaria a maior concentração de candidatos por partidos e a retomada do diálogo na política. "A lista uninominal que usamos vem da época do Império e está esgotada", resume.

Maria Clara R. M. do Prado, jornalista, formada pela PUC-Rio, é autora do livro "A Real História do Plano Real", em versão impressa e digital.

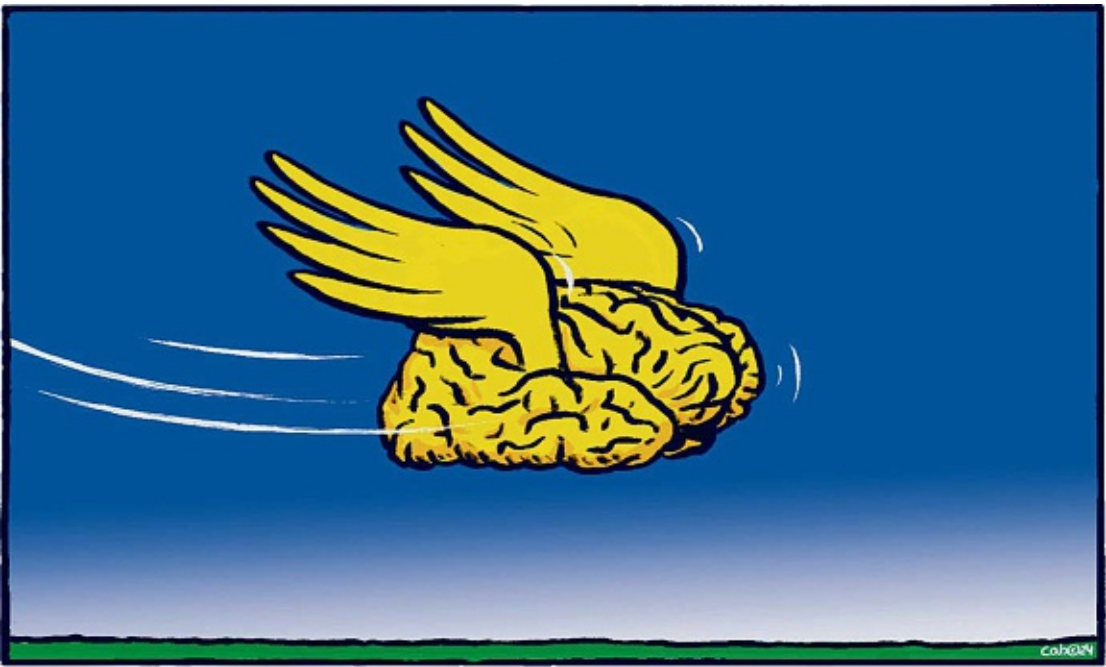
É preciso avaliar se benefícios de se correr com regulação justificam riscos. Por **Rony Vainzof**

Há urgência para regular a IA no Brasil?

O governo federal deseja que o Marco Regulatório de Inteligência Artificial (IA) esteja pronto para potencial sanção presidencial na reunião de Cúpula do G20, em novembro, no Rio de Janeiro. Contudo, se, por um lado, há consenso global acerca da necessidade de se regular a IA, por outro, há dissenso acerca da melhor abordagem. Refletir quando e em que nível regular a ferramenta é fundamental, buscando o uso seguro, ético e lícito da tecnologia, porém sem impedir ou burocratizar ainda mais a inovação e a transformação digital das organizações brasileiras.

A divergência de opiniões sobre o modelo regulatório, inclusive no nosso parlamento, não é necessariamente ruim, já que podemos observar e aprender a partir do impacto regulatório mundo afora nas suas mais diversas perspectivas regulatórias, como Reino Unido, Estados Unidos e União Europeia (UE). Sem dúvida, não podemos subestimar os riscos que o uso da IA traz. Contudo, como tecnologia, de acordo com a sua aplicação, já há proteção jurídica: caso envolva dados pessoais, temos a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD); se empregada na relação de consumo, há o Código de Defesa do Consumidor (CDC); e não havendo relação de consumo, o Código Civil — além do próprio Marco Civil da Internet, das regulações setoriais e da Constituição Federal.

Vieses discriminatórios ilícitos? Envolvem dados pessoais, e a LGPD já os cobre. Falta de transparência na relação com os usuários? São aplicáveis o CDC, o Código Civil, e a LGPD, esta última quando envolver dados pessoais. E quando a IA errar, falhar ou alucinar? Novamente, temos o CDC, o Código Civil e o Marco Civil da Internet. Fora a possibilidade de regulação contextual, como foi feito recentemente pelo TSE vedando o uso de deep fake nas eleições de 2024.

Há avanços consideráveis na nova proposta da Comissão Temporária Interna sobre IA no Brasil (CTIA), como a valorização de órgãos e entidades estatais de regulação setorial; o estabelecimento de parâmetros mais dinâmicos para sistemas de IA de alto risco, delegando a sua regulamentação e harmonização de acordo com as boas práticas empresariais e participação ativa dos órgãos e entidades estatais de regulação setorial; o sistema de selos e certificações; a autorregulação; e a possibilidade de sandboxes regulatórios. No entanto, há temas extremamente sensíveis que merecem reavaliação ao referido texto, como:

Prioridade deveria ser um plano de nação para qualificar a mão de obra, estruturar políticas para ajudar na adoção da IA por MPMEs, estimular a oferta de infraestrutura computacional para treinamento de modelos, principalmente em português, em se tratando de LLMs

(i) novo regime de responsabilidade civil: objetiva para IA de alto risco, e culpa presumida com inversão do ônus da prova para os demais sistemas de IA. O Código Civil, o CDC e a LGPD, entre outros diplomas, já servem para responsabilizar quem de direito no caso de má aplicação da IA;

(ii) novas sanções administrativas: a IA é tecnologia de propósito geral. De acordo com o respectivo uso, já existem sanções administrativas a serem aplicadas pelos órgãos setoriais competentes. Isto é, qualquer novo regime de sanções criaria um temerário bis in idem;

(iii) novos direitos: todos os sistemas que têm alguma interface com uma camada de IA estariam sujeitos aos novos direitos criados, o que pode gerar insegurança jurídica sob a perspectiva de arranjo institucional. Quem avaliará a licitude dos sistemas de IA? O Poder Judiciário, a autoridade competente ou o órgão regulador setorial?;

iv) carga de governança adicional: avaliação preliminar, medidas de governança para sistemas de IA de alto risco e avaliação de impacto algorítmico, com inúmeras prescrições detalhadas, são alguns exemplos de carga de governança extremamente densa, complexa e custosa, diante das obrigações já existentes.

Recentemente, inclusive, o Tribunal de Contas da União (TCU) apontou riscos decorrentes das propostas legislativas que podem impactar a capacidade de inovação de empresas e do setor público, com consequências potencialmente negativas para os desenvolvimentos social, tecnológico e econômico do país, como dependência de importação de tecnologia em decorrência da estagnação do desenvolvimento da IA no Brasil; criação de barreiras para startups e empresas de menor porte; perda de competitividade no comércio exterior; monopólio ou oligopólio propiciado por regulação excessiva; e dificuldades na retenção de profissionais de IA.

No Brasil, 74% das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) de diversos setores da economia estão usando a IA, enquanto 90% delas buscam adotá-la para diversas finalidades, como melhorar a experiência do cliente e ganhar eficiência, produtividade e agilidade, conforme recente estudo da Edelman. Para se ter uma ideia do custo regulatório, em 2021, ainda sem todas as novas medidas de governança atualmente estabelecidas no AI Act, da UE, segundo a Center for Data Innovation, a expectativa para conformidade era de um total de 31 bilhões, o que poderia resultar, segundo o estudo, na redução de investimentos em IA em quase 20%. Para as MPMEs, mais de € 400 mil no caso de IAs classificadas como de alto risco, o que poderia representar um declínio de 40% em suas receitas.

Por aqui, já enfrentamos desafios de investimentos, infraestrutura, desenvolvimento incipiente de pesquisa, patentes, aumento de desigualdades e fuga de talentos e de startups. Amargamos a 35ª posição em um ranking global (Tortoise), embora estejamos em 16º em outro estudo (Tufts University), os quais consideram citados fatores para IA — números que estão muito aquém da posição de nona maior economia do planeta, ocupada pelo Brasil. Portanto, os debates sobre o tema demonstram o peso que terá a escolha regulatória sobre aspectos que vão da competitividade das MPMEs e da capacidade de geração de riquezas das nações à preservação da cidadania (e da própria democracia).

Precisamos de muita cautela, entendimento sobre como a tecnologia é projetada, desenvolvida e implantada e análise de impacto regulatório para encontrarmos o melhor modelo de regulação. A prioridade deveria ser um plano de nação para qualificar a mão de obra, estruturar mecanismos e políticas para ajudar na aceleração da adoção da IA por MPMEs, estimular a oferta local de infraestrutura computacional para treinamento de modelos da ferramenta, principalmente em português — em se tratando de modelos de linguagem —, e usar a tecnologia para ajudar a resolver grandes desafios nacionais, como desastres naturais, fome, corrupção, saúde, educação e segurança. Será que os benefícios de correr com a regulação para novembro justificam os seus riscos? Aparentemente, não.

Rony Vainzof é sócio-fundador do VLK Advogados e consultor de Proteção de Dados da FecomercioSP.

Frase do dia

"Estamos jogando roleta russa com o nosso planeta. Precisamos de uma saída da rodovia para o inferno climático"

De António Guterres, secretário-geral da ONU, após mundo completar o 12º mês consecutivo de calor recorde

Cartas de Leitores

Dados do PIB

O crescimento do país ao longo do primeiro trimestre do ano, traduzido pelo acréscimo de 0,8% do PIB no mesmo período, foi recebido com entusiasmo por setores do governo responsáveis pela condução do setor. Foram apontados como fatores determinantes para o resultado, o upgrade do consumo das famílias, o impulso da atividade de serviços e a inesperada alta dos investimentos (4,1%), turbinada pela importação de máquinas e equipamentos. Nada impede, no entanto, que o cidadão comum, não versado em firulas do controle macro das contas públicas, mas cada vez mais atingido, entre inúmeras mazelas, pela restrição crescente do direito de ir e vir, principalmente nas metrópoles brasileiras, e pelo péssimo nível de educação oferecido a seus filhos, seja tomado por certo sentimento de dubiedade.

Além disso, é ele incapaz de vislumbrar o efeito no dia a dia da anunciada queda da inflação e da redução do índice do desemprego, parâmetros avaliados por especialistas como propulsores dos números ora divulgados e como estes influenciarão sua vida, mesmo a médio prazo. Tal dúvida é relevante na medida em que analistas mais técnicos insistem que a Economia não está sendo dirigida com critério, mas com investidas de insensatez e populismo. Afinal, são ostensivas a recente elevação do dólar e a fuga de dinheiro estrangeiro da bolsa de valores, fatos representativos da falta de confiança na gestão do ambiente econômico.

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

•

A economia brasileira surpreendentemente cresceu 0,8% neste primeiro trimestre, podendo ainda este ano ser a oitava economia global. Se essa realidade ocorrer, estaremos em condições de construir a grande nação tanto sonhada por nós e que temos condições de ser. Que assim seja.

José de Anchieta Nobre de Almeida
josenobredalmeida@gmail.com

Dívida dos Estados

Como o secretário do Tesouro Nacional afirmou (**Valor**, 05/06) que o diálogo sobre a dívida dos Estados com a União está aberto, penso que a União e o Congresso Nacional devem aproveitar o ensejo para refazer as contas dessas dívidas (Lei 9.496/97 e PROES) desde o início com a incidência apenas da correção monetária oficial e sem a indevida cobrança de juros.

Assim, todos os Estados terão expressivos valores à disposição para serem empregados — sob a aprovação, coordenação e supervisão da União — em obras de prevenção de cheias diluviais e de secas extremas, que estão aumentando em todo o país e colocando sob severo risco toda a nossa economia. Como são obras de grande envergadura, não há tempo a perder.

João Pedro Casarotto
jpcasarotto@uol.com.br

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

Entrevista Os líderes dos países da região precisam entrar em acordo, diz Juan Manuel Santos

'Preservação da Amazônia passa pelo combate ao crime organizado'

Daniela Chiaretti
De São Paulo

Político experiente, Juan Manuel Santos Calderón dá uma resposta ambígua sobre quem tem razão sobre a exploração de petróleo na Amazônia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que não nega o interesse em abrir novas frentes de produção, ou o colombiano Gustavo Petro, que declarou que o país não entrará na Amazônia. "Ambos têm razão e ambos não têm razão", diz. A curto prazo, países e petroleiras se beneficiam dos lucros da exploração. "A longo prazo, o mundo inteiro perde", diz o ex-presidente colombiano.

Santos, que ganhou o Nobel da Paz em 2016, por seus esforços de pacificar o país no conflito com as Farc, observa que Lula, Petro e as outras lideranças de países amazônicos têm que entrar em acordo sobre a região. Não só para combater o desmatamento, mas o crime organizado, que domina boa parte da Amazônia. "Se isso não acontecer, o combate ao desmatamento será um fracasso. A região, em boa medida, está sob controle do crime organizado, que é um negócio multinacional".

Santos esteve no Brasil há alguns dias, com o grupo "Planetary Guardians", uma constelação de 19 personalidades globais que querem disseminar a necessidade de se proteger o planeta. São cientistas como o brasileiro Carlos Nobre e o sueco Johan Rockström, e políticos, como a ex-presidente da Irlanda Mary Robinson e Santos.

Este ano há duas grandes conferências das Nações Unidas, a COP 16, da biodiversidade, na Colômbia, em outubro, e a COP 29, de clima, no Azerbaijão, em novembro. Ele defende que as duas deveriam ser unidas. Criadas em 1992, durante a Rio 92, são independentes. A posição histórica brasileira era de manter dois trilhos de negociação considerando que clima era um problema de energia, causado principalmente por países industrializados e evitando colocar a Amazônia na mesma cesta.

Em São Paulo, Santos concedeu a entrevista ao **Valor**:

Valor: *Este ano a Colômbia irá sediar a COP 16, da Convenção de Biodiversidade. É a primeira desde Montreal, em 2022, quando se assinou o grande marco global da biodiversidade. O sr. diz que o sucesso da COP 16 é importante para a COP 30, no Brasil, em 2025. Por quê?*

Juan Manuel Santos: Sempre defendi que as duas cúpulas se juntem em uma só. São duas faces da mesma moeda. Se não há progresso em proteger a biodiversidade, a luta contra a mudança do clima fracassa. Se fracassa a luta contra a mudança do clima, a biodiversidade desaparece. Por isso acredito que o esforço do mundo deveria ser unificado: proteger a biodiversidade e conter a mudança climática. Isso, no meu modo de ver, faria com que as duas cúpulas tenham que ser bem sucedidas. Se a COP 16 que vai acontecer em Cáli, na Colômbia, não for exitosa, será difícil que a COP 30, no Brasil, o seja. É condição necessária. Veja, se não protegermos a biodiversidade, no longo prazo deter a crise do clima será cada vez mais difícil.

Valor: *O que se espera de Cáli?*

Santos: Na conferência de Montreal, em 2022, os países concordaram com um plano-base, o Marco Global da Biodiversidade. Mas o resultado desta e das demais COPs não podem ser simplesmente enunciados em discursos. Chegou a hora, até porque não temos mais tempo, de que sejam ações concretas e não intenções. Repito: temos cada vez menos tempo para preservar o planeta. Veja o que está acontecendo na Amazônia, que está prestes a alcançar um ponto de não retorno, onde a floresta se transforma em outra coisa [por ação do desmatamento, incêndios e aquecimento global]. Estamos cada vez mais próximos deste momento. É por isso que todos temos que fazer um grande esforço e reverter este processo.

Valor: *O presidente Gustavo Petro e o presidente Lula divergem em relação à exploração de petróleo na Amazônia. A Colômbia exporta petróleo, está entre os 20 grandes produtores, mas a produção amazônica é só 11% do total. No Brasil é diferente. Como o senhor vê isso?*

Santos: Ambos têm razão e ambos não têm razão. Me explico: temos que ir nos desfazendo do petróleo, mas não pode ser de um dia para o outro. Tem que ser gradualmente. As intenções de ir desmontando as operações de petróleo são corretas e são necessárias. Contudo, o mais necessário é que o presidente Lula e o presidente Petro, e os presidentes dos demais países amazônicos, entrem todos em acordo. Se isso não acontecer, o combate ao desmatamento da Amazônia será um fracasso. A região, em boa medida, está sob controle do crime organizado, que é um negócio multinacional.

Valor: *Pode falar mais disso?*

Santos: Estamos vendo os tentáculos dos cartéis do México na Argentina, na Costa Rica, na Colômbia e no Brasil. A luta contra o crime organizado, assim como o combate à mudança do clima têm que, necessariamente, ser uma luta de todos, cooperando e produzindo sinergias para sermos mais efetivos. Se seguirmos cada um por um lado não vamos ter êxito.

Valor: *O sr. ganhou o Nobel da Paz em 2016 pelos seus esforços para colocar fim à guerra civil na Colômbia. Como vê a situação hoje?*

Santos: Infelizmente a implementação do acordo de paz não foi cumprida. O governo que me sucedeu [de Iván Duque] era contrário ao processo de paz e fez muito pouco neste sentido. E este governo também não fez grandes coisas. Então, a falta de implementação do processo produziu um ressurgimento da violência e isso está afetando a Colômbia. Por isso dissemos ao presidente Petro que a sua prioridade número 1 deve ser a implementação do processo de paz. Sem isso, o cumprimento de suas intenções, no que ele chama de 'a paz total', irá fracassar.

Valor: *A Colômbia é o segundo país mais megadiverso do mundo. As florestas deveriam ter valor por si, mas não têm. O sr. diz que elas têm valor mortas e que esta equação não está bem colocada. Mas como fazer isso?*

Santos: Tive uma experiência com a comunidade indígena mais antiga da América, os kogis, na Sierra Nevada de Santa Marta. Levei a eles o acordo de paz e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [ODS] que foram aprovados nas Nações Unidas em 2015 — uma iniciativa colombiana que foi aceita na Rio+20, aqui no Brasil.

Eu me comprometi com os indígenas de conseguir a paz com as Farc [Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia] e com a natureza. Eles me disseram: 'Presidente, faça a paz com as Farc, mas faça paz com a natureza'. No fim do meu governo, depois de 8 anos, levei a eles o acordo de paz e os ODS dizendo que eu tinha cumprido minha promessa. Eles me devolveram os ODS. Perguntei a razão e me responderam que faltava ali o mais importante, que é o fator espiritual. Perguntei do que se tratava. Me responderam com uma frase muito bonita e também muito contundente: enquanto os seres humanos não tratarem a natureza como iguais, e continuemos a tratá-la como algo de segunda categoria, não teremos paz com a natureza. Temos que sentir que a natureza tem vida, os rios, as florestas e os oceanos têm vida. Para mim isso foi algo muito poderoso e é o que está nos faltando.

Em 2016, Santos recebeu o Prêmio Nobel da Paz por seus esforços de pacificar a Colômbia no conflito com as Farc

GABRIEL REIS/VALOR

> "Abrir novos poços de petróleo e gás hoje pode ser um bom negócio no curto prazo. A longo prazo, todo mundo perde"
> *Juan Manuel Santos*

Valor: *Como o sr. se interessou pela crise climática?*

Santos: Eu não era um negacionista, mas era ignorante no tema. Realmente não estava muito comprometido em cuidar da natureza. Na semana seguinte que cheguei ao governo fomos atingidos pelo fenômeno La Niña mais forte que tivemos na nossa história. Algo como o que viveu o Brasil agora, no Rio Grande do Sul [com El Niño]. Fomos impactados durante quase um ano. Eu não sabia o que fazer. Meu antecessor [Álvaro Uribe], como aconteceu no Brasil recentemente, havia sido, de certa forma, negacionista ou pelo menos indiferente. Tinha abolido o Ministério do Meio Ambiente. Então eu chamei especialistas do mundo inteiro, entre eles Al Gore [ex-vice presidente dos EUA e uma das vozes mais importantes do ambientalismo global], que vieram me dizer o que deveria fazer e como poderia manejar este tema. Al Gore me deu uma aula para a vida toda sobre a importância de se cuidar da natureza e a importância da biodiversidade para a Colômbia. Nós podemos ter um papel muito importante no debate, mas, como o Brasil, somos muito vulneráveis. Fui me tornado um apaixonado na questão climática. Hoje sou um guardião planetário.

Valor: *O sr. acha que é um bom negócio abrir novos poços de petróleo e gás hoje?*

Santos: Pode ser um bom negócio no curto prazo, mas é um mau negócio no longo prazo. Porque se não trocarmos o 'chip', se não desistirmos dos combustíveis fósseis sujos, não teremos êxito em conter a mudança climática. E todos sofreremos. Então, provavelmente os países ou as empresas petroleiras ganharão no curto prazo em função do preço do petróleo atual. Mas o mundo perde a longo prazo.

Valor: *Créditos de carbono podem ajudar a enfrentar a crise?*

Santos: Para além dos créditos de carbono, o sistema financeiro internacional precisa de uma mudança fundamental. Oxalá isso seja obtido na COP 30, mas também no G20 [grupo das principais economias mundiais] sob a presidência brasileira. As entidades multilaterais foram concebidas depois da Segunda Guerra Mundial. Hoje em dia, as necessidades de financiamento do mundo inteiro para combater a mudança do clima são imensas, mas são diferentes daquelas que tinham há 50 anos ou 60 anos, e é por isso que essas instituições precisam mudar. Devem gerar incentivos e mecanismos que estimulem os países, e o setor privado, a tomar decisões e adotar políticas compatíveis com a luta contra a mudança do clima.

Valor: *Qual seria um resultado bom do G20?*

Santos: Seria um sucesso no G20, por exemplo, se instituições como o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional adotassem iniciativas que permitam financiar a transição a uma economia mais verde de uma forma mais efetiva, tanto em volume de recursos como nos procedimentos.

Valor: *Mas para financiar a transição rumo a uma economia mais verde, créditos de carbono são ou não instrumentos interessantes?*

Santos: Há a ideia de se 'trocar' dívidas por florestas, uma ideia interessante, se for implementada corretamente. É justa. Por isso é fundamental para que se façam mudanças no sistema financeiro. Justiça deve ser um dos princípios básicos, para que os países que menos contribuíram para a mudança climática não sejam os que, proporcionalmente, paguem mais.

Valor: *As empresas de petróleo dizem que estão pavimentando a transição. O sr. vê este movimento?*

Santos: Há empresas que fizeram coisas nesta direção, não se pode negar. Existem empresas que estão tratando, genuinamente, de compensar os danos com algo benéfico, mas no conjunto fizeram pouco. Enquanto constroem instalações imensas, o sacrifício tem sido relativamente pequeno. Acredito que podem fazer muito mais.

Valor: *Metade do planeta vota este ano. Agora estão acontecendo as eleições para o Parlamento Europeu e as políticas verdes devem perder espaço. Há grandes pressões sociais, custo maior de energia e alimentos, movimentos migratórios, medo e insegurança. Esta temática não ganha nas urnas.*

Santos: Sim, como fazer com que esta agenda se torne uma agenda de todos. Me preocupa muito ver como as democracias, no geral, estão se enfraquecendo. Entre outros fatores, a polarização alimentada pelas redes sociais, também alimenta o populismo. E produziu uma situação onde setores que pensam diferente, em vez de sentar juntos e dialogar, não se reconhecem. Quando não há trocas, as democracias não funcionam. Não conseguem resolver os problemas das pessoas. Precisamos recuperar a moderação nas tensões permanentes que são criadas pela crise climática. Esse é um tema que produz paixões e contrapõe interesses de curto prazo com os de longo prazo. Ou seja: para que um político se eleja nas próximas eleições toma decisões que são convenientes às pessoas no curto prazo, mesmo sabendo que no futuro são contraproducentes. Eu paguei um custo alto, me criticaram muito por ter feito a paz com antigos inimigos.

Valor: *O sr. se arrepende?*

Santos: Nem por um segundo. Paguei um preço político por decisões impopulares, mas necessárias no longo prazo. E que os líderes mundiais não estão tomando, mas deveriam.

Investimento
Toyota prevê nacionalizar baterias para seus carros híbridos
B4

Veículos
Todos os modelos da Toyota no Brasil terão versão híbrida, diz Evandro Maggio, presidente B4

Commodity
Preço do barril de petróleo volta a subir após dois dias seguidos de quedas B3

Tecnologia
Nvidia entra para grupo de empresas com valor acima dos US$ 3 trilhões B8

Agronegócio
Insumos tornam produção de soja no país mais cara do que nos concorrentes B10

Energia Maior demanda reflete chuvas abaixo da média nos reservatórios e pressiona conta de luz

Geração termelétrica deve se manter alta em 2024

Robson Rodrigues
De São Paulo

O uso de usinas termelétricas para resguardar o Sistema Interligado Nacional (SIN) em 2024 está maior que nos últimos dois anos e deve manter essa tendência no segundo semestre, apurou o **Valor**. Chuvas abaixo da média nos reservatórios das hidrelétricas, ventos fracos para geração eólica, ondas de calor e maior demanda por energia são responsáveis pelo cenário atual.

Eneva e Petrobras, por exemplo, terão maior geração térmica associada ao momento de estresse nos reservatórios. Até mesmo usinas movidas a carvão têm entrado no sistema para dar resposta à demanda. Por outro lado, isso deve causar algum nível de pressão sobre as tarifas, por conta dos encargos já que algumas térmicas têm custo muito maior do que outras fontes renováveis, e deve haver um maior nível de emissões de gases.

O diretor executivo de marketing, comercialização e novos negócios da Eneva, Marcelo Lopes, diz que o despacho térmico deve aumentar ainda mais no segundo semestre. “No fim de 2023, vimos mais despacho termelétrico mesmo com os níveis de reservatórios elevados. E no início de 2024, com uma hidrologia muito abaixo da média, temos o fundamento para acreditar que teremos demanda termelétrica recorrente (...). Isso de alguma maneira vai impactar encargos ou preço”, prevê.

A expectativa de Lopes é confirmada pela previsão do tempo. A empresa de meteorologia Tempo Ok diz que o período de estiagem, que segue até outubro, tende a ser mais seco do que a média histórica. O que ajuda a entender essa mudança de cenário é o fenômeno meteorológico La Niña, cuja principal característica é prolongar os períodos secos do ano.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) adotou medidas para poupar água em importantes usinas do sistema Sudeste/Centro-Oeste para mitigar os impactos da falta de chuvas e minimizar eventuais custos de geração. Além disso, a safra dos ventos está mais fraca e diversas empresas reportaram em seus balanços que a geração eólica ficou abaixo do esperado.

Nivalde de Castro, professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), explica como as termelétricas garantem a estabilidade do suprimento.

“Essa instabilidade gera um desafio ao ONS, que orquestra o mix de todas as fontes para atender em tempo real a demanda, que também varia. As termelétricas são importantes porque o seu comando está nas mãos do homem e não do sol, do vento e da chuva”, explica.

No geral, as térmicas são acionadas em horários de pico. No entanto, o apagão de agosto de 2023 mudou a percepção de risco e levou o ONS a elevar a margem de segurança. O presidente da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget), Xisto Vieira Filho, lembra que nos graves períodos de escassez hídrica, como em 2001, 2014 e 2021, as térmicas com diversos tipos de combustíveis, como carvão, gás natural e nuclear, foram fundamentais para minimizar ou evitar racionamentos de energia.

LEO PINHEIRO/VALOR

“Em dias de maior calor de 2023 e 2024, tivemos uma grande participação de energia térmica”
Xisto Vieira Filho

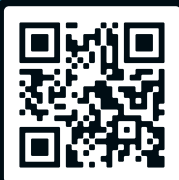
“Principalmente em dias de maior calor de 2023 e 2024, tivemos uma grande participação de energia térmica no sistema (...). Precisamos encher os reservatórios para que nos períodos secos, o sistema atue com hidrelétricas e as térmicas. Estes dois atores que dão a confiabilidade energética”, diz.

O acionista e presidente do conselho de administração da Nova Participações, José Antunes Sobrinho, lembra que no passado o modelo do setor era composto por hidrelétricas e termelétricas (hidro-térmico). Essa situação foi drasticamente mudada por questões ambientais e a maioria das usinas foi construída sem reservatórios (a fio d'água), como Belo Monte, Jirau e Santo Antônio.

Paralelo a isso, na última década, o Brasil observou uma transformação na matriz — que já era bastante renovável, com base hidráulica — com a entrada massiva de eólicas e solares, tendência que deve permanecer, vista a economicidade dessas fontes e seus atributos ambientais. Por outro lado, gera desafios à operação do sistema.

“Nosso sistema a partir de 2012 deixa de ser hidrotérmico e tem uma componente de fonte intermitente que pode representar em certos períodos do ano até 20% da geração. Ocorre que muitos privilégios concedidos para as fontes intermitentes necessárias ao seu desenvolvimento não foram retirados. As hidrelétricas, por sua vez, carregam o sistema de suprimento e também o ônus de situações desfavoráveis”, diz Sobrinho.

A Petrobras é outra importante geradora térmica. Segundo a empresa, a intermitência das fontes eólica e solar obriga o ONS a requisitar cada vez mais recursos confiáveis, flexíveis e controláveis para atender as variabilidades da geração renovável.

“Dentro desse contexto, acreditamos na relevância das termelétricas flexíveis movidas a gás natural para o sistema elétrico, não somente para garantia da estabilidade da rede elétrica, compensando a variabilidade das fontes intermitentes, mas também para a gestão dos níveis dos reservatórios, como vêm sendo usadas tradicionalmente desde os anos 2000”, informa a estatal em nota.

Pesquisa Crescimento foi de 12% no primeiro trimestre de 2024, comparado ao mesmo período de 2023. Grupo que mais usa o medicamento tem entre 39 e 48 anos

Aumenta o uso de antidepressivos entre trabalhadores no Brasil

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

O uso de antidepressivos entre funcionários de empresas no Brasil aumentou 12% no primeiro trimestre, em comparação com o mesmo período de 2023. Os medicamentos têm maior adesão entre empregados de 39 a 43 anos (19,8%), seguidos da faixa de 44 a 48 anos (16,5%).

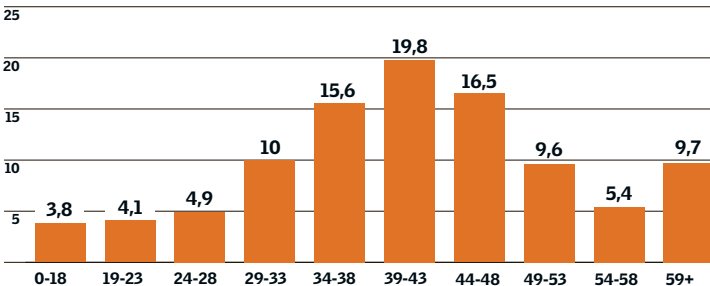
O levantamento, obtido com exclusividade pelo **Valor**, foi realizado a partir da análise da compra de medicamentos de 196.677 funcionários, com acesso ao subsídio, de 250 empresas que contratam os serviços da Vidalink, do setor de bem-estar corporativo.

Do total pesquisado, a maioria são homens (51%) que trabalham em organizações com 300 a 1.000 empregados (51%). "No geral, 17% dos nossos usuários estão em cargos de liderança, acima da gerência", diz Luis González, CEO e cofundador da Vidalink.

Diante dos dados obtidos, González diz que é importante que o tema do bem-estar seja acompanhado de uma forma mais completa pelos empregadores, com um posicionamento preventivo — que inclui estímulo à prática de exercícios físicos, adoção de uma alimentação saudável e acompanhamento psicológico. "Não basta apenas medicar os funcionários", afirma. "É preciso um trabalho conjunto entre empresa e colaborador para tratar da complexidade dessa temática."

Na opinião do executivo, para que benefícios corporativos como o auxílio à aquisição de medicamentos e o acesso à terapia sejam eficazes, a organização deve adotar posturas de acolhimento, de acordo com as necessidades das equipes. "O medicamento não surtirá efeito em alguém que se encontra em um ambiente tóxico e desestimulador", destaca.

Em um recorte mais amplo do estudo, que analisa a utilização de medicamentos para a saúde mental em geral — ansiolíticos, antipsicóticos, psicoestimulantes, de combate à depressão e aos distúrbios do sono — a faixa etária de 19 a 23 anos é a que apresenta a maior participação nas compras dos remédios (28,5%), enquanto empregados com mais de 59 anos têm o menor índice (14,8%). Na análise do tipo de opções compradas, a maioria (53%) é para o tratamento da depressão. "Ao avaliar que os mais jovens são os que mais consomem medicamentos para a saúde mental, precisamos nos preocupar com o apoio às novas gerações que chegam ao mercado de trabalho", pontua González. "Por outro lado, temos uma preocupação também com as gerações mais velhas, que podem estar negligenciando esses cuidados, por ainda tratarem o tema como um tabu."

Prescrições em alta
Distribuição de medicamentos antidepressivos por faixa etária, em %

Fonte: "Levantamento consumo de medicamentos para saúde mental no Brasil", com 196.677 funcionários de 250 empresas/Vidalink, 2024

29%
dizem não cuidar da saúde mental

Em pesquisa realizada pela Vidalink no primeiro semestre de 2023 com 8.900 respondentes, 29% afirmaram não fazer nada para cuidar da saúde mental. Os dados apontaram que as funcionárias são as mais flexíveis para agendar sessões de terapia — duas vezes mais mulheres disseram usar a alternativa como principal forma de cuidar da saúde mental do que os homens (17,3% e 8,8%, respectivamente).

"A boa notícia nesse cenário alarmante [de consumo de medicamentos] é o número crescente de organizações abertas à questão da saúde mental e preocupadas em subsidiar medicamentos para o quadro — não apenas para baixar ou controlar a sinistralidade dos planos de saúde, mas por entenderem que a qualidade de vida dos profissionais tem valor para o negócio", afirma o CEO.

O cuidado com a equipe pode começar com o controle do estresse no ambiente de trabalho, ensina. "A organização deve promover uma 'cultura de cuidado' que, somada ao incentivo para rodas de conversas, alimentação saudável, atividades físicas, sociais e de lazer, tende a melhorar os indicadores de saúde mental."

O Brasil é o país com a maior prevalência de depressão na América Latina, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). Dados de mapeamento sobre a doença realizado pela OMS em 2022 apontam que 5,8% da população brasileira sofre da doença, o equivalente a 11,7 milhões de pessoas.

DIVULGAÇÃO

"Não basta medicar os funcionários. É preciso um trabalho conjunto entre empresa e colaborador"
Luis González

Criar relações de confiança é desafio corporativo global

Gestão de pessoas

Fernanda Gonçalves
De São Paulo

Em um mundo que combina questões relacionadas ao ESG, à diversidade e às mudanças do pós-pandemia, os altos índices de confiança entre funcionários e empregadores se tornaram ainda mais relevantes para que as empresas consigam sobreviver. Essa foi uma das principais discussões do For All Summit, evento global realizado pelo Great Place to Work (GPTW), em Nova Orleans (EUA).

Tatiane Tiemi, CEO do GPTW Brasil, participou da conferência, que reuniu cerca de 2 mil pessoas e contou com a presença de executivos de empresas como Accenture, Cisco, Dow, Hilton, Marriott, KPMG e PwC. Ela falou com exclusividade ao **Valor** sobre os temas debatidos no encontro.

Tiemi conta que um dos destaques foi a inteligência artificial (IA). "As empresas com altos índices de confiança vão conseguir utilizar a IA de uma forma mais fácil e positiva", pontua. "As pessoas que trabalham nessas organizações sabem que suas empresas vão usar a tecnologia para o bem e de forma correta, pensando em somar na operação e em contribuir com as análises de dados", detalha.

No que diz respeito à diversidade, a CEO relata que as empresas norte-americanas têm focado em práticas relacionadas à neurodiversidade. "Algumas companhias estão falando muito sobre a 'neuroinclusão' e chegaram a apresentar indicadores que mostram que as empresas que têm boas estratégias de diversidade e inclusão para esse público conseguem impulsionar a inovação e os resultados dos negócio", afirma.

A executiva diz que uma prática das companhias norte-americanas voltada à diversidade chamou atenção: a formação de grupos de afinidade entre funcionários com o intuito de discutir e sugerir melhorias dentro da organização. Na sua visão, esse grupos se diferem dos comitês de diversidade presentes nas empresas brasileiras por terem processos e escopos mais definidos. "Lá, os trabalhadores pontuam para a organização quais são as dificuldades que enfrentam e levam sugestões do que a empresa pode fazer para que eles se sintam mais confortáveis e incluídos no dia a dia", revela.

"Antigamente, os desafios da liderança não contemplavam esses temas. O papel dos líderes está cada vez mais desafiador"

"Isso tem permitido que o RH consiga promover uma escuta específica e constante e, também, que esses grupos ajudem a desenvolver um plano de melhoria", pontua. "Além de falar sobre os problemas, eles contribuem com a etapa de ação. É algo relativamente simples, que qualquer empresa pode fazer e que contribui bastante com o desenvolvimento do ambiente de trabalho e com uma melhor experiência para todos mas, principalmente, para esses grupos minoritários."

A flexibilidade foi outra pauta de destaque do evento. "O debate girou em torno do fato de que as organizações devem se responsabilizar pelo bem-estar e saúde mental de cada profissional", esclarece Tiemi. "A partir do momento em que as empresas conseguem olhar individualmente para cada colaborador com esse cuidado, elas conseguem se tornar empresas mais saudáveis, e a flexibilidade é uma das boas práticas dentro desse contexto."

A CEO comenta que os palestrantes refletiram sobre a importância do bem-estar e da saúde mental, e do quanto as empresas precisam passar por uma transformação cultural para começar a valorizar esses aspectos. A conclusão, segundo ela, é que essa é mais uma atribuição dos líderes fazer gestão de pessoas mais complexa. "Antigamente, os desafios da liderança não contemplavam esses temas. Por isso, o papel dos líderes está cada vez mais desafiador", pondera.

Tiemi relata ainda que, ao final do evento, Michael C. Bush, CEO global do GPTW, falou sobre a 'mentalidade de soma zero', voltada para o curto prazo, na qual as pessoas acreditam que para um ganhar, o outro deve perder. E como é importante evitá-la para poder pensar em inclusão, diversidade e meio ambiente.

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Tatiane Tiemi, CEO do GPTW Brasil, diz que empresas com altos índices de confiança interna conseguirão usar melhor a IA

Armadilhas que impedem o sucesso do coaching

Rumo certo

Vicky Bloch

Após mais de três décadas de experiência em coaching empresarial, pude observar que, apesar das inúmeras vantagens desse processo, há uma série de armadilhas que podem comprometer seu sucesso. Para maximizar os benefícios do coaching e evitar frustrações e mal-entendidos, é essencial entender essas armadilhas, tanto do ponto de vista de quem oferece (a empresa) como de quem passa pelo processo (o indivíduo, ou "coachee").

Um dos problemas mais comuns é a falta de comprometimento do coachee. Isso geralmente ocorre quando ele não compreende o propósito do coaching ou o vê como uma punição ou crítica, em vez de uma oportunidade de crescimento. Essa percepção pode ser agravada quando existe uma relação ruim com a liderança, fazendo com que o profissional desconfie das intenções por trás da oferta de coaching. Vale destacar que a empresa às vezes também tem sua parcela de culpa ao usar o coaching de forma inadequada como uma última tentativa antes da demissão, o que acentua essa desconfiança.

Qualquer iniciativa de desenvolvimento profissional requer comprometimento, dedicação, proatividade e vontade de mudar. E o desenvolvimento genuíno não ocorrerá se o indivíduo entrar no coaching com uma atitude defensiva, achando que está lá por imposição ou culpa dos outros, ou com medo de se expor e admitir vulnerabilidades. É importante lembrar que a verdadeira transformação acontece quando nos permitimos ser vulneráveis, criando um ambiente de confiança e abertura que facilita o aprendizado e o crescimento.

Também é comum ver indivíduos barrando o envolvimento de terceiros no processo, o que é um erro. O compartilhamento dos objetivos e progressos, bem como a permissão para que o coach entreviste outras pessoas-chave com quem o coachee convive no dia a dia, são muito importantes para garantir que o profissional receba feedbacks valiosos e construtivos.

Outra armadilha frequente é a expectativa irreal de que o coaching mudará comportamentos profundamente enraizados, ou de que apenas participar de algumas sessões será suficiente para resolver problemas complexos, subestimando a necessidade de um esforço contínuo e profundo. O coaching pode ajudar a gerenciar comportamentos e desenvolver novas estratégias de ação, mas não faz milagres.

Da mesma forma, não se pode esperar que o coaching resolva múltiplos problemas ao mesmo tempo. Mudanças significativas, como melhorar a comunicação, a liderança em crises e atitudes com subordinados, exigem foco e tempo.

Outra armadilha que observo é a crença de que o sucesso no coaching garantirá recompensas financeiras imediatas. Embora o desenvolvimento pessoal e profissional possa levar a melhores oportunidades, esse não deve ser o objetivo primário do coaching.

Está claro que muitos ainda não entendem o real objetivo do coaching de carreira. Para se promover crescimento e transformação e estabelecer uma relação de confiança com o coach, é necessária uma mentalidade aberta e atitude proativa. Quando esse ambiente é estabelecido, o coaching pode levar a mudanças significativas e duradouras, beneficiando tanto o indivíduo quanto a organização.

Vicky Bloch é fundadora da Vicky Bloch Associados, professora do IBGC, da FIA e membro de conselhos de administração e consultivos

Vaivém

Stela Campos

Sodexo

Angelica Bastarrica é a nova vice-presidente de Energia&Recursos da Sodexo.

Unilever

Liana Fecarotta é a nova vice-presidente de recursos humanos da Unilever Brasil.

AbbVie

Johana Gamboa é a nova diretora da área de especialidades da AbbVie no Brasil.

Schneider Electric

Arthur Wong é o novo Chief Marketing Officer (CMO) da Schneider Electric para a América do Sul

E-mail: vaivem@valor.com.br

valor.com.br
Acompanhe a movimentação de executivos também no site
www.valor.com.br/carreira

Energia Principais incertezas até o fim do ano são sobre riscos geopolíticos, segundo especialistas

Petróleo mantém alta anual, apesar de volatilidade

Kariny Leal
Do Rio

A cotação do petróleo se recuperou ontem, após as quedas do início da semana, enquanto os investidores alinham as expectativas para os próximos meses. Com o anúncio da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e seus aliados (Opep+) de manter os cortes de produção até 2025, mas com retorno gradual dos níveis a partir de outubro, os preços da commodity caíram e chegaram perto dos US$ 76,80 por barril na terça-feira (4), com a preocupação sobre o balanço entre oferta e demanda.

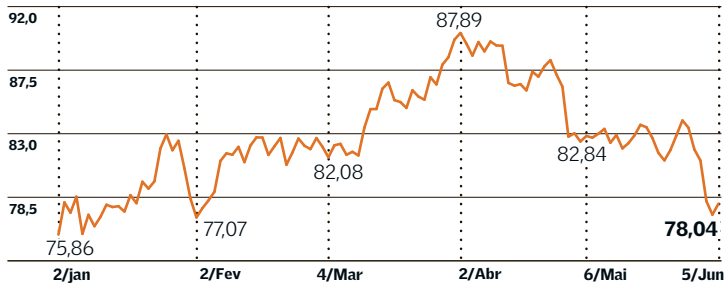
O corte de 2 milhões de barris por dia dos países do cartel ajudou a apoiar os preços do petróleo acima dos US$ 80 nos últimos meses, mas a notícia da retomada gradual fez a cotação recuar abaixo desse patamar.

O Brent, que começou o ano cotado a US$ 75,86, chegou a US$ 87,89 na máxima do ano, no começo de abril. Nesta quarta (5), a commodity fechou o dia cotada aos US$ 78,04. No ano, a alta acumulada é de 1,47%.

O UBS BB projeta que o Brent irá fechar o ano cotado a cerca de US$ 83,20. Para o Itaú BBA, a cotação deve terminar 2024 em US$ 85. Segundo o banco, o mercado petrolífero está relativamente confortável, com elevada capacidade disponível concentrada em alguns países da Opep+. “De acordo com as nossas estimativas, cada redução de 1 milhão de barris por dia na oferta ou aumento na procura eleva os preços do petróleo em US$ 10 /barril. O principal risco para o nosso cenário é a instabilidade geopolítica no Oriente Médio, responsável por mais de 25% da oferta global. Os conflitos geograficamente limitados que afetam a produção num determinado país tendem a ser absorvidos pela capacidade ociosa da Opep. No entanto, um conflito generalizado desencadearia um grande desequilíbrio na oferta e na procura a nível mundial”, diz relatório do Itaú.

Para Francis Osborne, chefe da área de previsões da Argus, o mercado estava em baixa antes da decisão da Opep por conta de preocupações macroeconômicas sobre taxas de juros globais e da fraqueza da economia chinesa. Na visão de Osborne, a fraqueza dos preços do petróleo é momentânea: “Esperamos que a cotação retorne em breve e fique perto dos US$ 90 no segundo semestre deste ano.”

A decisão da Opep, segundo o analista, elimina incertezas sobre o cartel nos próximos meses, o que abre espaço para que os preços voltem a subir. “Vemos as últimas decisões tomadas pela Opep como construtivas. O cartel também diz que continua monitorando o mercado e estará preparado para tomar novas medidas conforme necessário para manter um mercado estável. Com uma estrutura de mercado rígida e eliminados potenciais pontos de conflitos, não há razão para pensar que os preços não aumentarão.”

Commodity avança 1,47% no ano
Brent 2° contrato - Em US$ por barril

Fonte: Dow Jones Newswires. Elaboração: Valor Data

Mahatma dos Santos, diretor técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo e Gás (Ineep), estima que a commodity se mantenha até o fim do ano na mesma faixa de preço que opera desde o começo de 2024, entre US$ 75 e US$ 85 por barril, caso não haja surpresa geopolítica.

Para o especialista, além das forças de oferta e demanda equilibradas pela decisão da Opep e os dados macroeconômicos globais, a sazonalidade também tem influenciado no balanço das cotações da commodity: “Ainda que tenha um aumento dos preços desde o início do ano, a queda em maio foi de quase 8%. Essa reversão reflete também a sazonalidade, com a chegada do verão na Europa, que reduz a demanda por petróleo e derivados no continente.”

Curtas

Nova queda do minério

Em uma semana negativa para os preços do minério de ferro, os futuros da commodity voltaram a registrar ontem queda significativa na bolsa chinesa de Dalian, em meio à baixa demanda no país asiático. Os contratos para setembro, os mais negociados, caíram 1,84%, para 825 yuan (US$ 113,93) a tonelada.

Eletrobras e Prumo

A Eletrobras assinou um memorando de entendimento com a Prumo Logística, holding que desenvolve o Porto do Açu, para avaliar a implantação de projetos de baixo carbono no porto-indústria no Norte Fluminense (RJ), com foco em produção de hidrogênio renovável e seus derivados. O acordo também deve avaliar a viabilidade técnica, ambiental e econômica para a instalação da fábrica e uso de recursos para pesquisa e desenvolvimento ou de financiamentos públicos e privados.

McDonald’s perde

A rede McDonald’s perdeu os direitos de marca registrada da União Europeia para versões de frango de seus icônicos hambúrgueres “Big Mac” depois que a Justiça decidiu que a gigante do fast-food não fez o suficiente para reivindicar direitos exclusivos. Em decisão que deixa intacta a proteção do tradicional Big Mac de carne bovina, o Tribunal Geral da UE em Luxemburgo decidiu que o McDonald's não apresentou evidências para uso do rótulo nos produtos de frango durante um período contínuo de cinco anos no bloco de 27 países. A decisão da UE “não afeta o nosso direito de usar a marca ‘BIG MAC’”, afirmou o McDonald’s.

INÊS 249

Veículos Pioneira na tecnologia no país, montadora se prepara para começar a nacionalizar baterias

Todo o carro da Toyota terá versão híbrida

Marli Olmos
De São Paulo

De agora em diante, todos os carros produzidos pela Toyota no Brasil terão uma versão híbrida. O aumento de oferta de modelos eletrificados permitirá elevar o índice de nacionalização das baterias. Segundo Evandro Maggio, presidente da Toyota no país, a nacionalização começará com a montagem das baterias com componentes importados.

Parece pouco. Mas representa um passo importante que a Toyota dá no país como parte do plano de investimentos de R$ 11 bilhões, até 2030. Segundo Maggio, o ciclo será dividido em duas partes. A primeira, de R$ 5 bilhões, será direcionada ao lançamento de dois novos carros e à construção da segunda fábrica da montadora em Sorocaba (SP).

Quando os dois modelos estiverem no mercado e a nova fábrica pronta, será iniciada a segunda etapa dos investimentos, dos R$ 6 bilhões restantes, para desenvolver novas plataformas de veículos.

Até lá, estará encerrado o processo de fechamento da fábrica em Indaiatuba (SP), bem como a transferência de toda a operação e dos empregados que aceitarem a mudança para a fábrica de Sorocaba, que fica a 50 quilômetros de Indaiatuba. A empresa ainda não definiu, diz Maggio, o que fará com a fábrica, a despeito de notícias de que marcas chinesas estariam interessadas na unidade.

Segundo Maggio, o programa federal Mover, aprovado pelo Senado ontem, foi um dos estímulos para o investimento. "O programa substitui a tributação dos veículos com base em cilindrada pelo critério de eficiência energética", diz, referindo-se à nova regra, que estabelece variação de incentivos fiscais conforme o nível de emissões do veículo.

A Toyota pretende manter a estratégia que a diferencia no país desde 2019. A marca foi pioneira no desenvolvimento e produção de híbridos movidos a etanol. A Toyota não quer perder espaço agora, quando as concorrentes anunciam planos de produzir o mesmo tipo de veículo.

O híbrido flex começa a se tornar uma especialidade brasileira. Aproveita a tecnologia híbrida (veículos que têm um motor elétrico e outro a combustão) para agregar as vantagens de descarbonização proporcionadas pelo etanol.

O primeiro novo modelo será lançado em 2025 — um compacto, com preços abaixo dos híbridos que a marca vende no país (Corolla sedã e Corolla Cross). Segundo Maggio, 40% das vendas dos dois modelos são de versões híbridas. "Produzir aqui tem a ver, cada vez mais, com a tecnologia híbrida."

O executivo mantém segredo em relação ao segundo modelo a ser lançado e os que virão na sequência, quando a nova fábrica estiver pronta. "Vamos criar linhas integradas", diz. "E a escala nos permitirá começar a nacionalizar as baterias", completa.

> "Mover inova ao deixar de tributar carros pela cilindrada de motor"
> *Evandro Maggio*

Segundo o executivo, a unidade de Sorocaba, inaugurada em 2012, já começou as obras de terraplenagem para receber a segunda construção, que será, como diz, "espelhada" na já existente.

A montadora também busca manter o posto de maior exportadora de veículos do país, título que durante muito tempo pertenceu à Volkswagen. Total de 40% da produção é enviado a outros países, a maioria na América Latina.

No mercado brasileiro, a Toyota ocupou o quarto lugar nas vendas de carros e comerciais leves no acumulado até maio, com participação de 8,5%, segundo dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos (Fenabrave).

Maggio é presidente da Toyota do Brasil desde março, quando a empresa anunciou o novo investimento. Ele é o primeiro brasileiro a assumir o cargo desde que a montadora construiu sua primeira fábrica no país, há 66 anos, em São Bernardo do Campo (SP), também fechada recentemente.

Não é só isso que o diferencia entre os executivos do setor, que costumam ingressar na indústria automobilística depois de passar por cursos de engenharia, administração ou finanças.

Depois de concluir a faculdade de Letras, em 1988, ele foi trabalhar na Scania como tradutor. Mas seu conhecimento extrapolava o de idiomas. O pai tinha uma oficina mecânica em São Bernardo e, por isso, ele conhecia bem os veículos. Ao traduzir manuais para oficinas, que vinham da Suécia em inglês, começou a notar falhas técnicas. De tanto recorrer aos engenheiros para desvendar as inconsistências, ele foi convidado a se juntar à equipe técnica.

Para aprender mais, decidiu cursar tecnologia da produção. À medida que as funções mudaram adicionou outro curso universitário: finanças e controladoria. Da Scania, foi para a Iveco e em 2005 começou na Toyota.

Passou por áreas como planejamento de produção, recursos humanos, pesquisa, vendas e, por fim, diretor de compras, cargo que acumula com a presidência. Em 2018, foi para o Japão, onde trabalhou, durante um ano, na divisão da Lexus, marca de luxo da Toyota.

Com jeito humilde, Maggio atribui a recente promoção à nova fase do grupo japonês, "que passou a valorizar e estimular a liderança de profissionais da região".

Durante encontro com um grupo de jornalistas, Maggio foi questionado sobre o recente escândalo envolvendo Toyota e outras montadoras japonesas, que admitiram a falsificação de dados de testes ou testes inadequados, inclusive de colisão. O assunto ainda está em debate.

Maggio disse que nenhum dos testes envolveu veículos produzidos no Brasil e lembrou que em entrevista recente, o presidente global da Toyota, Akio Toyoda, pediu desculpas. "Esta má conduta abala os alicerces do sistema de certificação; por isso é algo que devemos abster-nos de fazer como fabricantes de automóveis", disse Toyoda. Em comunicado, a empresa, maior fabricante automóveis do Japão, disse ter usado "métodos que diferem dos padrões governamentais".

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Maggio: "Produzir aqui tem a ver, cada vez mais, com a tecnologia híbrida"

Em evento do IBGC, executivos pedem fontes complementares em transição energética

Governança

Victoria Netto e Francisco Góes
Do Rio

O processo de transição energética não deve ser pautado pela ideia de substituição de fontes fósseis, mas de complementaridade para garantir crescimento econômico e segurança energética, afirmaram executivos do setor em evento que comemorou nesta quarta-feira (5) os 20 anos da seção Rio do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

O sócio e líder de consultoria para o setor de energia na PwC Brasil, Daniel Martins, observou que, apesar do aumento de eventos climáticos extremos, a projeção é que continue a haver demanda global por combustíveis fósseis, embora o crescimento maior deva vir das fontes renováveis.

"O mundo vai demandar cada vez mais energia e vamos precisar de todas as fontes. Com exceção do carvão, busca-se por complementaridade maior [de fontes de energia na matriz energética]", disse. A transição energética exige, segundo ele, uma preocupação maior sobre como prevenir e mitigar riscos.

Na avaliação de Martins, a mudança climática não é o único impulsionador do percurso rumo a uma matriz mais limpa: a segurança energética e novas tecnologias também têm um papel-chave nesta equação, já que inovações como painéis solares, biocombustíveis e hidrogênio verde só são possíveis com os avanços tecnológicos.

Na visão de Martins, a transição para fontes de energias limpas dependerá de investimentos em uma combinação de soluções: "O que acreditamos é que o caminho em direção ao 'net zero' não é um só, não há uma bala de prata, e isso inclui a exploração e produção de petróleo com a menor quantidade possível de emissões", disse.

Também presente no evento, a diretora-executiva de gás natural do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), Sylvie D'Apote, destacou que o setor de óleo e gás pode contribuir para a transição energética: "Precisamos emitir o mínimo possível nesse processo", disse. A executiva afirmou que o Brasil é hoje o 9º maior produtor de petróleo e gás no mundo e que esse é um vetor basilar da economia e crescimento do país.

"Já exploramos o pré-sal e precisamos continuar abrindo novas fronteiras, como a Margem Equatorial, obviamente com todo o cuidado. Do contrário, o setor de óleo e gás não seguirá crescendo", destacou. D'Apote também afirmou que é necessário engajar a população mais jovem para buscar soluções inovadoras.

O crescimento sustentável dos negócios e da economia se tornou um pilar relevante para empresas, governos e instituições com o avanço da agenda ESG, sigla que designa aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa.

O secretário de governança na Eletrobras, Bruno Klapper Lopes, que também participou do evento, reconheceu que mudanças nas rotas estratégicas das companhias rumo à transição energética são complexas, uma vez que implicam em novas perspectivas de risco.

Mas, segundo ele, empresas com ritos de governança bem estruturados têm mais facilidade de convencimento porque contam com processos melhor estruturados que geram confiança. "O desafio é se os atos das empresas correspondem às falas [para públicos externos]. A governança, se bem manejada, pode ajudar que o que declara seja aplicado. Se não for, pode destruir valor", afirmou.

O evento também reuniu executivos de empresas familiares para debater o papel da inovação, cultura e governança nessas companhias — eixos que, de acordo com eles, apontam o melhor caminho para garantir a longevidade dos negócios. Segundo pesquisa da EY, apenas 30% das empresas familiares resistem até a segunda geração e 15% até a terceira.

O último painel do encontro debateu como o entretenimento pode ser uma solução para o desenvolvimento econômico das cidades, a partir da experiência de localidades que se tornaram destinos turísticos por meio da realização de grandes eventos.

PEGN premia melhores franquias de 2024

Negócios

PEGN, de São Paulo

As empresas vencedoras do Prêmio Melhores Franquias do Brasil 2024 serão reveladas no dia 25 de junho. Esta é a 21ª edição da premiação promovida por Pequenas Empresas & Grandes Negócios, a partir de pesquisa exclusiva da Serasa Experian.

As redes participantes foram avaliadas em três dimensões: Desempenho da Rede (crescimento, taxa de retorno e número de lojas), Qualidade da rede (suporte oferecido, força da marca e inovação) e Satisfação do Franqueado (treinamentos, consultoria e manuais).

Os franqueadores forneceram à Serasa Experian, na inscrição, dados sobre o negócio, incluindo número de unidades e faturamento, e a lista dos franqueados ativos da rede. Esses donos de unidades foram convidados a avaliar a franquia, em processo que garantiu a anonimidade dos respondentes.

A festa das Melhores Franquias do Brasil irá reunir 300 franqueadores, franqueados, consultores e advogados do franchising em São Paulo.

Receberão o prêmio todas as franquias que atingiram a cotação de cinco estrelas, considerada de nível excelente. As três redes com as maiores notas nos quesitos de avaliação ganharão destaque. No momento mais esperado da noite, serão reveladas a Franquia do Ano e a Melhor Microfranquia (com investimento inicial de até R$ 135 mil).

O evento marcará o lançamento do anuário Guia de Franquias 2024/2025. A edição especial com reportagens sobre as vencedoras e os dados de investimento de mais de 1.400 marcas. Os leitores encontrarão matérias sobre cuidados financeiros e jurídicos na hora de investir em franquias, as estratégias de franqueados de sucesso e os passos para obter os melhores resultados no dia a dia do negócio. O anuário chegará às bancas e estará disponível no aplicativo Globo Mais em 26 de junho.

3
redes com maiores notas terão destaque

Ultra negocia postos do Pão de Açúcar

Combustíveis

Maria Luíza Filgueiras
De São Paulo

O Grupo Pão de Açúcar já vendeu alguns de seus postos de combustíveis, em cidades como Rio e Belo Horizonte, mas agora andou com as tratativas para se desfazer da fatia principal do negócio. A conversa está bastante avançada com o grupo Ultra, apurou o **Pipeline**, site de negócios do **Valor**.

O Ultra é dono da rede Ipiranga — que já é a bandeira da maioria das unidades do GPA. O conjunto de cerca de 40 postos de combustíveis em negociação está majoritariamente em São Paulo. A varejista é assessorada pelo banco Bradesco BBI.

No ano passado, o GPA faturou R$ 1,46 bilhão com 71 postos. A companhia já tinha feito uma revisão dos ativos e colocou à venda neste ano as 66 unidades remanescentes. No Rio, o comprador de oito postos foi o Grupo Expo e, em Minas e Goiás, o GPA vendeu à holding M Ribeiro.

Além do pacote em negociação com o Ultra, o GPA tem ainda tratativas com players regionais para cidades em que tem apenas um posto. Procurados, GPA e Ultra não comentaram.

Neste ano, GPA fechou a venda dos imóveis que compõem a sua sede administrativa, no bairro dos Jardins, em São Paulo, por R$ 218 milhões, num movimento que aproxima mais a empresa da conclusão de seu processo de venda de ativos para desalavancagem. O **Valor** apurou que os compradores foram a Tellus Properties e Frederico Von Ihering Azevedo, do grupo GVI.

Do valor total, 82% será pago em 2024 e 18% em parcelas até março de 2026. Os R$ 218 milhões foram divididos em duas transações, de R$ 109 milhões cada. Uma envolve uma operação de "sale and leaseback" da torre administrativa — a companhia vende o imóvel mas o aluga do novo proprietário — no valor de R$ 109 milhões.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Act Digital busca sócio minoritário

Tecnologia

Fernanda Guimarães
De São Paulo

A consultoria de transformação digital Act Digital contratou a butique de fusões e aquisições (M&A) igc Partners para buscar um investidor financeiro para dar suporte ao ritmo de crescimento da companhia. O objetivo, em princípio, é atrair um fundo estrangeiro para uma transação minoritária.

O diretor de operações da Act Digital, Paulo Victor Couto, diz que, por trás da busca de um fundo, está a manutenção do crescimento, que tem ficado em torno de 25% ao ano. Com a expansão, o olhar para o futuro está em uma abertura de capital na bolsa americana Nasdaq, no horizonte de três a quatro anos. Em 2023, a receita da empresa foi de R$ 786 milhões, resultado até aqui obtido por meio de crescimento orgânico.

"Faz sentido termos alguém conosco. Alguém que vá nos ajudar a acelerar outras frentes, como um M&A [fusão e aquisição, pela sigla em inglês], nos ajudar a crescer nos Estados Unidos e em outros mercados", explica Couto, ao **Valor**. "Temos todos os ingredientes para ser a empresa a consolidar esse mercado."

Segundo o sócio especialista em tecnologia da igc, Rafael Frugis, a preferência dos sócios da Act é por uma operação minoritária, mas existe uma abertura, a depender do fundo interessado, para uma negociação de controle.

A visão, de acordo com ele, é de que as empresas que têm destaque nesse setor receberam, em algum momento de suas trajetórias, capital externo. A análise, ainda, é de que as companhias que tiveram o apoio de fundos de investimento estrangeiros também tiveram melhor desempenho na hora de partir para uma oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês).

Fundos já foram contatados pela igc e alguns já tiveram reuniões com a administração da Act. Frugis afirma que alguns contratos de NDA (acordo de não-divulgação), típicos de processos e M&A, já foram assinados e que as propostas não vinculantes devem ser enviadas dentro das próximas semanas. Como a companhia é auditada desde 2015, a leitura é de que a diligência não será complexa. A projeção é de que a transação, assim, seja concluída ainda em 2024.

INÊS 249

13 JUNHO
SALÃO DE DEGUSTAÇÃO
17H ÀS 19H | 19H30H ÀS 21H30

SALA DE PROVAS
- **PROVA ESPECIAL** - LUÍS SOTTOMAYOR, O ENÓLOGO DO BARCA VELHA
  COM JORGE LUCKI - **14H ÀS 15H** ESGOTADA
- UM GUIA DE ENOTURISMO DE PORTUGAL
  COM LUÍS LOPES - **15H30 ÀS 16H30**
- GRANDES VINHOS DO DOURO
  COM MANUEL CARVALHO - **17H ÀS 18H**
- **PROVA ESPECIAL** - VINHOS ESCONDIDOS, RAROS E FORA DA CAIXA
  COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **18H30 ÀS 19H30**
- HARMONIZAÇÃO DE VINHOS DE LISBOA
  COM CECÍLIA ALDAZ - **20H30 ÀS 21H30**

14 JUNHO
SALÃO DE DEGUSTAÇÃO
14H30 ÀS 16H30 | 17H ÀS 19H | 19H30 ÀS 21H30

SALA DE PROVAS
- ALENTEJO: PARAÍSO DOS VINHOS SUSTENTÁVEIS
  COM JORGE LUCKI - **13H30 ÀS 14H30**
- O SEGREDO DAS VINHAS VELHAS
  COM LUÍS LOPES - **15H ÀS 16H**
- VINHOS VERDES, FRESCOS E INTENSOS
  COM MANUEL CARVALHO E JORGE LUCKI - **16H30 ÀS 17H30**
- **PROVA ESPECIAL** - GRANDES VINHOS DO TEJO E SUAS HISTÓRIAS
  COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **18H ÀS 19H**
- ALENTEJO: UM GUIA DE ENOTURISMO
  COM LUÍS LOPES - **19H30 ÀS 20H30**

15 JUNHO
SALÃO DE DEGUSTAÇÃO
12H ÀS 14H | 15H ÀS 17H | 17H30 ÀS 19H30 | 20H ÀS 22H

SALA DE PROVAS
- LAGAR, A TRADIÇÃO DE PISAR NAS UVAS COM OS PÉS
  COM LUÍS LOPES - **12H ÀS 13H**
- **PROVA ESPECIAL** - JOVENS ENÓLOGOS, GRANDES VINHOS
  COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **14H ÀS 15H** ESGOTADA
- SETÚBAL, VINHOS DE AREIA E MAR
  COM MANUEL CARVALHO E ALEXANDRA PRADO COELHO - **16H ÀS 17H**
- BEIRA INTERIOR: UMA REGIÃO A DESCOBRIR
  COM LUÍS LOPES E JORGE LUCKI - **17H30 ÀS 18H30**
- PORTO, AS SEDUÇÕES DE UM VINHO CLÁSSICO
  COM MANUEL CARVALHO- **19H ÀS 20H**
- HARMONIZAÇÃO DE VINHOS DO DÃO
  COM CECÍLIA ALDAZ E MANUEL CARVALHO - **21H ÀS 22H**

INÊS 249

Televisão Empresa destacou no Rio2C a importância de apresentar temas que contribuam para uma sociedade mais justa e inclusiva

Globo reforça compromisso com conteúdos brasileiros

Paula Martini
Do Rio

Prestes a completar 60 anos, em 2025, a Globo — maior grupo de comunicação do país — reafirmou nesta quarta-feira (5), no Rio2C, um dos principais eventos de inovação do país, o compromisso com a produção de conteúdos nacionais, pensados "por e para" os brasileiros. A empresa também enfatizou a importância do debate de temas de relevância nacional por meio do audiovisual como forma de contribuir para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Os pilares da Globo nas diferentes plataformas da empresa foram apresentados ontem no palco principal do Rio2C, na Cidade das Artes, na Barra da Tijuca, zona Oeste do Rio. No painel "Acontece Globo: Um compromisso com o Brasil", executivos e talentos da emissora exibiram os principais projetos do grupo para os próximos anos em três eixos principais: esporte, jornalismo e entretenimento.

Em uma era marcada pela disputa da atenção dos telespectadores, o diretor-executivo da Globo e dos Estúdios Globo, Amauri Soares, destacou que o diferencial da empresa é a disposição para aprofundar o conhecimento sobre a sociedade brasileira e usá-lo como insumo para a produção de conteúdo em diversos formatos.

"Eu gosto de pensar a televisão como a maior praça pública do Brasil, aonde todo mundo pode ir, todo mundo pode se encontrar e tudo pode ser debatido com respeito", afirmou o diretor.

O evento também reforçou a capacidade produtiva da empresa com investimentos da ordem de R$ 5 bilhões por ano em conteúdo e tecnologia. Manuel Belmar, diretor das áreas de finanças, infraestrutura, jurídico, produtos digitais e canais pagos da Globo, reforçou a importância das parcerias com colaboradores externos, como produtores independentes e distribuidoras, que têm sido um dos fios condutores da presença da Globo no Rio2C, evento que vai até domingo (9).

DIVULGAÇÃO

Visão de futuro: executivos e talentos da Globo exibiram projetos no esporte, no jornalismo e no entretenimento

"São 170 produtos que a Globo irriga, que trazem esse frescor externo e a diversidade de que a gente precisa. São 200 projetos anuais recorrentemente em que a gente movimenta toda uma cadeia para gerar 1,3 mil horas de conteúdo inédito", enfatizou Belmar. Segundo o executivo, os parceiros também são fundamentais para ecoar a agenda ESG da Globo: "É um pilar que sustenta toda a nossa engrenagem."

A diretora de negócios integrados em publicidade da Globo, Manzar Feres, lembrou que os investimentos em produções de alto comprometimento técnico requerem parcerias duradouras com o mercado publicitário. No evento, Feres anunciou que as principais cotas de patrocínio para o novo 'reality show' da Globo, "Estrela da Casa", previsto para estrear em agosto, já foram vendidas.

"A nossa estratégia é criar produtos que navegam por diferentes plataformas. É como abrir várias portas para que cada vez mais gente participe da nossa conversa. Isso transborda as nossas telas e a gente consegue levar a mensagem das marcas que estão conosco para mais longe", disse a executiva.

A Globo estará presente em mais de 20 painéis até o encerramento do Rio2C, no domingo. Em um ano de Olimpíada e eleições municipais, o grupo se prepara para uma cobertura ampla em todos os canais: na TV aberta, nos canais pagos e no streaming via plataforma do Globoplay.

Para os Jogos Olímpicos de Paris 2024 serão mobilizados 400 profissionais, 17 equipes de reportagem e 100 comentaristas que acumulam 27 medalhas olímpicas. A Globo ficará ao vivo diariamente, entre 4h30 e 18h, acompanhando os fatos mais relevantes diretamente da cidade olímpica.

O Sportv contará com quatro canais para transmitir os Jogos Olímpicos de Paris, sendo um deles em 4k, com mais de mil horas de transmissão. O Globoplay terá mais de 40 sinais dos jogos, transmitindo as competições ao vivo.

No jornalismo, a Globo reforçou a importância do papel do jornalismo profissional com a cobertura das enchentes no Rio Grande do Sul, que deslocou 100 profissionais para o Estado. Para as eleições municipais deste ano, 4.400 jornalistas serão mobilizados para acompanhar desde a cobertura diária da agenda dos candidatos até o dia da votação. Também estão previstos 150 debates para prefeito em diferentes praças do país.

Um trailer apresentou no Rio2C imagens inéditas da nova novela das nove da TV Globo, "Mania de Você", que sucederá "Renascer" na grade da TV aberta. Entre as séries originais Globoplay, os destaques foram para o lançamento de "O Jogo que mudou a história", uma parceria com o grupo Afroreggae, e de "Guerreiros do Sol", além das novas temporadas de "Arcanjo Renegado", "Os Outros" e "Rensga Hits".

Nvidia chega a US$ 3 tri em valor e supera Apple

Tecnologia

Ana Beatriz Bartolo e Beatriz Kawai*
De São Paulo

A Nvidia entrou para o seleto grupo de empresas negociadas nos Estados Unidos com valor de mercado acima dos US$ 3 trilhões nesta quarta-feira (5). A fabricante de chips fechou o dia valendo US$ 3,012 trilhões, após suas ações subirem 5,2%, a US$ 1.224,40.

Isso torna a Nvidia a segunda empresa mais valiosa do mercado americano, atrás apenas da Microsoft (US$ 3,151 trilhões) e superando a Apple (US$ 3,003 trilhões), com a qual passou boa parte do dia disputando o segundo lugar.

A tendência de alta das ações da Nvidia se iniciou há alguns anos, com a companhia surfando no 'boom' da inteligência artificial. Nas últimas 52 semanas, o preço dos papéis triplicou de valor, com a companhia consolidando a sua dominância no mercado de chips enquanto busca diversificar as suas receitas.

No começo da semana, o diretor-presidente da Nvidia, Jensen Huang, anunciou o lançamento da sua próxima geração chips, a Blackwell Ultra, em 2025. O executivo comunicou também que a empresa vai lançar em 2026 uma nova geração de chips, a plataforma Rubin, apresentando novas unidades de processamento gráfico e uma nova unidade de processamento central chamada Vera.

Assim, a companhia entra no mercado de unidades de processamento centrais (CPUs, na sigla em inglês) tradicionalmente dominado pela Intel e Advanced Micro Devices (AMD), argumentando que uma combinação de suas unidades de processamento gráfico (GPU) e CPUs levará a economias significativas de custos e energia.

Além disso, Huang disse que a empresa planeja elevar os seus investimentos em Taiwan, uma região importante para a cadeia de internacional de suprimentos de chips. A ilha abriga a Taiwan Semiconductor Manufacturing (TSMC), fabricante terceirizada dos chips de treinamento de IA da Nvidia.

Essa parceria, porém, pode começar a ser muito custosa para a Nvidia, visto que o novo presidente da TSMC, C.C. Wei, reafirmou ontem que deve reavaliar os preços cobrados da gigante de tecnologia.

A Nvidia é uma empresa de desenvolvimento com produção terceirizada, ou seja, a margem da companhia tende a ser elevada já que os custos fixos não variam muito. No primeiro trimestre fiscal de 2025, encerrado em abril, o lucro da Nvidia subiu 628%, para US$ 14,88 bilhões, e a receita avançou 262%, para US$ 26,04 bilhões; as despesas operacionais avançaram 39%, para US$ 3,5 bilhões.

Esse modelo de negócio, junto com um cenário positivo no mercado de IA, fez com que o Itaú BBA elevasse o seu preço-alvo para as ações da companhia de US$ 1.000 para US$ 1.300, mantendo a sua indicação de compra. O banco também subiu as suas estimativas de lucro por ação da Nvidia para os anos fiscais de 2025 e 2026 em 7,6% e 23,4%, respectivamente, para US$ 27,82 e US$ 36,82.

Essa atualização de preço-alvo, porém, deve ser ajustada nos próximos dias, considerando que a empresa aprovou um desdobramento de ações, na proporção de um para dez.

O desdobramento terá como base a composição acionária desta quinta-feira (6) e a partir do dia 10, as ações serão negociadas na proporção atualizada. Assim, considerando o fechamento desta quarta-feira, de US$ 1.224,40, na próxima segunda-feira, as ações passariam a valer US$ 122,44 e os investidores teriam o seu número de ações multiplicado por dez.

Sobre os chips da Nvidia, o megaempresário Elon Musk confirmou nesta quarta-feira que muitos desses microprocessadores que inicialmente seriam usados em veículos elétricos da Tesla foram transferidos para a X Corp por conta de questões logísticas. Musk é controlador dessas duas companhias. "Para a fabricação e treinamento dos nossos supercomputadores, o custo com hardware da Nvidia é cerca de dois terços", afirmou Musk.

** Estagiária sob supervisão de Rodrigo Carro*

A escalada das 'big techs'
Cotações dia a dia, em US$/ação

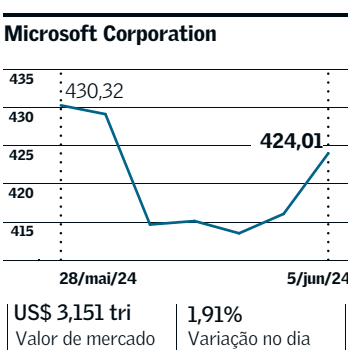
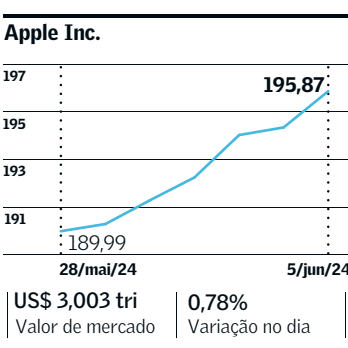
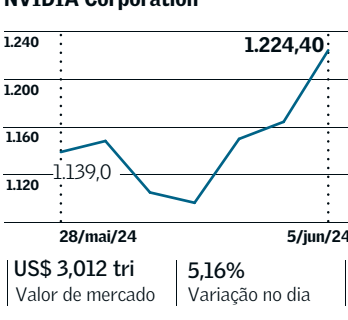
NVIDIA Corporation

US$ 3,012 tri — Valor de mercado | 5,16% — Variação no dia

Apple Inc.

US$ 3,003 tri — Valor de mercado | 0,78% — Variação no dia

Microsoft Corporation

US$ 3,151 tri — Valor de mercado | 1,91% — Variação no dia

Fontes: Nasdaq e Yahoo Finance. Elaboração: Valor Data

Executiva quer contratos mais justos para músicos

Cultura

Camila Zarur
Do Rio

Os contratos para músicos deveriam ser mais justos, transparentes e claros sobre os repasses recebidos pelo trabalho. É o que defende Annabella Coldrick, CEO do Music Managers Forum (MMF), a maior comunidade de gerenciamento musical do mundo, com mais de 1.500 membros — entre eles, empresários de Paul McCartney, Ed Sheeran e Adele. "Também representamos os artistas iniciantes, que estão fazendo seus primeiros shows e construindo suas carreiras", completa a executiva, que veio ao Brasil para participar do Rio2C, evento de inovação que termina no domingo (9) no Rio.

Em entrevista ao **Valor**, Coldrick questiona a falta de transparência das plataformas de streaming, gravadoras e distribuidoras. Ela argumenta que a indústria da música, em geral, não age em prol dos artistas e seus representantes. O MMF, com sede em Londres, atua como defensor da classe artística, tanto em discussões dentro do próprio setor quanto em negociações com o governo.

"Uma coisa que une os empresários musicais é a real preocupação com a indústria da música não operar em interesse dos artistas. Na verdade, muitas vezes opera no interesse da própria indústria", afirma. "Grande parte do nosso trabalho tem sido pressionar as gravadoras e distribuidoras por mais transparência, exigindo o mesmo das plataformas de streaming."

A falta de transparência é um ponto central, segundo Coldrick. A executiva explica que os acordos entre as gravadoras, distribuidoras e streamings são confidenciais, deixando artistas e gerentes musicais às cegas na hora de assinarem seus contratos. Como consequência, eles têm pouca margem para negociação e costumam fechar negócios desfavoráveis.

"De certa forma, a indústria se tornou muito gananciosa no topo da pirâmide, enquanto na base e no meio vemos as pessoas lutando. Somos realistas e sabemos que nem todos podem viver da música, assim como nem todos podem viver da arte ou do futebol. Mas queremos apoiar aqueles que têm potencial e querem crescer, firmar suas carreiras e ter sucesso", diz. "Temos esquemas de comércio ético para cacau e açúcar, mas não temos para quem faz música".

Os problemas estão sobretudo nos royalties que cada artista deve receber por reproduções de suas músicas. Eles são percentuais do repasse feito, principalmente, pelos streamings às gravadoras e distribuidoras. Porém, a conta do montante que deve ser pago aos artistas não é clara, segundo Coldrick.

"Analisando o modelo de negócio dos streamings, conseguimos ter uma noção do que está indo das plataformas para as gravadoras. Mas, mesmo assim, muitas vezes os artistas questionam: 'OK, mas eu tenho um royalty de 20%, então por que não estou vendo 20% disso?'", afirma. De acordo com a CEO, os streamings são mais lucrativos para a indústria do que turnês e shows ao vivo.

"O dinheiro, em geral, se concentra em cima dos catálogos dos artistas, e as gravadoras ficam com cerca de 85% a 90% de todo o rendimento. O artista recebe só uma pequena parte", diz.

Até mesmo quem chegar ao estágio de "superstar" enfrenta problemas de diretos autorais. É o caso da americana Taylor Swift, cuja última turnê lotou shows no Brasil e no mundo.

Sem o controle dos primeiros álbuns, cuja propriedade ficou com a gravadora, a cantora decidiu regravá-los. Mas nem todos têm a força, sobretudo econômica, de Swift para fazer isso, ressalta Coldrick.

"Vemos casos de artistas que assinaram contratos ruins e, anos depois, conseguem sair deles. Mesmo que suas músicas novas não sejam tão populares quanto as primeiras, o músico acaba ganhando muito mais dinheiro porque passa a ter os próprios direitos autorais", diz.

Por ironia, um dos caminhos achados para artistas iniciantes é tentar viralizar nos streamings e nas redes sociais. Assim, conseguem construir uma base de fãs que lhes dá margem de negociação por contratos melhores. "É aí que percebemos o quão distorcido o sistema está. Precisa primeiro fazer sucesso para depois conseguir uma gravadora", afirma.

LEO PINHEIRO/VALOR

"Queremos apoiar aqueles que têm potencial e querem crescer"
Annabella Coldrick

Cenários No Fórum Futuro do Agro, indústrias de soja, couro e carnes dizem que até importadores europeus têm dúvidas sobre aplicação de regras

Exportador critica ‘falta de clareza’ em lei antidesmate da UE

Rafael Walendorff e Cleyton Vilarino
De São Paulo

Representantes de exportadores de carnes, couro e soja do Brasil criticaram a falta de clareza das autoridades da União Europeia sobre a aplicação da lei antidesmatamento do bloco, que entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 2025. O texto prevê exigências para a comprovação da origem e do cumprimento de critérios socioambientais desses e de outros produtos.

O ambiente, hoje, é de “total incerteza” sobre os procedimentos europeus de verificação de informações sobre as exportadoras brasileiras, segundo participantes da terceira edição do Fórum Futuro do Agro, evento que a Globo Rural realizou ontem em São Paulo, em parceria com o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora). Segundo os exportadores, sequer se sabe se o bloco aceitará iniciativas individuais que as empresas já adotam no país.

O presidente-executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), André Nassar, disse que as empresas exportadoras já adotam mecanismos de monitoramento da legalidade da produção, por exemplo. “As autoridades competentes não sabem o que fazer (...) A Comissão Europeia está congelada, completamente parada, enquanto o mundo continua a girar”, afirmou. “O nível de incerteza é enorme”.

Marcello Brito, secretário-executivo do Consórcio Amazônia Legal, acredita que os europeus devem postergar o início da vigência da lei devido à complexidade dos ajustes. Ele destacou, no entanto, que a União Europeia não voltará atrás no objetivo de aplicar as cobranças socioambientais e que o Brasil precisa se preparar para aproveitar essa nova dinâmica.

“Apesar dos problemas, essa também é uma oportunidade (...)”, disse Britto. Ele ressaltou que as discussões globais têm se concentrado no aspecto da mitigação das emissões de carbono, o que dá ao Brasil a chance de adicionar seus ativos ambientais aos esforços.

Para o diretor de Sustentabilidade da Marfrig/BRF, Paulo Pianez, o movimento que começou na Europa vai se espalhar por outras partes do mundo. O executivo disse que o setor de carnes brasileiro já poderia estar pronto para dar resposta efetiva à lei antidesmatamento europeia, mas, segundo ele, isso depende de avanços no país para a criação de um sistema nacional de rastreabilidade bovina.

A indústria de couros também pode ser bastante afetada, já que a Europa é o destino de 25% dos embarques brasileiros do segmento. Ricardo Andrade, assessor de Sustentabilidade e Relações Institucionais do Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil (CICB), disse que a entidade desenvolveu um guia para orientar as empresas sobre as exigências europeias.

Cecília Korber Gonçalves, gerente de projetos da ProForest, informou que o grupo vai iniciar um projeto-piloto de aplicação da lei antidesmatamento da UE com trading de grãos, frigoríficos e uma empresa de couro. “Soluções existem, mas temos desafios operacionais imensos. Vamos testar de forma individualizada e depois apresentar esses resultados”, afirmou.

A China, principal destino das exportações do agro brasileiro, não está em fase de preparos para a adoção de uma nova lei, como os europeus, mas também tem exigências crescentes sobre a sustentabilidade da produção de alimentos. Segundo participantes do fórum, a intensificação das cobranças é um reflexo da expansão da classe média chinesa, que hoje tem cerca de 500 milhões de pessoas.

> “A Comissão Europeia está completamente parada, e o mundo continua a girar”
> *André Nassar*

“Temos uma classe média ascendente na China. Ela é muito mais antenada nessas questões de sustentabilidade”, afirmou o diretor de Conteúdo e Pesquisa do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), Tulio Cariello. A China persegue a meta de se tornar neutra em emissões de carbono até 2060.

De acordo com o secretário de comércio e relações internacionais do Ministério da Agricultura, Roberto Perosa, os protocolos de exportação de carne bovina para o mercado chinês ajudaram a melhorar a sustentabilidade do segmento — os chineses exigem que os animais sejam abatidos com até 30 meses. “Isso tem feito com que a renovação do nosso rebanho ocorra com mais frequência, o que traz uma qualidade enorme para a produção brasileira”, avaliou.

O diretor de agricultura regenerativa da JBS, Fabio Dias, relatou que, com o protocolo, a companhia reduziu em 15% a intensidade de suas emissões de metano por carcaça produzida. “Três de cada quatro animais que abatemos têm menos de 30 meses. É muita coisa”, disse.

Segundo Wu Changxue, conselheiro de assuntos agrícolas da embaixada da China no Brasil, os esforços sustentáveis do país começaram na década de 90. Naquele momento, relatou, surgiram os primeiros protocolos de proteção da biodiversidade local.

Os participantes do fórum destacaram que é uma questão de tempo até o principal cliente internacional do agro brasileiro passar a adotar diretrizes ambientais mais rígidas. “Hoje, essas exigências vêm da União Europeia, mas daqui a dez anos podem ser demandas sobre biodiversidade do nosso parceiro chinês”, afirmou Silvia Helena Galvão de Miranda, pesquisadora da Esalq/USP.

ROGÉRIO ALBUQUERQUE

Painel de debates no Fórum Futuro do Agro: exigências europeias podem mudar dinâmica do comércio internacional

Após inundações, RS já vê mudanças em locais de produção agropecuária

Cibele Bouças
De Belo Horizonte

Um dois painéis do Fórum Futuro do Agro tratou especificamente sobre as perdas que o agro do Rio Grande do Sul teve com as inundações que ocorreram entre abril e maio. Segundo o economista-chefe da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), Antônio da Luz, com a tragédia, o Estado e o setor privado terão que replanejar cidades e locais de produção.

“Vamos ter que replanejar cidades [e] locais de produção de suínos e aves. Lógico que não é em todo o Estado. Nas regiões mais afetadas, vamos ter que reposicionar uma parte da nossa estrutura produtiva. E isso vai custar muito dinheiro”, afirmou Luz ontem, em São Paulo, durante a terceira edição do Fórum, realizado pela Globo Rural em parceria com o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora). Produtores que vivem perto de áreas ainda sujeitas a desabamentos terão que se mudar, disse ele.

Segundo levantamento que a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS-Ascar) divulgou no início desta semana, as enchentes afetaram mais de 200 mil propriedades rurais. Com a destruição, muitos produtores começaram a deixar a atividade. “Já observamos, infelizmente, uma grande migração de pessoas, também para outros Estados”, disse Márcio Madalena, secretário-adjunto de Agricultura do Rio Grande do Sul.

Além da estrutura física das propriedades, muitos produtores perderam camadas de solo, arrastadas pela força das águas das inundações. Isso vai tornar a recuperação mais lenta e também mais cara, segundo Madalena.

Ações que os cientistas propuseram ao longo das últimas décadas poderiam ter limitado as perdas que o Rio Grande do Sul teve com as chuvas, na avaliação de Eduardo Assad, pesquisador da Embrapa e professor da Fundação Getulio Vargas (FGV). Ele criticou a falta de políticas públicas para mitigar os impactos dos fenômenos climáticos extremos no Brasil como um todo.

“Em 2014, um grupo de cientistas brasileiros soltou um relatório mostrando que o volume de chuvas ia aumentar de 10% a 15% no Rio Grande do Sul a cada ano, mas nada foi feito para se montar um plano de contingência. Como uma cidade como Porto Alegre não faz manutenção de comportas? Isso não é possível”, afirmou. “E não é problema da gestão atual. Isso vem acontecendo há 30 anos, passa por todos os matizes partidários”.

As chuvas afetaram especialmente pequenos e médios produtores rurais do Estado. Grandes conglomerados sofreram menos o impacto das enchentes. O gerente de sustentabilidade da Seara/JBS, Vamiré Luiz Sens Júnior, disse que a companhia trabalha com 2,8 mil produtores no Rio Grande do Sul, mas apenas um pequeno número teve perdas com as inundações. Segundo ele, as chuvas não comprometeram os frigoríficos de carne bovina da empresa.

Paulo Pianez, diretor de sustentabilidade da Marfrig/BRF, informou que o impacto para o grupo também não foi significativo. Somados os criadores de aves e suínos, a empresa opera com 1,5 mil produtores integrados no Rio Grande do Sul. “Cerca de 50 deles tiveram um impacto mais significativo. Estamos entendendo [os problemas] para ver como dar o suporte adequado”, afirmou.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Allegra Marketing e Promoção de Vendas Eireli ME -** CNPJ: 20.438.378/0001-89 - Endereço: Rua Adelina Garcia Chagas, 260, Bairro Rio Verde Ii - Requerente: Clarissa Oliveira Vidon - Vara/Comarca: 3a Vara de Varginha/MG

Requerido: **Chame o Técnico Manutenção Industrial Eireli ME -** CNPJ: 25.014.990/0001-48 - Endereço: Rua Salvo Veloso, 75, Bairro Jardim Mutinga - Requerente: Banco Fibra S/A - Vara/Comarca: 6a Vara de Barueri/SP

Requerido: **Garota Vip Cosméticos Ltda. -** CNPJ: 17.892.184/0001-44 - Endereço: Rua Manuel Bueno da Fonseca, 03, Condomínio Rua B, Casa 35, Bairro Jardim São Luiz - Requerente: Banco Fibra S/A - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Requerido: **Hospital e Maternidade Vida's S/C Ltda., Nome Fantasia Vidas -** CNPJ: 96.534.300/0001-20 - Endereço: Av. Nossa Senhora do Sabará, 2375/2389, Bairro Vila Campo Grande - Requerente: Clm Gestão Médica Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Requerido: **Inoxfit Aços e Metais Ltda. -** CNPJ: 17.676.725/0001-05 - Endereço: Rua Lutécia, 169, Bairro Vila Carrão - Requerente: Banco Fibra S/A - Vara/Comarca: 3a Vara Cível do Foro Regional do Tatuapé, São Paulo/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Bonato Couros Acabadora Ltda. -** CNPJ: 08.532.663/0001-69 - Endereço: Rua Achiles Pedrini, 609, Bloco I, Bairro Vila Pedrini, Joaçaba/sc - Administrador Judicial: João Carlos e Fernando Scalzilli Advogados e Associados, Representada Pelo Dr. João Pedro Scalzilli - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Bonato Couros Curtidora Ltda. -** CNPJ: 08.532.621/0001-28 - Endereço: Rua Achiles Pedrini, 620, Sala 05, Bairro Vila Pedrini, Joaçaba/sc - Administrador Judicial: João Carlos e Fernando Scalzilli Advogados e Associados, Representada Pelo Dr. João Pedro Scalzilli - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Bonato Couros S/A -** CNPJ: 84.583.616/0001-22 - Endereço: Rua Desembargador Westphalen, 868, 6º Andar, Sala 601, Bairro Rebouças, Curitiba/pr - Administrador Judicial: João Carlos e Fernando Scalzilli Advogados e Associados, Representada Pelo Dr. João Pedro Scalzilli - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Bonato Couros S/a, Filial -** CNPJ: 84.583.616/0011-02 - Endereço: Rua Achiles Pedrini, 609, Bairro Vila Pedrini, Joaçaba/sc - Administrador Judicial: João Carlos e Fernando Scalzilli Advogados e Associados, Representada Pelo Dr. João Pedro Scalzilli - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Empório de Couros Ltda. -** CNPJ: 08.576.235/0001-38 - Endereço: Rua Botânico Vivas Fernandes, S/nº, Bloco 01, Ala A, Bairro Vila Pedrini, Joaçaba/sc - Administrador Judicial: João Carlos e Fernando Scalzilli Advogados e Associados, Representada Pelo Dr. João Pedro Scalzilli - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Fespel Atacado e Distribuidor de Alimentos Eireli -** CNPJ: 20.083.014/0001-23 - Endereço: Rua Florianópolis, 295, Bairro Jardim Das Acácias - Administrador Judicial: Compasso Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Antonio Tasso Ferreira - Vara/Comarca: 1a Vara de São Joaquim da Barra/SP

Empresa: **Joaçaba Curtidora de Couros Ltda. -** CNPJ: 11.573.926/0001-92 - Endereço: Rua Achiles Pedrini, 609, Bloco Ii, Bairro Vila Pedrini, Joaçaba/sc - Administrador Judicial: João Carlos e Fernando Scalzilli Advogados e Associados, Representada Pelo Dr. João Pedro Scalzilli - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Processos de Falência Extintos

Requerido: **G3r Engenharia e Serviços de Terceirização Ltda., Nome Fantasia Grupo 3 R -** CNPJ: 10.660.342/0001-91 - Endereço: Quadra Qof, Cjto. A, Lote11, Loja 01, Parte 01, Candangolândia - Requerente: Paulo Victor de Melo Nunes Dourado - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF - Observação: Pedido julgado improcedente.

Requerido: **Laboratório Farmacêutico Tauhere O. H. Ltda. -** CNPJ: 28.173.739/0001-14 - Endereço: Av. Dos Parques, 45, Sala 300, Bairro Tamboré, Santana de Parnaíba/sp - Requerente: Leve Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Pedido julgado improcedente.

Requerido: **Owens Illinois do Brasil S/A -** CNPJ: 31.452.279/0001-78 - Endereço: Av. Olavo Egídio de Souza Aranha, 5000, Ala D, Bairro Ermelino Matarazzo, São Paulo/sp - Requerente: Credbev Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP - Observação: Desistência homologada.

Requerido: **Wilson Ferreira Machado -** CNPJ: 34.958.235/0001-02 - Endereço: 12ª Rua José Ferreira Sobrinho, 164, Bairro Santa Luzia, Pedregulho/sp - Requerente: Vladimir Shubert Neiva Ferreira - Vara/Comarca: 2a Vara de Paulínia/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Aro Pneus Auto Center Ltda. -** CNPJ: 23.239.631/0001-63 - Endereço: Av. Rio Verde, S/nº, Quadra 31, Lote 16, Bairro Jardim Nova Era - Administrador Judicial: Cinco Stenius Consultoria Organizacional de Resultado, Representada Pelo Sr. Stenius Lacerda Bastos - Vara/Comarca: 5a Vara de Aparecida de Goiânia/GO

Empresa: **Celso Alves da Silva Roupas ME -** CNPJ: 08.463.719/0001-70 - Endereço: Rua Antonio Sebastião da Silva, 221, Bairro Jardim Das Flores, Pirapozinho/sp - Administrador Judicial: Brasil Trustee Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Fernando Pompeu Lucas - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Cláudia Confecções Uniformes Profissionais Ltda. -** CNPJ: 04.379.344/0001-04 - Endereço: Rua Antonio Sebastião da Silva, 190, Bairro Jardim Das Flores, Pirapozinho/sp - Administrador Judicial: Brasil Trustee Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Fernando Pompeu Lucas - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Fanny Seibt Endo Ltda. -** CNPJ: 54.396.636/0001-23 - Endereço: Av. Marcelino Pires, 10105, Sala C, Bairro Jardim Márcia - Administrador Judicial: Santana Haddad Advogados - Vara/Comarca: 5a Vara de Dourados/MS

Empresa: **Hilda Augusta Seibt Ltda. -** CNPJ: 54.396.909/0001-30 - Endereço: Av. Marcelino Pires, 10105, Sala A, Bairro Jardim Márcia - Administrador Judicial: Santana Haddad Advogados - Vara/Comarca: 5a Vara de Dourados/MS

Empresa: **Indústria de Móveis B & B Ltda. -** CNPJ: 93.657.625/0001-01 - Endereço: Rodovia Br 470, Km 174, Nº 3783, Bairro Universal, Veranópolis/rs - Administrador Judicial: Cb2d Serviços Judiciais Ltda., Representada Pelo Dr. Conrado Dall'igna - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Caxias do Sul/RS

Empresa: **Irma Maria Seibt Ltda. -** CNPJ: 54.397.162/0001-34 - Endereço: Av. Marcelino Pires, 10105, Sala D, Bairro Jardim Márcia - Administrador Judicial: Santana Haddad Advogados - Vara/Comarca: 5a Vara de Dourados/MS

Empresa: **Luís Carlos Seibt Ltda. -** CNPJ: 54.397.307/0001-05 - Endereço: Av. Marcelino Pires, 10105, Sala F, Bairro Jardim Márcia - Administrador Judicial: Santana Haddad Advogados - Vara/Comarca: 5a Vara de Dourados/MS

Empresa: **Mercearia Nozabieli Ltda. -** CNPJ: 43.162.551/0001-64 - Endereço: Rua Duque de Caxias, 321, Centro, Alfredo Marcondes/sp - Administrador Judicial: Rvc Administração Judicial e Consultoria Empresarial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Thalisson Jacobsen Seibt Ltda. -** CNPJ: 54.396.813/0001-71 - Endereço: Av. Marcelino Pires, 10105, Bairro Jardim Márcia - Administrador Judicial: Santana Haddad Advogados - Vara/Comarca: 5a Vara de Dourados/MS

Empresa: **Thiago Jacobsen Seibt Ltda. -** CNPJ: 54.396.743/0001-51 - Endereço: Av. Marcelino Pires, 10105, Sala E, Bairro Jardim Márcia - Administrador Judicial: Santana Haddad Advogados - Vara/Comarca: 5a Vara de Dourados/MS

Empresa: **Thianne Jacobsen Seibt Ltda. -** CNPJ: 54.396.538/0001-96 - Endereço: Av. Marcelino Pires, 10105, Sala B, Bairro Jardim Márcia - Administrador Judicial: Santana Haddad Advogados - Vara/Comarca: 5a Vara de Dourados/MS

Empresa: **Work Tecidos Profissionais Ltda. -** CNPJ: 30.865.832/0001-31 - Endereço: Rua Jose de Alencar, 436, Pirapozinho/sp - Administrador Judicial: Brasil Trustee Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Fernando Pompeu Lucas - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Lubricom Transportes Ltda. -** CNPJ: 41.214.222/0001-94 - Endereço: Av. Marechal Floriano Peixoto, 2870, Bairro Dinamérica - Vara/Comarca: Vara de Feitos Especiais de Campina Grande/PB - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Indeferidas

Empresa: **Bianca Guimarães da Rocha Ltda. -** CNPJ: 54.576.050/0001-40 - Endereço: Av. Marcelino Pires, 10105, Sala H, Bairro Jardim Márcia - Vara/Comarca: 5a Vara de Dourados/MS - Observação: Face à ausência de pressupostos processuais.

Empresa: **Estela Mari Jacobsen Seibt Ltda. -** CNPJ: 54.424.273/0001-92 - Endereço: Av. Marcelino Pires, 10105, Sala G, Bairro Jardim Márcia - Vara/Comarca: 5a Vara de Dourados/MS - Observação: Face à ausência de pressupostos processuais.

Empresa: **Fernando Ritter Ltda. -** CNPJ: 54.572.022/0001-55 - Endereço: Av. Marcelino Pires, 10105, Sala I, Bairro Jardim Márcia - Vara/Comarca: 5a Vara de Dourados/MS - Observação: Face à ausência de pressupostos processuais.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

INÊS 249

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Cenários Custo de produção do grão no país em dólar é duas vezes maior do que na Argentina e também supera o dos EUA, segundo o Itaú BBA

Brasil gasta mais do que concorrentes para produzir soja

Fernanda Pressinott
De São Paulo

A produção de soja no Brasil é mais cara do que a de dois de seus principais concorrentes, Argentina e Estados Unidos, já que os brasileiros gastam mais com insumos. No Brasil, os produtores desembolsam, em média, US$ 782 por hectare para cultivar o grão, os americanos, US$ 665, e os argentinos, US$ 351 por hectare, segundo cálculos do Itaú BBA, que considerou uma taxa de câmbio média de R$ 5,15 para a safra 2024/25.

O banco usou como referência os custos de produção de uma propriedade típica de Mato Grosso, com base nos dados do Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária (Imea), para calcular o custo no Brasil. O Itaú BBA também usou os dados de produção no Estado de Illinois, apurados pela Universidade de Illinois, para calcular os custos nos EUA, e os dados da região central da Zona Núcleo, do veículo "Márgenes Agropecuarios", para fazer as contas sobre os custos na Argentina.

Segundo o banco, a soja da Argentina é mais competitiva que a do Brasil porque fertilidade do solo argentino é maior e o país sofre menos com pragas e doenças. A despesa total com insumos (fertilizantes, sementes e defensivos) para produzir soja na Argentina é quatro vezes menor que no Brasil.

O levantamento mostra que, no Brasil, as sementes custam em média US$ 129 por hectare, e os fertilizantes, US$ 335. Os defensivos custam US$ 235 por hectare, a mecanização, US$ 36, e a mão de obra US$ 44 por hectare, em média.

> "Brasil tem maior necessidade de correção e solo e controle de pragas"
> *Itaú BBA*

Se considerada a produtividade da soja nas lavouras de cada país, a competitividade brasileira melhora, já que o rendimento no país é melhor. Ainda assim, o Brasil segue com o maior custo. O custo médio da produção no Brasil por saca de soja é de US$ 13,2, se considerada uma produtividade de 60 sacas por hectare no país.

Na Argentina, o custo médio é de US$ 7 por saca, ainda que se considere uma produtividade menor, de 50 sacas por hectare. Nos EUA, o custo médio é de US$ 11,4 por saca, com uma produtividade na safra 2024/25 também inferior à brasileira, estimada em 58 sacas por hectare.

"Apenas na safra 2022/23 o custo por saca da Argentina foi maior que no Brasil e nos EUA, por causa da quebra da safra decorrente dos efeitos negativos da La Niña, que reduziu em quase 40% a produtividade da soja", diz o Itaú BBA no relatório.

Com os custos operacionais para a safra 2024/25 convertidos em dólar por bushel, o banco também fez uma análise teórica sobre a margem operacional dos produtores. Levando em consideração o fechamento dos preços futuros da soja da bolsa de Chicago no dia 3 de junho e os contratos referentes ao período de colheita da safra de cada país, o banco calculou que a margem dos produtores brasileiros de soja ficaria em US$ 5,84 por bushel. Já a margem dos americanos seria maior, de US$ 6,47 por bushel, e a dos argentinos, US$ 8,68 por bushel.

O Itaú BBA leva em consideração para a margem dos produtores dos EUA o contrato de referência com vencimento em novembro de 2024; para os produtores do Brasil, o contrato de março de 2025; e para os produtores da Argentina, o de maio de 2025. No dia 3, esses papéis fecharam, respectivamente, a US$ 11,64, US$ 11,80 e US$ 11,84 o bushel.

Segundo o banco, o que afeta o custo de produção dos EUA é o arrendamento, muito mais caro lá que nos seus concorrentes. "Devido à necessidade substancialmente maior de correção do solo e de manejo de pragas devido ao clima tropical, gasta-se mais por hectare para produzir soja no Brasil. Todavia, EUA e Argentina não dispõem da possibilidade de mais de uma safra por ano, o que faz diferença no ciclo de um ano de receitas da propriedade", avalia o banco.

O Itaú BBA ressaltou, porém, que infraestrutura e logística "ruins" encarecem a soja nos portos no Brasil. Na Argentina, diz o banco, políticas como as "retenciones" afetam a competitividade.

O Brasil é maior produtor de soja, com 148 milhões de toneladas em 2023/24. Os EUA colheram 113,3 milhões de toneladas na mesma safra, e a Argentina, 50 milhões de toneladas em 2023/24.

Competitividade da soja no Brasil
Comparação de custos e de margem operacional - em US$

Fonte: ItaúBBA.

MP que restringe uso de créditos paralisa negociações do grão

Fernanda Pressinott, Rafael Walendorff e Paulo Santos
De São Paulo

A publicação da medida provisória (MP) 1227, que restringiu a compensação de créditos das contribuições ao PIS/Pasep e à Cofins, paralisou as negociações de soja no mercado interno ontem e gerou críticas entre lideranças de produtores agropecuários.

Corretores emitiram notas em que afirmam que as áreas fiscais das tradings estão avaliando os impactos em suas operações e que, assim, "não existem preços de referência para soja em grão ou óleo".

Antes da MP, a empresa com créditos de PIS e Cofins podia utilizá-los para pagar outros tributos, como Imposto de Renda. Agora, ela só pode usar no próprio abatimento de PIS e Cofins. A MP vai agora para análise no Congresso.

Estimativas iniciais apontam que essa medida terá um impacto de R$ 6,5 bilhões para o mercado. "As empresas vão ficar sem ter como usar ou receber esses créditos que tinham. Elas terão que abater a diferença da soja comprada dos produtores", disse uma fonte ao **Valor**.

Em 2023, conforme a Receita Federal, quase metade das compensações de débitos previdenciários ocorreu por meio de uso de créditos de PIS/Cofins.

A MP também veda o ressarcimento em dinheiro do uso de crédito presumido de PIS e Cofins, espécie de benefício para fomentar algumas atividades, que pode gerar arrecadação de R$ 11,7 bilhões ainda neste ano.

> **R$ 11,7**
> **bilhões deve ser a arrecadação extra**

Ontem, a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) divulgou nota defendendo que o Congresso devolva a MP. A entidade disse que a restrição do uso dos créditos tem "um perfil confiscatório" e vai afetar a competitividade do agronegócio brasileiro. Já a Sociedade Rural Brasileira (SRB) afirmou que as medidas geram "preocupação quanto à imprevisibilidade e à insegurança jurídica vinculadas à medida provisória".

As indústrias de carne e biocombustíveis afirmaram que a MP vai gerar pressão inflacionária. "As empresas serão impulsionadas a buscar crédito no mercado financeiro, que são recursos severamente mais caros, onerando de forma desnecessária as suas operações. O efeito no custo de produção é direto e imediato", disseram a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) e a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), em nota conjunta.

A Frente Parlamentar Mista do Biodiesel (FPBio) disse que o crédito antes previsto na precificação retornará integralmente ao custo.

No segmento de laranja, a Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR) estimou que o impacto preliminar é de cerca de R$ 400 milhões.

Binatural prepara investimento de R$ 100 milhões para nova expansão

Biocombustíveis

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

Após investir R$ 147 milhões nos últimos três anos para ampliar a capacidade produtiva em Goiás e na Bahia, a fabricante brasileira de biocombustíveis Binatural planeja um novo ciclo de aportes. A empresa vai investir R$ 100 milhões nos próximos três anos para ampliar a capacidade produtiva de atuais 600 milhões de litros de biodiesel por ano para 700 milhões de litros.

Os investimentos devem ser concentrados na ampliação da unidade industrial de Formosa (GO), atualmente com capacidade de 240 milhões de litros por ano. André Lavor, CEO e sócio da Binatural, disse, sem citar números, que a ampliação será feita com recursos próprios e de terceiros.

"Crescemos mais de 170% nos últimos anos, principalmente com a planta da Bahia. O plano para os próximos dois a três anos é atingir ocupação máxima da planta da Bahia, enquanto a unidade de Goiás é ampliada", afirmou Lavor.

A planta industrial implantada em Simões Filho (BA) tem capacidade para produzir 360 milhões de litros de biodiesel por ano e começou a operar em 2022.

A produção da Binatural prevista para este ano é de 420 milhões de litros de biodiesel, o que representa uma ociosidade das unidades industriais da ordem de 30% — abaixo da média do mercado, que é de 50%. Lavor estima que a produção da companhia crescerá de 20% a 30% ao ano nos próximos três anos, o que exigirá a ampliação da capacidade produtiva.

DIVULGAÇÃO

André Lavor, CEO da Binatural: cresce demanda por grandes empresas

A previsão leva em conta as perspectivas de aumento gradual na mistura obrigatória de biodiesel no diesel e de crescimento da economia, que estimula o maior consumo de diesel no país. A mistura de biodiesel no diesel foi ampliada em março deste ano de 12% para 14%. O governo federal deve determinar elevação do percentual para 15% em março do ano que vem, e aumentos graduais, chegando a 25% até 2035.

Lavor também cita um terceiro fator que impulsiona o mercado, que é a demanda voluntária. "Grandes corporações já estão usando misturas acima de 14% de biodiesel no diesel para cumprir compromissos de descarbonização", afirma o executivo.

Para este ano, a Binatural prevê atingir receita de R$ 3 bilhões em 2024, com crescimento de 30% em relação ao ano passado.

A Binatural prioriza a diversificação de matérias-primas. Atualmente, a soja representa 40% das matérias-primas usadas pela empresa. O restante é composto por gorduras animais, óleo reciclado, óleo de algodão e de palma e outras gorduras. "A gente entende que a diversificação nos permite melhor rendimento com o ajuste das matérias-primas usadas", diz o CEO. No mercado brasileiro de biodiesel, 70% da produção é feita com óleo de soja.

A empresa faz parte do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), que promove a inclusão da agricultura familiar na cadeia de produção do biocombustível. A empresa atualmente adquire 10% das matérias-primas que usa de agricultores familiares, envolvendo mais de 25 mil famílias em mil municípios. A meta é ampliar o percentual para 15% no ano que vem. Entre os produtos adquiridos estão açaí, baru e mamona. "O açaí não é usado para biodiesel. A gente compra, garantindo o preço com bonificação para os produtores parceiros, e revende o produto", afirma Lavor.

valor.com.br

Políticas
Geller diz que Plano Safra atenderá setor
O secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Neri Geller, afirmou que as condições negociadas pela Pasta para o Plano Safra 2024/25 estão "bem próximas" do pedido pelo setor. Mas ele ponderou que é preciso encontrar espaço fiscal para atender as demandas de crédito, seguro e apoio à comercialização.
valor.com.br/agro

Comércio (1)
Liminar barra leilão para importar arroz
Uma liminar da 4ª Vara Federal de Porto Alegre suspendeu ontem o leilão de importação de arroz que a Companhia Nacional do Abastecimento (Conab) faria nesta quinta-feira. A ação popular foi movida por dois deputados federais e um estadual do Rio Grande do Sul. A Advocacia-Geral da União (AGU) deve recorrer da decisão.
valor.com.br/agro

Comércio (2)
China deve comprar noz pecã brasileira
Brasil e China devem anunciar hoje a abertura do mercado chinês para a exportação de noz pecã brasileira, disseram fontes do governo que acompanham as tratativas. A formalização deverá ocorrer em plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), em Pequim.
valor.com.br/agro

Comércio
Exportadores brasileiros criticam 'falta de clareza' na lei antidesmate da União Europeia
B9

Fundo imobiliário
Oriz, de Scheliga, se une a Tishman Speyer e XP para financiar ‘Rockfeller’ dos Jardins C6

Concorrência
Relator no Cade vota por condenar Itaú e Rede em caso de adiantamento de cartões C4

Private equity
Pátria diversifica portfólio e mira dobrar volume de produtos oferecidos C2

Finanças

Moedas Movimento menos brusco no ano, porém, não impede real de acumular depreciação forte

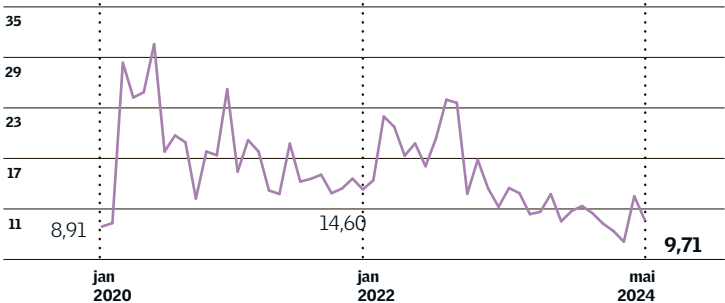
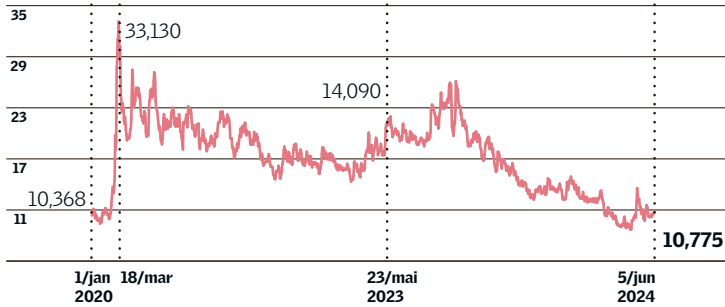
Mesmo com dólar a R$ 5,30, exportação ajuda a conter volatilidade do câmbio

Arthur Cagliari
De São Paulo

Mesmo com o dólar tendo atingido ontem o maior patamar desde janeiro de 2023, perto de R$ 5,30, diante do aumento das incertezas globais e da piora recente na percepção de risco local, a volatilidade do real segue bem distante dos picos dos últimos anos. Se, em momentos de estresse no passado, a volatilidade do real superava com alguma folga a marca de 20%, chama atenção a tendência de queda desse indicador, medido pelo desvio do piso e do teto das cotações em relação à média do dólar em um determinado período. Em maio, a volatilidade realizada média do câmbio doméstico permaneceu em 9,71%.

Ainda que esse fenômeno de oscilações mais contidas no câmbio doméstico não seja exclusivo do Brasil, a menor volatilidade do real tem se consolidado de forma mais estrutural. E, na visão de participantes do mercado, um fluxo de capitais vindo das exportações, tanto pela robustez quanto pela estratégia de exportadores de internalizar dólares em momentos de depreciação mais aguda do câmbio, é o que ajuda a explicar a menor instabilidade do câmbio.

“Houve um movimento bastante consistente de queda da volatilidade globalmente, voltando para níveis pré-pandemia na maioria dos ativos”, observa o responsável pela mesa de volatilidade da XP, Marcus Bragança. Ele observa, ainda, que em relação ao real há “uma mudança estrutural, oriunda, em boa parte, do crescimento significativo do fluxo de exportação”, especialmente se comparado ao desempenho da volatilidade de moedas de mercados emergentes.

Como o **Valor** mostrou no mês passado, a saída de dólares pela conta financeira nos primeiros quatro meses do ano foi a segunda maior da história para o período. O que compensou essa vazão foi a entrada de capital pela exportação, com o segundo melhor ingresso histórico para o mesmo intervalo, atrás apenas de 2007. No mês de maio, inclusive, o fluxo comercial se manteve no campo positivo, com entrada líquida de US$ 6,1 bilhões, enquanto a conta financeira foi responsável pela saída de US$ 6,5 bilhões, segundo dados mais recentes do BC.

“O Brasil conseguiu diversificar e aumentar o volume dos produtos exportados. Olhando anos atrás, éramos bastante dependentes de minério de ferro e soja. Hoje, já vemos influência positiva de petróleo, milho, algodão, café, entre outros”, diz o executivo da XP. “Com isso, conseguimos atingir uma média de cerca de US$ 30 bilhões por mês de exportação e uma balança comercial próxima de US$ 8 bilhões mensais, o que fez diminuir a volatilidade da desvalorização do real.”

Há, nesse fenômeno, dois movimentos que vão na mesma direção. A queda da volatilidade realizada chama atenção e também se espalha para a volatilidade “implícita” de prazos mais longos, como um ou três meses — ou seja, há no mercado uma aposta de que a volatilidade futura do real continuará baixa nos próximos meses.

“Analisando no fim de maio a volatilidade implícita do real versus dólar nas opções de três meses, vemos um nível muito mais próximo do pré-pandemia do que vemos, por exemplo, no peso mexicano versus dólar, mesmo considerando problemas fiscais piores e ciclo de cortes bem mais avançado por aqui”, diz Bragança, da XP.

E não é apenas o volume de exportações que explica essa oscilação mais contida do câmbio, segundo o responsável pela mesa de operações do Bradesco, Nilton David. A estratégia de internalização de recursos pelos exportadores também ajuda a entender essa volatilidade mais baixa dos últimos anos. “Acredito que há, sim, o comportamento de trazer dinheiro para o Brasil em momento em que há depreciação do câmbio”, afirma. “Diria que o exportador tem se comportado hoje como o Banco Central se comportava no passado, ao trazer dólar para cá nos momentos de câmbio depreciado.”

Ao comentar sobre intervenções do BC no mercado de câmbio, o executivo do Bradesco menciona outros motivos para a volatilidade recente mais baixa. Para ele, uma maior e menos previsível intervenção da autoridade monetária no mercado de câmbio, especialmente no primeiro ano da pandemia, pode ter afetado os movimentos da moeda.

“Quando o Ilan [Goldfajn] estava à frente do BC, a autoridade anunciava previamente o tamanho da intervenção que faria e cumpria aquilo”, lembra David, referindo-se ao presidente da autoridade monetária de 2016 a 2019 . “Já no atual mandato, houve um período com um volume maior de intervenção em que o BC só vendia para cima [sem determinar antecipadamente o montante].”

Essa interferência no câmbio sem muita previsibilidade teria alterado a forma como o mercado se comporta. “Em geral, a tendência de valorização do câmbio costuma ter menor volatilidade do que a tendência de desvalorização, porque você compreende mais risco nesse último caso”, explica o executivo. “Quando tivemos a forte intervenção cambial do BC [principalmente entre março de 2020 e março de 2021], vimos essa assimetria se reverter, com movimentos de apreciação tendo mais volatilidade”, afirma David.

Assim, de acordo com executivo do Bradesco, com a redução das intervenções do BC no mercado cambial ao longo dos últimos anos, as oscilações da moeda caminharam para a normalidade. Cabe ressaltar que, em 2023, o Bano Central não realizou nenhuma nova interferência no câmbio, enquanto em 2024 houve até agora apenas uma intervenção no mercado por conta do vencimento de títulos atrelados ao dólar, as NTN-As.

Outra razão estaria na redução mais brusca da Selic, também durante a pandemia. “Cortamos nossos juros abaixo dos pares, quando a taxa foi a 2%. Isso gerou uma grande perturbação no mercado de câmbio. Diria que mais recentemente, com a subida dos juros, começamos a reorganizar o mercado que foi bagunçado lá atrás.”

Além disso, o executivo menciona a menor exposição dos investidores ao real como outro motivo para oscilações menos intensas. “Os últimos movimentos globais de aversão a risco foram menos acentuados aqui, na nossa moeda, do que no peso mexicano, o que não ocorria no passado. A meu ver, isso mostra que, no mínimo, nosso mercado está menos ‘pesado’ [com menos posições compradas em real] do que o do México e, no máximo, com a menor exposição combinada com a entrada de recursos pelos exportadores.”

> “Exportador tem se comportado hoje como BC no passado, ao trazer dólar para cá em período de câmbio depreciado”
> *Nilton David*

Mas, se por um lado a menor aposta no real ajudou a reduzir a volatilidade nos recentes momentos de estresse, por outro, acabou alimentando a desvalorização da moeda, como explica Bragança, da XP. Isso, ao lado de outros fatores, como o estreitamento do diferencial de juros entre Brasil e EUA e a piora na percepção de risco com a questão fiscal brasileira, fizeram com que o intervalo do câmbio mudasse, ao passar de R$ 4,80 a R$ 5 por dólar para a faixa entre R$ 5,05 e R$ 5,25 por dólar.

Assim, mesmo com a volatilidade em níveis baixos, o câmbio brasileiro continua em processo de desvalorização e se descola de outros mercados emergentes. No acumulado do ano, o dólar tem apreciação de 9,27% contra o real, enquanto valoriza 3,22% frente ao peso mexicano; 4,23% em relação ao peso chileno; e 3,52% ante o rand sul-africano.

Diante disso, o executivo do Bradesco reforça que volatilidade é risco, mas que uma oscilação mais contida não significa, necessariamente, que a moeda não irá se depreciar. “Neste ano, o real tem tido uma performance pior do que a dos pares. Os ruídos locais custaram para nossa moeda. Ainda que a volatilidade não diga isso, o real perdeu poder de compra.”

Leia mais na página C2

Fluxo contém volatilidade
Oscilação do real cai com entrada de dólares via exportação

Fontes: Valor Data e Bloomberg

Justiça anula regra de transparência de fundos de investimento da SEC

Brooke Masters e Stefania Palma
Financial Times, de Nova York e Washington

Um tribunal de apelações dos Estados Unidos anulou novas regras de grande alcance que obrigariam fundos de private equity e fundos hedge a serem mais transparentes e a mudarem a maneira como tratam seus clientes.

O Tribunal de Apelações da Quinta Circunscrição considerou que a Securities and Exchange Commission (SEC, comissão de valores mobiliários americana) exagerou ao tentar forçar os gestores de fundos de private equity e fechados a fornecer aos investidores relatórios trimestrais detalhados de desempenho e despesas e limitar os negócios paralelos secretos que dão melhores condições a alguns investidores.

A decisão unânime é uma grande derrota para o presidente da SEC, Gary Gensler, pois anula um de seus esforços de reforma de maior visibilidade e levanta dúvidas sobre o poder da comissão de impor muitas das outras regras em que está trabalhando.

A Quinta Circunscrição não só rejeitou as alegações de que as reformas pós-crise financeira de 2008 lhes deu amplos poderes para regular esses fundos, como também disse que a SEC não conseguiu ligar especificamente a nova regra aos seus poderes tradicionais de prevenção de fraudes.

“A Comissão excedeu na sua autoridade estatutária [...] nenhuma parte disso pode permanecer”, escreveu o juiz Kurt Engelhardt ao painel de três juízes.

A indústria dos fundos de private equity, que está brigando com a SEC em várias frentes, elogiou a decisão, classificando-a como uma validação das suas preocupações sobre essa regra e os esforços de reforma mais amplos de Gensler.

> “A Comissão excedeu na sua autoridade estatutária”
> *Kurt Engelhardt*

“A decisão é uma vitória significativa para os mercados, gestores de fundos e investidores”, disse Bryan Corbett, presidente da Managed Funds Association. “Infelizmente, este é apenas um exemplo do exagero da SEC, que tenta levar adiante a agenda mais agressiva em décadas.”

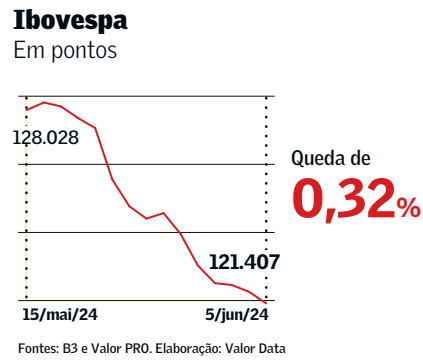
“O tribunal enviou às autoridades reguladoras de Washington uma mensagem clara de que eles não podem ignorar o Congresso ao promover sua agenda extrema”, disse Drew Maloney, presidente do American Investment Council.

A SEC informou que está analisando a decisão para determinar seus próximos passos. Ela poderá apelar à Suprema Corte dos EUA, mas lá encontraria uma maioria conservadora que vem reduzindo progressivamente a autoridade das agências reguladoras, incluindo a SEC.

A indústria dos fundos começou a combater as reformas assim que elas foram propostas no começo de 2022, alegando que elas impunham restrições desnecessárias a um setor que movimenta US$ 27 trilhões e que atende fundos de pensão, universidades e, cada vez mais, indivíduos ricos. Desde 2012, o número desses fundos mais que triplicou para mais de 100 mil. A SEC estimou que a conformidade custaria ao setor bilhões de dólares por ano.

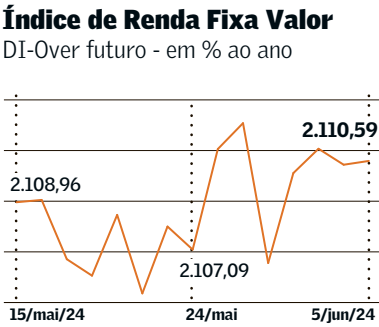
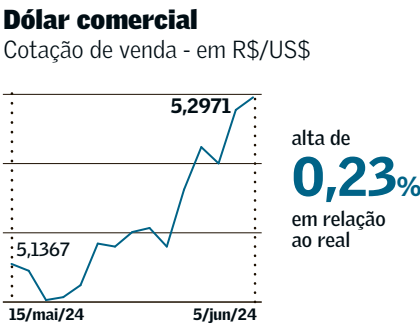
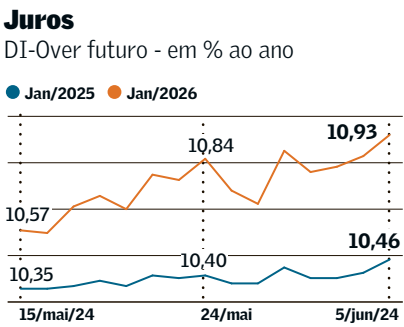
Embora o pacote final tenha sido um pouco atenuado em relação à proposta original, grupos do setor responderam com fúria e uniram-se para levar o caso à famosa e conservadora Quinta Circunscrição de Nova Orleans, em vez de para Washington, onde as regras da SEC tradicionalmente são contestadas.

Este é o mais recente revés legal para a SEC, já que a agenda de regulamentação de Gensler se deparou com uma série de ações judiciais. Tribunais forçaram a comissão a aprovar ETFs de bitcoins no mercado à vista, e mais cedo este ano a SEC suspendeu uma regra há muito esperada que, pela primeira vez, exigiria divulgações das empresas sobre os riscos climáticos, depois que um grupo de estados americanos, a Câmara do Comércio dos EUA e grupos ativistas do clima contestaram a medida na Justiça.

David Blass, sócio da firma de advocacia Simpson Thatcher & Bartlett, disse que a opinião da Quinta Circunscrição exigindo ligações específicas com a prevenção de fraudes levantou questionamentos sobre a capacidade da SEC de promover novas regras para os fundos de investimentos sobre a proteção de ativos, terceirização e o uso de análises preditivas. “A exigência de especificidade será um desafio para essas outras propostas”, disse ele.

SAMUEL CORUM/BLOOMBERG

Presidente da SEC, Gary Gensler, sofre revés em regra sobre divulgações de fundos

INÊS 249

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercados Estrangeiros reduzem apetite por ativos de emergentes, já pressionados por recuo nos preços de commodities, em momento de recordes em Wall Street

Dólar avança e contamina juros futuros

Matheus Prado, Gabriel Roca, Gabriel Caldeira e Arthur Cagliari
De São Paulo

A dinâmica de desvalorização do real ante o dólar se aprofundou ontem e pressionou os juros futuros, enquanto as commodities recuam e as incertezas domésticas seguem elevadas. Agentes relatam ainda uma baixa disposição de estrangeiros para alocar em mercados emergentes, em um momento em que as bolsas americanas renovam máximas históricas.

O dólar subiu 0,23% e fechou a R$ 5,2971, maior patamar desde 5 de janeiro de 2023, depois de ter tocado R$ 5,3056 nas máximas intradiárias. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 passou de 10,405% para 10,475%, enquanto a do DI para janeiro de 2026 subiu de 10,85% para 10,945%. E o Ibovespa recuou 0,32%, aos 121.407 pontos.

Moedas de mercados emergentes, que depreciaram bastante na sessão de terça-feira, buscavam recuperação pela manhã, mas o movimento foi ofuscado pelos dados mais fortes do PMI de serviços de maio dos Estados Unidos. Ainda pesaram contra o real a queda do minério de ferro e a fraqueza recente dos ativos domésticos.

Diante de um ambiente externo menos convidativo para a tomada de risco em mercados emergentes, investidores relatam ausência momentânea de compradores para os mercados locais, ainda mais com os agentes institucionais domésticos enfrentando limitações do ponto de vista técnico e exibindo maior cautela com a recente piora na percepção de risco local.

Tomás Awad, fundador da 3R Investimentos, lembra que a dinâmica recente da bolsa era sofrer em dias de alta dos rendimentos do Treasuries e avançar em sessões de queda do juro. "Nos últimos dias, nem isso. Emergentes estão sofrendo como um todo. As incertezas em relação ao México não ajudam, os ruídos internos, que são os de sempre, também não. O fluxo está muito ruim e estamos em modo defensivo total, tentando não perder dinheiro."

O executivo diz que as falas conservadoras do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, durante evento do FMI em abril nos EUA, podem ter servido como ponto de virada. No fim do ano passado, afirma, os mercados locais tiveram momentos de euforia porque o BC começou a cortar juros antes e ainda poderia surfar nos cortes dos BC desenvolvidos.

"Agora essa tese deixou de fazer sentido. Mesmo que demore, os países que ainda não suavizaram sua política monetária têm um ciclo pela frente. Enquanto aqui, tudo indica que as taxas já não têm muito para cair e ficarão elevadas. Talvez isso explique a falta de atratividade dos ativos locais", avalia.

0,32%
foi a baixa do Ibovespa, que encerrou aos 121.407 pontos

"Outra questão é que temos convicção de que os EUA vão entrar em recessão eventualmente. O consumidor já está mais fraco, tem muita dívida. Os dados ainda estão intermitentes e há pouca visibilidade, mas se esse cenário se materializar, o juro vai cair lá fora, o que ajuda um pouco, mas não vai ser o cenário ideal para emergentes."

Após uma rodada de conversas em Nova York, o estrategista-chefe da BGC Liquidez, Daniel Cunha, aponta que o viés para a tomada de risco no Brasil é pequeno.

"O tom geral é de desânimo, com a esmagadora maioria dos agentes simplesmente inativa e procurando ficar à margem do mercado no futuro próximo. Uma minoria está aplicando [apostando na queda das taxas] na parte curta da curva com volume reduzido, na expectativa de que não haverá altas na Selic no futuro, seja por falta de fundamentos ou por ser politicamente inviável", afirma.

"Em suma, o consenso é que os mercados do Brasil devem continuar sem tendência clara e com desempenho inferior e, portanto, com volumes deprimidos", aponta. O estrategista também relata que a "festa" dos mercados globais se restringe aos EUA e outros países e regiões devem ficar de fora.

Dois dos três principais índices das bolsas de Nova York bateram recordes de fechamento e os rendimentos dos Treasuries renovaram seus menores níveis em mais de dois meses ontem, à medida que agentes consolidam expectativas otimistas para o ciclo de cortes de juros do Federal Reserve (Fed, banco central americano).

DIVULGAÇÃO

Tomas Awad, da 3R Investimentos: Modo defensivo para não perder dinheiro

O índice S&P 500 subiu 1,18%, a 5.354,03 pontos, e o Nasdaq avançou 1,96%, a 17.187,90 pontos, ambos em seus maiores patamares históricos. Já o Dow Jones teve alta moderada de 0,25%, a 38.807,33 pontos. Já a taxa da T-note de dois anos encerrou a sessão em queda a 4,728%, de 4,787%, e a da T-note de 10 anos cedeu de 4,331% a 4,281%.

Ademais, o movimento ganhou tração com o salto de empresas beneficiadas pela crescente demanda por inteligência artificial (IA) generativa. A NVidia, principal fabricante de hardware para o setor, subiu 5,16% e se tornou a terceira empresa americana da história a atingir valor de mercado de mais de US$ 3 trilhões, junto de Apple e Microsoft. Já a HP divulgou balanço acima do consenso e subiu 10,7%.

Inclusão financeira cresce com Pix e auxílio

Gabriel Shinohara
De Brasília

O número de usuários ativos no Sistema Financeiro Nacional (SFN) e no Sistema de Pagamentos Brasileiros (SPB) cresceu 103,2% entre junho de 2018 e dezembro de 2023, segundo estudo publicado pelo Banco Central (BC). O boxe faz parte do Relatório de Economia Bancária (REB) que será divulgado na íntegra hoje.

De acordo com o estudo, houve dois marcos para esse "salto na inclusão financeira". O primeiro foi a abertura de contas no Caixa Tem para recebimento do auxílio emergencial durante a pandemia de covid-19. O segundo foi a implementação do Pix em novembro de 2020. Há ainda um terceiro fator mencionado, que é a entrada de novas instituições.

Entre junho de 2018 e o fim do ano passado, o número de usuários ativos pessoas físicas passou de 77,2 milhões (46,8% da população adulta) para 152 milhões (87,7% da população adulta). Já entre pessoas jurídicas a alta foi de 3,4 milhões para 11,6 milhões de clientes, um crescimento de 244,5%. Esse número inclui microempreendedores individuais.

O estudo considera usuários ativos aqueles que tenham realizado operações nos últimos três meses. O boxe apontou que as pessoas físicas se destacam pela "ampla utilização de cartões de crédito" e as pessoas jurídicas "são mais intensivas em pagamentos".

No segundo semestre do ano passado, das 152 milhões de pessoas físicas, 10,9% tinham apenas operações de crédito ativas, enquanto 24,75% realizaram só pagamentos e 64,4% tinham ambos. Para pessoas jurídicas ativas, 6,8% tinham apenas operações de crédito, 54,3% só pagamento e 38,9% ambos.

Houve "forte expansão" de usuários ativos de instituições financeiras ou de pagamentos em todos os recortes, entre os que fizeram apenas operações de crédito, os que realizaram apenas pagamentos e os que realizaram ambas as operações. "Destaca-se, nas operações de pagamento, o crescimento de usuários ativos em função da introdução do Pix, ao passo que as operações com cartão de crédito impulsionaram os usuários ativos de operações de crédito."

O estudo segmentou as instituições entre os cinco maiores bancos (incumbentes), crédito digital/serviços (instituições bancárias e não bancárias que tenham modelo de operações majoritariamente digital ou atuem na prestação de serviços financeiros), crédito tradicional, não bancário e sistema cooperativo.

Também houve uma "forte expansão" de usuários ativos com o lançamento do Pix, "notadamente nas instituições de crédito digital/serviços". O crescimento de pessoas físicas ativas foi de 80% para o segmento dos cinco maiores bancos múltiplos e de 3.000% para o crédito digital/serviços.

O segmento de crédito digital/serviços foi o que teve o maior aumento na base de usuários ativos. "Esse crescimento foi puxado, principalmente, por novos entrantes no mercado durante o período analisado, devido à oferta do Pix e de cartões de crédito", diz.

Além disso, o segmento dos incumbentes teve crescimento elevado por conta, além do Pix e cartões de crédito, "de políticas públicas instrumentalizadas por meio da abertura de contas digitais do PF". Já o sistema cooperativo também teve crescimento "importante", segundo o estudo, de usuários ativos pessoa jurídica. "Os demais segmentos apresentaram estabilidade."

Pátria diversifica e mira dobrar volume de produtos

Fernanda Guimarães e Mônica Scaramuzzo
De São Paulo

Desde que abriu seu capital em 2021 nos Estados Unidos, quando o mundo ainda estava preso em casa em meio a um dos piores momentos da pandemia, a gestora Pátria viu seu tamanho triplicar, em um movimento de diversificação regional e de sua base de produtos na prateleira.

À época, tinha US$ 14 bilhões sob gestão e ainda era predominantemente conhecida pela sua plataforma de private equity (aquela que compra participação em empresas). Hoje, essa base se aproxima dos US$ 43 bilhões — saltando de seis para mais de 30 produtos disponíveis ao mercado nesse intervalo. Deste total, 75% captados fora da América Latina.

Para frente, em um horizonte de três anos, está mais uma vez nos planos dobrar de tamanho, expandindo para 60 produtos, com a visão de atender a demanda dos clientes, que tem crescido. "Antes do IPO a gente já tinha a visão de que existiria uma consolidação no nosso setor, com os clientes querendo fazer mais com os mesmos gestores", diz Alexandre Saigh, fundador e presidente global da gestora, em entrevista ao **Valor**.

Com a expansão internacional e de produtos, hoje a bandeira da casa — a plataforma de private equity, que já representou quase metade do negócio do Pátria — abarca uma fatia de 10% da gestora.

Nesta semana, esse braço da gestora anunciou um investimento em varejo que busca a consolidação em supermercados, processo em curso. Mas há outros setores que o Pátria prevê consolidar, como saúde, por exemplo, que enfrenta mais dificuldades. Mas Saigh prefere relativizar, afirmando que muitos dos investimentos feitos em outros negócios foram lucrativos. "Não é um 'buy' um caso, é um 'buy' a estratégia."

O processo de trazer cada vez mais produtos tem relação com a posição do Pátria no mercado internacional — e também de querer novas opções e com os clientes da região mais afeitos aos investimentos alternativos, até mesmo com uma maior participação dos fundos de pensão, que ainda alocam pouco nessa classe de ativos.

Na América Latina, além do Brasil, o Pátria abriu os braços para México, Chile e Colômbia, basicamente por meio de aquisições e joint ventures. Esses cinco países somam US$ 750 bilhões com fundos de pensão e tem potencial para chegar a US$ 1,4 trilhão em cinco anos, o que aumenta o mercado endereçável, diz Saigh.

> "Antes do IPO a gente já tinha a visão de que existiria uma consolidação no nosso setor"
> *Alexandre Saigh*

O México é o país onde o Pátria quer avançar. "Temos uma exposição pequena lá e entendemos que pode ser o segundo maior mercado [latino-americano, atrás do Brasil] onde queremos estar", afirma.

Nesta semana, o Pátria assinou um memorando de entendimentos com a Arábia Saudita. Segundo Saigh, o acordo selou um relacionamento já de longa data que a gestora possui com os sauditas, o que em breve vai se transformar em novos investimentos em parceiras. O primeiro investimento em conjunto foi com o fundo soberano do Kwait em 1997 — e de lá para cá, a confiança entre os investidores da região aumentou.

"Pretendemos fazer investimentos com a Arábia Saudita em concessões de rodovias aqui no Brasil", disse. No ano passado, a gestora formou um consórcio vencedor, que incluiu outros investidores institucionais, entre eles o Public Investment Fund (PIF), fundo soberano da Arábia Saudita, do leilão para concessão do sistema rodoviário Lote 1 de Rodovias do Paraná. "Vamos entrar em outras concessões."

Olhando a frente, conforme o interesse local aumenta em investimentos alternativos, o executivo prevê que a participação da região na captação possa representar a metade do total. Dentre o mais recente processo de expansão, o Pátria levou os fundos imobiliários do Credit Suisse. Na Europa, incorporou a operação da inglesa Abrdn (antiga Aberdeen).

BC vê piora nos critérios de concessão de crédito para consumidores e empresas

De Brasília

O Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) do Banco Central (BC) avaliou que o apetite ao risco das instituições financeiras aumentou e o "ambiente continua demandando atenção". A análise consta na ata da última reunião do comitê, divulgada ontem.

Na semana passada, o Comef decidiu manter o Adicional Contracíclico de Capital Principal no Brasil (ACCPBrasil) em 0%. O valor representa uma reserva que os bancos devem fazer para minimizar riscos à estabilidade financeira.

Sobre crédito para as famílias, a ata aponta que o ritmo de crescimento estabilizou-se "após um longo período de desaceleração" e que há sinais de aquecimento nas linhas de veículos e crédito não consignado. Ainda segundo o Comef, "também se observa uma piora nos critérios de concessão". Já o endividamento e comprometimento de renda "permanecem historicamente elevados".

Já para as empresas, o comitê observou aumento no ritmo de crescimento do crédito, mas sem alteração "relevante" nos critérios de concessão. "Nesse cenário, o Comef avalia que é importante os intermediários financeiros preservarem a qualidade das concessões."

A ata ainda destacou que o mercado doméstico de dívida corporativa "continua ganhando representatividade" como fonte de financiamento, "principalmente para as grandes empresas".

Nesse cenário, o comitê avaliou que as provisões foram mantidas em níveis adequados, "acima das estimativas de perdas esperadas". A "leve piora" na qualidade das concessões para as famílias "foi insuficiente para inverter a redução da probabilidade de default e das expectativas de materialização de riscos".

A ata ainda tratou do cenário econômico global. Para o Comef, o sistema financeiro internacional "tem se mostrado resiliente" num cenário de conjuntura incerta. "O estágio corrente do processo de convergência da inflação às metas, que requer cautela". Apesar da resiliência, o comitê analisa que há riscos que podem "levar à materialização de cenários de reprecificação de ativos financeiros globais" e cita alguns fatores, como incertezas sobre a extensão do período de juros elevados e preocupações com sustentabilidade fiscal.

Para o Comef, as economias emergentes em geral mostraram resiliência, ainda que existam fatores de vulnerabilidade. O Sistema Financeiro Nacional, para o Comef, tem baixa exposição ao risco de taxa de câmbio e a dependência de funding externo é pequena.

A ata também aponta que os desafios macroeconômicos do início deste ano explicam, "em maior parte" os riscos para as condições financeiras internacionais. O documento ainda tratou dos impactos econômicos das enchentes no Rio Grande do Sul. Segundo a ata, o BC vai continuar acompanhando a situação e poderá adotar medidas adicionais "a fim de manter o funcionamento eficiente e a solidez do sistema financeiro". *(GS)*

Estratégia Instrumento tem sido utilizado para antecipar recursos como os relacionados a direitos de imagem e transmissão de jogos

FIDC é porta de entrada de time de futebol no mercado de capitais

Rita Azevedo
De São Paulo

A possibilidade de times de futebol levantarem recursos no mercado de capitais anima entusiastas do esporte. Especialistas acreditam, porém, que pode levar tempo até que a participação dos clubes se consolide.

Até agora, o instrumento mais buscado por clubes são os fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC). O mais recente deles foi do mineiro Cruzeiro. O chamado FIDC Zorro entrou em operação em fevereiro, mas agora, quatro meses depois, será liquidado.

O Zorro inclui direitos creditórios relacionados ao direito de imagem de jogadores do Cruzeiro e outros recebíveis, como de cartão de crédito. Na primeira emissão de cotas subordinadas juniores, foram levantados R$ 3 milhões, conforme informações da oferta pública. O processo para uma nova captação estava em andamento, mas não chegou a se concretizar.

No fim de abril, o ex-jogador e empresário Ronaldo Nazário vendeu a Sociedade Anônima de Futebol (SAF) do Cruzeiro ao empresário Pedro Lourenço e a nova gestão decidiu encerrar o instrumento por ter outras alternativas de capitalização, apurou o **Valor**. A assembleia que decidiu pela liquidação antecipada foi realizada em 29 de maio. "Trata-se de uma mudança na estratégia de captação, conforme planejado", informou o clube.

O São Paulo Futebol Clube foi um dos primeiros a usar o instrumento. Em 2019, lançou um fundo com vencimento em março de 2023 e baseado em fluxos futuros de caixa derivados de um contrato de transmissão de jogos do Campeonato Brasileiro. João Peixoto, diretor-presidente da Ouro Preto Investimentos, que fez a gestão do FIDC do São Paulo, diz que o instrumento é interessante para os clubes, sejam eles SAFs ou não, considerando a possibilidade de antecipar receitas como as de transmissão de jogos, de planos de sócio-torcedor ou de imagem dos atletas.

DIVULGAÇÃO
Peixoto: FIDC é instrumento interessante, mas exige organização dos clubes

"Veremos clubes muito mais próximos do mercado de capitais. A SAF permitiu buscar oportunidades"
Francisco Clemente

Ele diz, porém, que os times ainda têm dificuldades para acessar o mercado de capitais devido à falta de organização das contas e da profissionalização da gestão. "No caso do São Paulo, havia uma estrutura financeira, era algo mais profissionalizado. Com isso, o FIDC conseguiu rating duplo A de uma agência internacional, que fez sua análise baseada em times europeus."

Do lado dos investidores, ainda há um receio grande com o segmento do futebol, diz outro gestor que atua com FIDC e preferiu não ser identificado. Com as dificuldades financeiras dos clubes no passado, a fama criada não é muito positiva, afirma. Ele acredita, no entanto, que operações bem estruturadas e com garantias devem encontrar demanda.

A criação das SAFs em 2021 tem papel importante na mudança desse cenário e da saúde financeira dos clubes. "Se os times virarem SAFs, terão administração mais transparente, com mais governança, prestando contas para acionistas", diz Peixoto.

Desde que entrou em vigor, times como Botafogo, Vasco, Cruzeiro, Bahia, Bragantino, Fortaleza e Cruzeiro aderiram ao modelo. Francisco Clemente, sócio de mídia e esportes da KPMG Brasil, vê o surgimento das SAFs como "divisor de águas". "Tenho acompanhado do futebol nos últimos dez anos e ficado mais convencido e otimista de que veremos em breve clubes muito mais próximos do mercado de capitais do que antes. A SAF permitiu não somente uma visão de longo prazo para os clubes, mas também a possibilidade de buscar oportunidades para se financiarem com opções mais baratas."

Hoje, o custo de captação para associações esportivas em fontes tradicionais, como bancos, é maior do que o cobrado para uma empresa, lembra Clemente, e a exigência de garantias também. "Com instrumentos como os de dívida estruturada, eles podem acessar bolsos diferentes, mais baratos, e também trazer o torcedor como investidor."

HDI complementa oferta com Yelum, novo nome da Liberty

Sérgio Tauhata
De Florianópolis

A HDI lançou ontem a nova marca que vai substituir a Liberty no mercado local. Após meses de estudo, a companhia batizou a operação adquirida no ano passado como Yelum Seguradora.

Segundo a companhia, a seguradora dará continuidade ao legado da Liberty no país. O CEO do grupo HDI, Eduardo Dal Ri, afirma que a Yelum vai manter o portfólio de produtos, com preços competitivos e foco na "evolução da experiência de todos os públicos".

A mudança ocorreu porque o nome Liberty não poderá mais ser usado, conforme os termos da aquisição pela HDI das operações da Liberty Seguros na América Latina. A conclusão da parte brasileira do negócio ocorreu em novembro de 2023.

O acordo englobou, além da operação de ramos elementares da seguradora americana no país, a Fácil Assist, a Indiana Seguros, a Liberty Agrega e a Aliro. No total, a aquisição do negócio na América Latina alcançou € 1,3 bilhão, cerca de R$ 7 bilhões em valores do fim do ano passado.

Antes da Liberty, a HDI havia concluído a aquisição da Sompo Consumer em maio de 2023. Com as compras, as operações consolidadas da companhia no Brasil alcançaram cerca de R$ 13 bilhões, o que colocou o grupo na segunda posição entre as seguradoras de ramos elementares ou "properties and casualties" (P&C), na denominação em inglês, de seguros para proteção patrimonial, como auto, residencial e empresarial.

Conforme a HDI, "o lançamento dá início a uma nova era para o grupo". A Yelum tem como missão atingir novos mercados e consumidores. Segundo companhia, HDI, Aliro e Yelum têm perfis complementares e, com isso, será possível atender a diferentes perfis de consumidores e parceiros. O CEO diz que o Brasil é um dos países estratégicos para o grupo alemão Talanx, controlador da HDI.

"Com a nova marca, nosso portfólio fica ainda mais completo e competitivo", afirma Dal Ri. "Teremos a oportunidade de alcançar ainda mais consumidores, já que passaremos a oferecer mais opções de proteções personalizadas que se encaixam nas necessidades dos clientes."

De acordo com a HDI, o nome Yelum "remete a remete a liberdade, luz, simplicidade e agilidade, e ao amarelo, cor já característica da Liberty". A marca surgiu da combinação das abreviações de dois termos: "yel" vem do termo em inglês "yellow", ou amarelo; e "lum" vem tanto de "luz" quanto de "um", para reforçar a ideia de a seguradora ser única para cada pessoa.

O processo criativo foi feito em parceria com a agência Ana Couto. "Estamos otimistas em fazer essa adesão ao mercado e esperamos que a nova marca colabore com o crescimento que temos visto no segmento segurador", diz Dal Ri.

Após o lançamento da Yelum, os executivos do grupo HDI iniciam hoje uma série de apresentações para levar a essência da marca a corretores e parceiros em todo o país. A primeira cidade de visitada será Salvador, capital da Bahia. Também haverá eventos em Belo Horizonte, São Paulo e Curitiba, entre outras cidades.

*O repórter viajou a convite da HDI

Concorrência Inquérito, de 2019, apura vantagem oferecida a lojista que mantivesse conta no banco

Relator no Cade vota por condenação de Itaú e Rede

Beatriz Olivon
De Brasília

O Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) começou a julgar ontem se ocorreu infração em uma ação de antecipação de pagamentos realizada pelo Itaú Unibanco e pela Redecard (a atual Rede) em 2019. Único a votar, o relator se manifestou pela condenação da prática. O julgamento foi suspenso por pedido de vista.

Pelo voto do relator, não haveria imposição de multa, mas a condenação da prática e impedimento de que seja adotada, pelo menos, pelos próximos cinco anos. A indicação da área técnica do Cade era para o arquivamento do caso.

Pela ação, o estabelecimento comercial que recebe pagamento por meio de terminais de vendas (“maquininhas”) pelo cartão de crédito teria condição vantajosa para receber se tivesse conta no Itaú. Pela regra geral, o valor era disponibilizado para o lojista após um mês da data do pagamento pelo cliente. Mas, pela ação conjunta, o pagamento seria feito em dois dias, sem cobrar pela antecipação. As condições para o benefício eram que o faturamento fosse inferior a R$ 30 milhões e o estabelecimento comercial abrisse uma conta corrente no Itaú.

No mesmo ano a Superintendência-Geral do Conselho (SG/Cade) instaurou um processo administrativo contra o Itaú e a Rede para apurar supostas condutas anticompetitivas. A SG adotou medida preventiva para impedir prejuízos à concorrência que pudessem decorrer das práticas investigadas.

Na época, a superintendência avaliou que, embora a campanha pudesse reduzir o custo de antecipação para o estabelecimento no curto prazo, havia a possibilidade de gerar distorções e comprometer a competição no setor no médio prazo. Outra preocupação levantada foi sobre a suposta prática de venda casada. Na medida preventiva o Cade pediu a suspensão da ação promocional. Uma decisão judicial liminar teve o mesmo entendimento e o Itaú suspendeu o acordo com a Rede.

Após nova solicitação de informações, a SG analisou as supostas condutas de preço predatório, subsídio cruzado e venda casada. Feita a análise, a área técnica sugeriu o arquivamento do processo administrativo. O caso chegou ao Tribunal do Cade.

Na sustentação oral realizada na sessão, o advogado que representa o banco, José Carlos Berardo, pediu o arquivamento do caso. “Nada nos autos sugere qualquer decisão diferente que o arquivamento”, afirmou. Citando Karl Marx, disse que “se aparência e essência fossem a mesma coisa não haveria ciência”, para dizer que basta se aprofundar para ver que o caso foi utilizado por competidores para desvirtuar uma prática de competição vigorosa.

> “É a primeira vez que vejo um banco citar Karl Marx em sua defesa, o senhor teve um feito inédito”
> *Gustavo Augusto*

“É a primeira vez que vejo um banco citar Karl Marx em sua defesa, o senhor teve um feito inédito”, afirmou o relator, conselheiro Gustavo Augusto, ao advogado, ao começar a ler seu voto.

“Os representados buscaram antecipar a custo zero é o que o Cade espera e incentiva. O que discutimos não é essa parte da operação. Essa parte é lícita. O que discutimos é condicionar esse desconto ao lojista ter que, obrigatoriamente, abrir ou manter uma conta no Itaú, que é paga”, afirmou o relator.

Augusto considerou que a antecipação condicionada à conta corrente seria “empacotamento anticompetitivo”, parecido com venda casada. A diferença é que, no segundo caso, os bens oferecidos juntos não podem ser vendidos separados, o que não acontece no empacotamento. Um dos problemas, segundo ele, é que a conta corrente não faz parte do arranjo de pagamento. O lojista pode ter uma conta de pagamento (gratuita) para receber o cartão.

Segundo o conselheiro, essa política foi voltada para o microempreendedor individual (MEI). O relator analisou a participação da Redecard no mercado nesse período. “Durante a política há aumento da participação da Rede e diminuição da Stone e, quando termina, cai a Rede e aumenta a da Stone”, afirmou.

“Há tanto medo de retaliação por parte do Itaú que todos os que prestaram informações indicando ser conduta anticompetitiva só o fizeram em acesso restrito (sigiloso)”, afirmou o relator. O Cade já assinou quatro Termos de Compromisso de Cessação (TCCs) diferentes entre as partes nesse setor, segundo o relator.

Embora entenda que a conduta era ilícita, como foi de curta duração (entre maio e dezembro de 2019), o conselheiro votou pela não aplicação de multa, mas determinou a cessação da prática, convertendo a medida preventiva em definitiva por cinco anos. Ele disse considerar o argumento da defesa sobre os efeitos futuros e desconhecidos do Pix para o mercado de cartões, por isso o limite temporal. “Ao final de cinco anos, se o mercado tiver se alterado significativamente a conduta poderá ser reanalisada pelo Tribunal.”

O julgamento foi suspenso por um pedido de vista do conselheiro Victor Fernandes. O Tribunal é composto por sete conselheiros.

O inquérito foi aberto de ofício pelo Cade durante monitoramento de termo de compromisso de cessação anterior.

Procurado, o Itaú respondeu em nota que o banco e a Rede têm convicção de que a prática da antecipação de pagamentos em questão é legal, positiva para o mercado e que trouxe benefícios aos estabelecimentos comerciais, oferecendo uma nova opção para que não precisassem pagar a taxa de antecipação, tendo sido mantidas as demais alternativas da época para antecipação. Ainda segundo o banco, o Ministério Público, a Procuradoria e todos os órgãos técnicos do Cade concordaram com esse entendimento e o voto proferido é “apenas um entre outros votos que ainda serão formalizados no julgamento”, por isso acreditam que o órgão arquivará o caso.

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 05/06/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.804,6682760	0,01	0,09	3,94
IRF-M	1+**	20.120,3409680	-0,01	-0,04	0,90
IRF-M	Total	18.267,2179260	0,00	0,00	1,81
IMA-B	5***	9.240,0087620	-0,04	0,01	2,93
IMA-B	5+****	11.207,7488040	-0,28	-0,59	-3,42
IMA-B	Total	9.864,9489650	-0,16	-0,29	-0,43
IMA-S	Total	6.684,9377540	0,04	0,12	4,61
IMA-Geral	Total	8.136,3619210	-0,03	-0,02	2,35

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	20/05	17/05	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	34,48	37,01	33,15	32,64	31,79	33,94
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	25,78	25,63	26,95	24,32	24,45	29,08
Conta garantida pré - a.a.	43,09	41,88	41,63	40,86	44,69	51,54
Desconto de duplicata pré - a.a.	23,04	23,20	23,74	24,12	22,50	27,12
Vendor pré - a.a.	15,67	15,11	15,40	15,47	14,86	18,87
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	17,50	17,26	16,46	18,21	17,68	19,20
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	18,43	18,16	16,48	17,70	17,20	18,42
Conta garantida pós - a.a.	24,21	24,90	25,41	26,56	24,04	27,90
ACC pós - a.a.	8,87	8,40	8,21	7,89	7,92	8,51
Factoring - a.m.	3,33	3,29	3,31	3,35	3,35	3,58

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	05/06/24	04/06/24	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3300	5,3300	5,3400	5,3100	5,0600
1 mês	-	5,3283	5,3247	5,3243	5,3244	5,0679
3 meses	-	5,3510	5,3492	5,3496	5,3478	4,8825
6 meses	-	5,3883	5,3892	5,3886	5,3901	4,6543
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,9110	3,9090	3,8920	3,9090	3,1480
1 mês	-	3,9123	3,9118	3,9122	3,9134	3,1120
3 meses	-	3,9256	3,9252	3,9257	3,9256	2,8772
6 meses	-	3,9436	3,9434	3,9437	3,9429	2,4336
1 ano	-	3,8473	3,8376	3,9419	3,7832	1,3252
Euribor ***						
1 mês	-	3,666	3,772	3,717	3,852	3,222
3 meses	-	3,772	3,794	3,785	3,824	3,493
6 meses	-	3,756	3,768	3,745	3,791	3,739
1 ano	-	3,715	3,716	3,711	3,658	3,884
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,36	5,37	5,36	5,37	5,37	5,18
T-Bill (3 meses)	5,38	5,39	5,40	5,39	5,40	5,26
T-Bill (6 meses)	5,35	5,36	5,38	5,37	5,36	5,46
T-Note (2 anos)	4,73	4,77	4,97	4,87	4,83	4,47
T-Note (5 anos)	4,30	4,35	4,63	4,51	4,49	3,82
T-Note (10 anos)	4,28	4,33	4,61	4,50	4,49	3,69
T-Bond (30 anos)	4,43	4,48	4,73	4,65	4,64	3,89

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

	Mês						Acumulado	
Renda Fixa	jun/24*	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	Ano*	12 meses**
Selic	0,12	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	4,52	11,99
CDI	0,12	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	4,52	11,99
CDB (1)	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	0,78	4,53	10,37
Poupança (2)	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	3,40	7,49
Poupança (3)	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	3,40	7,49
IRF-M	0,00	0,66	-0,52	0,54	0,46	0,67	1,81	10,51
IMA-B	-0,29	1,33	-1,61	0,08	0,55	-0,45	-0,43	6,56
IMA-S	0,12	0,83	0,90	0,86	0,82	0,99	4,61	12,21
Renda Variável								
Ibovespa	-0,57	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-4,79	-9,52	12,70
Índice Small Cap	-0,98	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-6,55	-15,36	-4,39
IBrX 50	-0,63	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-4,15	-8,21	14,94
ISE	0,18	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-4,96	-10,96	1,45
IMOB	1,52	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-8,46	-16,46	-0,55
IDIV	-0,31	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	-3,51	-5,59	19,55
IFIX	-0,78	0,02	-0,77	1,43	0,79	0,67	1,35	12,24
Dólar Ptax (BC)	0,81	1,35	3,51	0,26	0,60	2,32	9,15	2,86
Dólar Comercial (mercado)	0,91	1,09	3,54	0,86	0,71	1,75	9,16	3,47
Euro (BC) (4)	0,97	2,89	2,37	0,07	0,25	0,54	7,27	4,73
Euro Comercial (mercado) (4)	1,12	2,79	2,43	0,71	0,38	-0,34	7,26	5,03
Ouro (BC)	1,80	2,87	7,18	8,62	0,27	1,71	24,34	21,74
Inflação								
IPCA (5)	-	0,39	0,38	0,16	0,83	0,42	2,20	3,85
IGP-M	-	0,89	0,31	-0,47	-0,52	0,74	0,28	-0,34

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 5/jun/24. ** Até mai/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,39% para o mês de maio

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 31/05/24

	Patrimônio líquido	Rentabilidade nominal - %				Estimativa da captação líquida - R$ milhões			
Categorias	R$ milhões (1)	no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.446.734,04					-12.672,47	16.290,29	171.629,83	182.712,36
RF Indexados (2)	152.863,72	0,13	0,98	2,17	8,80	-188,59	1.783,14	-1.169,93	-9.215,51
RF Duração Baixa Soberano (2)	673.134,78	0,04	0,77	4,06	11,12	-5.185,70	-3.981,12	39.725,10	43.713,10
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	814.608,67	0,04	0,88	4,63	12,67	-4.330,81	6.008,12	25.488,83	30.373,34
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	154.692,29	0,04	0,05	4,64	12,68	-726,81	5.388,98	50.025,60	57.252,32
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	167.156,21	0,07	0,95	3,63	8,95	143,16	-615,75	-3.958,47	-5.925,43
RF Duração Livre Soberano (2)	224.880,13	0,07	0,84	3,62	10,43	-915,73	71,36	-778,59	-9.392,44
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	667.986,41	0,04	0,87	4,03	11,23	-1.456,43	1.688,77	-1.138,42	-16.742,42
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	337.521,71	0,05	0,91	3,97	12,41	-253,87	9.740,34	56.218,02	112.838,62
Ações	595.717,87					-455,38	-4.581,80	-4.242,88	30.422,39
Ações Indexados (2)	10.039,37	-0,47	-3,04	-8,98	12,28	-287,82	-617,10	493,94	-1.195,82
Ações Índice Ativo (2)	30.998,45	-0,66	-3,20	-9,38	10,06	2,87	-2.274,33	-3.683,46	-4.954,86
Ações Livre	212.481,67	-0,50	-1,77	-6,72	11,72	-127,67	-2.373,04	-2.892,05	-10.554,70
Fechados de Ações	125.195,87	-0,57	-0,94	-4,31	-0,20	33,18	317,70	-401,08	29.976,26
Multimercados	1.642.106,09					-2.155,59	-15.296,00	-54.063,10	-188.544,18
Multimercados Macro	154.384,51	-0,02	0,61	0,20	6,47	-371,35	-5.948,71	-21.030,64	-47.460,66
Multimercados Livre	623.726,86	0,00	0,64	1,98	9,11	-607,34	297,02	7.281,02	-45.177,28
Multimercados Juros e Moedas	52.816,28	0,06	0,78	3,77	11,42	-150,77	-693,94	-4.400,10	-13.862,07
Multimercados Invest. no Exterior (2)	730.255,37	-0,02	0,24	2,54	9,88	-852,12	-9.106,65	-37.259,45	-77.478,94
Cambial	6.195,57	0,80	1,64	10,71	9,79	-0,66	-10,08	-343,51	-1.320,06
Previdência	1.420.779,94					270,32	786,38	15.647,28	40.333,46
ETF	42.927,95					-387,16	592,39	-2.402,04	-2.821,17
Demais Tipos	1.972.595,65					262,68	-2.485,90	26.450,81	32.730,52
Total Fundos de Investimentos	**7.154.461,46**					**-15.400,94**	**-2.218,81**	**126.225,59**	**60.782,79**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.600.305,33**					**-5.432,88**	**-6.613,96**	**25.627,80**	**103.648,97**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.530,46**					-	-	-	-
Total Geral	**8.802.297,25**					**-20.833,82**	**-8.832,77**	**151.853,39**	**164.431,76**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de abril de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	05/06/24	04/06/24	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,75	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,65	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,2050	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,46	10,46	10,65	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,7883	0,7883	0,8324	0,8324	0,8469	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,65	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,2050	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,46	10,46	10,65	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,7883	0,7883	0,8324	0,8324	0,8469	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	10,88
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,8645
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,32
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9726
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,39	10,36	10,38	10,38	10,30	13,57
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,45	10,40	10,42	10,43	10,24	13,28
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,39	10,38	10,39	10,39	10,40	13,64
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,39	10,36	10,39	10,37	10,34	13,63
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,39	10,36	10,38	10,36	10,30	13,57
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,40	10,37	10,39	10,36	10,27	13,50
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,45	10,40	10,42	10,39	10,24	13,28
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,67	10,60	10,60	10,56	10,25	12,32

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 05/06/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	99.296,16	10,394	863.053	10,384	10,402	10,390
Vencimento em ago/24	98.405,18	10,386	18.647	10,360	10,406	10,382
Vencimento em set/24	97.558,61	10,392	9.372	10,362	10,400	10,384
Vencimento em out/24	96.755,50	10,401	431.711	10,360	10,415	10,405
Vencimento em nov/24	95.878,26	10,421	1.259	10,375	10,430	10,420
Vencimento em dez/24	95.153,12	10,447	8.270	10,400	10,460	10,460
Vencimento em jan/25	94.359,99	10,464	1.128.265	10,400	10,480	10,475
Vencimento em fev/25	93.517,61	10,510	1.200	10,470	10,530	10,530
Vencimento em mar/25	92.746,08	10,562	5.437	10,500	10,560	10,555
Vencimento em abr/25	92.023,95	10,595	136.056	10,505	10,610	10,610
Vencimento em mai/25	91.264,51	10,631	2.589	10,560	10,620	10,610

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	5.311,99	0,16	378.460	5.272,50	5.317,50	5.311,50
Vencimento em ago/24	5.329,62	0,17	50	5.302,00	5.320,00	5.319,50
Vencimento em set/24	5.345,80	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	5.361,06	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.378,42	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	5.782,24	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em ago/24	5.810,32	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.836,37	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jun/24	121.579	-0,36	92.865	121.415	122.365	121.530
Vencimento em ago/24	123.553	-0,35	5	123.905	123.905	123.905
Vencimento em out/24	125.439	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 05/06/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,2835	5,2841	0,29	0,81	9,15	7,32
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,2965	5,2971	0,23	0,91	9,16	7,44
Dólar Turismo (R$/US$)	5,3258	5,5058	0,27	0,96	9,08	7,76
Euro (BC) - (R$/€)	5,7395	5,7406	0,14	0,97	7,27	8,75
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,7591	5,7597	0,17	1,12	7,26	9,05
Euro Turismo (R$/€)	5,8209	6,0009	0,21	1,14	7,02	9,29
Euro (BC) - (US$/€)	1,0863	1,0864	-0,15	0,16	-1,72	1,33
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	399,6596	399,7050	1,43	1,80	24,34	28,83
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.354,94	1,13	1,26	14,03	20,07
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.332,25	0,08	-0,45	13,08	20,06

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	05/06/24	04/06/24	No fim de mai/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	150.903,85	151.479,86	152.338,81	173.997,89	-0,38	-0,94	-13,27
Valor-Coppead Mínima Variância	93.821,85	94.080,55	93.649,60	93.533,91	-0,27	0,18	0,31

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Raízen (1)	mar/24	mar/34	120	1.000	6,45	-	-
Raízen (1)	mar/24	mar/54	360	500	6,95	-	-
Banco do Brasil (1)	mar/24	mar/31	84	750	6,3	-	-
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 05/06/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond)

ADR - Índices

Em 05/06/24

Índice	05/06/24	04/06/24	Em 31/05/24	29/12/23	05/06/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	185,17	182,16	183,18	165,54	150,73	1,66	1,09	11,86	22,85
S&P BNY Emergentes	350,41	338,60	341,77	312,75	286,97	3,49	2,53	12,04	22,11
S&P BNY América Latina	198,49	197,85	204,45	225,28	194,18	0,32	-2,92	-11,89	2,22
S&P BNY Brasil	193,34	193,91	197,69	232,95	193,66	-0,29	-2,20	-17,00	-0,17
S&P BNY México	314,41	308,68	329,09	331,67	316,52	1,85	-4,46	-5,20	-0,67
S&P BNY Argentina	238,39	237,32	262,91	178,27	128,81	0,45	-9,33	33,72	85,07
S&P BNY Chile	148,46	147,32	148,41	162,12	168,47	0,78	0,03	-8,42	-11,88
S&P BNY Índia	2.775,38	2.674,05	2.747,17	2.923,01	2.721,03	3,79	1,03	-5,05	2,00
S&P BNY Ásia	216,91	211,87	212,76	189,60	172,30	2,38	1,95	14,41	25,89
S&P BNY China	330,38	326,70	329,83	336,11	313,47	1,13	0,16	-1,71	5,39
S&P BNY África do Sul	199,75	195,86	206,33	199,87	234,51	1,99	-3,19	-0,06	-14,82
S&P BNY Turquia	34,88	34,64	34,31	22,45	18,95	0,72	1,68	55,35	84,13

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
19/05 a 19/06	0,0646	0,5649	0,5649	0,7651
20/05 a 20/06	0,0911	0,5916	0,5916	0,8017
21/05 a 21/06	0,0921	0,5926	0,5926	0,8028
22/05 a 22/06	0,0904	0,5909	0,5909	0,8010
23/05 a 23/06	0,0640	0,5643	0,5643	0,7644
24/05 a 24/06	0,0394	0,5396	0,5396	0,7297
25/05 a 25/06	0,0416	0,5418	0,5418	0,7319
26/05 a 26/06	0,0682	0,5685	0,5685	0,7687
27/05 a 27/06	0,0947	0,5952	0,5952	0,8054
28/05 a 28/06	0,0909	0,5914	0,5914	0,8015
29/05 a 29/06	0,0892	0,5367	0,5367	0,7998
30/05 a 30/06	0,0631	0,5367	0,5367	0,7635
31/05 a 01/07	0,0631	0,5367	0,5367	0,7635
01/06 a 01/07	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268
02/06 a 02/07	0,0626	0,5629	0,5629	0,7630
03/06 a 03/07	0,0887	0,5891	0,5891	0,7993
04/06 a 04/07	0,0857	0,5861	0,5861	0,7963

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 05/06/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	121.407	-0,32	-0,57	-9,52	7,73
IBrX	51.318	-0,32	-0,57	-9,09	8,28
IBrX 50	20.394	-0,26	-0,63	-8,21	9,67
IEE	88.898	0,05	1,82	-6,38	6,83
SMLL	1.992	-0,85	-0,98	-15,36	-8,19
ISE	3.351	-0,32	0,18	-10,96	-1,77
IMOB	844	0,23	1,52	-16,46	-1,24
IDIV	8.567	-0,40	-0,31	-5,59	15,63
IFIX	3.356	-0,24	-0,78	1,35	10,58
Variação % em dólares					
Ibovespa	22.976	-0,61	-1,37	-17,10	0,38
IBrX	9.712	-0,61	-1,37	-16,71	0,89
IBrX 50	3.859	-0,55	-1,43	-15,90	2,19
IEE	16.824	-0,24	1,00	-14,23	-0,46
SMLL	377	-1,14	-1,78	-22,45	-14,45
ISE	634	-0,61	-0,62	-18,42	-8,47
IMOB	160	-0,06	0,71	-23,46	-7,98
IDIV	1.621	-0,69	-1,11	-13,50	7,74
IFIX	635	-0,53	-1,57	-7,14	3,04

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 05/06/24	04/06/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	385	383	2,0	15,0	40,0
África do Sul	368	362	6,0	10,0	42,0
Argentina	1.529	1.487	42,0	188,0	-378,0
Brasil	224	220	4,0	11,0	29,0
Colômbia	314	311	3,0	11,0	49,0
Filipinas	81	80	1,0	3,0	23,0
México	180	183	-3,0	14,0	13,0
Peru	106	108	-2,0	1,0	4,0
Turquia	255	255	0,0	12,0	-21,0
Venezuela	16.974	16.954	20,0	510,0	-7.118,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
out/23	340.247	23/05/24	355.060
nov/23	348.406	24/05/24	355.339
dez/23	355.034	27/05/24	355.573
jan/24	353.563	28/05/24	355.667
fev/24	352.705	29/05/24	354.406
mar/24	355.008	31/05/24	355.560
abr/24	351.599	03/06/24	356.576
mai/24	355.560	04/06/24	357.069

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	05/06/24	04/06/24	03/06/24	31/05/24	29/05/24	28/05/24
Índice	2.110,59	2.110,44	2.111,07	2.110,11	2.106,56	2.112,08
Var. no dia	0,01%	-0,03%	0,05%	0,17%	-0,26%	0,05%
Var. no mês	0,02%	0,02%	0,05%	0,64%	0,47%	0,73%
Var. no ano	2,20%	2,19%	2,22%	2,17%	2,00%	2,27%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 05/06/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	36,6000	36,6100	0,14430	0,14440
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,2835	5,2841
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,4494	36,5408	0,1446000	0,1450000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	6,9900	0,7559	0,7714
Colon (Costa Rica)	526,1300	531,0000	0,009950	0,010040
Coroa (Dinamarca)	6,8659	6,8664	0,7695	0,7696
Coroa (Islândia)	137,5200	137,7000	0,03837	0,03842
Coroa (Noruega)	10,5911	10,5941	0,4987	0,4989
Coroa (Rep. Tcheca)	22,6630	22,6780	0,2330	0,2332
Coroa (Suécia)	10,4222	10,4252	0,5068	0,5070
Dinar (Argélia)	134,2150	134,8050	0,03919	0,03937
Dinar (Kuwait)	0,3064	0,3065	17,2382	17,2458
Dinar (Líbia)	4,8247	4,8470	1,0901	1,0952
Direitos Especiais de Saque ***	1,3254	1,3254	7,0028	7,0035
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6724	3,6734	1,4383	1,4389
Dirham (Marrocos)	9,9051	9,9101	0,5331	0,5335
Dólar (Austrália)***	0,6640	0,6642	3,5082	3,5097
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,2835	5,2841
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,5986	2,6444
Dólar (Canadá)	1,3704	1,3708	3,8543	3,8559
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,3275	6,4050
Dólar (Cingapura)	1,3484	1,3491	3,9163	3,9188
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,2835	5,2841
Dólar (Hong Kong)	7,8111	7,8113	0,6764	0,6765
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6181	0,6184	3,2657	3,2677
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7061	6,8260	0,7740	0,7880
Euro (Comunidade Européia)***	1,0863	1,0864	5,7395	5,7406
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,9030	2,9611
Franco (Suíça)	0,8939	0,8943	5,9080	5,9113
Guarani (Paraguai)	7525,7700	7526,5800	0,0007020	0,0007021
Hryvnia (Ucrânia)	40,0500	40,2500	0,1313	0,1319
Iene (Japão)	156,2100	156,2400	0,03382	0,03383
Lev (Bulgária)	1,8000	1,8005	2,9345	2,9356
Libra (Egito)	47,5500	47,6500	0,1109	0,1111
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000059	0,000059
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00041	0,00041
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2766	1,2770	6,7449	6,7478
Naira (Nigéria)	1450,0000	1550,0000	0,00341	0,00364
Lira (Turquia)	32,3069	32,3169	0,1635	0,1636
Novo Dólar (Taiwan)	32,3200	32,3380	0,16340	0,16350
Novo Sol (Peru)	3,7372	3,7606	1,4050	1,4139
Peso (Argentina)	897,7400	897,7600	0,00589	0,00589
Peso (Chile)	905,9000	906,6000	0,005828	0,005833
Peso (Colômbia)	3924,6700	3926,2800	0,001346	0,001346
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2201	0,2202
Peso (Filipinas)	58,6950	58,7150	0,08999	0,09003
Peso (México)	17,5218	17,5323	0,3014	0,3016
Peso (Rep. Dominicana)	59,0000	59,7000	0,08850	0,08956
Peso (Uruguai)	38,9300	38,9600	0,13560	0,13570
Rande (África do Sul)	18,9495	18,9591	0,2787	0,2789
Rial (Arábia Saudita)	3,7504	3,7506	1,4087	1,4089
Rial (Irã)	42025,0000	42105,0000	0,0001255	0,0001257
Ringgit (Malásia)	4,6960	4,7000	1,1241	1,1252
Rublo (Rússia)	89,0455	89,0545	0,05933	0,05934
Rúpia (Índia)	83,3703	83,3873	0,06336	0,06338
Rúpia (Indonésia)	16280,0000	16290,0000	0,0003243	0,0003246
Rúpia (Paquistão)	278,2000	278,8000	0,01895	0,01899
Shekel (Israel)	3,7163	3,7223	1,4194	1,4219
Won (Coréia do Sul)	1370,9000	1371,4200	0,003853	0,003855
Yuan Renminbi (China)	7,2475	7,2478	0,7290	0,7291
Zloty (Polônia)	3,9491	3,9507	1,3374	1,3381

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2352,89	0,01322	399,6596	399,7050

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	05/06/24	04/06/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	38.807,33	38.711,29	0,25	0,31	2,97	15,63	32.417,59	40.003,59
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.035,05	18.654,84	2,04	2,69	13,13	30,77	14.109,57	19.035,05
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.187,91	16.857,05	1,96	2,71	14,50	29,92	12.595,61	17.187,91
EUA	Nova York	S&P 500	5.354,03	5.291,34	1,18	1,45	12,25	25,28	4.117,37	5.354,03
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.145,02	21.978,18	0,76	-0,56	5,66	11,10	18.737,39	22.468,16
México	Cidade do México	IPC	54.410,51	53.485,62	1,73	-1,39	-5,19	1,63	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.406,47	1.404,04	0,17	0,47	17,68	22,12	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	70.255,80	69.482,91	1,11	1,51	21,48	111,09	32.850,05	70.255,80
Chile	Santiago	IPSA	6.655,87	6.598,36	0,87	0,35	7,39	17,71	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	29.741,49	29.511,42	0,78	-1,58	14,57	35,57	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.570.749,69	1.581.164,34	-0,66	-4,88	68,95	335,32	360.825,63	1.659.247,63
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.538,33	1.519,03	1,27	0,50	10,23	14,59	3.425,66	4.131,72
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.575,94	18.405,64	0,93	0,42	10,89	16,36	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	8.006,57	7.937,90	0,87	0,17	6,14	11,19	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	34.507,84	34.276,02	0,68	0,04	13,69	28,49	26.856,85	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.906,85	3.919,46	-0,32	-0,29	5,37	7,49	3.290,68	4.029,25
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	Feriado	2.782,23	-	0,47	21,84	37,25	1.962,58	2.790,40
Espanha	Madri	IBEX-35	11.353,10	11.286,40	0,59	0,27	12,38	22,22	8.918,30	11.397,20
Grécia	Atenas	ASE General	1.443,74	1.424,69	1,34	0,83	11,65	18,55	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	918,67	901,68	1,88	1,67	16,76	20,35	714,05	918,67
Hungria	Budapeste	BUX	68.935,50	68.385,55	0,80	1,52	13,72	43,26	48.117,93	69.803,67
Polônia	Varsóvia	WIG	85.342,58	84.978,57	0,43	-1,13	8,77	29,93	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.831,11	6.843,63	-0,18	-0,58	6,79	16,00	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.140,37	1.131,34	0,80	1,30	5,25	8,78	969,33	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.609,72	2.587,70	0,85	0,22	8,82	13,81	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.150,02	12.008,94	1,17	1,24	9,09	6,44	10.323,71	12.150,02
Turquia	Istambul	BIST 100	10.350,96	10.364,56	-0,13	-0,48	38,56	92,66	5.186,83	10.899,28
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.963,44	1.994,21	-1,54	-1,50	4,67	11,11	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	76.829,13	76.832,75	0,00	0,16	-0,08	0,30	69.451,97	80.073,00
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.490,17	38.837,46	-0,89	0,01	15,02	19,47	30.526,88	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.022,20	7.994,10	0,35	0,64	2,46	8,39	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.706,33	1.726,92	-1,19	-1,35	-7,16	-16,10	1.433,10	2.083,36
China	Xangai	SSE Composite	3.065,40	3.091,20	-0,83	-0,69	3,04	-5,17	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.689,50	2.662,10	1,03	2,01	1,29	2,83	2.277,99	2.757,09
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	18.424,96	18.444,11	-0,10	1,91	8,08	-3,58	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	74.382,24	72.079,05	3,20	0,57	2,97	18,47	62.625,63	76.468,78
Indonésia	Jacarta	JCI	6.947,67	7.099,31	-2,14	-0,33	-4,47	4,74	6.618,92	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.338,32	1.337,32	0,07	-0,55	-5,48	-12,60	1.332,08	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	21.484,88	21.356,62	0,60	1,47	19,82	28,54	16.001,27	21.858,41

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

BANCO ALFA S.A.

CNPJ nº 03.323.840/0001-83 - NIRE 35 3 0017275 2

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

DATA: 14 de março de 2024. **HORÁRIO:** 17h15min. **LOCAL:** Sede social, Alameda Santos, nº 466, 4º andar, parte, São Paulo - SP, CEP 01418-000. **CONVOCAÇÃO e PRESENÇA:** Dispensada a convocação em razão da presença dos acionistas representativos da totalidade do capital social. **MESA:** Eduardo Pinto de Oliveira - Presidente; e Felipe Barbosa da Silveira e Silva - Secretário. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a destituição e eleição do Diretor Presidente. **DELIBERAÇÕES:** Após análise e discussão, os acionistas deliberaram por unanimidade, sem ressalvas: **I.** Destituir, a partir desta data, o Sr. **FABIO ALBERTO AMOROSINO,** brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF nº 073.874.508-11, portador do RG nº 12.854.760-1-SSP-SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, do cargo de Diretor Presidente da Sociedade; e **II.** Eleger o Sr. **MARCOS LIMA MONTEIRO,** brasileiro, divorciado, economista, inscrito no CPF/MF nº 105.109.428-30, portador do RG nº 19.897.606-9-SSP-SP, com endereço comercial na Av. Paulista, nº 2.100, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01310-930, para o cargo de Diretor Presidente. O Diretor eleito preenche as condições prévias de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76 na Resolução nº 4.970/2021 do Conselho Monetário Nacional e não está incurso em crime algum que vede a exploração de atividade empresarial, conforme Declaração de Desimpedimento arquivada na sede da Companhia, sendo certo que sua posse se dará após a devida a homologação do presente ato pelo Banco Central do Brasil. **ENCERRAMENTO:** Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião da qual se lavrou esta ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes, de forma eletrônica, em conformidade com a Medida Provisória 2.200-2 de 2001. **MESA: Eduardo Pinto de Oliveira -** Presidente**. Felipe Barbosa da Silveira e Silva -** Secretário. **ACIONISTAS: BANCO SAFRA S.A. Marcos Lima Monteiro** - Diretor Executivo. **Carlos Pelá** - Diretor Executivo. **CORUMBAL PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA. Valéria Fernandes da Silva** - Diretora. **Eduardo Pinto de Oliveira** - Diretor. **FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS. Antonio José Ambrozano Neto** - Diretor. **Felipe Barbosa da Silveira e Silva -** Diretor. **CERTIDÃO:** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 209.437/24-8 em 24 de maio de 2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 012/2024-CL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102.983/2023 – EMSERH

OBJETO: Contratação de empresa especializada na área de Engenharia e Manutenção para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e serviços eletivos (incluindo pequenas reformas e adaptações) dos sistemas e das instalações prediais, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição imediata, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominado SINAPI, necessários para a execução de serviços contínuos, eventuais, emergenciais e por demanda em Estabelecimentos Assistenciais em Saúde (EAS) gerenciados pela Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares localizados em São Luís e região.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR POR LOTE.
DATA DA DISPUTA: às 09h00min do dia 27/06/2024, horário de Brasília/DF.
ID nº 1039498
LOCAL DE REALIZAÇÃO: Sistema Licitações-e (**www.licitacoes-e.com.br**).
Edital e demais informações estão disponíveis no site da EMSERH (**www.emserh.ma.gov.br**) e Sistema Licitações-e (**www.licitacoes-e.com.br**).
Informações adicionais serão prestadas na CL/EMSERH localizada, na Av. Borborema, Qd-16, n° 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, pelos e-mails csl.emserh.ma@gmail.com, e/ou vanessaleite.cslemserh@gmail.com ou pelo Telefone (98) 3235-7333.

São Luís (MA), 27 de maio de 2024.
Vanessa Leite Maranhão
Agente de Licitação da CL/EMSERH

INÊS 249

Ao manter Selic elevada, BC gera novo problema

Fernando Torres

Há pouco mais de nove anos escrevi uma coluna para o **Valor** com o título "A grande ameaça da educação financeira".

No texto, eu chamava a atenção para algo óbvio: um dos principais pilares do sistema de crédito do país — o uso de depósitos em poupança como fonte de financiamento para o crédito habitacional — dependia da deseducação financeira.

"Em qualquer modelo econômico teórico em que se presume que os agentes são racionais, informados e buscam maximizar seus ganhos, o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) não existiria", escrevi na época. E acrescentei: "Se houvesse a erradicação da deseducação financeira no país, a elevação da Selic para cima de 13% deixaria as cadernetas de poupança praticamente vazias, com saldos disponíveis apenas para gastos emergenciais. De onde então viria o dinheiro para o crédito (imobiliário)? E a que custo?"

Acelera nove anos. Chegamos em 2024. Os juros básicos estavam até há pouco acima de 13% ao ano, caíram recentemente para 10,50%, mas tudo indica que devem seguir em dois dígitos a perder de vista.

Apesar disso, a deseducação financeira persiste. Em que pese a baixa rentabilidade, não houve um resgate generalizado das cadernetas, que ainda ostentam um saldo acima de R$ 980 bilhões, dos quais R$ 740 bilhões dentro do SBPE, que gera recursos para o setor imobiliário.

Mas essa cifra absoluta que ainda impressiona não é tão grande quanto "precisava ser". De início, ela é inferior em termos nominais ao saldo existente há três ou quatro anos, o que significa que está bem menor do que "deveria" considerando os rendimentos.

Ao mesmo tempo, como o crédito imobiliário seguiu crescendo nos últimos anos, especialmente com as concessões realizadas quando a taxa básica de juros estava em níveis de país civilizado, ela começa a ficar pequena para financiar a compra de imóveis pelos brasileiros.

Em evento do setor de construção na terça-feira, o presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Vieira, disse que há uma "sangria" dos recursos da poupança e criticou o fato de os recursos da caderneta estarem indo "para outro perfil de banco", mais novos, que não participam do SBPE e não oferecem crédito imobiliário.

No mesmo evento, a vice-presidente de habitação da Caixa, Inês Magalhães, disse que o sistema atual passa por "um certo esgotamento".

Nos bancos privados, o cenário não é diferente. Considerando a soma de Itaú, Bradesco e Santander, a relação entre crédito imobiliário e depósitos de poupança era de 51% em março de 2021, subiu para 65% no ano seguinte, a 78% em março de 2023, e estava em 84% ao fim do primeiro trimestre.

Para recordar, o Banco Central exige que pelo menos 65% dos recursos captados via poupança sejam destinados a crédito imobiliário, sob pena de a diferença ficar recolhida no próprio BC. Isso significa que os bancos estão emprestando hoje para crédito imobiliário mais do que o mínimo necessário.

Mas começa a faltar captação a custo reduzido (caso típico da poupança) para manter o ritmo de liberação dos empréstimos. Uma alternativa que vem sendo usada é a emissão de LCIs pelos bancos. Pela isenção de Imposto de Renda sobre o ganho para quem investe, ela permite o repasse ao tomador com um custo não proibitivo.

Mas as perspectivas não são boas. De um lado, o aumento recente da carência mínima das LCIs, de três meses para 12 meses, reduziu o interesse dos investidores pelo produto.

Além disso, como notou o presidente da Caixa, parte relevante da nova geração está se relacionando com bancos digitais, que já nasceram sem a poupança na prateleira.

Um dado da pesquisa "Raio X do Investidor Brasileiro", da Anbima, e destacado recentemente na coluna de Estevão Scripilliti no **Valor Investe**, mostra que, dentro da geração Z, apenas 16% têm a caderneta como principal instrumento financeiro, ante as fatias de 29% e 24%, respectivamente, entre pessoas da geração X e os millenials.

Se não foi exatamente pela educação financeira, dado que a mesma pesquisa mostra que os jovens confundem sites de apostas com investimentos, o fato é que o dinheiro novo está se distanciando da caderneta.

Uma das medidas propostas pela executiva da Caixa para tentar lidar com a falta de recursos é que o Conselho Monetário Nacional (CMN) reduza o compulsório sobre o saldo da poupança, de 20% para 15%. Outra é revisão da mudança da carência das LCIs. Mas as duas teriam efeito paliativo.

A solução estrutural, e que acabaria com todos os problemas levantados neste texto e também no de 2015, é que o país tenha uma taxa de juros básica razoável, que permita aos bancos usarem quaisquer fontes de captação comuns para financiar o crédito imobiliário.

Esse é um trabalho dividido, como se sabe, entre os responsáveis pelas políticas monetária e fiscal. Os donos do cofre não têm mostrado disposição para reduzir gastos, embora estejam buscando o equilíbrio fiscal pela receita.

Já o Banco Central perdeu recentemente a chance de levar a Selic para o nível de um dígito no fim do ciclo atual. Na última reunião do Copom, os dois lados queriam chegar lá. Um propondo reduzir o ritmo para ir com calma mais longe. O outro defendendo manter o "guidance" e chegar antes no mesmo ponto. A divisão do grupo, porém, teve efeito contrário. Agravou a piora nas projeções de inflação (que ganharam relevância inédita) e tirou do horizonte a Selic de um dígito. Agora o BC está com dois problemas para resolver.

Fernando Torres é editor-executivo do Valor
E-mail fernando.torres@valor.com.br

Investimentos TS, Oriz e XP querem captar até R$ 375 milhões em fundo imobiliário

Gestoras se unem para financiar 'Rockfeller' dos Jardins

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Jacy, Bittar e Scheliga: capital vai financiar obra em um dos quarteirões mais caros de São Paulo, entre as ruas Oscar Freire, Consolação e alameda Lorena

Adriana Cotias
De São Paulo

A Tishman Speyer (TS) e a Oriz Partners selaram uma parceria estratégica para o desenvolvimento de ativos imobiliários no Brasil. No primeiro fruto desse acordo, as empresas vão levantar, por meio de um fundo imobiliário, até R$ 375 milhões para financiar o "Projeto Jardins", num dos quarteirões mais caros da capital paulista, entre as ruas Oscar Freire, Consolação e alameda Lorena. O casamento marca a primeira captação da desenvolvedora e gestora americana no mercado brasileiro e também a estreia da Oriz na atividade de gestão de recursos.

O novo veículo, destinado a investidores profissionais, vai contar com a mão da XP na cogestão e também na distribuição das cotas. A XP é sócia da butique de investimentos, que tem o economista Carlos Kawall como um de seus sócios-fundadores, desde o início das operações, em setembro de 2022. O Daycoval entra como investidor master, ficando com um terço do total do fundo, e vai assumir ainda a administração da carteira. Inicialmente, a XP também teria esse chapéu.

Para a área de mais de 7,3 mil metros quadrados a TS já tinha se associado à desenvolvedora REUD prevendo torres residencial, corporativa e varejo ao redor de uma praça, que pode se transformar num destino de cultura, lazer e entretenimento, descreve Haaillih Bittar, coexecutiva-chefe (CEO) da Tishman Speyer Brasil. "Vamos captar [dinheiro] local para uma joia, no melhor terreno do coração dos Jardins."

A inspiração vem de outro empreendimento que está no portfólio da TS, o icônico Rockefeller Center, em Nova York, complexo de escritórios integrado ao espaço público, um dos cartões-postais natalinos mais conhecidos de Manhattan. A diferença é que o projeto brasileiro terá uma torre residencial, voltada para a Alameda Lorena. O valor geral de vendas (VGV) do conjunto é estimado em R$ 3 bilhões. "Não há comparativo em escala de terreno [do novo projeto] e a ideia é criar um destino não só para o ativo imobiliário, mas para o bairro e para a cidade", diz Leila Jacy, co-CEO da Tishman Speyer Brasil.

O retorno do capital investido está previsto para ocorrer entre 2029 e 2030, segundo Fernanda Ucha, uma das responsáveis pela área de operações estruturadas da Oriz. Os primeiros 18 a 24 meses serão dedicados ao lançamento residencial, que é "autoliquidante", porque à medida que as unidades são vendidas há um fluxo irrigando o caixa ao longo da obra. Esse recurso é que vai financiar a torre corporativa e a área dedicada ao varejo. Quando estiverem 100% locadas, a ideia é fazer a saída, vender o ativo para outro fundo.

A taxa interna de retorno (TIR) estimada para o investidor vai de 18,5% a 20,7%, dependendo da valorização do metro quadrado na região, segundo Rafael Prudente, também responsável por operações estruturadas da Oriz. As chamadas de capital serão feitas ao longo do tempo. Gabriel Paz, gestor da XP, cita que essa é uma forma de não prejudicar a rentabilidade do investidor, captando tudo na largada sem destinação imediata.

> "Vamos captar local para uma joia, no melhor terreno do coração dos Jardins"
> *Haaillih Bittar*

O fundo é destinado ao perfil profissional, com mais de R$ 10 milhões em patrimônio financeiro, com esforço conjunto de distribuição na base private da XP, clientes do braço de gestão de fortunas da Oriz e de outros single e multifamily offices, diz José Scheliga, CEO da Oriz. A comissão será dividida em meio a meio. Pelo aviso de início da oferta, o valor projetado das comissões é de R$ 4,15 milhões, da soma de R$ 4,87 milhões prevista no custo total da distribuição, equivalente a 1,3% do volume da oferta.

O tíquete mínimo é de R$ 1 milhão. O prazo de subscrição das cotas vai até o dia 12. Não haverá listagem em bolsa, apenas registro na Cetip, com negociações no mercado de balcão. Isso significa que não haverá abertura diária do valor das cotas, mas também uma menor volatilidade percebida pelo investidor.

Segundo Jacy, "ninguém está saindo do negócio". Na composição societária, a Tishman Speyer e o fundo ficam com 60% do empreendimento, com outros 40% nas mãos da REUD. É possível que haja uma parcela de venda secundária de cotas na oferta, mas ainda não havia uma definição de quem seria o vendedor ou a fatia envolvida na transação até o início da semana.

A partir do acordo com a Oriz, a TS busca, pela primeira vez, recursos entre investidores brasileiros, inaugurando um modelo de captação que deve servir para outras transações à frente, segundo Jacy. Até aqui, as oportunidades mapeadas de alto padrão pelo grupo no Brasil eram financiadas com capital estrangeiro. Os investimentos no país da TS somam R$ 5 bilhões. Atualmente, a gestora trabalha em novo um fundo para acomodar outros projetos.

Entre os empreendimentos desenvolvidos desde que começou a atuar no país, em 1995, estão a Torre Norte do Centro Empresarial Nações Unidas, o Rochaverá, a Tower Bridge, e o Faria Lima 3500, ocupado pelo Itaú, em São Paulo. A TS é também uma das maiores investidoras na região do Porto Maravilha, no Rio. O único veículo local era o TS Renda Corporativa, com o complexo Castelo Branco Office Park na carteira. O projeto foi construído no modelo "built to suit", para abrigar a DuPont no Brasil, com contrato de aluguel de longo prazo. O fundo foi a porta de saída do negócio.

Na Oriz, o fundo imobiliário amarrado com a TS é o primeiro veículo proprietário da gestora de recursos do grupo. Com histórico de relacionamento com famílias de alto patrimônio, há clareza de que esse público gosta é de tijolo, diz Scheliga. "A gente não tinha produto próprio porque não queria conflito, não queria despertar dúvidas em relação à nossa independência." Para estar alinhado com o investidor, haverá dinheiro dos sócios no fundo e em outras estratégias que criar.

Há outros dois produtos no forno, um de recebíveis imobiliários de médio e alto retorno, em que pretende captar R$ 100 milhões, e um de permuta de empreendimento em construção. No braço de gestão de riqueza, a Oriz reúne cerca de R$ 5 bilhões.

Noh cria investimento compartilhado para casais

Mariana Ribeiro
De São Paulo

A Noh, fintech de pagamentos compartilhados para casais, está lançando a primeira carteira de investimentos a dois no país. A solução foi construída em parceria com a Warren, mas em um modelo "white label", ou seja, todo o processo é feito no próprio aplicativo da Noh. Com o recurso, os dois membros do casal poderão fazer aportes e retiradas, assim como conferir a evolução do investimento. A princípio será oferecida uma carteira com perfil conservador e, com o tempo, outras opções podem ser incorporadas.

A CEO da fintech, Ana Zucato, explica que, assim como ocorre no universo de pagamentos, casais também relatam diversos problemas relacionados à falta de transparência nos investimentos. "É muito grave, 46% deles investem todo o dinheiro na conta de um só. Há problemas de visibilidade e violência patrimonial", afirma. Assim, a ideia com o lançamento do novo produto, chamado de "Noh Multiplica", é que os dois lados tenham controle sobre os recursos e possam impulsionar os planos em conjunto, acrescenta.

Há cerca de três meses a fintech lançou, como teste, um recurso de "caixinha" para reserva de recursos pelos casais. O produto não oferece rendimento e, mesmo assim, 72% dos clientes aderiram, diz a CEO. "Isso mostra que eles realmente estavam procurando uma forma de poupar juntos."

Não há limite para investimento via "Noh Multiplica", e, no caso de resgate, os recursos ficam disponíveis para o cliente três dias após a solicitação. Independentemente de quanto cada pessoa investiu, em termos de declaração de Imposto de Renda os recursos são divididos meio a meio. O cliente pode solicitar uma divisão distinta.

A Noh mudou o perfil de atuação da empresa em setembro do ano passado e passou a focar especificamente em casais. Antes, a empresa visava um público mais amplo, como amigos ou grupos maiores. A nova versão incluiu a cobrança de uma mensalidade de R$ 14 por casal. Zucato afirma que a recepção dos clientes superou as expectativas, mesmo com a cobrança da mensalidade, prática pouco usual hoje no mercado.

A fintech não abre o número de clientes, mas diz que, desde setembro, foram processados R$ 85 milhões em pagamentos. A Noh oferece pagamentos compartilhados via Pix, boleto e cartão pré-pago na função crédito. A empresa recebeu um aporte de R$ 17 milhões na fundação, em 2021, e, segundo a CEO, uma nova rodada começa a entrar no radar, mas só para 2025.

STJ
Plano de saúde deverá pagar por medicamento incluído no rol da ANS durante o processo
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Direito do entretenimento: uma indústria em expansão
E2

TST
Padeiro consegue reverter demissão por justa causa
valor.globo.com/legislacao

Advocacia Decisão, por maioria de votos, foi tomada ontem em julgamento de recursos repetitivos

Corte Especial do STJ impede penhora de salário para pagamento de honorários de advogado

Beatriz Olivon
De Brasília

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) impediu a penhora de salário, aposentadoria e pensão ou saldo de caderneta de poupança de até 40 salários mínimos (R$ 56,5 mil) para o pagamento de honorários advocatícios de sucumbência — destinados ao advogado da parte vencedora de um processo. A decisão foi por sete votos a cinco.

Os ministros analisaram se os honorários de sucumbência teriam caráter alimentício — o que autorizaria a penhora. O artigo 833 do Código de Processo Civil (CPC) determina, no parágrafo 2º, que valores de salário e caderneta de poupança são impenhoráveis, menos quando se tratar de bloqueio para pagamento de prestação alimentícia, independentemente de sua origem.

Um dos casos julgados envolve uma aposentada do INSS que recebe benefício de aproximadamente R$ 4 mil em valores brutos e, derrotada em demanda judicial, foi condenada a pagar quantia superior a R$ 20 mil ao advogado da parte vitoriosa, segundo o ministro Herman Benjamin destacou em seu voto. "Quem é vulnerável aqui? Quem merece com prioridade tutela especial do nosso ordenamento?", questionou.

O relator, ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, já havia votado em sessão anterior, contra a penhora. Para ele, a despeito da verba honorária sucumbencial ter natureza alimentar, não se enquadra na exceção prevista no Código de Processo Civil.

Em seu voto, o relator considerou que qualquer que seja o resultado não se retira do advogado a possibilidade de penhora de parte das verbas remuneratórias, desde que preservado percentual capaz de dar o mínimo existencial e dignidade ao devedor e sua família.

Os rendimentos dos advogados, lembrou o ministro, não vêm apenas de honorários de sucumbência, mas também de honorários contratuais. E, algumas vezes, acrescentou Cueva, os valores serão destinados à sociedade e não ao advogado.

O julgamento foi retomado ontem com o voto-vista do ministro João Otávio de Noronha, que também votou pela impenhorabilidade. Para ele, o artigo 833 do Código de Processo Civil estabelece exceção à regra de impenhorabilidade e, diante de uma exceção, a interpretação deve ser feita de forma restritiva.

"Permitir como regra a penhora do salário de um para pagar o honorário de outro equivaleria, segundo o adágio popular, a despir um santo para vestir outro", afirmou Noronha.

Ainda segundo o ministro, muitas vezes os honorários se destinam a sociedade de advogados, também para manutenção do escritório. Portanto, acrescentou, em nada se confundindo com prestação alimentícia.

O voto do relator também foi seguido pelas ministras Nancy Andrighi e Isabel Gallotti e pelos ministros Herman Benjamin, Og Fernandes e Benedito Gonçalves, formando maioria.

Os ministros Humberto Martins, Raul Araújo, Luis Felipe Salomão, Antônio Carlos Ferreira, e Mauro Campbell Marques divergiram. No entendimento dos julgadores, os honorários têm natureza alimentar e a exceção de impenhorabilidade abrange todas as verbas de caráter alimentar. Por isso, créditos decorrentes de honorários advocatícios se equiparam a prestação alimentícia e são exceção à regra de impenhorabilidade dos ganhos de natureza alimentar.

DIVULGAÇÃO
Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva: rendimentos dos advogados não vêm apenas de honorários de sucumbência

> "Decisão reduz interpretação extensiva que era aplicada de permitir a penhora"
> *Luiz Friggi*

O tema foi julgado por meio de recursos repetitivos. Portanto, a decisão deverá ser aplicada pelas instâncias inferiores do Judiciário em outros casos sobre o mesmo assunto (REsp 1954380 e REsp 1954382).

A tese fixada afirma que "a verba honorária sucumbencial, a despeito de sua natureza alimentar, não se enquadra na exceção prevista no parágrafo 2º do artigo 833 do CPC de 2015, que trata da penhora para pagamento de prestação alimentícia".

Segundo Caroline Bruhn, sócia do escritório Bastos-Tigre, os tribunais de segunda instância já vêm aplicando um entendimento de ponderar os interesses das partes, de forma que o crédito seja satisfeito, e o devedor não seja tolhido dos meios necessários para a sua subsistência.

"O STJ, no julgamento, confirmou o que vinha sendo julgado em segunda instância, de forma a trazer uma uniformidade nos casos futuros e garantir maior segurança jurídica às partes envolvidas", afirmou.

Já para o advogado Luiz Friggi, sócio da área cível e de resolução de conflitos do escritório Simões Pires Advogados, o posicionamento reduz uma interpretação extensiva que vinha sendo aplicada de permitir a penhora. Segundo o advogado, os honorários de sucumbência continuam a ser equiparados a créditos alimentares ou trabalhistas para outros fins, tais como na ordem de preferência para pagamentos.

STJ volta a julgar locação temporária de imóvel

Marcela Villar
De São Paulo

O Airbnb tenta, na 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), reverter entendimento desfavorável na discussão sobre locação temporária de imóvel. O placar, por ora, é contrário à plataforma digital. O relator da ação, o ministro João Otávio de Noronha, votou, em julgamento iniciado na terça-feira, contra a possibilidade de uma senhora alugar um apartamento por temporada.

A questão é importante para o Airbnb, que conta no julgamento com advogados de peso para tentar vencer. As duas turmas de direito privado, a 3ª e a 4ª, já decidiram que convenções de condomínio podem proibir os proprietários de alugar os seus imóveis por temporada, como no caso agora analisado pelos ministros. O julgamento foi suspenso por pedido de vista do ministro Marco Buzzi e não há previsão de quando retorno à pauta.

O processo chegou ao STJ em 2021 após o condomínio recorrer de decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) favorável à proprietária, que manteve a sentença de primeiro grau. O entendimento foi de que privar a moradora de locar o imóvel fere o direito de propriedade, previsto no Código Civil.

Para os desembargadores, a locação é possível desde que respeitadas as regras condominiais e o uso da plataforma não se iguala à definição de hospedagem trazida pela Lei nº 11.771, de 2008, mas à definição de locação por temporada prevista pelo artigo 48 da Lei nº 8.245, de 1991, conhecida como Lei do Inquilinato.

DIVULGAÇÃO

> "É legítimo o direito do condomínio de impor restrições de propriedade"
> *João O. de Noronha*

No recurso ao STJ, o condomínio sustenta que a convenção interna prevê de forma clara que o edifício se destina exclusivamente para fins residenciais, sendo proibido o uso dos apartamentos para comércio.

Alega, ainda, que a cobrança de diária configura serviço de hotelaria, o que desvirtua o uso residencial. E que hóspedes tiveram acesso à piscina, à sauna e à sala de jogos, o que é vedado pelo regimento interno. Com esses argumentos, convenceram o relator no STJ.

O argumento que mais pesou para o ministro João Otávio de Noronha, no voto, foi o da preservação da segurança dos condôminos. "A maior rotatividade de locatários propiciada pelo uso de plataformas digitais conquanto não altere o negócio jurídico, afeta em maior medida a convivência condominial, impactando o sossego, a segurança e salubridade dos demais condôminos", disse o relator (REsp 1954824).

Citando precedentes da 3ª e 4ª Turmas, Noronha entendeu como legítimo o direito do condomínio, previsto no Código Civil, de impor restrições de propriedade para se alcançar a harmonia entre os moradores, levando em conta os critérios da razoabilidade e proporcionalidade.

A jurisprudência que se consolida no STJ, portanto, é de que a nova forma de aluguel por plataformas não tem previsão legal e que cabe ao condomínio definir a vedação ou não. Nessas limitações, que devem ser aprovadas pela maioria da assembleia, o direito de propriedade deve se harmonizar com os direitos da segurança, sossego e saúde.

Se houver proibição pelo regimento interno, os moradores podem se reunir para permitir a locação de determinado imóvel, ampliando o uso estritamente residencial. Mas, para isso, é preciso autorização de dois terços dos presentes na assembleia (REsp 1819075).

A única sustentação oral do julgamento foi feita pelo advogado do Airbnb (parte interessada), José Eduardo Martins Cardozo, do escritório Martins Cardozo Advogados Associados, que foi advogado-geral da União e ministro da Justiça no governo de Dilma Rousseff. Ele disse que a situação da proprietária é diferente dos precedentes porque ela não prestava serviços similares aos de hotelaria, como oferta de café da manhã. Para ele, a proibição da locação "é afronta ao princípio básico do direito de propriedade". Também advogou pela empresa o BMA Advogados.

De acordo com o advogado do condomínio no processo, Thiago Pires Vilela, sócio do Cafiero, Vilela e Gonçalves Sociedade de Advogados, a mudança constante dos hóspedes começou a preocupar e incomodar os outros moradores. "Eles começaram a perceber falhas na segurança. Isso se agravou com alguns episódios, quando o apartamento foi locado para uma banda de rock, o que tirou o sossego do condomínio", disse Vilela, que atuou em conjunto com o advogado Frederico Guimarães Marra, sócio do FGM Direito e Negócios.

O principal argumento deles foi de que a proprietária estaria prestando serviços de hospedagem, atividade não permitida nem pela lei nem pela falta de cadastro no Ministério do Turismo. Antes da ação na Justiça, que foi ajuizada pela proprietária do imóvel para ser declarado seu direito de locação, o condomínio enviou notificação extrajudicial com esses mesmos argumentos, pedindo para que o anúncio fosse retirado do Airbnb.

O advogado da proprietária, João Henrique Renault, do escritório de mesmo nome, afirmou que o STJ tem focado muito nas conjecturas fáticas e está fugindo de suas atribuições. "O STJ está entrando em umas questiúnculas de conjectura que, no meu modo de ver, extrapola a gerência do estado, que não pode impor restrição ao uso da propriedade privada." Para ele, a fragilidade na segurança pode ser ocasionada por um morador que alugue o imóvel pelo período tradicional, de 30 meses.

Em nota ao **Valor**, o Airbnb afirma que as decisões anteriores do STJ sobre o tema referem-se a casos específicos e pontuais e não determinam a proibição da locação via Airbnb em condomínios de maneira geral. O aluguel por temporada no Brasil é legal, expressamente previsto na Lei do Inquilinato.

O Airbnb, acrescenta, está acompanhando o caso e está comprometido a apoiar o crescimento econômico no Brasil, ajudando proprietários de imóveis a obterem renda extra ao se tornarem anfitriões na plataforma, participando ativamente da economia do turismo com praticidade e segurança.

Destaque

Dívida de condomínio

A Caixa Econômica Federal (CEF) foi condenada ao pagamento de dívida condominial referente a um apartamento de sua propriedade, localizado em Foz do Iguaçu (PR). A decisão é do juiz federal Gerhard de Souza Penha, da 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu. A ação foi ajuizada pelo residencial contra a CEF, por essa ter deixado de pagar parcelas do condomínio. A ré é proprietária de um dos apartamentos e está inadimplente com a obrigação de pagar as contribuições condominiais. Como as tentativas de receber o crédito de forma extrajudicial restaram frustradas, a cobrança na Justiça foi a maneira de reaver o valor, alegou o autor da ação. O valor cobrado chega a quase R$ 3 mil. A Caixa alegou em sua defesa que o imóvel é ocupado por mutuários e que não é de sua responsabilidade o pagamento da verba. Entretanto, o autor da ação afirmou que o banco é responsável pelos pagamentos das contribuições condominiais ordinárias e extraordinárias de sua respectiva unidade autônoma, uma vez que está previsto na Convenção Condominial. Ao analisar o processo, o magistrado ressaltou o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema: havendo compromisso de compra e venda não levado a registro, a responsabilidade pelas despesas de condomínio pode recair tanto sobre o promitente vendedor quanto sobre o promissário comprador, dependendo das circunstâncias de cada caso concreto (com informações do TRF-4).

Direito do entretenimento: uma indústria em expansão

Opinião Jurídica

Fabio Cesnik, Ingrid Sguassabia e José Maurício Fittipaldi

O mercado de mídia e entretenimento desponta como um dos mais promissores no mundo, em linha com inovações tecnológicas e com a economia do conhecimento. De acordo com dados da PwC, em 2021, a receita global deste setor atingiu aproximadamente US$ 2,34 trilhões, com previsão de alcançar US$ 2,93 trilhões em 2026.

No Brasil não é diferente. O mercado audiovisual, segundo um estudo da Deloitte, gerou uma receita total de quase R$ 57 bilhões em 2021. Já no âmbito dos eventos de esportes, música e gastronomia, espera-se um faturamento de R$ 75 bilhões em 2024, conforme indica a Associação Brasileira dos Promotores de Eventos (Abrape). Ao todo, a chamada "economia criativa" responde por 3,11% do PIB e ultrapassa indústrias consolidadas como a automobilística, gerando mais de 7 milhões de empregos segundo dados de recente relatório produzido pelo Instituto Itaú Cultural.

Essa potência econômica repercute, como não poderia deixar de ser, no mundo jurídico. Dentre os acontecimentos mais recentes estão a sanção do marco legal para a indústria de jogos eletrônicos, o Marco Legal dos Games; a aprovação pela Câmara dos Deputados do projeto que cria a "Lei Taylor Swift", para inibir a venda superfaturada de ingressos; a aprovação pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado do PL 2.331/22, que regula os serviços de vídeo sob demanda (streaming); e a aprovação da Lei nº 14.815/24, que dá poderes à Agência Nacional de Cinema para atuar no combate à pirataria audiovisual. Além desses exemplos poderíamos citar muitos outros, fruto de uma profusão de atividade legislativa que deriva diretamente da importância econômica do setor e de seu potencial.

Nesse cenário em constante evolução operadores do Direito são chamados a exercer uma função fundamental: garantir que a indústria do entretenimento se desenvolva com segurança, apoiada em bases jurídicas sólidas. Seja na estruturação da produção de um filme, desenvolvimento de um jogo eletrônico ou em contratos publicitários de um influenciador digital, profissionais especializados são responsáveis por garantir que projetos e empreendimentos estejam lastreados em contratos bem estruturados, observem a sofisticada regulamentação aplicável e maximizem as oportunidades de mercado.

A advocacia para a indústria do entretenimento exige do advogado conhecimento jurídico sólido em diversas áreas da ciência jurídica, nos campos do direito público e privado. Mais que isso, exige também um profundo entendimento do mercado — suas dinâmicas, modelos e características — em um leque variado de atividades e mercados com nuances próprias.

Infelizmente, porém, o que se nota na realidade do mundo jurídico é que a relevância econômica do setor não veio, até o momento, acompanhada da formação específica para atuação nesse importante segmento econômico. Universidades ainda não endereçam as especificidades do setor na etapa de graduação, assim como a grande maioria da oferta de formação existente, salvo honrosas exceções, se encontra um tanto desconectada da realidade dinâmica e inovadora de uma indústria efetivamente globalizada.

Trata-se, acima de tudo, de uma grande oportunidade. Afinal, com a formação de dezenas de milhares de advogados todos os anos, as áreas tradicionais do direito não mais comportam a absorção de tantos profissionais. Uma realidade que afeta negativamente sobretudo os jovens advogados, que adentram um mercado jurídico saturado e veem limitadas suas oportunidades de crescimento profissional. Nesse sentido, capacitar operadores do Direito para atuação em áreas de potencial de crescimento é crucial, e nesse sentido a indústria do entretenimento está especialmente bem posicionada.

Enxergando esse potencial, a seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) instituiu comissão específica para o direito do entretenimento, assim como oferece cursos de formação profissional em parceria com a Escola Superior da Advocacia, em adição ao já consagrado curso de pós-graduação lato-sensu na área. A OAB do Rio tambem possui Comissão pra lidar com o tema e isso tem sido replicados em seccionais da OAB de todo o país.

Somando-se a esses esforços, surge a Entertainment Law Academy (ELA), criada com o objetivo de capacitar profissionais do direito na grande variedade de temas jurídicos exigidos pela indústria do entretenimento. Mais que uma escola, a iniciativa visa à formação de um hub de conhecimento com o objetivo de colocar operadores do Direito em contato com as melhores práticas e mais modernas tendências da indústria do entretenimento no Brasil e no mundo.

Prova disso foi o lançamento da série "Fronteiras Jurídicas da Indústria do Entretenimento 4.0", que se iniciou no dia 8 de maio com apresentação de Ned Sherman, 'chief business and legal affairs' da produtora Skybound, com sede em Los Angeles e responsável por sucessos como "The Walking Dead" e "Invincibles". Na mesma série, no dia 15 de maio foi apresentado o tema "Inteligência Artificial nos Tribunais", e no dia 22, o tema "Tendências Globais da Advocacia do Entretenimento".

Iniciativas como essa representam o esforço de muitos que atuam na indústria do entretenimento, em diferentes funções, para fazer com que o potencial de crescimento dessa indústria se concretize, com geração de emprego, renda e desenvolvimento.

Fabio Cesnik, Ingrid Sguassabia e José Maurício Fittipaldi são advogados e fundadores da ELA - Entertainment Law Academy

---

Eucatex S/A - Indústria e Comércio

COMPANHIA ABERTA

CNPJ 56.643.018/0001-66 - NIRE Nº 35.300.028.015

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada no dia 25 de Abril de 2024

Data, Hora, Forma e Local: Aos 25 dias do mês de abril de 2024, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico através da plataforma Ten Meetings, nos termos do art. 5º, §3º, da Resolução CVM nº 81/22, sendo a assembleia considerada realizada na sede social da Companhia, localizada na Av. Presidente Juscelino Kubistchek, 1830 - Torre II - 11º andar - Sala 1 - São Paulo/SP. **Edital de Convocação:** Publicado nos dias 27, 28 e 29, 30 e 31 de março de 2024 e 01 de abril de 2024, no jornal Valor Econômico, fls. E14, E2 e E12, respectivamente. **Publicações:** O Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, foram publicados no jornal Valor Econômico, nos dias 23, 24 e 25 de março de 2024, Fls. E7/E11. **Quórum de Instalação**: Presentes os acionistas titulares no total de 30.628.749 ações ordinárias e 73.761.357 ações preferenciais da Companhia, perfazendo o quórum mínimo de instalação de mais de 2/3 do capital social votante da Companhia com direito a voto, conforme presenças registradas no sistema eletrônico de participação à distância disponibilizado pela Companhia, nos termos artigo 47, inciso III, da Resolução CVM nº 81/22, e pelos Boletins de Voto a Distância recebidos por meio da Central Depositária da B3 e do Escriturador. **Presença Legal:** José Antônio Goulart de Carvalho, Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores, Sérgio Henrique Ribeiro, Diretor de Controladoria, Genildo de Brito, Diretor Jurídico, bem como a Sra. Franciane Heloisa Morais Messias, inscrita no CRC/SP sob o nº SP-262973/0-6, representante da auditoria externa Mazars Auditores Independentes. **Composição da Mesa:** Genildo de Brito, Presidente da assembleia, convidou Mateus Lopes da Silva Leite como secretário. **Ordem do Dia: I - Em Assembleia Geral Ordinária: (a)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(b)** Deliberar sobre a proposta da administração de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e dividendos a serem pagos na forma de juros sobre o capital próprio; **(c)** Fixar a remuneração global e anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2024; **II - Em Assembleia Geral Extraordinária:** Deliberar a proposta de aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 560.811.444,05 (quinhentos e sessenta milhões, oitocentos e onze mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e cinco centavos), mediante a capitalização da totalidade da Reserva de Subvenção para Investimento e da Reserva para Expansão de Investimento, sem emissão de novas ações. **Deliberações:** Aprovar, por unanimidade dos presentes, a lavratura da ata em forma sumária e a publicação com a omissão das assinaturas, nos termos dos Parágrafos §1º e 2º do art. 130 da Lei nº 6.404/76, sendo que os documentos serão arquivados na sede da Companhia. Em seguida, por unanimidade dos acionistas presentes, foi dispensada a leitura das demonstrações financeiras e do parecer dos auditores independentes, por já serem de conhecimento dos acionistas da Companhia, bem como a leitura do Mapa Consolidado de Voto à Distância, nos termos da regulamentação vigente. **I - Em Assembleia Geral Ordinária: Item 1:** Aprovar, por unanimidade dos presentes, com 27.005.747 votos a favor, 0 votos contra e 3.623.002 abstenções, incluindo os legalmente impedidos, as contas dos administradores, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeira e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Item 2:** Aprovar, por unanimidade dos presentes, com 30.460.249 votos a favor, 0 votos contra e 168.500 abstenções, que o lucro líquido apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, no montante total de R$ 422.208.610,07 será destinado da forma descrita abaixo: **(i)** R$ 21.110.430,50 serão destinados para a Reserva Legal, nos termos do art. 193 da Lei das S.A.; **(ii)** R$ 44.454.991,54 serão destinados para a Reserva de Ativos Biológicos, nos termos do Artigo 31-A do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** R$ 201.687.953,69 serão destinados para a Reserva de Ativos Contingentes, nos termos do Artigo 31-B do Estatuto Social da Companhia; **(iv)** R$ 85.768.582,01 serão destinados para a Reserva de Subvenção e Investimento, nos termos do art. 30 da Lei nº 12.973/14, do art. 195-A da Lei das S.A. e art. 16 da Lei nº 14.789/23; **(v)** R$ 24.695.528,56 serão destinados para o pagamento aos acionistas da Companhia a título de juros sobre capital próprio a serem pagos até 31 de dezembro de 2024, a critério da administração da Companhia, com retenção do imposto de renda nos seguintes valores: R$ 0,251404987 por ação ordinária e R$ 0,276551439 por ação preferencial, sendo a base de cálculo utilizada a posição acionária do dia 26 de dezembro de 2023; e **(vi)** R$ 44.491.123,77 serão destinados para a Reserva para Investimentos e Capital de Giro, nos termos do Artigo 31, "h", do Estatuto Social da Companhia. **Item 3:** Tendo em vista a solicitação feita por acionistas representando mais de 1% das ações sem direito a voto nos termos da Resolução CVM 70/22, foi instalado o Conselho Fiscal da Companhia, com funcionamento até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. **Composição do Conselho Fiscal:** Aprovar, por unanimidade, que o Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros e igual número de suplentes. Eleição dos membros do Conselho Fiscal: (i) Mediante eleição em separado solicitada pelos detentores de ações preferenciais da Companhia e nos termos do art. 161, §4o, "a", da Lei das S.A., com 30.891.817 votos a favor, 2.636.500 votos contra e 26.000 abstenções, foi aprovada a eleição do conselheiro fiscal titular **Luís Alexandre Marini**, e o conselheiro fiscal suplente **Jarib B. D. Fogaça**. **(ii)** Os acionistas detentores de ações ordinárias aprovam por maioria, com 30.361.847 votos a favor, 266.900 votos contra e 1 abstenção, a eleição do Conselheiro Fiscal Titular **Marcos Roberto De Oliveira** e da Conselheira Fiscal Suplente **Elaine Aparecida Aliba** e, ainda, a eleição do Conselheiro Fiscal Titular **Freddy Rabbat** e do Conselheiro Fiscal Suplente **Silvio Roberto de Mula**. Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse em até 30 dias a contar desta data, mediante assinatura (i) do Termo de Posse onde constará a declaração de desimpedimento e após apresentarem prova de satisfação dos requisitos previstos nos arts. 147 e 162 da Lei das S.A. e na Cláusula 2.4 do Regimento Interno do Conselho Fiscal; e (ii) da declaração de responsabilidade pessoal pelo cumprimento das regras constantes do Contrato de Participação no Nível 1 de Governança Corporativa subscrito pela Companhia e do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa, bem como a proibição de pertencer a mais de dois conselhos fiscais (incluindo a Companhia), conforme previsto no Regimento Interno. Os membros do Conselho Fiscal eleitos exercerão suas funções até a realização da Assembleia Geral Ordinária que examinar as contas relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. **Item 4:** Aprovar, por unanimidade dos presentes, com 26.907.346 votos a favor, 0 voto contra e 3.721.403 abstenções, a remuneração global e anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2024 no valor de até R$ 14.000.000,00. **Item 5:** Aprovar, por unanimidade dos presente, com 30.460.247 votos a favor, 0 voto, 0 contra e 168.501 abstenções, a remuneração global e anual dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício de 2024 no valor de até R$ 480.000,00. **II - Em Assembleia Geral Extraordinária: Item 6:** Aprovar, por unanimidade dos presentes, com 30.460.248 votos a favor, 0 voto contra e 168.501 abstenções, a proposta de aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 560.811.444,05, mediante a capitalização da totalidade da Reserva de Subvenção para Investimento e da Reserva para Expansão de Investimento, sem emissão de novas ações, elevando o capital social da Companhia para R$ 1.412.752.372,16, passando o caput do artigo 5º do Estatuto Social a viger com a seguinte redação abaixo: *"Artigo 5º: O Capital Social da Companhia é de R$ 1.412.752.372,16 (um bilhão, quatrocentos e doze milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, trezentos e setenta e dois reais e dezesseis centavos), divido em 92.619.256 (noventa e dois milhões, seiscentos e dezenove mil, duzentas e cinquenta e seis) ações escriturais, nominativas, sem valor nominal, sendo: a) 31.257.700 (trinta e um milhões, duzentas e cinquenta e sete mil e setecentas) ações ordinárias, e, b) 61.361.556 (sessenta e um milhões, trezentas e sessenta e uma mil, quinhentas e cinquenta e seis) ações preferenciais.* **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente suspendeu a assembleia pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual foi lida e aprovada por todos os presentes, além dos acionistas cujos boletins de voto a distância foram considerados válidos pela Companhia e os acionistas que registraram a sua presença no sistema eletrônico de participação a distância disponibilizado pela Companhia. O registro da presença dos acionistas foi realizado, nos termos §2º, do art. 47 da Resolução CVM 81/22. As manifestações de voto, protestos e abstenções foram apresentadas, autenticadas pela mesa e arquivadas na sede social. Os votos manifestados pelo mecanismo de Boletins de Voto a Distância, foram arquivados na sede da Companhia, juntamente com a lista de presentes nos termos da Resolução CVM 81/22. O Presidente e o Secretário, declaram expressamente que a reunião atendeu todos os requisitos previstos na Instrução Normativa Departamento de Registro Empresarial e Integração-DREI nº 79/20. **Mesa**: Genildo de Brito, Presidente; e, Mateus Lopes da Silva Leite, Secretário. **Acionistas Presentes Mediante Participação Via Plataforma Ten Meetings:** Brascorp Participacoes Ltda (pp Fernanda Baptista Borges); Grandfood Indústria e Comercio Ltda (pp Fernanda Baptista Borges); Flavio Maluf (pp Genildo de Brito); Otavio Maluf (pp Genildo de Brito); Apollo Participações S/A (pp Matheus Bene Cannizza); FIF Holding Participações Ltda. (pp Fernanda Baptista Borges); Econômico Agro Pastoril e Industrial S.A. (pp Mauro Francisco de Andrade Filho); Osmar Ailton Alves da Cunha; Argucia Income Fundo de Investimento em Ações (pp Raphael Manhães Martins); Argucia Quark Fundo de Investimento Multimercado (pp Raphael Manhães Martins); Argucia Endowment Fundo de Investimento Multimercado (pp Raphael Manhães Martins); Trigono Previdência 100 Small Caps Fife Fundo de Investimento em Ações (pp Raphael Manhães Martins); Trígono Icatu 100 Fundo de Investimento em Ações Previdenciário Fife (pp Raphael Manhães Martins); Trígono Verbier Master Fundo de Investimento em Ações (pp Raphael Manhães Martins); Trígono Dynamic Clube de Investimentos de Ações (pp Raphael Manhães Martins); Trígono Horizon Microcap Master Fundo de Investimento em Ações (pp Raphael Manhães Martins); Trígono Verbier 70 Previdência Fundo de Investimento Multimercado (pp Raphael Manhães Martins). **Acionistas presentes mediante voto proferido via boletim de voto à distância:** Sérgio Feijão Filho. Certifico que esta ata confere com a ata lavrada em livro próprio São Paulo, 25 de abril de 2024. **Mesa: Genildo de Brito -** Presidente**. Mateus Lopes da Silva Leite -** Secretário. **JUCESP** nº 213.267/24-0, em 28/05/24, Secretaria Geral Maria Cristina Frei.

COMUNICADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00298191732024.
UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE.
Modalidade: Pregão eletrônico - Aquisição de Medicamentos.
Nº Processo: 024.00063303/2024-31.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o Atendimento de Demandas Judiciais com e sem Determinação de Marca Comercial.
Total de Itens Licitados: 14 itens (quatorze).
Valor total da licitação: sigiloso.
Disponibilidade do edital: 06/06/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Eneias de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 07/06/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 19/06/2024 às 10h30 no site: www.gov.br/compras.

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2024
(Processo SIGADOC nº. SEDEC-PRO-2023/02095)

O ESTADO DE MATO GROSSO, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDEC**, neste ato representada por sua **ORDENADORA DE DESPESAS**, designada pela Portaria nº 015/2019/SEDEC/GAB, publicada no D.O.E. no dia 21 de janeiro de 2019, torna público, que realizará **DISPENSA DE LICITAÇÃO, NA FORMA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE** (menor preço/Lote Único), fundamentado no art. 75, inciso XV, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, bem como regulamentação no Decreto Estadual nº 1.525, de 23 de novembro de 2022, alterado pelo Decreto Estadual nº. 216 de 31 de março de 2023 e fundamentos das demais legislações aplicáveis.

OBJETO: Contratação de instituição sem fins lucrativos que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, conforme descrições contidas no Aviso de Dispensa de Licitação nº. 002/2024/SEDEC/MT.

DATAS PARA ENVIO DAS PROPOSTAS: Do dia 06 de junho de 2024 às 15h00min (horário de Cuiabá/MT) e 16h00min (horário de Brasília/DF) do dia 13 de junho de 2024.

AQUISIÇÃO DO AVISO DE DISPENSA: O aviso completo com as quantidades, descrições e formas de execução está disponível na internet, nos seguintes endereços: **https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br** > acessar o portal da SEPLAG > Portal de Aquisições e **https://sedec.mt.gov.br** > acessar Publicações > Dispensas e Inexigibilidades. O processo SEDEC-PRO-2023/02095 é eletrônico e está disponível no Sistema SIGADOC. No caso de dúvidas, os interessados poderão entrar em contato pelos telefones: (0**65) 3613-0034/0045 ou através do endereço eletrônico: **licitacao@sedec.mt.gov.br**.

Paulo Cesar de Oliveira Junior
Gerência de Aquisições
SEDEC/MT

Elisiane Medeiros de França
Coordenadora de Aquisições e Contratos
SEDEC/MT

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 113ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 14I0138240) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO EM 14 DE JUNHO DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 113ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora" ou "Securitizadora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 113ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 29 de setembro de 2014, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se em segunda convocação no dia **14 de junho de 2024**, às **15:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: Considerando a notificação extrajudicial enviada no dia 08 de abril de 2024 pela Vibra Energia S.A. ("Devedora"), informando acerca da arrematação do Edifício Lubrax ("Imóvel"), com o entendimento de que a referida arrematação extingue o Contrato Atípico de Locação, cujos créditos servem de lastro para a Emissão, e que, portanto, a partir do mês de maio de 2024 deixaria de realizar o pagamento mensal da locação, conforme informado pela Emissora por meio de fato relevante divulgado em 08 de abril de 2024 ("Fato Relevante"), e o não pagamento da parcela devida em 08 de maio de 2024 dos Créditos Imobiliários, deliberar sobre: **(i)** A declaração da recompra compulsória dos Créditos Imobiliários, nos termos do item "(a)" da Cláusula 6.1.1 do Contrato de Cessão, e consequente resgate antecipado dos CRI, nos termos da Cláusula 7.1 do Termo de Securitização, em razão da verificação do Evento de Inadimplemento previsto no item "(a)" da Cláusula 7.1. do Contrato de Cessão, caracterizado pelo descumprimento de obrigação pecuniária decorrente do Contrato Atípico de Locação, qual seja, o não pagamento dos Créditos Imobiliários vencidos em 08 de maio de 2024. **(ii)** Considerando que a Devedora manifestou, expressamente, que a partir do mês de maio de 2024 não realizará o pagamento dos Créditos Imobiliários, em caso de não aprovação da matéria constante do item (i) da Ordem do Dia, a suspensão da decisão de declarar o vencimento antecipado até a decisão final de mérito do procedimento de arbitragem contratual nº 27160/RLS, movido pela Devedora junto à Corte Internacional de Arbitragem para discutir as condições contratuais do Contrato Atípico de Locação ("Procedimento Arbitral"), ocasião em que a Emissora convocará nova assembleia para deliberar sobre eventual declaração de vencimento antecipado, concessão de prazo para pagamento, se aplicável, e eventual isenção de multa e encargos moratórios. A referida suspensão em comento se refere, tão somente, a obrigação de pagamento dos Créditos Imobiliários e, por consequência, dos CRI, de modo que as demais obrigações constantes dos documentos da operação permanecerão vigentes e passíveis de deliberação em assembleia e/ou declaração de vencimento antecipado, em caso de eventual descumprimento. Ainda, a Securitizadora se compromete a informar toda e qualquer decisão referente ao Procedimento Arbitral que possa, a qualquer momento, retirar a eficácia da suspensão ora concedida ("Suspensão Temporária"). As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da Ordem do Dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 113ª Série da 1ª Emissão - IF 14I0138240), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado do documento societário que comprove a representação legal do titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada do documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos documentos da operação. São Paulo, 05 de junho de 2024. **OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

Eurofarma Laboratórios S.A.

CNPJ/ME nº 61.190.096/0001-92 - NIRE 35.300.411.838

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 15/05/2024

Data, Hora e Local: Em 15/05/2024, às 8h, na sede social da Eurofarma Laboratórios S.A., na Rua Pascoal Pais, 525, 19º andar, Vila Cordeiro, São Paulo/SP. **Convocação e Presença:** Todos os membros do Conselho de Administração estiveram presentes, dispensando a convocação. **Mesa:** Presidida por Maurizio Billi e Secretariada por Marco Billi. **Ordem do Dia e Deliberações:** Aprovados por unanimidade: **(i)** Resultados operacionais do 1º trimestre de 2024; **(ii)** Autorização para a Diretoria executar as deliberações. **Encerramento:** Sem mais assuntos, a reunião foi encerrada e a ata assinada por todos os presentes. Registrada na JUCESP sob o nº 211.841/24-9 em 27/05/2024 e sua versão na íntegra encontra-se disponível no website: https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/.

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 007/SMDHC/2024** - Processo SEI **nº 6074.2024/0002651-0** - (compras.gov **nº 90007/2024**) - Objeto: **Contratação de empresa especializada para a prestação de Serviços de Impressão Corporativa, incluindo a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e suprimentos necessários, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC** - Data/hora da sessão pública: **24/06/2024 às 10:00 horas.** O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos pelas interessadas no horário das 9h30 às 15h30, até o último dia útil que anteceder a abertura, mediante o recolhimento aos cofres públicos da importância de R$ 0,30 (trinta centavos) por folha, por meio da DAMSP que será fornecida pela Divisão de Licitações e Contratos, na Rua Líbero Badaró, 119 - 4º andar, Centro - São Paulo/SP, ou através da Internet pelo site https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=inicio (opção negócios) - **UASG nº 925062.**

CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Companhia Aberta

CNPJ nº 02.998.611/0001-04 - NIRE 35.3.0017057-1

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam os Acionistas da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("ISA CTEEP" ou "Companhia") convocados para, na forma do disposto no artigo 13 do seu Estatuto Social, reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 04 de julho de 2024, às 10h (dez horas), em sua sede social, localizada no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Crystal, 6º andar, CEP 04794-000, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: alterar o artigo 22 e respectivos parágrafos do Estatuto Social da Companhia. Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador constituído nos termos do § 1º do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou firmado mediante a utilização de certificados digitais emitidos por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), desde que o respectivo instrumento de mandato tenha sido depositado na sede da Companhia ou enviado ao e-mail ri@isacteep.com.br, juntamente com os demais documentos previstos no referido dispositivo legal, com no mínimo 2 (dois) dias úteis antes da data da realização da Assembleia Geral. A Companhia adotará o voto a distância na realização desta Assembleia Geral Extraordinária. O Boletim de Voto a Distância e as orientações para seu preenchimento e envio, foram colocados à disposição dos acionistas para consulta na sede e no endereço eletrônico da Companhia (https://www.isacteep.com.br/ri/publicacoes-cvm/assembleias) e enviados à B3 e à Comissão de Valores Mobiliários, em conformidade com as disposições da legislação aplicável. Não será disponibilizado nenhum tipo de plataforma para acompanhamento por streaming ou votação eletrônica em tempo real.

São Paulo, 04 de junho de 2024
Gustavo Carlos Marin Garat
Presidente do Conselho de Administração

IGUÁ SANEAMENTO S.A.

CNPJ/MF nº 08.159.965/0001-33 - NIRE: 35.300.332.351

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas da Iguá Saneamento SA ("Companhia"), nos termos dos art. 123 e 124 da Lei nº 6.404/76 e suas alterações ("Lei das S.A."), a participarem da Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), que se realizará no dia **28 de junho de 2024, às 14h,** de forma exclusivamente digital, por videoconferência (plataforma "*MS Teams*") e gravada pela Companhia, nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei das S.A., da Resolução CVM nº 81/2022 e da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, a fim de examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i) Política de Indenidade.** Os acionistas e/ou seus representantes legais deverão acessar à AGE por meio da plataforma digital *MS Teams*, conforme link disponibilizado por meio do sistema Atlas Governance. As instruções de acesso também poderão ser obtidas por meio do e-mail governancacorporativa@igua.com.br. Os acionistas e/ou seus representantes deverão observar os termos do art. 28 do Estatuto Social para sua regular participação. Os documentos e informações relativos ao tema a ser deliberado na AGE encontram-se disponíveis, para consulta dos acionistas, na sede da Companhia e na página eletrônica da Companhia (https://ri.igua.com.br/) e da CVM (http://www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores e na Plataforma Atlas Governance. São Paulo, 28 de maio de 2024. **Paulo Todescan Lessa Mattos -** Presidente do Conselho de Administração. (04-05-06)

IGUÁ SANEAMENTO S.A.

CNPJ/MF nº 08.159.965/0001-33 - NIRE: 35.300.332.351

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas da Iguá Saneamento SA ("Companhia"), nos termos dos art. 123 e 124 da Lei nº 6.404/76 e suas alterações ("Lei das S.A."), a participarem da Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), que se realizará no dia **28 de junho de 2024, às 13h**, de forma exclusivamente digital, por videoconferência (plataforma "*MS Teams*") e gravada pela Companhia, nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei das S.A., da Resolução CVM nº 81/2022 e da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, a fim de examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** a ratificação do "Protocolo e Justificação da Incorporação da Spat Saneamento S.A. pela Iguá Saneamento S.A." ("Protocolo"), que estabelece os termos e condições da proposta de incorporação, pela Companhia, de sua subsidiária integral Spat Saneamento S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Suzano, Estado de São Paulo, na Rua Waldemar Cusma, nº 700, Jardim Aeródromo Internacional, CEP 08616-510, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.538.454/0001-95, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCESP sob o NIRE 35.300.355.628 ("Spat Saneamento" ou "Incorporada"), o qual consubstancia as justificativas, termos, cláusulas e condições da incorporação da Spat Saneamento pela Companhia ("Incorporação"); **(ii)** a aprovação do Laudo de Avaliação; **(iii)** a proposta da Incorporação, nos termos do Protocolo, com a consequente extinção da Spat Saneamento; e **(iv)** a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à implementação da Incorporação. Os acionistas e/ou seus representantes legais deverão acessar à AGE por meio da plataforma digital *MS Teams*, conforme link disponibilizado por meio do sistema Atlas Governance. As instruções de acesso também poderão ser obtidas por meio do e-mail governancacorporativa@igua.com.br. Os acionistas e/ou seus representantes deverão observar os termos do art. 28 do Estatuto Social para sua regular participação. Os documentos e informações relativos ao tema a ser deliberado na AGE encontram-se disponíveis, para consulta dos acionistas, na sede da Companhia e na página eletrônica da Companhia (https://ri.igua.com.br/) e da CVM (http://www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores e na Plataforma Atlas Governance. São Paulo, 29 de maio de 2024. **Paulo Todescan Lessa Mattos -** Presidente do Conselho de Administração. (04-05-06)

Banco MUFG Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 60.498.557/0001-26 - NIRE nº 353.000.121.43

Convocação

São convocados os senhores acionistas do **Banco MUFG Brasil S.A.**, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na sede social na Av. Paulista nº 1274, nesta cidade e Estado de São Paulo, no dia **13/06/2024**, às **10:00 horas**, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Destituir 1 (um) Diretor; b) Destituir 1 (um) membro do Comitê de Auditoria; e c) outros assuntos de interesse social.

São Paulo, 04 de junho de 2024.
Banco MUFG Brasil S.A.
Akihiko Kisaka
Diretor-Presidente

ORIZON VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 11.421.994/0001-36 NIRE 35.300.592.328

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2024

1. **Data, Hora e Local:** Realizada aos 10 (dez) dias do mês de abril de 2024, às 16:00 horas, na sede social da Orizon Valorização de Resíduos S.A., estabelecida à Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 8º andar, Torre Oeste, Sala B, bairro Brooklin Paulista, CEP 04578-910, no Município e Estado de São Paulo ("Companhia"), e mediante videoconferência, conforme permitido no §2º, artigo 16 do Estatuto Social da Companhia. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 13, §5º, do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social") e da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme assinaturas apostas ao final desta ata. **3. Composição da Mesa:** Para conduzir os trabalhos, foi indicado como Presidente da Mesa o Sr. Ismar Machado Assaly, que indicou o Sr. Milton Pilão Júnior, para secretário. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a criação da Política de Gestão de Crises ("Política") da Companhia. **5. Deliberações:** Após análise e discussão sobre a matéria da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, deliberaram por aprovar a criação da Política, a qual terá a redação do **Anexo I** à presente ata, com a ressalva de que a Companhia inclua nesta, ou em outro instrumento que contratados da Companhia e/ou suas afiliadas auxiliarão nos subsídios par análise das crises, bem como suas eventuais reparações que venham a ser necessárias. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos para lavratura da presente ata sumária, que, lida, conferida e achada conforme, foi submetida a todos os presentes para assinatura por meio digital. Mesa: Ismar Machado Assaly - Presidente e Milton Pilão Júnior - Secretário. Membros do Conselho de Administração: Ismar Machado Assaly, Milton Pilão Júnior, Fabio Vettori, Dalton Assumção Canelhas, Jerson Kelman e Karla Bertocco Trindade. ***Confere com a original lavrada no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração.*** São Paulo/SP, 10 de abril de 2024. Mesa: **Ismar Machado Assaly** - Presidente; **Milton Pilão Júnior** - Secretário.

ANEXO I - DA ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ORIZON VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS S.A., REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2024

POLÍTICA DE GESTÃO DE CRISES DA COMPANHIA

1. Introdução: A presente Política de Gestão de Crises ("Política") da Orizon Valorização de Resíduos S.A. ("Orizon" ou "Companhia") estabelece as diretrizes e os procedimentos que devem ser adotados pelos integrantes da Orizon para garantir o gerenciamento tempestivo, eficaz e assertivo de crises atuais ou potenciais relacionados à Companhia. Referidas diretrizes visam prevenir, mitigar e remediar riscos reputacionais e de responsabilização da Orizon, nas mais variadas esferas, bem como aqueles capazes de impactar negativamente a imagem e os valores éticos da Companhia. **2. Aplicação:** Esta Política é aplicável a todos os colaboradores, coordenadores, gerentes regionais, diretores e demais membros dos órgãos de governança da Orizon ("Destinatários Finais"). As diretrizes desta Política devem ser observadas por todas as áreas e unidades de negócio da Orizon, incluindo as empresas controladas direta ou indiretamente pela Companhia, bem como pelos terceiros com os quais a Companhia se relaciona, no que couber. Entende-se por "terceiros" todos os parceiros comerciais, fornecedores, intermediários e demais pessoas jurídicas ou físicas que, direta ou indiretamente, participem das atividades da Companhia. O cumprimento rigoroso desta Política é essencial para a manutenção da integridade, reputação e eficiência operacional da Companhia em situações de crise. Todos os públicos abrangidos por esta Política são instados a familiarizar-se com seus princípios e a contribuir ativamente para garantir a efetividade de sua implementação. **3. Normativos relacionados:** Esta Política é fundamentada nos seguintes normativos internos, os quais são referências essenciais para orientar e complementar suas diretrizes: • Código de Ética e Conduta; Política de Gerenciamento de Riscos; e • Manual do Sistema de Gestão Integrada. São aplicáveis à presente Política, no que couber, as definições e disposições dos normativos elencados acima. Portanto, os Destinatários Finais devem consultar referidos normativos para assegurar uma compreensão abrangente e a aplicação efetiva das diretrizes estabelecidas nesta Política. Ademais, esta Política foi elaborada com base (a) nas regras de governança corporativa da Orizon; (b) nos regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); [illegible]

A qualificação das crises varia de acordo com os tipos de riscos associados, os quais podem incluir riscos financeiros, legais, socioambientais, operacionais, cibernéticos e de imagem e reputação, conforme item 5.3.4 da Política de Gerenciamento de Riscos da Orizon. **6. Comitê de Crises:** O Comitê de Crises da Orizon é o órgão responsável por elaborar e executar os planos de contingência adotados pela Companhia nos processos de gerenciamento de crises. Cabe ao Comitê de Crises identificar, priorizar, contextualizar, definir e operacionalizar as medidas a serem imediatamente adotadas em cada crise. [1] Manual de Gestão de Crises para Relações com Investidores da Deloitte (2015). O Comitê de Crises é composto por representantes das áreas e dos órgãos de governança da Orizon elencados abaixo: • Líder: é o Diretor responsável pela área envolvida na crise, o qual deverá acionar os demais membros do Comitê de crises e coordenar o gerenciamento da crise desde o seu início, até a formalização de seu encerramento. • Chief Executive Officer ("CEO"): atua como conselheiro estratégico [illegible]

[illegible] restringir ou ampliar o número de porta-vozes, caso entender necessário. O Comitê de Crises poderá convocar membros adicionais e/ou consultores externos para atuar no processo de gerenciamento de crises, conforme entender necessário. O Comitê de Crises será acionado em situações estritamente necessárias e excepcionais podendo, a seu exclusivo critério, no final do exercício social, se reunir para avaliar os procedim entos de gerenciamento de crises e propor atualizações ou revisões desta Política, bem como acompanhar os processos preparatórios definidos no item 7.1 abaixo. Nesse caso, caberá ao Gerente de Gestão de Riscos e Controles Internos ou ao Presidente do CA convocar tal reunião. Uma vez instalado o Comitê de Crises, os membros do referido órgão deverão permanecer disponíveis até que a primeira comunicação a respeito da crise seja noticiada ao público interno ou externo, ou que os membros tenham decidido por não a noticiar. Os membros do Comitê de Crises também deverão permanecer disponíveis para comparecer em novas reuniões sobre o tema até que a crise seja devidamente controlada e endereçada. **7. Diretrizes:** A Orizon entende que a forma mais efetiva de se gerenciar uma crise é estabelecendo padrões de atuação para que todos os seus membros possam responder de forma estruturada, eficiente e tempestiva situações de crise atuais ou potenciais. O gerenciamento de crises da Orizon é composto por processos preparatórios e processos responsivos, conforme detalhado no item 7.1 abaixo, e observa as seguintes premissas: (i) Identificação tempestiva do fato gerador da crise, a fim de viabilizar a rápida adoção de soluções e respostas apropriadas; (ii) Obtenção de controle da situação o mais breve possível; (iii) Comunicação tempestiva dos fatos às partes interessadas, especialmente aos ocupantes de cargos de direção e membros dos órgãos de governança da Companhia; (iv) Indicação de responsáveis competentes para os cargos-chave atuantes no gerenciamento da crise, conforme áreas da Companhia afetadas; (v) Registro de todas as decisões tomadas ao longo do procedimento de gerenciamento da crise, garantindo a sua transparência, precisão e rastreabilidade; e (vi) Condução de análise de riscos pós-crise, a fim de desenvolver planos de mitigação e de prevenção de novas crises, bem como para evitar a recorrência destas. **7.1. Processos de Gerenciamento de Crises: Processos Preparatórios:** Os processos preparatórios devem ser conduzidos antes da ocorrência de situações de crise atuais ou potenciais, e incluem as seguintes medidas: • Identificação e avaliação de riscos estratégicos que representem ameaça significativa aos negócios da Orizon; • Construção de cenários em torno dos principais riscos e oportunidades de eventos futuros inesperados; • Monitoramento de fontes de dados internos e externos para o fornecimento de indicadores da situação de crise em tempo real, suportando a identificação prévia de cenários de crise; • Treinamento dos colaboradores, membros da Alta Administração e terceiros interessados acerca das diretrizes desta Política e demais normativos relacionados, em especial a Política de Gerenciamento de Riscos; • Treinamento dos membros do Comitê de Crise; • Treinamento de porta-vozes (media training); e • Pré-contratação de empresa especializada em assessoria de comunicação e relações públicas. **Processos Responsivos:** Os processos responsivos devem ser conduzidos durante e imediatamente após a identificação de situações de crise atuais ou potenciais, e incluem as seguintes medidas: **(i) Colaboradores em geral:** • Reporte imediato das situações de crise identificadas aos ocupantes de cargos de direção. Os diretores, coordenadores ou gerentes deverão, por sua vez, informar imediatamente o Comitê de Crises acerca da crise atual ou potencial reportada pelos colaboradores; • Cumprimento dos planos de prevenção, mitigação ou remediação desenvolvidos pelo Comitê de Crises para garantir a continuidade das atividades da Companhia durante o período de crise; • Abstenção da realização de quaisquer comunicações públicas sobre as crises relacionadas à Orizon, as quais apenas poderão ser realizadas pelos porta-vozes; • Reporte imediato ao Comitê de Crises sobre quaisquer comunicações recebidas e relacionadas à crise (incluindo ligações, e-mails, mensagens, posts em canais de mídia sociais, etc.); e • Cooperação plena com eventuais investigações, apurações ou questionamentos de autoridades governamentais e agências regulatórias relacionados a fatos e circunstâncias da crise. **(ii) Comitê de Crises:** Após ser acionado pelo Líder, o Comitê de Crises deve agir imediatamente para avaliar a situação de crise e informar a Diretoria da Orizon, apresentando uma avaliação preliminar acerca da gravidade da crise e as medidas emergenciais a serem adotadas pela Companhia, especialmente no que diz respeito à divulgação externa de informações relacionadas à crise. A primeira comunicação acerca das circunstâncias da crise deve ser realizada de forma ágil e estratégica, mesmo que todos os fatos ainda não tenham sido completamente apurados. Uma vez instalado, o Comitê de Crises deverá: • Definir os papéis e as responsabilidades de seus membros; • Definir a forma e a frequência da comunicação entre seus membros e o processo para tomada de decisões; • Elaborar um plano de contingência com base nos riscos relacionados à crise; • Determinar a prioridade das ações a serem adotadas e os responsáveis pela sua execução; • Garantir que todas as medidas adotadas estejam alinhadas com eventuais estratégias utilizadas pelo Departamento Jurídico da Orizon em litígios relacionados às crises; • Identificar e confirmar os porta-vozes; • Discutir e gerenciar o teor de press releases, entrevistas e outras comunicações e divulgações internas e externas, as quais deverão estar alinhadas com as estratégias corporativas e legais adotadas, bem como monitorar a repercussão da crise na mídia; • Adotar, no caso de potenciais riscos socioambientais, medidas específicas de curto e longo prazo para estabilizar e mitigar quaisquer ameaças à saúde e à segurança da comunidade local eventualmente afetada pelas crises, com a alocação adequada de recursos para antecipar o endereçamento de eventos previsíveis (e.g., moradia alternativa, suprimentos, acesso à água e à eletricidade, manutenção de infraestrutura, etc.); • Proporcionar transparência com relação à apuração dos fatos e à divulgação de notícias; • Monitoramento de fontes de dados internos e externos para o fornecimento de indicadores da situação de crise durante o cenário de crise; • Manter o CEO informado e atualizado sobre os desenvolvimentos da crise; e • Propor, para aprovação do CEO e do CA, um plano de recuperação pós-crise. Todas as decisões e ações do Comitê de Crises, bem como a documentação de suporte e todas as comunicações realizadas aos públicos internos e externos, devem ser registradas e arquivadas em um protocolo de crise. A realização deste registro é essencial para fins legais e para a manutenção de um histórico completo das medidas adotadas no decorrer do processo de gerenciamento de riscos, permitindo revisões que garantirão o aprimoramento contínuo e a implementação de melhorias nos normativos internos da Orizon, especialmente nos processos preparatórios e responsivos da Companhia. **(iii) Terceiros:** • Reportar imediatamente quaisquer danos ou potenciais danos identificados no curso das atividades e serviços prestados à Companhia e que possam, de alguma forma, comprometer sua imagem ou responsabilizá-la nos termos da legislação aplicável; • Cooperar plenamente com eventuais questionamentos, solicitações e/ou procedimentos de auditoria conduzidas pela Companhia para apurar fatos relacionados às crises e aos serviços a ela prestados; • Abster-se de realizar quaisquer comunicações públicas sobre as crises relacionadas à Orizon, as quais apenas poderão ser realizadas pelos porta-vozes da Companhia; • Abster-se de compartilhar, de forma voluntária, informações sobre as crises relacionadas à Orizon com autoridades públicas sem o prévio consentimento da Companhia; e • Cumprir, no que lhes for aplicável, os planos de prevenção, mitigação ou remediação desenvolvidos pelo Comitê de Crises para garantir a continuidade das atividades da Companhia durante o período de crise. **7.2. Comunicação:** A efetividade do processo de gerenciamento de crises está intrinsecamente ligado a uma comunicação completa, frequente, transparente e proativa – o que envolve, necessariamente, o alinhamento e coerência das mensagens transmitidas a todos os públicos envolvidos. A transparência do processo de gerenciamento de crises é essencial, uma vez que todas as ações e medidas adotadas pela Orizon no decorrer deste processo se sujeitarão ao rigor e escrutínio de diversos stakeholders, incluindo autoridades governamentais, acionistas e investidores, colaboradores, e comunidade em geral. O apoio dos stakeholders em situações de crise auxiliará os fluxos de trabalho do Comitê de Crises e a preservação da reputação da Companhia com maior efetividade. Cabe ao Comitê de Crises gerenciar os pontos relevantes do processo de gerenciamento de crises e definir, de forma estratégica, os posicionamentos a serem divulgados sobre a crise aos públicos internos e externos, especialmente com relação às interações com autoridades políticas e regulatórias relevantes. A Companhia poderá contar, inclusive, com a assessoria de profissionais especializados na área de comunicação em situações de maior complexidade ou gravidade, se julgar necessário. **7.2.1. Orientações Gerais:** • Qualquer análise e/ou ação deve ser realizada de forma proporcional e assertiva. • A adoção de medidas precipitadas e mal planejada deve ser evitada. • O processo de tomada de decisões deve ser claro e prático. • Nenhum membro da Orizon poderá, em hipótese alguma, compartilhar informações a respeito de crises envolvendo a Companhia com terceiros. Ao ser abordado por terceiros, incluindo jornalistas, parceiros comerciais, familiares ou amigos, os membros da Orizon devem se limitar a afirmar que não estão autorizados a comentar sobre o tema, e direcionar o contato à Diretoria de Comunicação da Orizon. • O conteúdo transmitido aos públicos internos e externos deve ser baseado em fatos e dados concretos suportados por laudos e apurações internas, evitando suposições equivocadas. • Os comunicados realizados não podem omitir informações relevantes e que sejam de interesse dos stakeholders, sob o risco de comprometer a credibilidade e a reputação da Companhia. • A compreensão integral acerca dos fatos relacionados à crise e o posicionamento correto de todos os agentes envolvidos no processo de gerenciamento da crise são essenciais. Todas as comunicações relacionadas às crises devem ser realizadas de forma coerente, a fim de evitar conflitos ou contradições entre as informações divulgadas. • Todas as comunicações realizadas pela Orizon devem se limitar à divulgação de dados estritamente necessários, e deverão indicar as medidas subsequentes a serem adotadas em cada caso. • Todos os compromissos anunciados pela Companhia aos seus stakeholders devem ser factíveis e exequíveis. • Todas as comunicações devem ser realizadas pela Orizon levando-se em conta a prioridade de endereçamento aos públicos de interesse de cada crise. • O conteúdo das comunicações deve ser aprovado previamente pelo Comitê de Crises. • A pertinência da adoção do silêncio como forma de estratégia de comunicação deverá ser avaliada caso a caso pelo Comitê de Crises. **7.2.3. Orientações aos Porta-Vozes:** • Atenda ao interlocutor com respeito e mantenha a calma. • Seja sério, firme e simpático. • Evite causar polêmicas e não entre em discussões com o interlocutor. • Respostas curtas e objetivas são mais eficazes. • Evite o uso de termos técnicos. • Prepare-se para entrevistas considerando perguntas com maior probabilidade de serem realizadas. • Baseie-se em dados e fatos apurados. • Não forneça documentos e informações confidenciais e privilegiadas a jornalistas. • Não hesite em solicitar ao interlocutor que repita uma pergunta. • Conceda entrevistas em ambiente confortável, de preferência acompanhado por outro membro do Comitê de Crises e sempre na presença da assessoria de imprensa da Companhia. • Evite expressões como "nada a declarar". Essas diretrizes são essenciais para garantir a eficácia das comunicações da Orizon durante as crises, preservando a reputação da Companhia e promovendo a transparência e o alinhamento das mensagens transmitidas. **7.3. Pós-crise:** A fase de encerramento de uma crise é alcançada quando não há mais questionamentos por parte dos stakeholders. A formalização do encerramento da crise ocorre mediante uma proposta submetida pelo Líder, a qual deve ser aprovada pelo CA por intermédio do CEO. Uma vez encerrada a crise, o Comitê de Crises deve elaborar um relatório final abordando os detalhes da situação de crise, as decisões tomadas, os desdobramentos e os impactos causados com relação à reputação da Companhia. O relatório também deve conter, quando aplicável, um plano de recuperação pós-crise e recomendações para a adoção ou aprimoramento de processos, normativos ou práticas, com o objetivo de evitar ou mitigar impactos de ocorrências similares. O relatório final deve ser submetido à apreciação do CA e do Comitê de Auditoria da Orizon para a sua avaliação e consolidação. Esta etapa é essencial para a condução, por parte dos órgãos de governança da Companhia, de análise aprofundada acerca do desempenho da Orizon durante a crise, permitindo que a Companhia aprimore continuamente seus processos internos e estratégias de gestão de crises. Ademais, é essencial que o Comitê de Crises monitore e rastreie fontes de dados internos e externos para fornecer indicadores após o cenário de crise. **8. Disposições Finais:** Esta Política entrará em vigor na data de sua divulgação, substituindo qualquer normativo e procedimentos prévios que versem sobre o assunto. Não serão admitidas exceções para o cumprimento desta Política, de modo que a adesão às suas diretrizes é obrigatória por parte de todos os membros da Orizon. Todos os membros da Companhia são responsáveis por respeitar, zelar e promover os valores e disposições estabelecidos neste normativo.

Histórico de atualizações

Data	Revisão	Descrição	Elaboração	Aprovação
10/04/2024	03	Aprovação da Política Luiz Santos	Fernanda Tartaruga Administração	Conselho de

Registro na JUCESP sob o nº 213.028/24-4 em sessão do dia 28/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CVC Brasil Operadora e Agência de VIagens S.A.

CNPJ/MF nº 10.760.260/0001-19 – NIRE 35.300.367.596 | Código CVM nº 23310 – *Companhia Aberta*

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em Segunda Convocação em 13 de maio de 2024

1. Data, Hora e Local: Assembleia Geral Extraordinária realizada, em segunda convocação, no dia 13 de maio de 2024, às 10:00 horas ("Assembleia"), de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica *Ten Meetings* ("Plataforma Eletrônica"), considerando-se, portanto, realizada na sede social da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. ("Companhia"), na Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua da Catequese, 227, 11º andar, sala 111, Bairro Jardim, CEP 09090-401. **2. Convocação:** O edital de primeira convocação foi publicado na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), no jornal Valor Econômico nas edições dos dias 28 de março, 29 de março, e 02 de abril de 2024, nas páginas E12, E12, e E2, respectivamente, com a divulgação da íntegra do edital na página do Valor Econômico na internet. O edital de segunda convocação foi publicado na forma do artigo 124 da Lei das S.A., no jornal Valor Econômico nas edições dos dias 02 de maio, 03 de maio e 04 de maio de 2024, nas páginas E6, E2 e E2, respectivamente, com a divulgação da íntegra do edital na página do Valor Econômico na internet. **3. Presença:** Presentes à Assembleia acionistas representando, aproximadamente, 29,38% do capital social total e votante da Companhia, desconsideradas as ações em tesouraria, conforme se verifica (i) pelo mapa de votação sintético, consolidando os votos proferidos a distância, divulgado pela Companhia em 29 de abril de 2024; e (ii) pelas presenças registradas por meio da Plataforma Eletrônica, nos termos do artigo 76, inciso III, da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("RCVM 81"). **4. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Carlo Sivieri de Assis Rocha e secretariados pelo Sr. Gabriel Cunha Ribeiro. **5. Publicações e Divulgação:** A Companhia colocou à disposição dos acionistas os documentos pertinentes aos assuntos da ordem do dia, incluindo a proposta da administração para as Assembleias ("Proposta da Administração"), os quais foram disponibilizados na sede da Companhia e divulgados nas páginas eletrônicas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e da Companhia, nos termos da Lei das S.A. e da regulamentação da CVM. **6. Ordem do Dia:** Reuniram-se os acionistas da Companhia para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) alterar o artigo 5º, *caput*, do Estatuto Social da Companhia, conforme detalhado na Proposta da Administração; e (ii) consolidar o Estatuto Social da Companhia com as alterações aprovadas. **7. Deliberações:** Foi dispensada a leitura do mapa de votação consolidado dos votos proferidos por meio de boletins de voto a distância, o qual ficou à disposição para consulta dos acionistas presentes, consoante o § 4º do artigo 48 da RCVM 81, havendo sido também dispensada a leitura do edital de convocação e dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas na Assembleia. Depois do exame e discussão, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue: **7.1.** Consignar que a ata desta Assembleia foi elaborada na forma de sumário contendo transcrição apenas das deliberações tomadas, conforme dispõe o art. 130, § 1º, da Lei das S.A., e sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes na forma do § 2º do mesmo artigo da Lei das S.A. **7.2.** Aprovar, por unanimidade de votos, tendo sido computados 154.402.288 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, a alteração do artigo 5º, *caput*, do Estatuto Social da Companhia, nos termos da Proposta da Administração, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: ***"Artigo 5º –*** *O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 1.755.263.701,98 (um bilhão, setecentos e cinquenta e cinco milhões, duzentos e sessenta e três mil, setecentos e um reais e noventa e oito centavos), dividido em 525.591.097 (quinhentas e vinte e cinco milhões, quinhentas e noventa e uma mil e noventa e sete ações) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."* **7.3.** Aprovar, por unanimidade de votos, tendo sido computados 154.402.288 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir as alterações ora aprovadas, na forma do Anexo A à presente ata. **8. Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, suspendeu-se os trabalhos para a lavratura da presente ata, a qual foi lida e achada conforme por todos os presentes, tendo na sequência o Presidente declarado a Assembleia encerrada. Santo André, 13 de maio de 2024. Ass.: **Mesa: Carlo Sivieri de Assis Rocha –** Presidente; **Gabriel Cunha Ribeiro** Secretário. **Acionistas presentes por meio do boletim de voto a distância**: GJP FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, PÁTRIA PIPE MASTER FIA, VANGUARD FIDUCIARY TRT COMPANY INSTIT T INTL STK MKT INDEX T, VANGUARD F. T. C. INST. TOTAL INTL STOCK M. INDEX TRUST II, ETFMG TRAVEL TECH ETF, SERGIO FEIJAO FILHO, LEGAL AND GENERAL ASSURANCE PENSIONS MNG LTD, VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND, VANGUARD ESG INTERNATIONAL, BRIDGEWATER PURE ALPHA EURO FUND, LTD., EWP PA FUND, LTD., VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FD, A SE VAN S F, PATRIA PIPE MASTER II FIA, PÁTRIA PIPE FIFE PREVIDÊNCIA MULTIMERCADO FI. **Acionistas presentes por meio da Plataforma Eletrônica**: ITAÚ INDEX AÇÕES IBOVESPA FI, ITAÚ GOVERNANÇA CORPORATIVA AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL, VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC/VANGUARD ESG EMER, WM SMALL CAP FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, BRIDGEWATER PURE ALPHA TRADING COMPANY II, LTD., BRIDGEWATER PURE ALPHA TRADING COMPANY LTD., SPDR SP EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF, VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF, ITAU INDEX ACOES IBRX FI, ITAÚ IBRX ATIVO MASTER FIA, IT NOW IBOVESPA FUNDO DE ÍNDICE, BRIDGEWATER PURE ALPHA STERLING FUND, LTD., VANGUARD FUNDS PLC/VANGUARD ESG GLOBAL ALL CAP U, ITAÚ QUANTAMENTAL GEMS MASTER AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO, AMERICAN CENTURY ETF TRUST – AVANTIS EMERGING MARK, NORGES BANK, SPDR SP EMERGING MARKETS ETF, EMQQ THE EMERGING MARKETS INTERNET E ECOMMERCE ETF, VANGUARD INV FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX F, FMQQ THE NEXT FRONTIER INTERNET ECOMMERCE ETF, BW DMO FUND, LTD., VANGUARD FUNDS PLC/VANGUARD ESG EMERGING MARKETS, ITAU IBOVESPA ATIVO MASTER FIA, ITAU CAIXA ACOES FI, ITAÚ PREVIDÊNCIA IBRX FIA, IT NOW IGCT FUNDO DE INDICE, IT NOW SMALL CAPS FUNDO DE INDICE, ITAU SMALL CAP MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES (p. Karina Francisca De Andrade); OPEG FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇOES INVESTIMENTO NO EXTERIOR, OPEG SPECTRUM FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO DE AÇÕES – RESPONSABILIDADE LIMITADA (p. Caio Cesar Dutra de Figueiredo). Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 210.598/24-4 em 24/05/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

COMUNICADO

DESPACHO DO SENHOR COORDENADOR 03/06/2024
PROCESSO: 024.00060729/2024-33
INTERESSADO: Gabinete do Secretário - Grupo de Informática em Saúde
ASSUNTO: Fornecimento de Software Adobe Cloud para a Assessoria de Comunicação Social

NÚMERO DE REFERÊNCIA: DISPENSA Nº 06/2024

Trata o presente do Fornecimento de Software Adobe Cloud para a Assessoria de Comunicação Social, conforme solicitação - Documento de Formalização de Demanda (DFD) 48/2024, 0028474911.

À vista das manifestações constantes dos autos, destacada a Informação 0028759454, às quais me reporto a título de despacho e motivação para o presente ato, e considerando o valor estimado para a contratação pretendida, **AUTORIZO,** observadas as normas legais incidentes e as recomendações declinadas no Parecer Referencial CJ/SS nº 07/2024, a contratação da empresa **MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA., CPNJ: 04.198.254/0001-17,** fundamentada nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei federal nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações, para a Fornecimento de Software Adobe Cloud para a Assessoria de Comunicação Social, no valor total de **R$ 14.686,00 (quatorze mil seiscentos e oitenta e seis reais).**

BANCO GM S.A.

SERVIÇOS FINANCEIROS – CHEVROLET

CNPJ nº 59.274.605/0001-13 - NIRE 35300017978

O – 68 - 68ª Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas do Banco GM S.A. realizada em 30 de abril de 2024

Aos 30/04/2024, às 11h., na sede, com a totalidade. **Mesa.** Presidente: Paulo Henrique Lage Noman; Secretária: Adriana Lavacca. **Presença: (a) General Motors Investment Participações Ltda.**, representado por, Sr. Paulo Henrique Lage Noman, R.G. nº 25.865.888-5 (SSP/SP), CPF/MF n.º 166.565.118-05; e **(b) GM Financial Holdings LLC**, CNPJ n.º 27.659.955/0001-01, representada por, Sra. Adriana Lavacca, R.G. n.º 22.161.638-X (SSP/SP), CPF/MF n.º 140.059.078-73. **Publicações.** O Balanço e as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram devidamente publicados no jornal Diário do Comércio, em 28 de março de 2024. **Deliberações Unânimes.** (i) procedida à leitura e análise das contas da administração e das Demonstrações Financeiras, colocadas à disposição de todos os sócios a partir 14 de março de 2024, nos termos da lei, aprovar as contas da administração da Sociedade, refletidas no balanço patrimonial e de resultado econômico referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (ii) do total de lucros apurado no exercício social do ano de 2023, no montante de R$ 332.705.013,31: a) 5% , equivalentes ao montante de R$ 16.635.250,67, foram destinados à reserva legal; b) o montante de R$ 32.951.208,94 foram remetidos a título de dividendos, após respectiva deliberação ocorrida em 06/09/2023; c) o montante de R$ 156.390.949,57 foram remetidos a título de juros sobre capital próprio, após respectiva deliberação ocorrida em 19/12/2023; e d) o saldo restante, no montante de R$ 126.727.604,13 serão destinados à conta reserva de lucro especial. Fica consignado expressamente que os quotistas aprovaram tal destinação. (iii) reeleição dos membros: **- Diretor Presidente**, Sr. **Paulo Henrique Lage Noman**, R.G. nº 25.865.888-5 (SSP/SP), CPF/MF n. º 166.565.118-05; **- Diretores**, Srs. **Adriana Lavacca**, R.G. n.º 22.161.638-X (SSP/SP), CPF/MF n.º 140.059.078-73; **Augustin Celeiro**, RNE n.º V497802-6, CPF/MF nº 232.751.528-90; **Márcio Santos Frazão**, R.G. n.º 34.727.581 (SSP/SP), CPF/MF n.º 274.354.888-60; **Carlos Gustavo Abelha Sulzer**, R.G. n.º 22.464.550 (SSP/SP), CPF/MF n.º 247.360.068-62; e **Fernando Ricardo Rodriguez Trevino**, RNE n.º V330774Q, CPF/MF n.º 227.856.588-50. Todos com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Cláusula 9ª, Parágrafo 1º, do Estatuto Social, e com escritório na Avenida Indianópolis, 3096, São Paulo, SP. Todos os diretores reeleitos preenchem todos os requisitos previstos na Resolução nº 4.122/2012, do Conselho Monetário Nacional. Nada mais. São Paulo, 30 de abril de 2024.

Íntegra da Ata encontra-se disponível no site: www.valor.globo.com e https://valor.globo.com/valor-ri/

Jucesp nº 208.906/24-1 em 22/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 69ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 12J0037879) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO EM 14 DE JUNHO DE 2024

[illegible]

CVC Brasil Operadora e Agência de VIagens S.A.

CNPJ/MF nº 10.760.260/0001-19 – NIRE 35.300.367.596 | Código CVM nº 23310 – *Companhia Aberta*

Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 09 de maio de 2024

1. Data, hora e local: No 9º dia de maio de 2024, às 14 horas, em reunião realizada por meio de videoconferência, nos termos do artigo 17, § 6º, do Estatuto Social da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. ("Companhia"). **2. Convocação e Presença**: Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos [illegible]

MARISA LOJAS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 61.189.288/0001-89 - NIRE 35.300.374.801

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2024 EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO

[illegible]

Eurofarma Laboratórios S.A.

CNPJ/MF nº 61.190.096/0001-92 - NIRE 35.300.411.838

Ata de Reunião de Diretoria Realizada em 16/05/2024

[illegible]

INÊS 249

B3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

EMBRAER S.A.

CNPJ nº 07.689.002/0001-89
NIRE 35.300.325.761 - Companhia Aberta

Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária Realizadas em 25 de Abril de 2024

Data, Hora e Local: Aos 25 dias do mês de abril do ano de 2024, às 10:00 horas, ("Companhia" ou "Embraer"), de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, nos termos da Resolução CVM nº 81/2022 ("RCVM 81"). **Publicações Prévias:** Edital de primeira convocação publicado nas edições de 25, 26 e 27 de março de 2024, no jornal "O Vale" (págs. 3, 3 e 3, respectivamente) e no jornal "Valor Econômico" (págs. A8, A11 e A8, respectivamente). As Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, o Parecer dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal e o Parecer do Comitê de Auditoria, Riscos e Ética relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram publicados em 22 de março de 2024 nos jornais "O Vale" (páginas 1 a 16) e no jornal "Valor Econômico" (de modo exclusivamente digital). **Composição da Mesa:** O Presidente do Conselho de Administração da Companhia, Alexandre Gonçalves Silva, em conformidade com o Artigo 23 do Estatuto Social, assumiu a presidência dos trabalhos das Assembleias, tendo convidado a Vice-Presidente Executiva Jurídica & Chief Compliance Officer, Fabiana Klajner Leschziner, para secretariar os trabalhos e, para compor a mesa dos trabalhos, o Diretor Presidente, Francisco Gomes Neto e o Vice-Presidente Executivo Financeiro e Relações com Investidores, Antonio Carlos Garcia. **Presença:** Presentes acionistas representando 65,65% e 65,89% do capital social da Companhia para fins de instalação de Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, respectivamente, conforme se verifica (i) pelas presenças registradas por meio da plataforma eletrônica disponibilizada pela Companhia, nos termos da RCVM 81, e (ii) pelos boletins de voto a distância válidos recebidos por meio da Central Depositária da B3, do agente escriturador das ações de emissão da Companhia e diretamente pela Companhia, nos termos da regulamentação da CVM. Presentes também o coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Ética, Dan Ioschpe, o presidente do Conselho Fiscal, Mario Ernesto Vampré Humberg e, como representante da KPMG Auditores Independentes Ltda, Moacyr Piacenti. **Esclarecimentos Iniciais:** O Presidente da Mesa relembrou aos presentes que a apuração de votos será realizada nos termos do Estatuto Social. Em razão do quórum verificado, o Presidente deu por instalada a Assembleia Geral Ordinária e registrou que a Assembleia Geral Extraordinária será convocada para se reunir, em segunda convocação. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhados do Relatório da Administração, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria, Riscos e Ética; 2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; 3. Eleger os membros do Conselho Fiscal; 4. Fixar o montante global da remuneração dos administradores da Companhia; e 5. Fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal. **Leitura de Documentos, Recebimento de Votos, Lavratura e Publicação da Ata:** Por proposta da Mesa, (i) foi dispensada a leitura do Edital de Convocação e do Manual e Proposta da Administração, uma vez que são do inteiro conhecimento dos acionistas, bem como do mapa de votação consolidado dos votos proferidos a distância, ajustado após aplicação das regras de limitação de voto nos termos do Estatuto Social da Companhia, que será publicado pela Companhia; e (ii) fica consignado que a ata desta Assembleia será lavrada sob a forma de sumário, em conformidade com o disposto no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei n.º 6.404/76 ("Lei das S.A."). Adicionalmente, foi aprovada a publicação da ata desta Assembleia com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, em conformidade com o disposto no parágrafo 2º do artigo 130 da Lei das S.A. A referida proposta recebeu 72.343.999 aprovações, 0 abstenções e 0 rejeições. **Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os Acionistas deliberaram: 1. Aprovar o relatório anual e as contas da Administração, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório da Administração, do Parecer do Comitê de Auditoria, Riscos e Ética e do parecer do Conselho Fiscal. A referida proposta recebeu 128.022.130 aprovações, 7.571.005 abstenções e 96.115 rejeições. 2. Aprovar a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, nos seguintes termos: considerando a inexistência de reservas de lucros, legais e estatutárias, a Administração propõe que o lucro do exercício no valor total de R$ 783.558.935,21 seja absorvido em "Prejuízos Acumulados" no Patrimônio Líquido da Companhia. A referida proposta recebeu 130.691.801 aprovações, 4.982.093 abstenções e 15.356 rejeições. 3. Eleger os seguintes membros efetivos e respectivos suplentes para compor o Conselho Fiscal da Companhia: **Mario Ernesto Vampré Humberg**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.577.292 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 057.161.178-80, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo na Rua Caraça, 251, Vila Madalena, CEP 05447-130, como membro efetivo e Presidente do Conselho Fiscal, e **Doris Beatriz França Wilhelm**, brasileira, divorciada, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 29.334.554-5 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 184.886.250-49, residente e domiciliada na Cidade e Estado de Porto Alegra na Rua Leme, 180, Ipanema, CEP 91.760-520, como sua respectiva suplente; **Carla Alessandra Trematore**, brasileira, em regime de união estável, contadora, portadora da Cédula de Identidade RG n° 21.880.357-6 - SSP-SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 248.855.668-86, residente e domiciliada na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Apinajés 868, apto 71 Perdizes, CEP 05017-000, como membro efetivo e Vice-Presidente do Conselho Fiscal, e **Magali Rogéria de Moura Leite**, brasileira, separada judicialmente, conselheira de administração e fiscal, portadora da Cédula de Identidade nº 63.352.586-8 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 019.732.627-70, residente e domiciliada na Cidade e Estado de São Paulo na Avenida Ibijau, nº 248, apto. 61, Moema, CEP 04524-020, como sua respectiva suplente; **Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta**, brasileira, casada, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG n° 2.130.511 SDS-PE e inscrita no CPF/MF sob o nº 590.604.504-00, residente e domiciliada na cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na cidade e Estado de São Paulo na Alameda Santos, n°. 1.165 sala 403 - Jardim Paulista, São Paulo/SP. CEP 01419-002, como membro efetivo do Conselho Fiscal, e **Guillermo Oscar Braunbeck**, brasileiro, solteiro, professor, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.225.773-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 106.627.498-39, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na mesma cidade na Avenida Prof. Luciano Gualberto, 908 - Ed. FEA 3 (Sala 214), Butantã, CEP 05508-010, como seu respectivo suplente; **Alexandre Navarro Garcia**, brasileiro, em regime de união estável, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 962.490 - SSP-DF e inscrito no CPF/MF sob o nº 385.346.061-53, residente e domiciliado na Cidade de Brasília, no Distrito Federal, e com endereço comercial na mesma cidade na SHIS QI 5, Cj. 2, Cs. 2, Lago Sul, como membro efetivo do Conselho Fiscal, e **Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/DF nº 13693 e inscrito no CPF/MF sob o nº 347.230.215-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, com endereço comercial na mesma cidade na Avenida República do Chile, 100, Centro, CEP 20031-170, como seu respectivo suplente; e **Raphael Manhães Martins**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ n° 147.187 e inscrito no CPF/MF sob o nº 96.952.607-56, residente e domiciliado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na mesma cidade na Avenida Franklin Roosevelt, 39, Sala 1.002, Centro, CEP 20021-120, como membro efetivo do Conselho Fiscal, e **Adjarbas Guerra Neto**, brasileiro, divorciado, contador, portador da Cédula de Identidade RG n° 23.331.930-X - SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob o n° 181.852.828-85, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na mesma cidade, na Rua Gomes de Carvalho, 1996, 11º andar, Vila Olímpia, CEP 4547-006, como seu respectivo suplente. Os membros do Conselho Fiscal eleitos serão investidos nos seus respectivos cargos, no prazo a que se refere o artigo 149 Lei das S.A., com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que será realizada em 2025, e declararam à Companhia que não possuem qualquer impedimento legal que obste a eleição e investidura nos cargos. A referida proposta recebeu 127.605.586 aprovações, 6.393.892 abstenções e 1.689.773 rejeições, registrada a manifestação de voto apresentada, conforme anexa à presente ata. 4. Aprovar a fixação do limite global anual da remuneração dos administradores em R$ 80.000.000,00, para o período de maio de 2024 a abril de 2025. A referida proposta recebeu 93.548.994 aprovações, 5.057.777 abstenções e 37.082.480 rejeições. 5. Aprovar a remuneração mensal do Presidente do Conselho Fiscal no valor de R$ 23.166,39, e o valor individual mensal de R$ 17.871,21 aos demais membros titulares do Conselho Fiscal para o período de maio de 2024 a abril de 2025. A referida proposta recebeu 128.943.847 aprovações, 5.033.991 abstenções e 1.711.413 rejeições. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e suspendeu os trabalhos para a lavratura desta ata que, após aprovada, foi considerada assinada pelos acionistas cujo boletim de voto a distância foi considerado válido pela Companhia e pelos acionistas que registraram a sua presença por meio da plataforma eletrônica disponibilizada pela Companhia, nos termos a RCVM 81. São José dos Campos, 25 de abril de 2024. aa) Alexandre Gonçalves Silva - Presidente; Fabiana Klajner Leschziner - Secretária. JUCESP nº 203.218/24-3 em 15/5/24. Maria Cristina Frei - Secretária-Geral.

Zurich Santander Brasil Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 06.136.920/0001-18 – NIRE 35.300.315.588

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de fevereiro de 2024

Data, Hora e Local: No dia 01/02/2024, às 11:30 horas, na sede social da Companhia na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 20º andar, Cidade Monções, São Paulo/SP. **Quórum:** Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Convocação:** Verificou-se, em 1ª convocação, a presença de todos os Conselheiros, tornando-se dispensável a convocação por editais. **Mesa:** Presidente: Claudio Alberto Chiesa; e Secretário: Felipe Name Francisco. **Ordem do Dia:** (I) Destituir membro da Diretoria estatutária da Companhia; (II) Eleger novo membro da Diretoria estatutária da Companhia; (III) Indicar a substituição do Sr. Omar Santana da Silva Junior pela Sra. Fernanda Graziani, como Diretora responsável pelos Controles Internos da Companhia; e (IV) Ratificar a composição da Diretoria estatutária e redesignar as funções de Diretores responsáveis por área perante a SUSEP. **Deliberações:** O Conselho de Administração, por unanimidade, deliberou por: (I) Destituir com efeitos a partir de 31/01/2024, o Sr. **Omar Santana da Silva Junior**, do cargo de Diretor de Controles Internos da Companhia. (II) Eleger para o cargo de Diretora estatutária da Companhia, com mandato até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária de 2025 ("AGO de 2025"), mantida a remuneração da Assembleia Geral Ordinária de 2023, a Sra. **Fernanda Graziani**, RG nº 20052796 SSP/SP, CPF/ME nº 182.791.058-59. A Diretora ora eleita não está incursa em crime algum previsto em lei, que a impeça de exercer atividades mercantis, bem como atende as condições previstas na Resolução CNSP nº 422/2021. A Diretora eleita toma posse no cargo nesta data. (III) Indicar a substituição do Sr. Omar Santana da Silva Junior pela Sra. Fernanda Graziani, como Diretora responsável pelos Controles Internos da Companhia; (IV) Ratificar a composição da Diretoria estatutária e redesignar as funções dos Diretores responsáveis por área perante a SUSEP: **Alejandro Gabriel Widder**; **Início do mandato:** 02.12.2021; **Fim do mandato:** 02.12.2024. **Fernanda Graziani**; **Início do mandato:** 01.02.2024; **Fim do mandato:** AGO de 2025. **Marcelo Malanga** – Diretor Presidente; **Início do mandato:** 08.07.2022; **Fim do mandato:** AGO de 2025. **João Batista Mendes Angelo**; **Início do mandato:** 03.10.2022; **Fim do mandato:** AGO de 2025. Funções de caráter executivo ou operacional: 1.1. Diretor responsável pelas relações com a Susep. (Art. 1º, I da Circular nº 234, de 28/08/2003), **Sr. Marcelo Malanga**; 1.2. Diretor responsável técnico (Art. 1º, II da Circular nº 234, de 28/08/2003 e Art. 3º, II da Resolução nº 432, de 12/11/2021), **Sr. Alejandro Gabriel Widder**; 1.3. Diretor responsável administrativo-financeiro (Art. 1º, III da Circular nº 234, de 28/08/2003), **Sr. Alejandro Gabriel Widder**; 1.4. Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (Art. 3º, III da Resolução nº 432, de 12/11/2021), **Sr. Alejandro Gabriel Widder**; 1.5. Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações de registro das apólices e endossos emitidos e dos cosseguros aceitos pelas sociedades seguradoras em contas específicas e exclusivas (Art. 2º da Resolução nº 143/2005), **Sr. João Batista Mendes Angelo**; 1.6. Diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados (Art. 22 da Resolução nº 431, de 12/11/2021), **Sr. Alejandro Gabriel Widder**; 1.7. Diretor responsável pelo cumprimento do registro eletrônico de operações (Art. 13 da Resolução nº 383 de 20/03/2020), **Sr. João Batista Mendes Angelo**; e 1.8. Diretor responsável pela política institucional de conduta (Art. 12 da Resolução nº 382 de 04/03/2020), **Sr. Marcelo Malanga**. 1.9. Diretor responsável pelo Open Insurance (Art. 31 da Resolução CNSP 415/21), **Sr. João Batista Mendes Angelo**. Funções de caráter de fiscalização ou controle: 2.1. Diretora responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613/98, referente a crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro (Art. 1º, IV da Circular nº 234, de 28/08/2003 e Art. 12 da Circular nº 612, de 18/08/2020), **Sra. Fernanda Graziani**; e 2.2. Diretora responsável pelos controles internos (Art. 9º da Resolução nº 416, de 20/07/2021), **Sra. Fernanda Graziani**. **Documentos Arquivados:** Foram arquivados na sede da Companhia, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Reunião, referidos nesta ata. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada esta ata, que foi assinada pelos presentes. **Assinaturas:** Presidente de Mesa: Claudio Alberto Chiesa; Secretário de Mesa: Felipe Name Francisco; Conselheiros: Claudio Alberto Chiesa, Carlos Rey de Vicente, Carmen Martinez Briongos, Edson Luis Franco, Francisco Del Cura Ayuso, Gustavo Bortolotto, Maria Aranzazu Jorquera Vila, Murilo Setti Riedel e Sidemar Aparecido Spricigo. São Paulo (SP), 01/02/2024. **Felipe Name Francisco** – Secretário da Mesa. JUCESP – Registrado sob o nº 212.462/24-6 em 27/05/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

COMUNICADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00298856392024.
UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE.
Modalidade: Pregão Eletrônico - Aquisição.
Nº Processo: 024.00063320/2024-79.
Objeto: Aquisição de medicamentos para atendimento de ação judicial e administrativo.
Total de Itens Licitados: 14 (quatorze).
Valor total da licitação: sigiloso.
Disponibilidade do edital: 06/06/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Eneias de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 07/06/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 19/06/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.

CIDADE DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO SEI nº **6012.2024/0004273-9** - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 016/SMSUB/COGEL/2024**
ASSUNTO: **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de acondicionamento, guarda física, cadastramento, indexação, classificação, preservação, descontaminação, pesquisa física com digitalização sob demanda de aplicação dos instrumentos de gestão documental na massa acumulada em documentos físicos, conforme a Lei nº 13.709/2018 - LGPD, as especificações, condições, quantidades, exigências e estimativas contidas no Termo de Referência, pelo período de 12 (doze) meses** - Critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL** - Data/hora da abertura da sessão pública: 21/06/2024 às 11h00.
Local: https://www.gov.br/compras - A participação no presente pregão dar-se-á através de sistema eletrônico, pelo acesso ao site https://www.gov.br/compras - **UASG nº 925004** e nas condições descritas no Edital - O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através da internet pelo site https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br, https://www.gov.br/compras e também através do link: https://tinyurl.com/servicodigitalizacao.

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) 3117.1000

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 235 LOTES - DIA: 07.06.2024 - 10h00 - 6ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE
AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP | VISITAÇÃO: 07.06.2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: 9BD5781FFKY319751 - 9BRBD48E8C2544767 - 9BGTD75W09C101156 - 9BGKS48U0EG183020 - 9BWAG4123FT580655 - 3C4PFABB2DT329499 - 9BD196271D2054504 - 9BHBG51DAHP741143 - 9BD358A4NJYH75591 - 9BGEP48H0LG183664 - 9BGKS69V0KG351543 - KNAPC811BC7165373 - 93HGE8890AZ205392 - 9BWAA45Z5E4002400 - 9BGAV48W08B240742 - 9BGXM68P0AB121508 - 9BGRZ08909G211498 - 9C2ND1120PR202157 - 9BWAA05Z0C4127231 - 93Y4SRZ85MJ748123 - 9C6RG5010K0018414 - 9C2KF3420NR000839 - WBAPH11039A168537 - 9BFZF54P3A8037515 - 9BGKS48U0KG335464 - 9BFZH54S3L8404477 - 9C2ND1120NR000663 - 8AC9036727A970536 - 9BGJC75Z0EB221687 - LB4KXU79387 - 9BFCXXLC2JBT74951 - 8AGCN48X0DR210280 - 9BWAA05UXCT200633 - 9BWAA45U0ET183514 - 3N1AB6ADXCL600506 - 3GNFLME7XAS531657 - WVWPV83C29E072662 - 3CZRE2870AG507166 - 3GNCL537X9S541354 - 9BWAA05WX9T110036 - 9BWCA05X64T017136 - 9BD17164LA5471951 - 9BD341ACZPY801303 - 9C2KC2200NR225155 - 99HSHT175RS000744 - 9C2KC2210RR002617 - 9BRK29BTXL0201092 - 93Y5SRD64HJ579941 - 9BGSU19F0CB117645 - 9BGXF19X03C120836 - 9BFZH55LXF8209455 - 9BWMF07X5EP004651 - 9BGSU19F0DC107756 - 9C2KC2500PR008529 - 9C6RG3850R0053098 - 9BGRX08X05G159035 - 9BWKA05Z254095714 - 9BFZE12N748552096 - 9C2KC1680FR596420 - 93YLB01254J461346 - 9BD17206G73301888 - 9886111AXJK184493 - 9UK64ED53G0091810 - 9BD195A4ZM0903103 - 93YRBB005RJ596114 - 935SLNFNUKB517249 - 9BWKA05Z074004782 - 9BD17122ZG7577268 - 9BD17164LB5716165 - 9362MKFWXBB062605 - 9BGKL48U0JB283758 - 8AD3CN6BTBG046422 - 9BWKA05Z984120855 - 9BWDA05U39T222933 - 93HGM2540AZ122061 - 9BWAA05ZX94089936 - 8AWPB05Z17A305990 - 9362CKFW98B077093 - 9BGAD69W08B143535 - 93YHJD206PJ408348 - 9C2KF1710ER112105 - 9C6SEB510K0024094 - 93HGM2640DZ103902 - 93XXTGA2WFCF20864 - WVWMG83C6CP049426 - 3N1AB61E09L603173 - 9BGXF68004C180275 - 93HGD37807Z103470 - 9BD17103G72768594 - 9BWDH5BZ2MP039890 - 9C6RG3120H0018373 - 935FCN6AWBB570034 - 9BGRP48F0DG111660 - 93YMAFELCHJ620403 - 9BRKYAAG0R0671242 - 8AJFY29G3E8559838 - JMYXLGF6WKJA00118 - 94DFCAP15NB141643 - 93YHJD200NJ168274 - 9BHCR41BBLP041617 - 9BRKA9F39L5030383 - 9BD5781FFLY342934 - WVGVF67P2ED014598 - 96PLEHA1XMFS00128 - 95VCU0D5PPM000115 - 9C6RG5010L0044283 - 9C6SEJ310P0001097 - 93HRV2850GZ184662 - 9BGRJ69809G103980 - 8AFAR23L8HJ436136 - 3C4PDCFG3DT679862 - 93YRBB004KJ660603 - 93W244F14E2129458 - 98861110XJK202280 - 9BHBG41DAFP335831 - 988611122GK010259 - 935SLHMZ1HB515418 - 988611102GK088177 - 9BD135019F2272510 - 9BGRP48F0EG243632 - 3N1CK3CD2EL213083 - 935FCN6AWCB581098 - 9C6SEB520P0047876 - 9BHBG51DAGP526174 - 93YBSR76HEJ389017 - 935SUN6AYCB536615 - 93HRV2830HZ227065 - 935FCKFVYCB592959 - 3FAHP0JA8AR363420 - LJ12EKR18C4395040 - 9BWKB05U6EP085610 - 9BWCC05X65T118849 - 93HGE57408Z210793 - 9BWAA05W7DP037855 - 9362EKFW98B041934 - 9BGSU19F0BB221986 - 9BGRY48X05G166041 - 9BFZF10A088201677 - 9BGSB19E04B201861 - 93YJA173A8J068361 - 9BGRJ6940AG254660 - 9BGXL75G07C101791 - 9BHBG41DBGP568333 - 9BWAA05U4AP115812 - 9BFZH55L0G8306293 - 93HFC2660MZ109277 - 9BWKL45UXPP083382 - 9BGKT48V0KG239043 - 9BFZH55L7L8498516 - 9BD197132D3032480 - 9BGXL75P0AC179128 - 9BD135326A2157501 - 9BFZD55P1FB755420 - 94DFCUK13GB105320 - 9BD195152D0449158 - 9BRBC3F34R8272030 - 8AJHA8CD2J2611181 - 9BRKA9F31L5032077 - 9BFZE16P588934970 - 9C6KG0660F0040050 - YV1DZ40CDF2669562 - JTDKN36U6F1975272 - 9C6RG7710R0031044 - 9BFZK53A9AB181517 - 9BGJB75Z0EB252846 - 988671171NKN21148 - 8AFTZZFFCDJ078406 - 9BFZK53A7CB384330REM - 9BGEN69H0LG131000 - 9BFZK53A7BB267149 - 9BGXD75G09C149502REM - 9BFZK53A79B136619REM - 9BD15822A96216851 - 9BGXL75X0BC114648 - 9C2KF2210HR203564 - 9BWAA05U3DT100701 - 98867512MPKM53222 - 9BG148FK0NC428105 - 8AJFY29G5F8588355 - 988226175JKB56843 - 9BRBDWHE5H0326655 - 93HRV2850GZ106378 - 98RDB21B5KA002390 - 9BFZH54S8M8036721 - JMYXTCW4WCU003630 - 9BFZH54S6L8389568 - 95PJN81EPFB082874 - 9BD372110E4052239 - 9BD17144LF5960738 - 9BFZK53A2DB417977REM - 9C2KC2200LR152977 - 9C2KF4300RR000768 - 9C2JB0100JR042475 - 9C6SEJ310P0002176 - 9BGJC7520JB153554 - 3KPFN414BHE026307 - 9BD195173D0351377 - 93YLM233ABJ475820 - 9BD5781FFLY417578 - JSAJTD54VA4601232 - 9BD5781FFJY213989 - 9BM9790464B399688 - 9BGXM75N0AC219764 - 96PLEHA16JFS00414 - 95VZF2E5PRM000274 - LJ16AK239D4408713 - 8A1CB8W05CL121305 - 9BGSN19908B162557 - 93XJRKB8TDCC61435 - KNAKU811BC5295664 - 8ADUEFC23PG505585.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

Circuito de Compras São Paulo SPE S.A.

CNPJ nº 23.419.923/0001-88

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos aos Senhores Acionistas as demonstrações financeiras e notas explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro (Não auditado) (Em milhares de reais - R$)

Ativo	2022	2021 Reapresentado (Nota 2(q))
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	120	2.992
Aplicações financeiras	2.821	5.788
Contas a receber	20.000	99.605
Tributos a recuperar	467	647
Outros créditos	292	94
Total do ativo circulante	**23.700**	**109.126**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais	309	327
Outros créditos	2.060	2.060
	2.369	**2.387**
Imobilizado	18.601	16.811
Direito de uso	-	386
Intangível	924.764	1.088.854
Total do não circulante	**945.734**	**1.108.438**
Total do ativo	**969.434**	**1.217.564**

Passivo e patrimônio líquido	2022	2021
Circulante		
Fornecedores	72.918	57.780
Aluguéis a pagar	-	248
Salários e encargos	389	315
Tributos a pagar	31.498	8.557
Contas a pagar da concessão	41.107	20.878
Empréstimos e financiamentos	27.647	22.825
CDU a faturar	83.912	80.598
Debêntures a pagar	502.120	-
Total do passivo circulante	**759.591**	**191.201**
Não circulante		
Adiantamento de clientes	-	55.035
Contas a pagar da concessão	84.972	80.849
Provisão para riscos	3.390	75
Aluguéis a pagar	-	147
CDU a faturar	251.542	315.677
Debêntures a pagar	-	460.154
Total do passivo não circulante	**339.904**	**911.937**
Patrimônio líquido		
Capital social	156.667	156.667
Prejuízos acumulados	(286.728)	(42.241)
Total do patrimônio líquido	**(130.061)**	**114.426**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**969.434**	**1.217.564**

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de Dezembro (Não auditados) - (Em milhares de reais - R$, exceto o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação)

	2022	2021
Receita líquida de aluguel	**192.779**	**21.910**
Custo com aluguéis	(68.022)	(11.427)
Lucro bruto	**124.757**	**10.483**
Despesas Operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(37.009)	(14.926)
Despesas com vendas	(20.995)	(1.422)
Outras despesas operacionais	(160.758)	-
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	**(94.005)**	**(5.865)**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	622	8.226
Despesas financeiras	(151.104)	(2.242)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**(244.487)**	**119**
Imposto de renda e contribuição social	-	(104)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(244.487)**	**15**
Quantidade de ações ao final do Exercício	**191.626**	**191.626**
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - em R$	**(1,2759)**	**0,0001**

Extrato das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Não auditadas)

1. Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

2. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:
a) https://valor.globo.com/valor-ri/

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de Dezembro (Não auditados) (Em milhares de reais - R$)

	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(244.487)	15
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	**(244.487)**	**15**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de Dezembro (Não auditados) (Em milhares de reais - R$)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**156.667**	**(42.256)**	**114.411**
Lucro líquido do exercício	-	15	**15**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**156.667**	**(42.241)**	**114.426**
Prejuízo do exercício	-	(244.487)	**(244.487)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**156.667**	**(286.728)**	**(130.061)**

Extrato do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas completas estão disponíveis eletronicamente no seguinte endereço: https://valor.globo.com/valor-ri/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas foi emitido em 05 de junho de 2024

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Geovani da Silveira Fagunde
Contador CRC 1MG051926/O-0

André Teixeira Seibel - Diretor Estatutário
Contador Responsável: **Fabio Roberto Benvindo**
Contador - CRC 1SP255684/O-3

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de Dezembro (Não auditados) (Em milhares de reais - R$)

	2022	2021 Reapresentado (Nota 2(q))
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(244.487)	119
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	20.995	862
Depreciação	1.966	78
Amortização	38.126	6.698
Baixas e atualizações	387	-
Amortização direito de uso	386	259
Redução a valor recuperável	160.758	-
Provisão de riscos	3.315	(533)
Ajuste a valor presente	9.512	-
Juros apropriados	96.884	-
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Contas a receber	58.610	(98.024)
Tributos a recuperar	180	107
Outros créditos	(198)	(388)
Depósitos judiciais	18	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	14.524	38.732
Salários e encargos	74	(9)
Tributos a pagar	10.908	7.116
Aluguéis a pagar	(395)	-
Contas a pagar da concessão	11.059	(79.868)
Adiantamentos de clientes	(115.856)	223.360
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**73.184**	**98.509**
Juros pagos	(40.084)	1.960
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**33.098**	**100.469**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de imobilizado	(3.756)	(12.331)
Aquisição de intangível	(35.181)	(399.590)
Partes relacionadas	-	(8)
Aplicação financeira vinculada	2.967	(5.788)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(35.970)**	**(417.717)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Empréstimos	-	22.825
Debêntures emitidas	-	172.147
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**-**	**194.972**
Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(2.872)**	**(122.276)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.992	125.268
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	120	2.992
Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(2.872)**	**(122.276)**

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG 533201 - Pregão Eletrônico n° 90034/2024. Objeto: Prestação de serviços de operação de autoridade de registro (AR) para autoridade certificadora - padrão ICP Brasil. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras, às 9h do dia 21/06/2024. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras, www.prodesp.sp.gov.br - opção "fornecedores - editais de licitação" e www.doe.sp.gov.br - opção "enegociospublicos".

Prodesp
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Gestão e Governo Digital

24ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP

megaleilões GESTOR JUDICIAL

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO e de intimação **da executada e depositária RENATA ZAMBELLO FURTADO,** inscrito no CPF/MF sob o nº 227.879.558-94; **por si e como herdeira do ESPÓLIO DE LUIZ FLAVIO FURTADO,** inscrito no CPF/MF sob o nº 609.043.058-72; **bem como dos coproprietários SILVIO LUIZ DOS SANTOS,** inscrito no CPF/MF sob o nº 074.360.328-10; **e SÉRGIO DOS SANTOS ZAMBELLO**, inscrito no CPF/MF sob o nº 127.224.978-67; e **seus cônjuges, se casados forem. O Dr. Claudio Antonio Marquesi**, MM. Juiz de Direito da 24ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos do **Cumprimento Provisório de Sentença** ajuizado por **MICHEL MOGRABI E ATLAS SOCIEDADE DE ADVOGADOS** em face de **LUIZ FLAVIO FURTADO e Outra - Processo nº 0044194-47.2021.8.26.0100 (Principal - 1011229-04.2018.8.26.0100) – Controle nº 187/2018,** e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: **DO IMÓVEL** - O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS" e no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL -** O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Leiloeiro www.megaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC, inclusive as fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado. **DA VISITAÇÃO** - Os interessados em vistoriar o bem deverão enviar solicitação por escrito ao e-mail visitacao@megaleiloes.com.br. Cumpre esclarecer que cabe ao responsável pela guarda do bem autorizar o ingresso dos interessados, sendo que a visitação nem sempre será possível, pois alguns bens estão em posse do executado. Independente da realização da visita, a arrematação será por conta e risco do interessado. **DO LEILÃO** - O Leilão será realizado por **MEIO ELETRÔNICO**, através do Portal www.megaleiloes.com.br, o **1º Leilão** terá início no **dia 24/06/2024 às 15:30 h** e se encerrará **dia 27/06/2024 às 15:30 h**, onde somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o **2º Leilão**, que terá início no **dia 27/06/2024 às 15:31 h** e se encerrará no **dia 18/07/2024 às 15:30 h**, onde serão aceitos lances com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do valor da avaliação. **DO CONDUTOR DO LEILÃO** – O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 844. **DO VALOR MÍNIMO DE VENDA DO BEM** – No **2º Leilão**, o valor mínimo para a venda do bem corresponderá a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor da avaliação judicial, que será atualizada até a data da alienação judicial. Cumpre informar que o percentual de 2º leilão foi alterado para 75%, uma vez que é preciso garantir que SILVIO LUIZ DOS SANTOS (33,33%) e SÉRGIO DOS SANTOS ZAMBELLO (33,33%), coproprietários, recebam seus valores calculados a partir da avaliação do imóvel. **DA PREFERÊNCIA** – Nos termos do artigo 843, § 1º, do CPC, a quota parte da coproprietária/cônjuge alheia a execução recairá sobre o produto da alienação do bem, sendo que a mesma terá a preferência na arrematação, devendo concorrer no leilão, em igualdade de condições, visando possibilitar a livre concorrência. **DOS LANCES** – Os lances poderão ser ofertados pela Internet, através do Portal www.megaleiloes.com.br. **DOS DÉBITOS:** Eventuais ônus sobre o imóvel correrão por conta do arrematante, exceto eventuais débitos de IPTU e demais taxas e impostos que serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do Art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN, bem como os débitos de condomínio (propter rem) que também serão sub-rogados no preço da arrematação, conforme Artigo nº 908, § 1º, CPC. **DO PAGAMENTO** - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. **DA PROPOSTA -** Os interessados na aquisição do bem de forma parcelada, deverão apresentar proposta enviando de forma detalhada sua intenção no e-mail proposta@megaleiloes.com.br (Art. 895, I e II, CPC). As referidas propostas serão apresentadas ao M.M Juízo respectivo, caso o leilão se encerre negativo. No entanto caso o leilão se encerre positivo, as propostas apresentadas serão desconsideradas, vez que o pagamento à vista prevalece sob o pagamento parcelado. Em resumo o interessado em adquirir o bem realizando o pagamento à vista, deve confirmar o lance em leilão, já aquele que tem a intenção de realizar o pagamento de forma parcelada, deve enviar sua proposta por e-mail, ficando ciente das referidas condições do Artigo 895§ 7º, CPC. Por fim, a apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC), devendo a mesma ser analisada pelo M.M Juízo respectivo que decidirá pela opção mais vantajosa para a resolução da lide. A apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC) e o pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre o parcelado, ainda que mais vultoso (Art. 895, § 7º, CPC). **PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS -** Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas; O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (Art. 895, § 4º e 5º do CPC). **DA COMISSÃO** – O arrematante deverá pagar ao Leiloeiro, a título de comissão, o valor correspondente a **3% (três por cento)** sobre o preço de arrematação do imóvel. A comissão devida ao Leiloeiro não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas. **DO PAGAMENTO DA COMISSÃO** - O pagamento da comissão do Leiloeiro deverá ser realizado em até 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão, através de guia de depósito que será enviada por e-mail. **DA REMIÇÃO:** Na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação, o Leiloeiro fará jus a comissão no percentual determinado neste edital sobre o valor da arrematação, conforme Artigo nº 7º, §3º da Resolução nº 236 do CNJ". O exequente, se vier a arrematar o bem, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor do bem exceder o se crédito, depositará dentro de 03 dias a diferença, sob pena de ser tornada se efeito a arrematação e, neste caso, o bem será levado a nova praça à custa do exeqüente (art. 892, § 1º do CPC). **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br, no Código de Processo Civil e Resolução nº 236 do CNJ.** Por qualquer motivo caso a intimação pessoal do executado não se realizar por meio de seus advogados ou pelo endereço constante dos autos, será intimado através do próprio edital de leilão nos termos do art. 889, I, do CPC. **RELAÇÃO DO BEM: MATRÍCULA Nº 54.533 DO 1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO PAULO/SP - IMÓVEL:** O LOTE DE TERRENO sob nº 2 da Quadra A, na Av. IV Centenário, esquina da rua Dona Adelina, no 9º subdistrito-VILA MARIANA, contribuinte 036.147.0032-1, medindo 14,14m de frente, em curva arredondada, na intersecção dos alinhamentos da Av. IV Centenário e rua Dona Adelina; 18,50m de frente p/ a rua Dona Adelina; 27,50m da frente aos fundos, no lado esquerdo, de quem da Av. IV Centenário olha para o terreno dos fundos, ou seja, no lado direito de quem da rua Dona/ Adelina olha para o mesmo terreno, encerrando a área total de 257,60m2 e confinando do lado esquerdo fundos com Giusto Di Giulio e outros; o terreno está situado na esquina arredondada da Av. IV Centenário e rua Dona Adelina, lado esquerdo de quem nesta entra. **Consta na Av.02 desta matrícula** que no terreno desta matrícula foi construído o prédio que recebeu o número 320 da Avenida IV. Centenário. **Consta na Av.04 desta matrícula** que o imóvel desta matrícula tem uma área construída de 260,00m2. **Consta na Consta na Av.08 desta matrícula** que nos autos do Processo nº 00341001919945150108, em trâmite na Vara do Trabalho da Comarca de São Roque/SP, foi determinada a indisponibilidade dos bens de ZAMBELLO VIRGINIO. **Consta na Av.15 desta matrícula** que conforme disposições testamentárias parte ideal do imóvel atribuída a herdeira filha fica gravada com as cláusulas vitalícias de IMPENHORABILIDADE e INCOMUNICABILIDADE, extensivas aos frutos e rendimentos. (Consta às fls.311 dos autos que a clausula de impenhorabilidade (Av. 15) é posterior ao ajuizamento da demanda, o que implica no reconhecimento de fraude à execução e, consequente ineficácia da restrição). **Consta na Av.16 desta matrícula** a penhora exequenda do imóvel objeto desta matrícula, sendo nomeada depositária a executada. **Consta na Av.17 desta matrícula** que nos autos do Processo nº 001533003519975150108, em trâmite na Vara do Trabalho da Comarca de São Roque/SP, foi determinada a indisponibilidade dos bens de SILVIO LUIZ DOS SANTOS e Outros. **Contribuinte nº 036.147.0032-1 (Conf. Fls. 364).** Consta no site da Prefeitura de São Paulo/SP, que não há débitos inscritos na Dívida Ativa, e há débitos de IPTU para o exercício atual no valor de R$ 11.707,71 (26/04/2024). **Consta as fls.365 e 368 dos autos** que Trata-se de um sobrado situado na Avenida IV Centenário nº 320, esquina da Rua São Giusto, Jardim Luzitânia - 9º Subdistrito – Vila Mariana, bem como que o mesmo possui área construída de 360,00 m. **Consta às fls. 113 dos autos** a existência do processo nº 0004238-92.2019 (22ª VC Central SP) onde são partes os mesmos ora litigantes. **Valor da Avaliação do Imóvel: R$ 5.170.000,00 (Cinco milhões e cento e setenta mil reais) para abril de 2024, que será atualizado até a data da alienação conforme tabela de atualização monetária do TJ/SP.** Débito desta ação no valor de R$ 182.653,06 (abril/2024). São Paulo, 23 de maio de 2024. Eu, diretora/diretor, conferi. **Dr. Claudio Antonio Marquesi - Juiz de Direito**.

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

CIDADE DE SÃO PAULO

SAÚDE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES

A **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE** torna públicas as licitações abaixo. Os pregões serão realizados pela plataforma COMPRAS.GOV. Os editais poderão ser consultados e/ou obtidos pelo WWW.COMPRAS.GOV.BR ou pelo Painel de Negócios da PMSP, endereço https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar

PROCESSO: **6018.2024/0044009-5 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90415/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE LUVA CIRÚRGICA SINTÉTICA NITRILICA NR 6,0; NR 6,5; NR 7,5; NR 8,0; NR 8,5 E NR 9,0.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09:30h do dia 19 de junho de 2024,** a cargo da **15ª CPL.**

PROCESSO: **6018.2024/0006998-2 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90416/2024-SMS.G**
Tipo menor preço – Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE KITS DE DIAGNÓSTICO DA DENGUE.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das 10:30h do dia 24 de junho de 2024, a cargo da 15ª CPL.

PROCESSO: **6018.2024/0023847-4 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90337/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **registro de preços para o fornecimento de lençol, para cama, TNT, COM ELÁSTICO, 140 CM X 2,20 M** e cobertura invólucro de óbito, uso único, tamanho recém-nascido (RN). A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09:00h do dia 18 de junho de 2024,** a cargo da **15ª CPL.**

PROCESSO: **6018.2024/0025744-4 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90413/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **registro de preços para o fornecimento de nebulizador completo com traqueia e máscara - adulto e micronebulizador para inalação com máscara para ar comprimido - adulto.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09:00h do dia 20 de junho de 2024,** a cargo da **15ª CPL.**

PROCESSO: **6018.2024/0029926-0 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90346/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **registro de preços para o fornecimento de curativo, hidroativo, polipropileno, poliacrilato, celulose - 10 cm x 10 cm; curativo, hidroativo, polipropileno, poliacrilato, celulose - 5,5 cm x 5,5 cm; curativo espuma poliuretano, com anéis de hidrogel, não adesivo - 10 cm x 20 cm e curativo espuma poliuretano, com anéis de hidrogel, não adesivo - 20 cm x 20 cm.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09:00h do dia 18 de junho de 2024,** a cargo da **17ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2024/0003586-7 -** DISPENSA ELETRÔNICA **Nº 90407/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **Aquisição de licenças de software Power BI Pro.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **08h00, do dia 11 de junho de 2024.**

PROCESSO: **6018.2024/0020960-1 -** DISPENSA ELETRÔNICA **Nº 90406/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **Contratação de empresa para fornecimento de licenças de software.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **08h00, do dia 11 de junho de 2024.**

PROCESSO: **6018.2024/0032522-9 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90417/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **registro de preços para o fornecimento de dieta enteral adulto e suplemento nutricional.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09:00h do dia 18 de junho de 2024,** a cargo da **16ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2024/0054225-4 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90418/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **registro de preços para o fornecimento de medicamentos clobazam, 10 mg e 20 mg - ação judicial.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00 do dia 18 de junho de 2024,** a cargo da **9ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2024/0032457-5 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90419/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **registro de preços para fornecimento de cateter intravenoso periférico sobre agulha com dispositivo de segurança - 18 g; cateter intravenoso periférico sobre agulha com dispositivo de segurança - 20 g; cateter intravenoso periférico sobre agulha com dispositivo de segurança - 22 g e cateter intravenoso periférico sobre agulha com dispositivo de segurança - 24 g x 19 mm.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09:00h do dia 20 de junho de 2024,** a cargo da **17ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2023/0088067-0 -** DISPENSA ELETRÔNICA **Nº 90409/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **aquisição de lupa cme, com instalação, contemplando entrega e manutenção durante o período da garantia, para o Hospital Municipal e Maternidade Dr. Mário de Moraes Altenfelder Silva** VINCULADO A ESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **08h00 do dia 11 de junho de 2024.**

PROCESSO: **6018.2023/0053834-4 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90422/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **aquisição de foco cirúrgico de fixação ao teto, contemplando entrega e instalação, treinamento operacional, teste de funcionamento, manutenção durante o período da garantia, por meio de emenda parlamentar estadual, para Hospital Municipal Infantil Menino Jesus, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00, do dia 19 de junho de 2024,** a cargo da **12ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6110.2024/0005668-6 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90423/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **aquisições de materiais para procedimento cirúrgico de ortopedia, com comodato de equipamentos e instrumental, a serem utilizados em paciente, de 36 anos, com diagnóstico de po de artrodese lombar l5-s1, estando hospitalizada aos cuidados do serviço de ortopedia/traumatologia do Hospital Municipal Dr. Cármino Caricchio.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00, do dia 19 de junho de 2024,** a cargo da **12ª CPL/SMS.**